

Cadernos da

# ACECA

APP PUKCAMP

11

## **CADERNOS DA FACECA**

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

### **Diretor Responsável**

Prof. José Homero Adabo

### **Editores Responsáveis**

Prof. José Geraldo Souza Carreira e Prof<sup>a</sup> Dalva Maria Bertoni Bedone

### **Conselho Editorial**

Prof<sup>a</sup> Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa

Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto

Prof. Joaquim Carlos Dias

Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa

Prof. Maurício de Oliveira

Prof. Paulo de Martino Jannuzzi

### **Revisão**

Prof<sup>a</sup> Terezinha da Conceição Vitti Favarin

### **Coordenação de Edição e Divulgação**

Maria Augusta Amaeing Langbeck

**Tiragem:** 1.500 exemplares

### **Direitos e Permissão de Divulgação**

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FACECA - PUC-Campinas. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FACECA - PUC-Campinas  
Campinas - SP - CEP: 13020-904  
Fone: (019) 756-7099

### **Capa**

Alessandra Righetto, Ana Carolina Farizo Rezende, Ana Paula Menezes Pedro, Cláudia Miranda Cardoso, Cristina Carvalho de Camargo, Gustavo Gomes Pacheco e Patrícia Vargas Porto (Alunos do Curso de Publicidade e Propaganda do IACT/PUC-Campinas)

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

**PUCCAMP**

**cadernos da  
FACECA**

Cadernos da FACECA	Campinas	V. 6	nº 2	Jul./Dez.	1997
--------------------	----------	------	------	-----------	------

ISSN 0104-1495

## SUMÁRIO

Editorial .....	05
-----------------	----

### ARTIGOS

<b>O crescimento da miséria como contraface da acumulação capitalista</b> Fernão Pompêo de Camargo Neto .....	07
<b>Globalização, Estado Nacional e a volta do pensamento liberal</b> Fernando Augusto M. Mattos .....	47
<b>A responsabilidade social da empresa: exigências dos novos tempos</b> Gideon Carvalho de Benedicto .....	76
<b>A eficácia de uma proposta. Uma abordagem científica para um caso real</b> Luís Antonio Baptista e Ralph Santos da Silva .....	85
<b>O graduado em administração e as exigências do mercado de trabalho</b> José Eduardo Rodrigues de Sousa .....	119
<b>Projeções populacionais para Campinas e região: parte IV- projeções de força de trabalho para 1995-2005</b> Paulo de Martino Jannuzzi .....	154
<b>Hilferding e "O capital financeiro"</b> Ferdinando de Oliveira Figueiredo .....	179
<b>O emprego agrícola e o emprego rural no Brasil no período de 1981 a 1990</b> Lauro Mattei e Renata Bianconi .....	207

## **OPINIÕES**

### **O Modelo Japonês em questão**

Antonio Carlos de Azevedo Lobão ..... 227

### **O Marketing no "Mundo do Ganho" da teoria das restrições**

José Antonio Olmos ..... 240

## EDITORIAL

Neste 11º número, a revista “Cadernos da FACECA” nos brinda com dez excelentes trabalhos que cobrem as áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas – FACECA.

O primeiro, de autoria de Fernão Pompêo de Camargo Neto, discute, numa linguagem acessível ao graduando de Ciências Econômicas, diversos conceitos fundamentais, enunciados e comentados por Karl Marx, além das interpretações feitas a respeito deles por conceituados comentaristas daquele autor, que nos permitem o entendimento da estruturação e da dinâmica próprias da sociedade capitalista, tais como os conceitos de reprodução simples e ampliada, mais-valia relativa e absoluta, trabalho necessário e excedente e subordinação formal e real do trabalho ao capital, dentre outros conceitos considerados básicos à compreensão da obra de Marx.

Fernando Augusto M. Mattos apresenta, criticamente, no segundo trabalho deste número, questões correlacionadas ao processo de globalização da economia mundial. Ressalta ele, ainda, os desafios enfrentados pelos Estados Nacionais num contexto de economia globalizada, bem como avalia o custo social desse processo.

Discutir a necessidade de uma empresa agir de forma responsável na sociedade, fixando seu nome como organização útil e necessária, é a proposta de Gideon Carvalho de Benedicto no terceiro artigo, em que retoma um assunto que teve sua origem ainda no início deste século, e que continua cada vez oportuno em razão do posicionamento crítico e exigente que a sociedade vem adotando em relação ao papel social das organizações.

Luís Antônio Baptista, em co-autoria com Ralph Santos da Silva, levanta, no quarto artigo, alguns pontos conceituais, numa análise da construção do atual currículo do Curso de Administração da FACECA, que poderiam impactar na força competitiva do próprio curso, no ambiente competitivo em que se encontra inserido.

O quinto artigo, de autoria de José Eduardo Rodrigues de Sousa, traz o resultado de pesquisa feita junto aos ex-acadêmicos do Curso de Administração da FACECA, buscando conhecer o encaminhamento profissional do graduado em Administração de Empresas. Este trabalho, em conjunto com outros dois do mesmo autor, publicados nos números 7 e 8 desta revista, servirá ao processo de planejamento estratégico do Curso de Administração da FACECA, permitindo sua contínua atualização, tanto no desenvolvimento de suas potencialidades quanto no melhor atendimento das necessidades da comunidade-cliente do curso.

O quarto de uma série de artigos escritos por Paulo de Martino Jannuzzi vem a seguir, apresentando projeções da força de trabalho para o período compreendido entre os anos de 1995 e 2005.

*Ferdinando de Oliveira Figueiredo, no sétimo artigo, nos apresenta de forma panorâmica, a biografia de Rudolf Hilferding analisando o seu papel como teórico e como político militante. É, ainda, feita uma análise sobre as suas obras, entre as quais se destaca "O capital financeiro".*

O oitavo trabalho desta série, de autoria de Lauro Mattei, tendo como co-autora Renata Bianconi, discute como, a partir das transformações estruturais do atual sistema capitalista, verificou-se na década de 80, forte impacto na questão do emprego rural.

O nono artigo, que tem Antônio Carlos de Azevedo Lobão como autor, debate as principais características do "modelo" de administração japonês, nos aspectos correlacionados à gestão da produção e da força de trabalho, bem como a possibilidade transferência desse "modelo" às economias ocidentais. Por fim, na parte final de seu trabalho, discute ele o impacto da retração mundial sobre este "modelo".

Por fim, na seção Opinião, José Antônio Olmos nos mostra que a percepção do valor de mercado, fundamentada nas necessidades e nos benefícios do uso de um produto ou serviço, entra em conflito com a percepção do valor das empresas, este baseado nos esforços para produzir e levar um produto ao mercado. Dessa forma o autor identifica as restrições enfrentadas pelas empresas e mostra algumas soluções alternativas ao problema.

**Os editores**

# O CRESCIMENTO DA MISÉRIA COMO CONTRAFACE DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

*Fernão Pompêo de Camargo Neto<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar - procurando simplificar, dentro do possível, as formulações e os argumentos teóricos empregados, no intuito de torná-los mais acessíveis a alunos de cursos de graduação em Ciências Econômicas - diversos conceitos fundamentais para o entendimento da estruturação e da dinâmica típicas da sociedade capitalista enunciados e comentados por Marx, bem como as interpretações feitas sobre eles por alguns de seus comentaristas. Entre os conceitos mencionados, que se constituem em chaves importantes para o entendimento de sua obra, estão: reprodução simples, reprodução ampliada, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, trabalho necessário, trabalho excedente, subordinação formal e real do trabalho ao capital, modo de produção especificamente capitalista, produtividade do trabalho, composições técnica e orgânica do capital, concentração e centralização do capital, redundância do trabalho, superpopulação relativa (exército industrial de reserva), taxa de exploração, alienação do trabalho etc. A apresentação dessa base conceitual será feita de forma encadeada e convergindo para que se possa, ao final deste artigo, como culminação das citações e dos comentários que ele contém e das análises nele desenvolvidas, chegar à formulação da lei geral de acumulação capitalista - enunciada por Marx com base em considerações que faz ao nível das relações básicas (de definição) do capitalismo -, a qual é correlativa a uma "lei de miséria", que mostra que, concomitantemente à expansão da riqueza social, que possibilita à minoria exploradora da sociedade uma vida plena de lazer, de ostentação e de prazeres, segmentos expressivos da população do conjunto

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas) e doutorando em Economia do IE/UNICAMP.

da sociedade capitalista se vêem, desde o início da constituição do capitalismo até hoje, condenados à pauperização no seu mais alto grau, com extrema deterioração das suas condições de vida e de trabalho, e submetidas, no tocante a este último, a um alto grau de exploração.

## **2. A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM SOCIEDADE**

Na visão de Marx, a evolução da sociedade é decorrente de um processo de permanente interação entre os homens e a natureza. Segundo ele, é quando começam a produzir os seus meios de subsistência que os homens começam a se diferenciar dos animais, constituindo-se os atos necessários à produção e à reprodução da vida “não só uma exigência ditada pelas necessidades biológicas do organismo humano, como, o que é mais importante ainda, uma fonte de novas necessidades e capacidades. A atividade produtiva está pois na base de toda a sociedade, e isto num sentido tanto histórico como analítico. A produção é ‘o primeiro ato histórico’; e ‘a produção de vida material...é...condição fundamental de toda a história, que se tem de cumprir, hoje como há milhares de anos atrás, para que a vida humana possa manter-se’. Cada um dos indivíduos, no seu dia-a-dia, recria e reproduz a sociedade a todo o momento; esse fenômeno está na origem tanto da estabilidade da organização social como das infinitas modificações dessa mesma organização.” (GIDDENS, 1994:69)

Continuadamente, no cotidiano, as pessoas consomem, entre outras coisas, cereais, legumes, frutas, carne, leite, pão e outros alimentos, vestem roupas e usam calçados, utilizam-se da eletricidade e de água tratada em suas residências, cuidam de sua higiene pessoal e de sua saúde, locomovem-se através de veículos próprios ou dos meios de transporte urbanos, etc. Entretanto, para que isto se torne possível, faz-se necessário que essas mesmas pessoas, através de seu trabalho, dediquem-se a produzir novas quantidades de alimentos, de roupas, de calçados, de medicamentos, de energia elétrica e de outros artigos e serviços. Os meios de produção utilizados nessa renovação

dos bens e serviços consumidos mais cedo ou mais tarde se desgastam, mas são logo substituídos por outros novos que saem das fábricas. Há, assim, uma permanente renovação do processo de produção, independentemente das relações sociais pelas quais seja ele regido.

Essa renovação constante do processo de produção é chamada de reprodução. O processo de reprodução não implica, todavia, só uma pura e simples produção de novos produtos para reposição daqueles que foram consumidos, ou mesmo a produção de maior quantidade deles, mas, também, como já foi mencionado, uma renovação constante das correspondentes relações sociais de produção.

### 3. REPRODUÇÃO SIMPLES E REPRODUÇÃO AMPLIADA

A reprodução pode ser de dois tipos: a simples e a ampliada.

A **reprodução simples**, que consiste na "simples continuidade da produção capitalista", implica a repetição do processo de produção sem qualquer modificação de escala; os novos produtos servem tão somente para a reprodução (reposição) dos bens de consumo e dos meios de produção que são consumidos, numa certa comunidade, ao longo de um dado período.

A **reprodução ampliada** implica a repetição do processo de produção em maior escala; a sociedade, além de prover a reposição dos bens materiais e serviços que utiliza para consumo ou como meios de produção, produz quantidades adicionais dos mesmos ou de outros novos produtos e serviços.

Numa sociedade capitalista, onde a força motora do processo de produção é a apropriação de mais-valia por parte do capitalista, a reprodução simples aparece com um cunho de ficção, pois implica uma abstração da preocupação essencial do capitalista, que é a de aumentar cada vez mais seu capital.

Por quê então analisá-la? É importante analisá-la porque entendê-la facilita a detecção e o estudo de alguns traços essenciais do capitalismo.

No decorrer do processo de reprodução são renovados não só os produtos do trabalho, mas, também, são reiteradas as relações que implicam o confronto permanente de interesses, que ocorre no mercado, entre os capitalistas e aqueles que lhes vendem a sua força de trabalho.

Eis a visão de Marx sobre essa questão:

“Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender a sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de patões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado.”  
(MARX, 1980:672-673)

Através da análise das relações capitalistas que ocorrem no decorrer do processo de reprodução simples, pode-se entender não só qual a verdadeira fonte do salário e da mais-valia, mas, também, donde provém todo o capital. Suponhamos que um capital de R\$ 2.000,00, adiantado pelo capitalista, renda anualmente uma mais-valia de R\$ 400,00, que seja integralmente utilizada por ele no atendimento de suas necessidades pessoais. Se o capitalista não contasse com essa mais-valia, consumiria, no atendimento de suas próprias necessidades, todo o seu capital, o que se daria no decurso de cinco anos. Isto, porém, não acontece porque a quantia de R\$ 400,00 que ele vai gastar, anualmente, para consumo pessoal, é renovada, a cada ano, às expensas da mais-valia criada pelo trabalho não retribuído de seus trabalhado-

res. Dessa forma, qualquer que seja a fonte primitiva do capital de R\$ 2.000,00 por ele adiantado, no decorrer do processo de reprodução simples esse capital passa a ser integralmente, após cinco anos, fruto do trabalho apropriado sem retribuição pelo capitalista, ou, em outras palavras, “o capital pode realizar, em um determinado período de tempo, às custas de trabalho não-pago, o seu equivalente em valor” (FERNANDES, 1989:94). Cai por terra, portanto, a concepção burguesa de que o capital é originado pelo próprio trabalho do capitalista. No final desse período, usado como exemplo, de cinco anos de reprodução simples, “o trabalhador nada obteve para si, senão a sua subsistência; mas o capitalista viu a sua riqueza material convertida em capital, desfrutou a vida e pôde contar com a continuidade do processo” (FERNANDES, 1989:94).

Num estudo mais acurado do processo de reprodução simples, é comum a constatação de situações em que, para repor as energias necessárias para continuar produzindo, o trabalhador supre a si mesmo os meios de subsistência de que necessita. É algo análogo aos procedimentos que se adota ao se abastecer uma máquina a vapor de carvão e de água ou ao se besuntar com graxa uma engrenagem. Neste caso, “os meios de consumo do trabalhador passam então a ser simples meios de consumo de um meio de produção, e seu consumo individual, consumo diretamente produtivo.” Mas, para Marx, este tipo de ocorrência, constatado em situações extremas e isoladas, “é um abuso que não parece ser inerente ao processo capitalista de produção”, devendo-se ter em conta que:

“A coisa muda de aspecto quando consideramos não o capitalista e o trabalhador isolados, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção isolado, mas o processo de produção capitalista em sua continuidade e em toda a sua extensão social. Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta ele o valor de seu capital global. Com uma cajadada mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital [o salário] que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve

para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível para o capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador constitui fator de produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realize seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. **A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital.**<sup>2</sup> (MARX, 1980:665-666)

Na reprodução ampliada, ou **processo de acumulação de capital**, o capitalista já não gasta toda a mais-valia de que se apropria, mas só uma parte dela, no atendimento de suas necessidades pessoais. A mais-valia remanescente é por ele empregada na expansão da produção, através da aquisição de mais máquinas e matérias primas e da contratação de novos trabalhadores. A fonte da acumulação é, portanto, neste caso, a mais-valia.

Através da exploração da classe trabalhadora é incrementado o capital e, em função disso, reproduzem-se, sobre uma base ampliada, as relações de produção capitalistas. Assim, podem os capitalistas, a partir da crescente apropriação de mais-valia, aumentar a escala de produção, explorando um número cada vez maior de trabalhadores e, em decorrência disto, podendo lançar mão de ainda maior massa de mais-valia.

---

2 O grifo é nosso (FPCN).

Um dos mais importantes fatores que contribuem para a acumulação capitalista é a concorrência, que obriga os capitalistas, sob a ameaça de sofrerem grandes perdas se não conseguirem acompanhar o ritmo e o padrão de evolução apresentado por seus competidores, a aperfeiçoarem o nível técnico dos meios de produção de que disponham e a expandirem a sua produção. Para que não venha a ser superado por seus concorrentes, o capitalista deve estar permanentemente preocupado com a busca de novos métodos para alavancar o incremento de sua produção e, em especial, com o acompanhamento das inovações produtivas decorrentes do progresso técnico.

#### 4. MAIS-VALIA ABSOLUTA E MAIS-VALIA RELATIVA

Entende-se por **jornada de trabalho** o tempo diário durante o qual o trabalhador permanece na unidade produtiva em que trabalha à disposição do capitalista. Parte desse tempo de trabalho, o **trabalho necessário**, é gasto pelo trabalhador para (re)produzir o valor de sua força de trabalho (determinado pelo valor do conjunto de bens e serviços necessários à sua própria sustentação e à de sua família), e o restante do tempo, o **trabalho excedente**, é integralmente apropriado pelo capitalista, sob a forma de mais-valia.

Com o intuito de aumentar, por qualquer meio, a quantidade de mais-valia arrancada aos trabalhadores, o capitalista se vale, conforme as circunstâncias, de expedientes diversos. Nos primeiros tempos de desenvolvimento do capitalismo, quando as técnicas produtivas eram ainda incipientes e progrediam lentamente, predominava a busca da expansão da massa de mais-valia através da extensão da jornada de trabalho, incrementando-se, assim, o trabalho excedente obtido (**produção de mais-valia absoluta**).

Todavia, à medida que o conhecimento técnico foi evoluindo, passaram os capitalistas, por imposição das leis imperativas da concorrência, a recorrer também a outros processos para elevar o grau de exploração da mão-de-obra, procurando, pela elevação da produtividade do trabalho, obtida através do crescente aperfeiçoamento das técnicas produ-

tivas, ou pelo barateamento da "cesta de subsistência", reduzir o tempo de trabalho necessário, o que permite aumentar o trabalho excedente obtido (**produção de mais-valia relativa**).

A mais-valia resulta, portanto, da materialização em produtos do tempo de trabalho excedente.

Sempre que se reduz o trabalho necessário, cresce o trabalho excedente, ou seja, uma parcela maior do tempo de trabalho que era reservado ao usufruto do trabalhador passa a ser apropriada pelo capitalista. Isto ocorre tanto no caso do prolongamento puro e simples da jornada de trabalho, quando se produz a mais-valia absoluta, quanto no caso da transformação das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que acarretam o aumento da força produtiva deste último, diminuindo, assim, a parcela da jornada de trabalho correspondente ao trabalho necessário. Trata-se, neste último caso, da produção de mais-valia relativa.

Observa-se, pois, que, ao crescer a produtividade do trabalho empregado na produção de bens de consumo usados para a subsistência dos trabalhadores, vai haver uma diminuição na duração do tempo de trabalho empregado na produção desses bens. Isso acarreta uma queda no valor dos meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores, o que provoca uma perda do valor da força de trabalho, possibilitando, pois, a ocorrência de uma redução dos salários.

Há, ainda, uma terceira espécie de mais-valia, que pode ser chamada de **mais-valia extra**, que se apresenta como uma variação da mais-valia relativa. Esta modalidade de mais-valia é obtida por ocasião da introdução, por certos capitalistas, de melhores e mais eficientes máquinas e métodos de produção que os aplicados pela maioria dos concorrentes, o que lhes proporciona uma produtividade do trabalho maior que a média existente no seu ramo de produção. Em decorrência disto, o valor de cada mercadoria que produzem tende a ser inferior ao seu valor social<sup>3</sup>. Como o preço de venda das mercadorias é determi-

3 O valor de uma dada mercadoria é definido, relativamente ao de uma outra, no decurso da relação social em que essas mercadorias são trocadas, estabelecendo-se, então, nesse ato, os seus respectivos valores sociais, que são determinados levando-se em conta tão somente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas.

nado por seu valor social, recebem esses capitalistas, ao venderem seus produtos, uma **taxa de mais-valia**<sup>4</sup> superior à dos concorrentes, e essa vantagem se mantém enquanto a concorrência não for compelida - travando muitas vezes verdadeiras guerras de vale-tudo para tornar isto possível - a usar os mesmos métodos.<sup>5</sup>

Observa-se, pois, que o valor das mercadorias produzidas varia na razão inversa da produtividade do trabalho, o mesmo acontecendo com o valor da força de trabalho, o que leva Marx a afirmar:

“... é impulso imanente e tendência crescente do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador.” (MARX, 1980:367)

Por outro lado, pode-se constatar um incremento na produção de mais-valia, que se dá na razão direta do crescimento da **produtividade do trabalho**<sup>6</sup>.

## 5. SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Numa sociedade mercantil, na qual o capital aparece nas suas formas elementares - como dinheiro ou mercadoria<sup>7</sup> -, o capitalista é um

4 Correspondente à relação entre trabalho excedente (mais-valia) e trabalho necessário.

5 Esta situação é, de certa forma, muito semelhante à considerada por Schumpeter quando desenvolve sua visão sobre a concorrência. Na abordagem schumpeteriana, a concorrência capitalista é travada através da contraposição de novas mercadorias às já existentes no mercado, da concepção de novos métodos de produção ou de transporte, da descoberta de novas fontes fornecedoras e de novos tipos de insumos, da conquista e exploração de novos mercados domésticos e estrangeiros, do estabelecimento de novos esquemas de organização industrial e de comercialização pelas empresas capitalistas, etc. Este processo concorrencial, desencadeado e realimentado pelas inovações, que implica a destruição da velha estrutura até então dominante e a construção de uma nova que a substitua, é chamado por Schumpeter de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1984). Esse novo conceito de concorrência concebido por ele traz no seu bojo um conceito de monopólio diferente do tradicional, que se baseia no fato de que, quando um empresário é bem sucedido na introdução de uma inovação, que lhe traga reais vantagens competitivas sobre seus concorrentes, ele vai tentar, durante o maior lapso possível de tempo, usufruir dos lucros extraordinários que passa a ter em decorrência do monopólio temporário que lhe é facultado pelo controle da inovação, o qual se estende até que o acesso aos conhecimentos requeridos para colocá-la em prática venha a se difundir.

6 A produtividade do trabalho corresponde à quantidade de produto gerada por um trabalhador num dado período de tempo.

7 Constitui uma mercadoria um produto que não foi criado com o fim de ser consumido diretamente, mas com o fim de ser trocado no mercado (MANDEL, 1978:17).

mero possuidor de dinheiro ou de mercadoria que, no mercado, vai confrontar-se com outros possuidores de mercadorias visando valorizar o seu capital. Se o montante de dinheiro - "expressão do capital que há de ser capital" (MARX, 1985:40) - por ele utilizado, ao entrar no processo de circulação, for  $x$ , e, no final do processo, ao transformar-se em capital, vier a atingir um valor igual a  $x + \Delta x$ , o valor adicional ( $\Delta x$ ) constituir-se-á numa mais-valia.

Entretanto, apesar de  $x$  ter se transformado em  $x + \Delta x$  sem necessidade do processo capitalista de produção, é nesse processo que a produção de mais-valia vai se apresentar como "o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital." (MARX, 1985:41)

No decorrer do processo de produção capitalista, o capitalista, agindo enquanto tal, procurará extrair do trabalhador, num determinado lapso de tempo, o maior volume de trabalho possível. Para isto, partindo de determinada intensidade do processo de trabalho, procurará ele estender ao máximo a sua duração (buscando, assim, produzir mais-valia absoluta), e, tendo em vista dada duração do mesmo processo, buscará ele aumentar, o mais que puder, a sua intensidade (objetivando, com isto, gerar mais-valia relativa).

A mais-valia absoluta, obtida pela extensão da duração do processo de produção, é não só a base geral sobre a qual repousa o sistema capitalista, mas, também, em virtude da acumulação que propicia, o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa, que é própria de um regime especificamente capitalista e implica uma contínua e total revolução dos processos técnicos de trabalho e das relações entre os agrupamentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo produtivo.

Entende-se por **subsunção formal do trabalho no capital** a subordinação ao capital que existe num modo de produção capitalista ainda não plenamente desenvolvido (como, por exemplo, a manufatura), com unidades produtivas de porte relativamente pequeno, e que é prece-

dente ao modo de produção especificamente capitalista, do qual uma das características é a produção em larga escala.

Nessa modalidade de produção, só há condições de se produzir mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, sob a forma de mais-valia absoluta.

Na **subordinação formal do trabalho ao capital**, que se baseia na extorsão de mais-valia absoluta, o operário (vendedor da força de trabalho) cai na dependência econômica do capitalista (comprador da força de trabalho), por ser este último possuidor das condições de trabalho, as quais pode - a seu bel-prazer ou conforme suas conveniências e interesses - tornar acessíveis a qualquer um dos muitos pretendentes que em busca delas se apresentarem. Neste caso, em que o operário se vê forçado a vender a sua força de trabalho para poder subsistir, as suas condições objetivas de trabalho (os meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (os meios de subsistência), que são monopolizados pelo adquirente de sua força de trabalho, opõem-se-lhe como capital. Fica, pois, bem evidenciada a presença de coerção no processo por meio do qual se extorque sobretrabalho do operário.

Nesse modo de produção capitalista não totalmente desenvolvido, o processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, é executado exatamente como vinha sendo até então, nas formas pré-capitalistas de produção, só que passa a estar subordinado ao capital. São inerentes ao próprio processo de trabalho uma relação econômica ao mesmo tempo de hegemonia e de subordinação - uma vez que cabe ao capitalista, ao consumir a força de trabalho que adquiriu, vigiá-la e dirigi-la - e, em paralelo, uma tendência ao desfrute contínuo e intenso do trabalho pelo capitalista, com o mínimo possível de desgaste das condições de trabalho, mobilizando-se todos os meios requeridos para que o produto só incorpore o tempo de trabalho socialmente necessário, ou ainda menos, se possível, tanto no referente à absorção de trabalho vivo, no processo de sua produção, quanto no tocante ao mais proveitoso desfrute que seja possível, ao longo deste processo, do valor consubstanciado no trabalho objetivado (meios de produção) empregado.

Com o surgimento do **modo de produção especificamente capitalista**, que sucede à fase manufatureira do capitalismo, vem a ocorrer um total e continuado revolucionamento “no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho, e na relação entre capitalista e operário” (MARX, 1985:105). É inerente a esse modo de produção a apropriação do trabalho excedente sob a forma de mais-valia relativa.

Com a produção nos moldes especificamente capitalistas, vai-se assistir a um desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, por meio do emprego de alavancas promotoras do incremento da produtividade do trabalho, tais como a cooperação, a divisão do trabalho no interior das oficinas, o emprego da maquinaria, a ampliação da escala de produção e o emprego consciente das ciências (ciências naturais, mecânica, química, tecnologia, etc.) nos processos produtivos, o que permitirá que se possa obter uma situação de “máximo de produto com mínimo de trabalho” (MARX, 1985:107), o que levará as mercadorias a se tornarem, tanto quanto possível, mais baratas. Entretanto, não é sob a forma de **força produtiva do trabalho** que todo esse conjunto de meios que levam ao incremento da produtividade se apresenta, e sim sob a forma de **força produtiva do capital**.

A produção de mais-valia relativa, bastante estimulada pela aplicação das alavancas acima mencionadas, pode ser considerada como expressão material da **subsunção real do trabalho no capital** (ou, o que é o mesmo, da **subordinação real do trabalho ao capital**), a qual só ocorre no modo especificamente capitalista de produção.

A subordinação do trabalho ao capital é assim vista por Marx:

“Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.” (MARX, 1980:483)

E, ainda:

“Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumento de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas, essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador, durante o processo de trabalho, como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure.” (MARX, 1980:483)

Por outro lado, Marx, no *Capítulo VI inédito de O capital*, ao comentar a “produção pela produção”<sup>8</sup> como uma tendência natural da produção capitalista, considera que, apesar dela já ter surgido com a subordinação formal do trabalho ao capital, ela só vai se converter numa condição necessária à relação capitalista num sistema especificamente capitalista, com a ocorrência da subordinação real do trabalho ao capital. Eis como ele o faz:

“**‘A produção pela produção’** - a produção como um fim em si mesma - já entra, é claro, em cena com a **subordinação formal do trabalho ao capital**, logo que o objetivo imediato da produção é produzir **a maior quantidade possível de mais-valia**, logo que o **valor de troca** do produto se torna o objeto decisivo. Mas esta tendência **inerente** à relação capitalista só se realiza de maneira adequada - convertendo-se numa **condição necessária** inclusive do ponto de vista **tecnológico** - logo que se desenvolve o modo de **produção especificamente capitalista**, e, com ele, a **subordinação real do trabalho ao capital.**” (MARX, 1985:107)<sup>9</sup>

Cotejando, de uma forma mais incisiva, a subsunção formal com a subsunção real do trabalho no capital, Napoleoni afirma:

8 Mazzucchelli (1985:32) caracteriza a “produção pela produção” como “a produção ilimitada de valores de uso caracterizados como suportes materiais da mais-valia”.

9 Os grifos são todos do próprio autor.

“... poder-se-ia dizer que, em substância, com a subsunção formal do trabalho no capital, temos um capitalismo ainda incompletamente realizado, no qual foram colocadas algumas premissas fundamentais para sua realização: ou seja, o trabalho foi separado dos meios de produção, foi incluído dentro de um processo de trabalho que é tão somente meio para um processo de valorização. Portanto, o capital já domina inteiramente a forma, mas ainda não é completamente a matéria; ou seja, esse processo de trabalho não se tornou ainda homogêneo ao capital. Em outras palavras (e essa seria a forma mais exata): o capital subsumiu a si o trabalho enquanto determinação econômica, mas ainda não o subsumiu a si enquanto determinação material, ou seja, enquanto conjunto de meios de produção. Quando se chega à subsunção real, o capital subsumiu a si o trabalho também materialmente, isto é, também o capital considerado em sua base material subsumiu o trabalho, enquanto antes o capital havia subsumido o trabalho apenas em sua determinação material. Essa é a distinção entre as duas fases.” (NAPOLEONI, 1981:72-73)

Continuando esta análise, Napoleoni procura, recorrendo a uma consideração feita a esse respeito por Marx no *Capítulo VI ...*, estabelecer como ponto de transição entre a subsunção formal e a real a mudança na escala de produção, observando que ela, após a intervenção do capital no processo de produção, não apenas passa a ser maior do que a que ocorria antes, mas deixa de ser uma escala constante para ser uma escala em contínua expansão.

## 6. COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL

Durante a acumulação capitalista expande-se o capital como um todo; porém, suas partes componentes, designadas por Marx como **capital constante** (o valor dos meios de produção) e **capital variável** (a soma global dos salários), apresentam, nesse movimento de expansão, vari-

ações desiguais e, em decorrência disso, há uma modificação na composição do capital.

Marx analisa isto da seguinte forma:

“A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica.” (MARX, 1980:712-713)

A distinção estabelecida por Marx entre essas duas espécies de capital (constante e variável) é fundamental na teoria do valor por ele formulada, sendo consequência da concepção de que a produção de mais-valia é operada, não pelo capital em seu conjunto, mas tão somente por sua parte variável, que se transforma em força de trabalho e que é responsável pela criação de valor, através da atuação do trabalho vivo, que ela libera, sobre a massa de trabalho objetivado que constitui o capital constante.

A esse respeito, pronuncia-se Napoleoni:

“Não se considera aqui, naturalmente, que o capital constante seja irrelevante para a formação de mais-valia; pelo contrário, quanto maior for a massa de meios de produção relativamente à força de trabalho, e quanto mais avançada

for a tecnologia que eles incorporam, tanto maior será a força produtiva do trabalho e, portanto, tanto maior será a formação de mais-valia relativa. Mas, enquanto a quantidade e a qualidade do capital constante são uma condição da formação de mais-valia, o capital variável é a única parte do capital donde provém a 'essência valorativa', onde a influência do capital constante só pode ter lugar na medida em que, com a sua quantidade e qualidade, se torne disponível uma quantidade maior ou menor de trabalho vivo (ou seja, de valor de uso da força de trabalho) para a formação de mais-valia." (NAPOLEONI, 1980:68)

Em decorrência disso, o valor do produto gerado no processo produtivo pode ser decomposto em três partes: o valor do capital constante, o valor do capital variável e a mais-valia. O trabalho vivo, desenvolvido pela força de trabalho, é, pois, responsável pela realização, ao longo do processo produtivo, de três operações: conserva o valor do capital constante, reproduz o valor do capital variável e produz mais-valia.

**A composição orgânica do capital** é a relação entre o capital constante ( $c$ ) e o capital variável ( $v$ ), determinada pela razão entre o valor dos meios de produção empregados e o valor do conjunto da força de trabalho usada na produção. Ela varia conforme o ramo industrial e nas diferentes empresas de um mesmo ramo. Ela é tanto mais elevada quanto maior for o número de máquinas correspondentes a cada trabalhador, quanto mais sofisticadas e mais caras elas forem e quanto maior for a quantidade de matéria-prima transformada; e é tanto mais baixa quanto maior for o predomínio do trabalho vivo, correspondendo, portanto, a cada trabalhador, um menor número de máquinas, mais simples e menos dispendiosas, e quanto menor for o volume de matéria-prima processada.

A composição orgânica do capital ( $c/v$ ) cresce especialmente em função da acumulação do capital decorrente da absorção de mais-valia relativa, que altera sensivelmente a composição técnica do capital, provocando a diminuição relativa da participação do capital variável e o aumento relativo do envolvimento do capital constante.

## 7. CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

A mais poderosa alavanca da acumulação é o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, que pode ser avaliado através da capacidade que tenha um trabalhador de poder, num dado período de tempo, transformar volumes crescentes de meios de produção em produto, através do mesmo, ou de menor, dispêndio de força de trabalho. Ou, então, pode-se dizer, o que dá no mesmo, que a massa de meios de produção que uma mesma quantidade de trabalho vivo transforma aumenta na razão direta do aumento da produtividade deste último (o que corresponde a uma “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos”). (MARX, 1980:723)

O constante aumento da composição orgânica do capital, que se depreende existir paralelamente a esse incremento da produtividade do trabalho, só vem a se viabilizar dentro de um processo continuado de acumulação de capital, que permita a criação de condições para que se possa passar a produzir em escalas cada vez maiores. Isto só se torna possível no **modo de produção especificamente capitalista**, em que a conversão contínua da mais-valia em capital vem a se patentear na magnitude crescente do capital que é empregado no processo de produção e vem a se tornar a base da produção em maior escala. Pode-se, pois, dizer que “com a acumulação de capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista [desenvolve-se] a acumulação de capital.” (MARX, 1980:726)

Todo capital, visto isoladamente, implica uma maior ou menor concentração de meios de produção, com o correspondente comando sobre um contingente maior ou menor de trabalhadores. A ampliação da massa de riqueza que funciona como capital nas mãos de determinados capitalistas individuais portadores de montantes significativos de recursos, quer atuem eles isoladamente ou de forma associada, **concentra** a riqueza, vindo a gerar as condições básicas para o aumento da escala de produção e para o emprego do método de produção especificamente capitalista.

A produção em larga escala leva, geralmente, vantagem sobre a que se dá em pequena escala. Os capitalistas que detêm grandes massas de capital têm melhores condições de introduzir, em suas empresas, inovações técnicas e maquinaria que possibilitem que seja substancialmente aumentada a capacidade de produção instalada, e, ainda, ao organizarem linhas de produção, podem tirar vantagens, em termos de aumento de produtividade e da divisão e especialização do trabalho. Tende a haver, em conseqüência, um barateamento dos seus produtos relativamente aos produzidos por unidades produtivas menos capitalizadas e organizadas, as quais, em conseqüência disto, apresentam-se como menos competitivas.

Ao par disso, os grandes capitalistas têm muito maior facilidade na obtenção de empréstimos em dinheiro, em maiores montantes e em condições muito menos gravosas, passando o crédito a representar uma de suas principais armas no processo de concorrência.

De outro lado, quando ocorre a supressão da autonomia de determinados capitais individuais, ou seja, quando se verifica a expropriação de um capitalista por outro capitalista, ou, ainda, ao haver a transformação de muitos capitais de pouca monta em poucos capitais de maior expressão, temos o que se chama de **centralização do capital**, cujas duas mais poderosas alavancas são a concorrência e o crédito. Observa Marx, procurando mostrar o alcance da centralização: "O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse que esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem." (MARX, 1980:729)

Através da aceleração dos efeitos da acumulação, a centralização amplia e agiliza as transformações na **composição técnica do capital** (relação entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem colocados em ação), ocasionando um aumento do capital constante em detrimento da magnitude do capital variável, o que leva a uma redução na procura relativa de trabalho, o qual, em contrapartida, se torna sensivelmente mais produtivo.

Como efeito da centralização vai haver uma maior rapidez no processo de acumulação social através da exploração de novos inventos e descobertas e da introdução de aperfeiçoamentos industriais em geral. Os novos capitais formados no decorrer dos processos de concentração e de centralização atraem, relativamente à sua magnitude, cada vez menos trabalhadores, e, por sua vez, o velho capital, ao ser periodicamente reproduzido com o emprego de uma crescente massa de meios de produção e em condições técnicas cada vez mais evoluídas, afasta, em números cada vez mais expressivos, os trabalhadores que antes empregava.

Vemos, assim, que, como resultado da concentração e da centralização de capitais, um número cada vez mais reduzido de capitalistas passa a controlar os destinos de contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores.

## 8. A CRESCENTE REDUNDÂNCIA DO TRABALHO VIVO

Nas formas capitalistas menos evoluídas, a apropriação do trabalho excedente derivada da extensão da jornada de trabalho (visando produzir mais-valia absoluta) criou a base necessária de recursos para a ocorrência de profundas transformações nas condições técnicas e sociais do processo de trabalho.

Na medida em que a crescente acumulação, via concentração e centralização, gera as condições para a produção em escalas cada vez mais amplas, ficam estabelecidas as condições apropriadas para que o capital venha a revolucionar as bases técnicas de produção, criando o mundo adequado à sua própria valorização: o **modo de produção especificamente capitalista**, no qual, como já foi visto, o trabalho vivo se encontra realmente subordinado ao trabalho morto (trabalho objetivado), e uma das principais preocupações existentes é a de incrementar a produtividade do trabalho, acentuando o ritmo da produção de trabalho excedente, a qual se processa, agora, prioritariamente, sob a forma de mais-valia relativa.

O aumento da força produtiva do trabalho é, como já pudemos constatar, uma função do crescimento da composição orgânica do capital

(que implica uma expansão do valor dos meios de produção mobilizados relativamente ao valor da força de trabalho empregada) e do grau de avanço tecnológico incorporado nos meios de produção. Pode-se, então, dizer que, relativamente a uma mesma quantidade de trabalhadores, quanto maior for a incidência de trabalho passado (trabalho morto) empregado no processo produtivo, maior será o valor da produção. Isto se deve ao fato de que o trabalho despendido no passado, agora transformado em meios de produção, é plasmado no valor do produto final, através do cada vez mais célere “toque mágico” do trabalho vivo, que se constitui, mesmo se reduzido temporalmente, no processo produtivo, a um mero átimo, na fonte exclusiva de onde emana toda a “essência valorativa”.

Portanto, à medida que ocorrem a ampliação continuada da escala produtiva, a elevação progressiva das composições técnica e orgânica do capital e o crescimento da automação do processo produtivo, tudo isso conduzindo a uma progressiva redução do tempo de trabalho vivo incorporado a cada nova unidade de produto gerada, passa a se fazer sentir, evidentemente, uma cada vez maior **redundância do trabalho vivo**.

A esse respeito, nos *Grundrisse*, apresenta-nos Marx algumas abordagens bastante esclarecedoras, como:

“Na maquinaria o trabalho objetivado se apresenta ao trabalho vivo, dentro do processo de trabalho, como o poder que o domina e no qual consiste o capital - segundo sua forma - enquanto apropriação do trabalho vivo. A inserção do processo de trabalho como mero momento do processo de valorização do capital é posta, também, do ponto de vista material, pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, em meio para a sua ação. Tal como vimos, o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital. A realização dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria o trabalho objetivado se confronta materialmente com o trabalho vivo como poder que o domina e como subsunção ativa do se-

gundo no primeiro, não através da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção; no capital fixo que existe como maquinaria, a relação do capital como valor que se apropria da atividade valorizadora, está por sua vez colocada como a relação do valor de uso da capacidade de trabalho; o valor objetivado na maquinaria se apresenta ademais como suposto perante o qual a força valorizadora da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; ..." (MARX, 1973:219-220; vol.2).

E, um pouco mais adiante:

"Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido no objetivado, que opera de maneira autônoma. O trabalhador se apresenta como supérfluo na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade (do capital)." (idem, p.221)

E, ainda:

"Dar à produção um caráter científico é, em consequência, a tendência do capital, e o trabalho fica reduzido a mero momento desse processo." (idem, p.221)

E, uma vez mais:

"...na mesma medida, o trabalho imediato se vê reduzido quantitativamente a uma proporção mais exígua, e qualitativamente a um momento sem dúvida imprescindível, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais por um lado, e por outro frente à força produtiva geral resultante da estruturação social da produção global, força produtiva que aparece como dom natural do trabalho social (ainda que [seja, em realidade, um] produto histórico)." (idem, p.222)

Ainda neste sentido, comentando o papel da elevação da composição técnica do capital e da progressiva automação do processo de produção como fontes da superfluidade do trabalho vivo, manifesta-se Belluzzo:

“...todos os métodos que nascem dessa base técnica, não podendo senão confirmar sua razão interna, são métodos de produção de mais-valia relativa em escala crescente, cuja aplicação **continuada** torna o trabalho imediato cada vez mais redundante.” (BELLUZZO, 1987:96)

Prossegue Belluzzo, comentando a autonomização da estrutura técnica, que implica, em decorrência da manifesta tendência à divisão do trabalho, o surgimento de um setor que se especializa na produção de meios de produção, que se autonomiza frente ao setor produtor de meios de consumo:

“A produção pela produção encontra agora seu veículo material apropriado, consubstanciado numa divisão social do trabalho em que o tempo de trabalho social se vincula de modo autônomo à produção de meios de produção. Isto significa que a regulação de todo o tempo de trabalho social é dada pela dinâmica da transformação do setor de meios de produção. E esta dinâmica se exprime pela diminuição constante do trabalho vivo ou, sob outro prisma, pela elevação continuada da composição orgânica do capital, o que eqüivale a dizer, pela exacerbação da busca da produção pela produção.” (BELLUZZO, 1987:97)

Nestes termos, diante do fato de que “não são as necessidades existentes que determinam o nível de produção mas de que é a escala de produção - sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção - que determina a massa de produto”, passa a se constituir em meta, para o capitalista, que tudo que seja por ele produzido “**contenha o máximo possível de trabalho não pago**, e isso só se alcança mediante **a produção para a própria produção**”<sup>10</sup> (MARX, 1985:107-108).

No ritmo e nas condições por esta impostos, na busca compulsiva de sua progressiva valorização, o capital, cuja composição orgânica cresce continuamente, acaba por determinar um estreitamento da própria base em que se apoia o processo de valorização, ou seja, o capital

<sup>10</sup> Os grifos são do autor.

variável, a fonte liberadora da “essência valorativa”. Em outras palavras, há uma tendência, inerente à própria evolução do capitalismo, de que ocorra uma progressiva compressão, ao longo do processo produtivo, do trabalho necessário (isto é, do valor da força de trabalho), até um ponto extremo em que o capital, na busca irrefreada da realização de seu caráter progressivo, tenderá “a negar suas determinações mais simples através da própria negação do trabalho”, o que significará que, para que o capital possa assumir o papel implícito em seu conceito, ele poderá ser levado a negar o seu próprio fundamento. (MAZZUCHELLI, 1985:32)

Ressalta-se, nas colocações acima feitas, a natureza contraditória do capital, não somente no que se refere às condições específicas que levam o capitalismo a uma situação extremada em que impera a “produção pela produção”, com uma inimaginável amplitude do ganho de expressão relativa, no delineamento da composição orgânica do capital, da massa de recursos produtivos, mas, também, no referente ao fato de que os superabundantes meios de produção que controla se contrapõem a uma cada vez mais minguante e redundante base de capital variável. Estas circunstâncias, juntamente com a clara consciência existente de que “o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital”, sinalizam na direção de que se possa viver uma situação em que o tempo de trabalho necessário tenda a se anular, na qual poderia se tornar questionável a imprescindibilidade do concurso do trabalho vivo para o desenvolvimento do processo produtivo, em cujo decurso é gerada a mais-valia.

Poderemos estar nos confrontando, pois, com circunstâncias em que:

“O afã desmedido de apropriação da mais-valia relativa se choca, assim, com a tendência à ‘supressão’ do trabalho necessário, na medida em que a unidade que prevalece na relação entre o trabalho excedente e o necessário tende a ser rompida pela autonomização do primeiro e pela eliminação do segundo.

Mas não é apenas o trabalho necessário que tende a ser suprimido: na medida em que a finalidade do capital é a de ‘dar à produção um caráter científico’, reduzindo o trabalho

'a um mero momento deste processo', é o próprio trabalho que se torna progressivamente redundante para os fins da produção capitalista. E isto envolve uma abrupta contradição, já que o capital tende a negar a base sobre a qual se apóia a produção de valores e, portanto, a própria valorização.

Deste modo, 'na mesma medida em que o tempo de trabalho - o mero *quantum* de trabalho - é posto pelo capital como único elemento determinante, desaparecem o trabalho e sua quantidade como princípio determinante da produção'; na mesma medida em que o suposto da produção fundada no valor 'é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho (...) a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado'; na mesma medida que a apropriação de trabalho não-pago constitui o fundamento da valorização do capital, 'o roubo de tempo de trabalho alheio (...) aparece como uma base miserável' na grande indústria erigida sobre a base da maquinaria; na mesma medida em que o capital 'tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho (...) põe ao tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza'; na mesma medida em que numa economia mercantil o trabalho só é mediatamente social, 'no processo de produção da grande indústria (...) o trabalho do indivíduo em sua existência imediata está posto como trabalho individual superado, isto é, como trabalho social'.

Daí que 'o capital mesmo é a contradição em processo'; os impulsos que o levam a suprimir o trabalho necessário; a se separar do tempo de trabalho como elemento determinante, suposto da produção, medida e fonte de riqueza; a se 'libertar' do roubo do trabalho alheio e a converter o trabalho direta e imediatamente em trabalho social - indicam que o capital tende a negar determinações que lhe são essenciais, constitutivas e, por isso mesmo, impossíveis de ser negadas.

É por essa razão que, na visão de Marx, o capitalismo constitui um regime de produção limitado, historicamente determinado, que cria - através do movimento de suas próprias contradições - as condições de sua superação: 'tão pronto como o trabalho em sua forma imediata cessa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso (...). Com isto se esvai a produção fundada no valor de troca, e ao processo de produção material se retira a forma da necessidade urgente e o antagonismo'. É assim que o 'capital trabalha em favor de sua própria dissolução como forma dominante de produção'.

A tendência à negação do trabalho se ajusta, portanto, ao próprio conceito de capital e remete, naturalmente, à lei da tendência decrescente da taxa de lucro<sup>11</sup>. Na verdade, a progressiva redundância do trabalho vivo está posta no próprio enunciado da lei de tendência, que, (...), condensa as contradições imanentes da produção capitalista. Mais ainda, na mesma medida em que a lei se exterioriza nas crises, é nas crises que são recompostas as condições de valorização do capital. O que significa dizer que é através das crises que o capital reafirma sua unidade originária com o trabalho. Vale dizer, é então que se revela a impossibilidade de o capital se separar de suas determinações primeiras, apesar de seu impulso permanente em fazê-lo." (MAZZUCHELLI, 1985:33-35).

11 Para Marx: "A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro [m/C, onde m é a mais-valia e C o capital global] é (...) **expressão, peculiar ao modo de produção capitalista**, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não-paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro [m/C], que por conseqüência tem que ir diminuindo." (MARX, 1980:243-244 - Livro 3)

## 9. O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Conforme já foi visto, o aumento da composição orgânica do capital reflete o fato de que, com o crescimento da acumulação capitalista e a evolução da ciência, há uma evolução nas técnicas produtivas, que leva a uma expansão da massa de meios de produção (trabalho morto) em comparação com a quantidade de força de trabalho (trabalho vivo) usada na produção, ou seja, reduz-se a proporção da participação do capital variável na conformação do capital global.

Mas, uma vez que a procura de força de trabalho é determinada não pelo capital global, mas, exclusivamente, por sua parte variável, a elevação da composição orgânica sinaliza no sentido de que a procura relativa de trabalho pela produção tende a se reduzir.

Por outro lado, em decorrência do avanço dos processos de concentração e de centralização do capital, com freqüência cada vez maior, inovações tecnológicas, resultantes de descobertas que se devem à evolução do conhecimento científico, são implantadas no processo produtivo, permitindo que os novos capitais que vêm sendo acumulados, quando postos em função, mobilizem, relativamente ao seu montante, um número cada vez menos expressivo de trabalhadores, enquanto que o antigo capital, ao sofrer periódicas e cada vez mais freqüentes expansões em sua composição orgânica, libera grande parte dos trabalhadores que antes empregava.

Além do mais, outros fatores contribuem para intensificar a parcela da população lançada ao desemprego, tais como o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do processo de trabalho, a ruína de pequenos produtores independentes e a incorporação ao capital, como trabalho disponível, da força de trabalho da mulher e da criança, uma vez que a automação dispensa o uso de trabalhadores adultos e resistentes, bem como de operários destros e hábeis.

Em conseqüência de tudo isso, aumenta sem cessar o número dos trabalhadores que não encontram onde empregar o seu trabalho. Parte da classe operária torna-se supérflua diante dos novos requisitos impostos pela acumulação capitalista. Forma-se, então, a chamada **superpopulação relativa** ou, em outras palavras, o **desemprego**.

A existência permanente dessa superpopulação relativa é uma expressão da lei capitalista da população, formulada por Marx, segundo a qual quanto maior for a massa de mais-valia, maior será a acumulação de capital e, conseqüentemente, mais elevada será a composição orgânica deste, o que levará a uma redução relativa da quantidade de força de trabalho absorvida pelo sistema produtivo; ou, expressando-se isto de outro ângulo, poder-se-ia dizer que a população trabalhadora, durante o processo produtivo, não se limita a produzir acumulação de capital, ela produz, também, concomitantemente, as condições para gerar o seu próprio excesso. Nas palavras de Marx:

“...a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua.”  
(MARX, 1980:732)

Essa população trabalhadora excessiva, remanescente ou sobranete é o que Marx chamou de **exército industrial de reserva**. Essa massa de trabalhadores desempregados, por meio de sua concorrência ativa no mercado de trabalho, exerce uma pressão permanente no sentido da redução dos salários.

Marx faz sobre a superpopulação relativa, entre outras, as seguintes considerações:

“Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele.” (MARX, 1980:733-734)

A esse respeito, escreveu Nikitin:

“Um exército de reserva de mão-de-obra na indústria é essencial ao capitalismo como meio de pressão sistemática sobre os operários empregados; permite ao capitalista bai-

...xar os salários sob a ameaça de demissão e aumentar a intensidade do trabalho, isto é, intensificar a exploração da classe operária. É por isso que os capitalistas têm interesse em manter certo grau de desemprego.” (NIKITIN, 1967:97)

Roger Garaudy, comentando o papel do exército industrial de reserva, cuja importância se conserva mesmo nas formas capitalistas atuais, cita alguns exemplos concretos:

“Ainda hoje os dirigentes do mundo capitalista consideram como normal e necessário um certo desemprego que impeça os salários de subir ‘exageradamente’. O Presidente Kennedy, em seu discurso de 1961 sobre o estado da União, explicava que a ‘cota de alarme’ só era atingida para os Estados Unidos a partir de quatro milhões de desempregados. O Presidente Truman proclamava essa tese com maior nitidez ainda: ‘É uma boa coisa para a higiene econômica que haja sempre uma volante de mão-de-obra à procura de emprego’.” (GARAUDY, 1967:174)<sup>12</sup>

O exército industrial de reserva tem um incremento de suas fileiras à medida que: 1) novos trabalhadores chegam à idade de trabalho e não conseguem emprego; 2) mulheres e crianças, por se apresentarem no mercado como mão-de-obra mais barata e menos exigente em termos de condições de trabalho, deslocam trabalhadores de seus lugares de trabalho, lançando-os ao desemprego; 3) migram para a cidade, em busca de oportunidades de trabalho, camponeses que perderam condições de trabalho ao serem expropriados de suas terras ou em função do avanço de técnicas produtivas que elevam substancialmente a produtividade do trabalho rural; 4) artesãos se arruinam por não poderem concorrer com a produção industrial e se proletarizam; 5) em decorrência do crescimento da composição orgânica do capital e da evolução tecnológica, há uma crescente liberação, pelas indústrias, dos detentores de uma cada vez mais redundante capacidade de trabalho; 6) ocorrem crises cíclicas que reduzem a atividade industrial, provocando

<sup>12</sup> Garaudy indica, como fontes da referência que faz sobre o fato dos dirigentes capitalistas considerarem o desemprego como um freio necessário à alta exagerada dos salários, o “Economist” de 20 de agosto de 1935 e, como fonte da citação sobre o pronunciamento do Presidente Truman, o “ECHO de la Bourse” de 15 de dezembro de 1959.

o desemprego temporário de trabalhadores; e 7) são recebidas, no território nacional, levas de imigrantes que vêm em busca de oportunidades de trabalho. De outro lado, reduz-se o exército de reserva de trabalhadores quando: 1) parte dos trabalhadores envelhece ou adoece, perdendo condições de continuar a trabalhar; 2) há trabalhadores que voluntariamente, ou por desânimo, desistem de continuar procurando emprego; 3) há reabsorção de trabalhadores pelas empresas após o término de um período de crise conjuntural; 4) emigram para o exterior trabalhadores desempregados ou que buscam melhores oportunidades de trabalho; e 5) novos empregos industriais são criados.

## 10. A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O desenvolvimento do capitalismo conduz a que, como resultado da progressiva acumulação do capital, haja a concentração, num dos pólos da sociedade burguesa, de imensas riquezas, que estimulam o luxo, o parasitismo, o esbanjamento e a ociosidade das classes exploradoras, enquanto, concomitantemente, no pólo oposto, cada vez mais se evidencia o jugo da exploração, o crescimento do desemprego, da indigência e do pauperismo e o império da ignorância e da degradação moral, caindo cada vez mais o nível de vida daqueles que, por meio de seu trabalho, são os responsáveis pela criação de todas as riquezas.

Isto posto, eis como Marx enuncia a **lei geral de acumulação capitalista**:

“Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e a energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior [será] a massa da superpopulação consolidada, [ou as camadas da classe operária] cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda,

quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se uma terminologia oficial, o pauperismo. **Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.**"<sup>13</sup> (MARX, 1980:747)

A acumulação capitalista tem como um de seus elementos propulsores a **taxa de exploração**<sup>14</sup>, relação que se constitui num importante indicador para a avaliação da pujança de uma economia, ou seja, uma economia tende a ser tanto mais rica quanto maior for a taxa de exploração nela praticada.

Assim sendo, a busca desenfreada de uma maior taxa de exploração leva a uma crescente acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas, ocasionando, ao mesmo tempo, uma piora da situação material da massa proletária. Portanto, a ampliação do grau de exploração promove uma contínua elevação do grau de intensidade do trabalho desenvolvido pelos operários (o que os leva a produzir a maior quantidade possível de produtos no menor intervalo de tempo possível), contribuindo dessa forma, ao reduzir maciçamente o trabalho necessário, para a expansão do exército industrial de reserva. No dizer de Marx:

"O capital não produz (...) apenas capital; produz também uma massa operária constante, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo, e numa escala cada vez mais ampla, produz condições de trabalho enquanto **capital**; também o capital produz numa escala cada vez maior os **assalariados** de que tem necessidade. (...) na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva do trabalho social, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como **riqueza que o domina**, como **capital**; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolvem a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetivas. (...)

13 O grifo é do autor.

14 A **taxa de exploração** é igual à relação entre trabalho excedente (mais-valia) e trabalho necessário, sendo também chamada de **taxa de mais-valia** ou de **relação de expropriação**, e cresce na razão direta do aumento da composição orgânica do capital.

Por conseguinte, **o crescimento do capital e o aumento do proletariado** apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo.

A relação não apenas se reproduz, não produz apenas numa escala cada vez mais massiva, não busca apenas mais operários e se apodera continuamente de ramos produtivos que antes não dominava: reproduz-se também em condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavorável para a outra, os operários, tal como se expôs na análise do modo de produção especificamente capitalista.”<sup>15</sup> (MARX, 1985:134-135)

Estas condições criam para a massa proletária uma situação de subordinação (dependência), que Marx chama de **subordinação social** e que caracteriza uma **subordinação absoluta do trabalhador ao capitalista**, que inexistia no período manufatureiro, quando os capitalistas, para submeterem os trabalhadores a seus interesses, tinham que lançar mão de modificações imprimidas à legislação vigente ou de formas violentas de coerção. A esse respeito, assim se expressa Marx, com uma certa dose de ironia:

“A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, que o economista político em casa, (...), pode metamorfosear em relação contratual entre comprador e vendedor, entre dois possuidores igualmente independentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho.” (MARX, 1980:888-889)

O trabalhador, submetido de maneira absoluta pelo capitalista, experimenta uma crescente alienação com relação ao seu trabalho, no qual

<sup>15</sup> Os grifos são do próprio autor.

em vez de se afirmar ele se nega. Ele só se sente à vontade quando não está trabalhando. No trabalho sente-se infeliz e inadaptado. Seu trabalho não é voluntário, ele é coagido a trabalhar. O trabalhador, ademais, através de seu trabalho, cria uma riqueza objetiva que dele se afasta, não lhe pertencendo e sim ao capitalista. Quanto maior o processo de acumulação de capital, pior a sensação de alienação vivida pelo operário. Além do mais, como fruto da acumulação, o crescimento da produtividade do trabalho social faz com que uma quantidade cada vez maior de meios de produção possa ser operada por um número progressivamente menor de trabalhadores, o que provoca o aumento do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, por, em decorrência disto, tenderem a minguar os salários, a pauperização de camadas cada vez mais espessas do exército ativo (os trabalhadores empregados). Sobre isto, comenta Marx:

“...dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente; desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. (...) Infiere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça a sua remuneração. A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho

atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital." (MARX, 1980:748-749)

## 11. O TRABALHO ALIENADO

Sendo a concentração progressiva da riqueza, ao mesmo tempo, responsável por proporcionar uma vida plena de deslumbramento e de desfrute para a classe que detém o capital e por manter os verdadeiros envolvidos na geração da riqueza numa situação de crescente afastamento daquilo que produziram, cuja destinação final nem sequer conhecem, é importante que se procure esclarecer a instigante questão do porquê resultam tão díspares situações aos integrantes das duas classes de agentes envolvidas nos processos de produção e de distribuição do produto, quais sejam: trabalhadores e capitalistas. O conceito-chave que pode permitir o esclarecimento desta questão é o de **alienação**<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Ernst Mandel (1978:19-20), reportando-se aos primórdios da sociabilização humana, assim justifica a forma através da qual se originou a crescente alienação que se faz sentir na atual sociedade capitalista:

"... o fenómeno da alienação não existe manifestamente - pelo menos sob esta forma - numa sociedade que não conheça a produção mercantil, onde há uma unidade de vida individual e de atividade social muito primitiva. O homem trabalha, e em geral não trabalha só, mas num conjunto coletivo com uma estrutura mais ou menos orgânica. Este trabalho consiste em transformar diretamente as coisas materiais. Quer dizer que a atividade do trabalho, a atividade da produção, a atividade de consumo, e as relações entre o indivíduo e a sociedade são reguladas por um certo equilíbrio que é mais ou menos permanente.

Com certeza que não existem motivos para embelezar a sociedade primitiva submetida a pressões e catástrofes periódicas causadas por sua extrema pobreza. O equilíbrio está sujeito a todo o momento a ser destruído pela penúria, pela miséria, pelas catástrofes naturais, etc. Mas (...), sobretudo a partir de um certo grau de desenvolvimento da agricultura, e de certas condições climatológicas favoráveis, foi criada uma certa unidade, uma certa harmonia, um certo equilíbrio entre praticamente todas as atividades humanas.

As conseqüências desastrosas da divisão de trabalho, como a separação completa de tudo o que é a atividade estética, esforço artístico, ambição criadora, das atividades produtivas, puramente mecânicas, repetitivas, não existiam na sociedade primitiva. Pelo contrário, a maior parte das artes, tanto a música e a escultura como a pintura e a dança estavam originalmente ligados à produção, ao trabalho. O desejo de dar uma forma agradável, bonita, aos produtos que se consumia quer individualmente, quer em família, quer num grupo de parentesco mais longo, integrava-se normal, harmoniosa e organicamente no trabalho de todos os dias.

O trabalho não era sentido como uma obrigação imposta do exterior, em tensão muito menos esgotante que o trabalho na sociedade capitalista atual, e isto porque estava em maior escala sujeito aos ritmos próprios do organismo humano e aos ritmos da natureza. O número de dias de trabalho raramente ultrapassava os 150 ou 200 por ano, enquanto que na sociedade capitalista aproxima-se perigosamente dos 300 e ultrapassa-os algumas vezes. Em seguida, porque subsiste a unidade entre o produtor, o produto e o consumo, porque o produtor geralmente produzia para o seu próprio uso, ou para o de seus próximos, e o trabalho conservava então um aspecto diretamente funcional. A alienação moderna nasce, sobretudo, da separação do produtor e do produto, o que é por sua vez resultado da divisão do trabalho e resultado de mercadorias, isto é, do trabalho para um mercado, para um consumidor desconhecido, e não para o consumo do próprio produtor."

Vejamos como o jovem Marx, na parte final do primeiro dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), explica isso:

“O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a **valorização** do mundo das coisas aumenta em proporção direta a **desvalorização** do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma **mercadoria**, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Este fato nada mais expressa senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser **alheio**, como um **poder independente** do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a **objetivação** do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como **desefetivação** do trabalhador, a objetivação como **perda e servidão do objeto**, a apropriação como **alienação**, como **exteriorização**.

A realização efetiva do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado a ponto de morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador se vê roubado dos objetos mais necessários não só à vida, mas também dos objetos de trabalho. Sim, até mesmo o trabalho se torna um objeto do qual ele só pode se apoderar com os maiores esforços e com as mais irregulares interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio do seu produto, do capital.

Todas estas conseqüências estão na determinação de que o trabalhador se relaciona com o **produto do seu trabalho**

como [com] um objeto **alheio**. Pois segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos [coisas] lhe pertence[m] como seu [suas] próprio [as]. (...) A **exteriorização** do trabalhador em seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência **exterior**, mas também que ela existe **fora dele**, independente de e alheia a ele, tornando-se um poder autônomo frente a ele, [o significado] de que a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga e alheia.”<sup>17</sup> (MARX, in FERNANDES, 1989:148-151)

Entretanto, a questão da objetivação (produção do trabalhador) e, também, a da alienação e a da expropriação de seu produto, não se resumem somente no que foi visto acima, uma vez que, prossegue Marx:

“...o trabalhador se torna portanto um servo de seu objeto, primeiro ao receber um **objeto de trabalho**, isto é, receber **trabalho**, e segundo ao receber **meios de subsistência**. Portanto, para que possa existir primeiro como **trabalhador** e, segundo, como **sujeito físico**. O extremo desta servidão é que apenas como **trabalhador** ele [pode] se manter como **sujeito físico** e apenas como **sujeito físico** ele é trabalhador.

**A Economia Política oculta a alienação na essência do trabalho por não considerar a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção.** É claro. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador.

<sup>17</sup> Os grifos são do próprio autor.

**A relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção.** A relação do abastado com os objetos da produção e com ela mesma é só uma **conseqüência** desta primeira relação. E a confirma. (...) Se portanto perguntarmos qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do **trabalhador** com a produção.”<sup>18</sup> (idem, p.152)

É importante frisar que a alienação do trabalhador não se restringe tão somente à sua relação com os produtos de seu trabalho. Ela está presente, também, no decurso do próprio ato (ou processo) de produção, no seio mesmo da atividade produtiva.

Por se defrontar diretamente com aquilo que produz, torna-se o trabalhador a “matriz de todas as relações sociais: ‘Através do trabalho alienado o homem não só engendra suas relações com o objeto e com o ato de sua produção como poderes estranhos e hostis a ele mesmo, mas também engendra a relação na qual os outros homens se situam diante de sua produção e seu produto, e a relação em que se encontram com os outros homens’. A alienação do trabalho corrompe as demais relações sociais e o *status* de cada pessoa reflete a sua situação em face do trabalho.” (GIANNOTTI, 1966:137) Além do mais, temos que levar em conta que: “Apagando a dimensão consciente da produção humana, o trabalho alienado inverte o sentido da atividade vital: transforma-a num instrumento de garantia da **existência** de cada um, seja ela qual for, ao invés de fazer dela a manifestação de sua **essência**”<sup>19</sup> (GIANNOTTI, 1966:138).

O alheamento do trabalhador aos frutos de seu trabalho reflete a alienação relativamente a si próprio enquanto agente produtivo. O trabalho, ao invés de contribuir para a sua auto-afirmação como produtor, reflete a sua própria negação, provoca-lhe infelicidade, mortifica-o fisicamente e arruína o seu equilíbrio mental e emocional. O trabalhador, nessas condições, não sente qualquer prazer ao trabalhar, fazendo-o somente a contragosto, forçado pelas circunstâncias, premido que é pela obrigação que sente de atender às exigências ditadas pelas ne-

18 Os grifos são do próprio autor.

19 Os grifos são do autor.

cessidades de suporte material de seus encargos familiares e de preservação do *status* que mantém em termos de inserção social. Trata-se, pois, de uma situação em que ele se vê compelido a trabalhar, sem qualquer contrapartida de prazer ou de realização, independentemente de ser submetido, para assim agir, a qualquer tipo de coerção física ou de qualquer outra natureza, exceto, eventualmente, se esta tiver origem nos seus próprios condicionamentos morais ou psíquicos.

Assim sendo, o seu abatimento e o seu desarvoramento ao trabalhar tornam patente o alheamento de que se encontra possuído. Para ele o trabalho representa auto-sacrifício, deprimindo-o física e psicologicamente. O trabalho aparece para ele como algo que não lhe pertence e durante cuja execução ele próprio deixa de se pertencer. A obrigação de trabalhar passa a representar para o trabalhador, mesmo que ele desfrute de condições excepcionalmente favoráveis de trabalho, uma perda do controle sobre si mesmo, uma sensação de subjugação, como se ele pertencesse a outrem.

## 12. CONCLUSÃO

Marx, como pôde ser visto, considera a lei de miséria crescente do proletariado como correlativa à lei de concentração progressiva do capital. Dessa forma, paralelamente ao processo de desenvolvimento do capitalismo, há, na sua visão, o desenvolvimento do processo de pauperização do proletariado, quer em termos relativos, quer em termos absolutos. A pauperização relativa do proletariado é decorrente do fato de que, com o aumento da riqueza social, há uma redução da participação dos trabalhadores no produto gerado pela sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que cresce a participação dos detentores do capital.

O incremento da produtividade do trabalho e da exploração dos operários acarreta uma redução da parcela do tempo de trabalho que é paga aos trabalhadores (o trabalho necessário) e provoca uma expansão da parcela do trabalho não pago que é apropriada pelos capitalistas. Eis o motivo pelo qual se torna cada vez mais evidente a disparidade entre a vida de luxo e de prazeres, que a riqueza proporciona à minoria explo-

radora da sociedade, e o nível de vida cada vez mais precário que corresponde a aqueles que efetivamente produzem a riqueza.

À proporção que cresce a riqueza social, há uma tendência inexorável no sentido de que se aprofunde e se alargue o abismo que separa os capitalistas da classe trabalhadora, aguçando-se, em conseqüência, as contradições entre essas duas classes, a tal ponto que segmentos crescentes da população do mundo capitalista se vêem hoje condenados à pauperização absoluta, vivendo numa situação em que se manifesta, no mais alto grau, a deterioração das condições de vida e de trabalho do proletariado, como resultado de uma série de fatores, uma parte dos quais derivados das seqüelas da exploração pelos capitalistas da classe trabalhadora, tais como: a cada vez maior concentração da renda, o aumento do grau de intensidade do trabalho, o crescente desemprego na cidade e no campo, a elevação do custo de vida, a queda dos salários reais, a eclosão de crises cíclicas, os descalabros cometidos na gestão da "coisa pública", a corrupção e as atitudes corporativistas dos parlamentares e das autoridades públicas e o correspondente grau de descrédito junto à população que disso decorre, a piora das condições habitacionais, o aumento da violência urbana etc.

Assim sendo, à medida que se expande e se concentra a riqueza - desenhando-se, para alguns poucos favorecidos, um futuro risonho e uma perspectiva de vida plena de oportunidades, de prazeres, de desfrute e de realizações -, a miséria, a doença, a fome, a desnutrição, o desabrigo, a incultura, a desesperança e outras mazelas que acompanham a pobreza vão se disseminando entre os grandes contingentes de marginalizados do mercado de trabalho existentes na sociedade capitalista, e, até mesmo, no seio de parte considerável daqueles que têm acesso a um emprego, formal ou informalmente.

Parece, portanto, bastante cristalino o fato de que, sob o regime capitalista, o crescimento das forças produtivas não alivia, antes piora, a situação das massas trabalhadoras. E isto se deve à perversidade intrínseca dos mecanismos que movem o processo de acumulação capitalista. Ganha consistência, pois, diante das constatações acima feitas, a visão marxiana de que a melhoria ou a deterioração do nível de bem-estar do proletariado, num dado momento, será sempre resultan-

te das conquistas obtidas ou das perdas que tenham que ser assimiladas, por qualquer uma das duas classes em conflito, no processo incessante de contraposição de forças (via luta de classes) entre capitalistas e trabalhadores.

### 13. BIBLIOGRAFIA

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Bienal, 1987.

FERNANDES, Florestan (Organizador). *Marx/Engels*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GARAUDY, Roger. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MANDEL, Ernst. *Iniciação à teoria económica marxista*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, Karl. *O capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores S/A, 1973.

\_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: O capitalismo e suas crises*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de O capital*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *O valor na Ciência Econômica*. Porto: Editorial Presença, 1980.

NIKITIN, P. *Fundamentos de Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

# GLOBALIZAÇÃO, ESTADO NACIONAL E A VOLTA DO PENSAMENTO LIBERAL<sup>1</sup>

*Fernando Augusto M. Mattos<sup>2</sup>*

## 1. APRESENTAÇÃO

Meu objetivo neste artigo é apresentar, de maneira crítica, o chamado processo de globalização da economia mundial, procurando apontar as principais transformações ocorridas na economia internacional desde o pós-guerra. Ressaltarei também os desafios que se colocam ao papel do Estado Nacional dos diversos países neste contexto de economia globalizada, procurando por fim avaliar qual tem sido o custo social de todo este processo.

A crise econômica que se abateu sobre os países capitalistas centrais a partir dos anos 70 e as mudanças ocorridas no cenário econômico e nas relações diplomáticas entre estes países deram origem a uma mudança acelerada e profunda na hegemonia ideológica que dava sustentação às regras de funcionamento da economia internacional. No pós-guerra, o keynesianismo atingiu o seu auge e isto teve um impacto significativo tanto nas regras de funcionamento do sistema financeiro internacional quanto na formulação de políticas econômicas nos diversos países capitalistas avançados. A partir da crise dos anos 70, a hegemonia keynesiana foi sendo progressivamente superada pelo liberalismo de mercado, que atinge seu auge no início dos anos 80. A evolução das medidas de política econômica de corte liberal e suas contradições constituirão o marco principal da análise feita neste texto a respeito das transformações pelas quais tem passado o capitalismo na segunda metade deste século, em processo de intensas transformações na forma de internacionalização do capital, processo este que

1 Este texto é uma versão melhorada de palestra por mim proferida na FACECA, no dia 30 de outubro de 1997, por ocasião do lançamento do livro "Estado, Mercado e Tributação", de autoria do Prof. Valdemir Pires (UNIMEP).

2 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre e doutorando pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

a imprensa e amplos segmentos do meio acadêmico têm chamado de 'globalização'.

## 2. CENÁRIO DO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Para começarmos, precisamos resgatar os principais aspectos econômicos e políticos que se colocavam no cenário do imediato pós-guerra, especialmente na Europa. Este cenário peculiar acabou definindo as condições em que foram formuladas as regras de funcionamento da economia internacional a partir do momento em que cessaram os combates da Segunda Guerra Mundial.

Voltemos, portanto, a 1944. Em julho deste ano, representantes de 44 países (sob a presidência de John Maynard Keynes, que também atuou como representante da Grã-Bretanha) reuniram-se em uma pequena cidade do estado norte-americano de New Hampshire, chamada Bretton Woods, para definir as regras de funcionamento da economia internacional a partir de então. O objetivo principal das reuniões de Bretton Woods era criar instrumentos monetário-financeiros para a reconstrução das economias devastadas pela Guerra, restabelecer os fluxos do comércio internacional e retomar mecanismos de crescimento econômico que conduzissem o mundo capitalista a um período de prosperidade e pleno emprego.

Ainda estavam muito vivas as reminiscências do período do entre-guerras, denominada de Grande Depressão, marcada por uma sucessão de hiperinflações, pela devastação do tecido social e pela ampliação da pobreza em toda a Europa. Aquele período de pouca prosperidade e de deterioração socioeconômica havia sido resultado das seqüelas mal resolvidas herdadas da Primeira Guerra Mundial, que acabaram criando condições propícias ao surgimento de movimentos fascistas e nazista (caso da Alemanha) e, conseqüentemente, a um novo conflito mundial.

Quais foram, então, as principais medidas definidas em Bretton Woods?

Foram criados o FMI (com a função de servir como prestador de última instância aos países com dificuldades de balanço de pagamen-

tos), o GATT (função de estabelecer regras para o livre comércio entre as nações) e o Banco Mundial (função de conceder empréstimos para projetos específicos de países, especialmente em infra-estrutura para o funcionamento da economia). A criação de regras monetário-financeiras também devem ser aqui destacadas: estabeleceu-se uma paridade entre o dólar (que passaria a ser a moeda de curso internacional) e o ouro (35 dólares a onça de ouro) e também ficou definido previamente que as demais moedas teriam uma paridade fixa (mas ajustável) com o dólar. Os países poderiam fazer oscilar suas moedas na faixa de 1% acima e 1% abaixo da taxa previamente definida em relação ao dólar sem precisar consultar o FMI ou em até 10% consultando o FMI sob certas condições (na verdade estas 'condições' acabaram não sendo definidas claramente com o passar dos anos)<sup>3</sup>. O Tesouro dos EUA assumiu também o compromisso de honrar a conversibilidade em ouro das reservas em dólar dos diversos países. Isto foi importante para que, por muitos anos, o dólar fosse aceito como uma moeda estável pelos agentes econômicos internacionais.

O contexto político da guerra fria fez com que os EUA se colocassem como fiadores da reconstrução européia e japonesa. A prosperidade que já se percebia na URSS e a ameaça de vitória dos partidos comunistas europeus fizeram com que os americanos investissem pesadamente na reconstrução dos países europeus e do Japão, com o claro intuito de evitar que as dificuldades econômicas enfrentadas pelos povos que haviam se envolvido diretamente na guerra pudessem fazer aumentar suas simpatias pelos ideais socialistas/soviéticos (lembrar também que a URSS tinha tido papel decisivo na vitória sobre os nazistas, o que contribuía para aumentar a simpatia dos povos europeus por este país).

A hegemonia ideológica do momento estava com os keynesianos. Os horrores da guerra e o período anterior de hegemonia liberal (durante a Depressão do entre-guerras) fizeram com que se tornassem

---

3 É importante ressaltar que estas regras voltadas à estabilidade cambial só passaram a ser efetivamente seguidas pelos países a partir de 1958, conforme alerta Bordo (1994), tendo sido, portanto, mais importantes para a continuidade do crescimento econômico dos países capitalistas desenvolvidos do que exatamente para a reconstrução do pós-guerra, a qual foi, como veremos, viabilizada principalmente pela implementação do Plano Marshall.

hegemônicas as idéias de planejamento e de intervenção dos Estados Nacionais para recolocar as economias capitalistas na rota do desenvolvimento sustentado. O livro de Andrew Walter (1993) define bem o que estava na mente dos representantes dos principais países nas reuniões de Bretton Woods: "o objetivo não era estabelecer um regime de empresa privada mas de criar um clima de expansão mundial consistente com os objetivos sociais e econômicos do New Deal". As idéias de livre-mercado e de não-intervenção do Estado eram então ridicularizadas em todos os meios, conforme lembra Hobsbawm (1995), na seguinte passagem em que ele se refere aos liberais: "Eram verdadeiros crentes da equação 'Livre Mercado=liberdade do indivíduo', e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A Estrada para Servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes".

Em Bretton Woods haviam sido criadas também diversas regras para controlar os movimentos de capitais e para garantir a estabilidade do dólar como moeda internacional que forneceria liquidez para as transações econômicas dos novos tempos. Vale citar uma afirmação de Keynes que data ainda de 1933<sup>4</sup>, alertando para a necessidade de conter a expansão do capital financeiro internacional, por causa de seu potencial disruptivo e instabilizador sobre a economia internacional: "Idéias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens - existem coisas que devem, por sua natureza, ser internacionais. Mas permitamos que as mercadorias sejam feitas nacionalmente quando quer que isto seja razoável e convenientemente possível e, acima de qualquer coisa, deixemos que as finanças sejam primordialmente nacionais". Keynes estava preocupado, evidentemente, com a criação de mecanismos para que as potencialidades produtivas do capitalismo nacional não fossem obstaculizadas, de tal maneira que o pleno emprego

4 Epígrafe do capítulo 1 do livro de Kapstein (1996).

pudesse ser atingido com a reconstrução das economias e mantido depois que esta tivesse sido completada.

O contexto da Guerra Fria permitiu a implementação de um plano de estímulo às economias européias, elaborado pelos EUA, o Plano Marshall. Este plano foi efetivamente implementado em 1948 e através dele os EUA injetaram vultosa soma de dólares nas economias em reconstrução<sup>5</sup>. As exportações americanas expandiram-se vigorosamente, pois as necessidades de compras de matérias-primas e novas máquinas por parte destes países voltaram-se todas para a pujante economia americana.

Os sindicatos e o Estado Nacional, neste contexto, tiveram também papel primordial. O pacto social-democrata só foi viabilizado porque foram expressivos os ganhos em produtividade, de salários e a melhoria no perfil de distribuição de renda. O Estado Nacional atuou não somente construindo o Welfare State, mas também realizando investimentos diretos em infra-estrutura que criaram condições materiais favoráveis aos investimentos diretos dos capitalistas.

**Tabela 1.** Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período

	em %					
1870-1986						
Países selecionados	1870-1913	1913-1950	1950-1960	1960-1973	1973-1986	1990-1993 *
EUA	4,16	2,79	3,25	3,96	2,52	1,5
GRÃ-BRETANHA	1,90	1,29	2,87	3,14	1,43	-0,1
ALEMANHA	2,81	1,30	7,97	4,37	1,85	1,8
FRANÇA	1,63	1,15	4,57	4,61	3,19	0,9
ITÁLIA	1,47	1,44	5,75	5,30	2,33	0,9
JAPÃO	2,46	2,24	8,83	9,64	3,68	2,55

Fonte: A.Maddison (1989), pág. 119 a 123. Dados e países selecionados por este autor (Fernando Mattos).

(\*) Dados do FMI, citados por J. Gorender (1997).

Os indicadores socioeconômicos dos Anos Dourados podem ser avaliados pela leitura das três primeiras tabelas deste artigo. A tabela 1

5 O Japão também recebeu expressivos aportes de capitais dos americanos para estimular sua reconstrução.

mostra que as taxas anuais médias de crescimento, nas décadas de 50 e de 60, assumiram resultados sem precedentes na História do capitalismo. Os valores desta tabela demonstram a rapidez do processo de reconstrução dos países europeus e do Japão no pós-guerra. Na tabela 2, podemos constatar que, nos primeiros sete anos da década de 60, ainda eram bastante reduzidas as taxas de desemprego nos principais países capitalistas. Este indicador, porém, piorou consideravelmente nos anos subseqüentes, destacando-se o dramático quadro revelado pelos dados das décadas de 80 e de 90.

**Tabela 2.** Taxas de Desemprego Padronizadas 1960-1995

Países	Em porcentagem				
	1960-1967	1968-1973	1974-1979	1980-1989	1990-1995
Alemanha	0,8	0,8	3,5	6,8	5,3
Espanha	2,3	2,7	5,3	17,5	19,2
França	1,5	n.d.	4,5	9,0	10,6
Inglaterra	1,5	2,4	4,2	9,5	9,2
Itália	4,9	5,7	6,6	9,9	10,5
Suécia	1,6	2,2	1,9	2,5	4,9
Japão	1,3	1,2	1,9	2,5	2,4
Canadá	4,8	5,4	7,2	9,3	10,4
EUA	5	4,6	6,7	7,2	6,5

Fonte: OCDE, BLS (apud Dedecca, 1996).

A tabela 3, por sua vez, deixa claro que, nos anos 60, a taxa anual média de crescimento do salário horário real na indústria de transformação foi expressiva, sendo possível identificar casos, como na Itália, Japão e França, em que este indicador demonstrou ótimos resultados ainda até meados dos anos 70, tendo, porém, como em todos os demais exemplos nacionais, mergulhado vertiginosamente para valores decepcionantes nos anos 80 (nos anos 90, dados que a tabela não mostra, o quadro se deteriora ainda mais).

**Tabela 3.** Taxa médias anuais de crescimento do salário horário real na Indústria de Transformação

1960-1989	em %			
Países selecionados	1960- 1968	1968- 1973	1973- 1979	1979- 1989
EUA	1,5	1,3	0,0	-0,9
ALEMANHA	4,3	5,2	2,5	1,3
FRANÇA	4,0	5,3	3,7	0,9
INGLATERRA	n.d.	3,7	0,9	2,6
ITÁLIA	3,0	9,0	5,2	0,7
JAPÃO	5,2	9,7	1,6	1,6

Fonte: OCDE Economic Outlook.Paris, 1960-1989;apud Mattoso (1995), pág. 96.

Indicador e países selecionados por este autor.

Dados estes resultados, impõe-se a tarefa óbvia de discutir como ocorreu a inflexão dos principais indicadores socioeconômicos nestes últimos 25 anos nos principais países capitalistas. Para interpretar esta mudança, devemos nos remeter, pelo menos, ao final dos anos 60, quando alguns problemas contrapunham-se à manutenção da trajetória econômica vigente durante os Anos Dourados. A expansão dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, decisiva para a ampliação da oferta de dólares na economia internacional e portanto para oferecer a liquidez necessária para as transformações econômicas do pós-guerra, começa a ser questionada por diversas nações, que temiam pela conversibilidade do dólar em ouro, já que era notório que a expansão da base monetária em dólares superava de longe a produção de ouro que lhe dava lastro. Na verdade, porém, o que estava por trás desta contestação era a oposição de diversas nações, especialmente a França de de Gaulle, ao desmesurado poder que os EUA, como país emissor da moeda de curso internacional, ostentavam naquela ordem internacional.

As contradições do sistema Bretton Woods tornaram-se explícitas exatamente no momento em que o dinamismo industrial dos países europeus apresentava desaceleração, devido ao relativo esgotamento das oportunidades que haviam sido criadas para o investimento direto durante o período de 'catching up' (esforço concentrado dos países europeus, no pós-guerra, em alcançar o nível de desenvolvimento econômico dos EUA).

### **3. DESGASTE DO SISTEMA BRETTON WOODS E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO E DAS POLÍTICAS LIBERAIS**

A industrialização de países europeus havia sido completada e não se vislumbrava uma possibilidade de novos impulsos schumpeterianos de crescimento industrial, com ganhos expressivos em produtividade. Além do mais, a relativa estagnação da indústria americana, o aumento das importações de produtos manufaturados pelos EUA e a ampliação de seus gastos militares com a Guerra do Vietnã e com as tropas militares estacionadas na Europa expandiam aceleradamente o déficit no balanço de pagamentos dos EUA.

A desconfiança contra o dólar, neste contexto, não parava de crescer e tal fato levava todo o funcionamento do sistema financeiro internacional a um impasse. Materializava-se, assim, o chamado Dilema de Triffin, em alusão a alertas que o economista da Universidade de Yale, Robert Triffin, vinha fazendo, desde o início dos anos 60, para a contradição fundamental existente no funcionamento do sistema financeiro internacional. Segundo Triffin, a expansão da liquidez financeira internacional em magnitude suficiente para sustentar o crescimento da economia mundial nas condições aceleradas do pós-guerra dependia da contínua ampliação dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA. Esta mesma expansão do déficit do balanço de pagamentos dos EUA, porém, criava no próprio sistema financeiro internacional uma crescente desconfiança contra o dólar, pois gerava uma crescente desproporção entre o estoque desta moeda e o estoque de ouro que lhe servia de lastro. Tratava-se, portanto, de um problema relacionado à forma como

foi estruturada a economia internacional desde Bretton Woods, em que uma moeda nacional (e, portanto, emitida por um país e não por um organismo internacional), o dólar, servia como moeda de circulação internacional.

O extraordinário livro de B. Eichengreen (1996) explica o papel (e as contradições) da expansão do déficit no balanço de pagamentos dos EUA para o funcionamento do sistema B. Woods: "A situação complicava-se pelo fato de que o sistema Bretton Woods, assim como o padrão ouro antes dele, gerava sua própria liquidez. Assim como ocorreria sob o padrão ouro, governos e bancos centrais suplementavam suas reservas em ouro com moeda externa (câmbio exterior). Dada a posição dominante dos EUA no comércio internacional e nas finanças e as amplas reservas de ouro dos americanos, os governos e os bancos centrais formavam as suas reservas com acumulação do dólar americano. Os EUA podiam incorrer em déficits de balanço de pagamentos na magnitude do desejo dos governos e bancos centrais em acumular dólares. Os EUA poderiam limitar esta magnitude aumentando as taxas de juros, tornando mais custosa a aquisição destes dólares por parte dos bancos centrais. Ou poderiam inundar o sistema com liquidez caso exercessem restrições inadequadas. De qualquer forma, o sistema permanecia dependente de dólares para o incremento de suas necessidades de liquidez".

Os relatos e livros sobre as reuniões de Bretton Woods (Mikesell, 1994, por exemplo) mostram que Keynes sugeriu que fosse criada uma moeda internacional (o 'bancor') para evitar que o fornecimento de liquidez da economia mundial fosse dependente das decisões tomadas por um único país. A evolução do sistema financeiro internacional mostrou que Keynes estava com toda a razão ao defender que a moeda internacional fosse criada e gerida por organismos internacionais e que não dependesse, para sua emissão, de decisões tomadas por um país em particular. O poder desproporcional dos EUA do pós-guerra, porém, derrotou as propostas de Keynes. Desta forma, a Nação hegemônica, maior vencedora da Segunda Guerra Mundial, conseguiu fazer com que o dólar assumisse de fato a posição de moeda internacional mais importante. Eichengreen (1996) acrescenta que as contradições inerentes ao sistema Bretton Woods e a estabilidade do padrão

monetário internacional baseado no dólar tiveram uma relativamente longa duração apenas por causa da convergência de interesses políticos entre os países ocidentais e o Japão no contexto da Guerra Fria. A ação política dos EUA em conversações constantes com outros países, assim como algumas medidas instrumentais tomadas pelos americanos, especialmente nos anos 60, foram postergando a derrocada da frágil estabilidade da conversibilidade ouro-dólar.

Em meados de 1971, a imprensa começou a divulgar insistentemente que a França e a Inglaterra planejavam requerer, junto ao Tesouro americano, a conversão (em ouro) de suas reservas denominadas em dólar. Em agosto deste mesmo ano, o presidente dos EUA, Richard Nixon, decide decretar o fim da paridade dólar-ouro, anunciando em canal de TV que o Tesouro dos EUA não mais honraria a conversão do dólar em ouro. Foi um golpe duro no sistema Bretton Woods. Em 1973, as paridades cambiais são abandonadas, seguindo-se outras medidas liberalizantes. Neste mesmo ano, a crise do petróleo serve como um novo empurrão, abismo abaixo, na economia capitalista<sup>6</sup>.

É neste contexto de crise e de impasse para a manutenção do crescimento econômico acelerado das duas décadas anteriores que os liberais ressurgem e começam a fazer valer suas críticas em relação ao funcionamento da economia internacional. Como os liberais interpretavam a inversão da trajetória de crescimento no final dos anos 60? A 'culpa', segundo eles, era do Estado e das Sociedades, que não aceitavam abrir mão de conquistas obtidas no pós-guerra. Neste momento de 'virada' da hegemonia ideológica, ganham força, nas instituições e organismos internacionais, assim como em diversos governos de países capitalistas avançados, as medidas ortodoxas de política econômica, aliadas a uma série de propostas de 'flexibilização' dos mercados de trabalho nacionais que, na verdade, escondem a sua principal motivação: um ataque frontal aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores<sup>7</sup>. A mudança da hegemonia ideológica explica a escalada de medidas liberalizantes nas regras cambiais e na movimentação dos capitais financeiros, assim como as tentativas (muitas das quais bas-

6 Ver na tabela 1 como as taxas de crescimento econômico, a partir de 1973, sofrem queda acentuada.

7 Voltaremos a este tema tão importante mais à frente.

tante bem sucedidas) de desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós-guerra.

Em 1979, os EUA adotam a 'política do dólar forte', implementada por Paul Volcker, que se baseou em forte valorização da moeda americana e elevação brutal das taxas de juros pelo FED, a qual teve de ser acompanhada por todos os demais países, pois a já elevada mobilidade do capital financeiro na época exigia que os países capitalistas tomassem também esta medida para evitar a drenagem total de suas reservas em direção aos mercados financeiros americanos.

As eleições de Reagan e Thatcher marcaram a definitiva virada ideológica em favor dos liberais. Os mecanismos de controle de movimentação do capital financeiro foram sendo suprimidos, obrigando os demais países a acompanharem as mudanças institucionais promovidas por EUA e Inglaterra. A base ideológica de tais medidas residia na crença de que a liberdade total de movimentação de recursos geraria a melhor alocação possível destes. O resultado de tal processo, não obstante, foi a ampliação da instabilidade financeira mundial, a elevação das taxas de juros reais e a queda das taxas de investimento produtivo nos principais países capitalistas. Aumentou crescentemente a relação entre a Dívida Pública e o PIB dos países, uma vez que a ampliação da primeira dá-se principalmente pelas crescentes taxas de juros, enquanto o PIB cresce a modestas taxas médias anuais, geralmente abaixo das taxas médias de juros. Desta forma, fica evidenciada a inconsistência das medidas monetaristas de combate ao aumento dos déficits orçamentários e ao aumento das Dívidas Públicas dos respectivos países capitalistas.

A questão do déficit orçamentário é uma, entre tantas outras, que podemos invocar aqui para desvendar a falácia das promessas liberais. Nos final dos anos 60 e principalmente nos anos 70, a ideologia então novamente dominante defendia a idéia de que a reversão dos déficits deveria dar-se pelo corte das despesas. Uma vez eliminado o déficit orçamentário, defendia a nova corrente dominante, seria possível proceder a uma contínua diminuição das taxas de juros, propiciando um ambiente adequado para uma posterior retomada do crescimento econômico. Mas o que a teoria ortodoxa não conseguia perceber

era que os juros não estavam relacionados com os déficits orçamentários, mas com a elevação da instabilidade financeira internacional, a qual exigia dos países manter elevadas as suas taxas de juros reais, para evitar a fuga de capitais que debilitariam suas respectivas posições nos balanços de pagamentos.

O controle da inflação passou a depender cada vez mais de medidas ortodoxas de contenção de demanda, estabelecendo-se, portanto, condições cada vez mais adversas para a retomada do crescimento econômico.

A manutenção de uma baixa inflação passou a ser o objetivo central na formulação das políticas econômicas nacionais, pois o aumento dos preços debilita o rendimento real de títulos públicos já emitidos, podendo provocar perdas patrimoniais expressivas e de grande alcance especialmente em economias que carregam crescentes estoques de Dívida Pública. Desta forma, os governos passam a recorrer a aumentos das taxas de juros de curto prazo para manter a economia sem pressões de demanda e portanto com inflação (ortodoxamente) controlada. O aumento da remuneração dos títulos fazia aumentar também, por conseguinte, os gastos com a Dívida Pública, realimentando os déficits operacionais dos Estados Nacionais. Volta-se, então, ao ponto inicial, com ampliação da Dívida Pública e do Déficit Público, mas agora com a economia em recessão, conforme ocorreu principalmente a partir do início dos anos 80.

Desta forma, percebe-se que a perda de dinamismo das economias teve um papel central para a ampliação dos déficits. Na verdade, como já dissemos, desde o final dos anos 60 é que o debate sobre os déficits orçamentários começa a surgir com mais força. Esta era uma preocupação central dos liberais pois estes achavam que o aumento dos gastos públicos era o responsável pelo aumento do déficit e este o culpado pelo aumento da inflação. A verdade, porém, é que os anos 50 e 60 ensinaram que o gasto público expandiu-se aceleradamente mas os déficits não surgiram pois o volume de negócios privados gerados na economia também aumentou expressivamente, aumentando portanto a arrecadação de impostos, compensando com folga a ampliação dos gastos públicos, como mostra o importante trabalho de Andrew

Glyn (1996). No final dos anos 60 e início dos 70, entretanto, os déficits começam a surgir e não foi mera coincidência que isto tenha ocorrido exatamente quando a atividade econômica sofria uma inflexão. A inflação que ressurgia neste momento estava na verdade relacionada à crescente desconfiança contra o dólar, aos problemas de realização dinâmica da indústria (e o aumento de seus custos fixos médios<sup>8</sup>) e finalmente à elevação dos preços do petróleo e demais commodities.

No final dos anos 70 e especialmente no início dos anos 80, começa a se mostrar com toda a força a globalização financeira. A livre movimentação de capitais ao redor do mundo debilita fortemente o raio de manobra dos Estados Nacionais para realizar a política econômica. O Estado Nacional torna-se cada vez mais refém da manutenção de elevadas taxas de juros reais e cada vez mais dependente do controle ortodoxo da inflação, sem com isso, porém, evitar a instabilidade econômico/financeira. O ambiente de elevada incerteza debilita o estado de confiança necessário para estimular os investimentos produtivos privados, dificultando a retomada do crescimento econômico em bases consistentes. A crise fiscal do Estado também faz refluir o gasto público voltado para a atividade produtiva e para a ampliação da infraestrutura social.

A ampliação da movimentação da riqueza financeira foi erodindo as bases de sustentação do sistema Bretton Woods, pois ampliava a necessidade de rever as paridades cambiais que haviam sido definidas no final da década de 40, as quais conferiram ao sistema certa estabilidade. Mais uma vez seria pertinente citar B. Eichengreen a este respeito: “(a desregulamentação dos movimentos do capital financeiro) faz com que apenas os ajustamentos entre as paridades cambiais possam reverter os desequilíbrios criados (desequilíbrios nos balanços de pagamentos dos países). E isto (mudanças bruscas de paridades cambiais) os acordos de Bretton Woods procuravam deter. Seus artigos desencorajavam ajustes antecipatórios (nas taxas de câmbio). Eles (artigos do acordo B. Woods) forçavam governos a negar que as mudanças de paridade (cambial) fossem contempladas e faziam com que eles (os governos) sofressem constrangimentos se levados a des-

<sup>8</sup> Os custos fixos médios aumentavam como resultado da recessão e do sobredimensionamento dos projetos de investimentos iniciados nos anos 60.

valorizar (o câmbio). Uma vez que a mobilidade de capital aumentou nos anos 60, os conflitos foram acentuados". O autor alerta portanto para as crescentes dificuldades impostas aos formuladores nacionais de política econômica à medida que se ampliavam os fluxos internacionais de capital financeiro, ressaltando que esta desregulamentação do capital financeiro solapou as bases de sustentação do sistema definido em Bretton Woods.

Neste contexto, também a necessidade de manter altas taxas de juros reais e inflação obsessivamente controlada impõe-se cada vez com maior força sobre os Estados Nacionais. Estes constrangimentos para a elaboração da política econômica estavam relacionados à imperiosa exigência de garantir os valores reais dos rendimentos financeiros dos títulos públicos e privados emitidos por um mercado financeiro cada vez mais complexo e de peso relativo cada vez maior nas diversas economias nacionais. Como resultado deste ambiente de crescente instabilidade, temos crescimento econômico fraco (resultado principalmente da redução dos investimentos diretos, uma modalidade de aplicação de capital com peso cada vez menor dentro de um mundo de 'globalização financeira' em que a liquidez dos ativos é cada vez mais importante), diminuição da base de arrecadação de impostos, aumento da concentração funcional da renda (por causa do peso crescente dos rendimentos financeiros dentro das economias nacionais) e crise do emprego (Mattos, 1997). Surge então uma nova 'receita' ditada pela hegemonia liberal para a retomada do crescimento econômico: as reformas das relações de trabalho. Para explicar isto, precisamos de um longo percurso de argumentação, que será objeto do próximo item.

#### **4. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E IMPACTO SOBRE O TRABALHO**

A forte recessão que acometeu os países desenvolvidos no início dos anos 80 ampliou a importância relativa do comércio internacional para

---

9 Hirst e Thompson (1990) mostram em seu importante trabalho que, tomando-se por base =100 o ano de 1960, com dados do GATT, a produção total dos países desenvolvidos cresceu até 330 em 1990; por outro lado, as exportações multiplicaram-se por cerca de seis no mesmo intervalo de tempo, sendo que a distância entre estes agregados ampliou-se principalmente a partir dos anos 70.

todos eles. As exportações, em um mundo de fronteiras cada vez mais tênues, passaram a ser uma alternativa importante para as empresas transnacionais. É neste contexto que o comércio exterior passa a ter importância cada vez maior, confirmando uma tendência de crescimento do conjunto do comércio exterior acima do crescimento da produção desde os anos 70<sup>9</sup>. Deve-se ressaltar que o comércio internacional já vinha crescendo muito desde o pós-guerra, mas nos Anos Dourados o crescimento acelerado dos países capitalistas estava fundamentalmente baseado em seus respectivos mercados internos, conforme apontaram Boyer (1995) e o trabalho de Glyn et alii (1990), do qual retiramos a seguinte passagem, que esclarece esta questão: "O crescimento estava principalmente centrado no comércio doméstico. Embora o comércio internacional tenha crescido rapidamente, ele começou de um patamar bastante reduzido de tal forma que para países individuais (que não os muito pequenos) o mercado doméstico dominou o crescimento da demanda. Além disso, uma proporção crescente do comércio internacional ocorreu entre países avançados. Portanto foi o mercado interno dos países avançados como um todo que gerou a demanda necessária para justificar o investimento".

O investimento direto externo (IDE) também passa a expandir-se com maior velocidade do que as próprias exportações, evidenciando a abertura dos diversos países ao exterior<sup>10</sup>. Deve-se ressaltar, entretanto, que vai se materializando uma tendência ao aumento do comércio internacional entre matrizes-filiais das empresas transnacionais (tabela 4), assim como uma tendência de concentração do destino dos fluxos de investimentos diretos externos nos países mais desenvolvidos (tabela 5).

Portanto, se a globalização pode ser descrita pelo aumento do comércio internacional e pela ampliação dos fluxos de investimento externo direto ao redor do globo, em escala em ambos os casos superior ao aumento da produção de bens e serviços, não se pode perder de vista que o aumento do comércio exterior tem peso cada vez maior do comércio intra-firmas (atendendo aos interesses das grandes empresas

10 Hirst e Thompson (1997) mostram que, tomando-se por base =100 o ano de 1975, o investimento externo direto (IED) de saída dos países multiplica-se por 7 até 1989, enquanto as exportações apenas triplicaram no mesmo período (dados da UNCTAD).

transnacionais que decidem os locais de produção de partes ou componentes de seus produtos de acordo com uma estratégia cada vez mais autônoma em relação aos Estados Nacionais) e o fluxo de investimentos mostra muitas evidências de que ocorre concentrando-se em poucos países (países desenvolvidos e China).

**Tabela 4.** Parcela do comércio intra-firma no comércio internacional dos EUA

Matrizes e filiais estrangeiras, por indústria

1983 e 1993

Em porcentagem

Setor e Indústria	MATRIZES				FILIAIS ESTRANGEIRAS (*)			
	Parcela das exportações intra-firmas no total de exportações		Parcela das importações intra-firmas no total de importações		Parcela das exportações intra-firmas no total de exportações (**)		Parcela das importações intra-firmas no total de importações (***)	
	1983	1993	1983	1993	1983	1993	1983	1993
Petróleo	13,8	32,1	21,8	30,5	47,8	47,3	54,8	75,8
Mineração	8,6	n.d.	n.d.	n.d.	19,4	15,5	43,7	79,2
Ind.Transf.	43,0	48,5	60,6	63,4	70,3	74,2	83,4	82,5
Máquinas	61,5	74,9	74,9	75,8	76,1	84,2	92,7	87
Eletrônicos	32,6	39,2	54,1	45,2	73,1	76,6	89,2	93,2
Equip.transp.	49,3	45,9	84,5	77,0	89,3	87,9	81,3	76,1
Comércio (atacado)	9,2	13,8	6,2	10,3	37,5	57,0	88,6	93,4
Total das indústrias	33,8	44,4	37,9	48,6	55,2	64,0	82,8	85,5

Fonte: UNCTAD. (apud World Investment Report 1995).

(\*) dados relacionados a filiais estrangeiras de propriedade majoritariamente não-bancária de empresas matrizes não-bancárias dos EUA.

(\*\*) parcela das exportações de filiais estrangeiras em relação às respectivas matrizes e demais filiais destas companhias no total das exportações das filiais.

(\*\*\*) Parcela das importações de filiais estrangeiras das respectivas matrizes no total de importações provenientes dos EUA.

Desta forma, a partir especialmente do início dos anos 80, a demanda fraca nos principais países e a falta de definição de um novo padrão de consumo geraram nas empresas uma necessidade de ampliar seus mercados no exterior. Os empresários e os economistas conservadores passaram então a atacar, nos mais diversos países (inicialmente

na Inglaterra e nos EUA), toda e qualquer conquista social ou de trabalhadores de setores industriais específicos, sob o argumento de que estes custos debilitam a 'competitividade internacional' de países e de empresas (Gonçalves, 1996). Portanto, o salário dos trabalhadores que, na época do crescimento econômico virtuoso (Anos Dourados), conforme lembra Freyssinet (1995), era encarado como **fonte de demanda** para as empresas, passa a ser visto, a partir especialmente dos anos 80, como **custo**, de tal maneira que todas as formas de remuneração do trabalho passam a ser incluídas, nos meios conservadores, na mídia e no discurso dos empresários, na categoria de 'encargos trabalhistas'<sup>11</sup>. Assim, todos os esforços dos liberais e de seus pares voltam-se à eliminação das conquistas sociais e da estabilidade das relações de trabalho construídas pelo pacto social-democrata dos anos 50 e 60. Tudo isto sob a promessa liberal de que a prosperidade seguir-se-ia a um período inicial de sacrifícios imposto pela 'ordem globalizante'. Em artigo na Folha de S.Paulo em 1997, o filósofo alemão Robert Kurz comenta estas transformações impressionantes lançando mão de uma perspectiva histórica do século XX: "O totalitarismo, que se manifestara em primeiro plano nas ditaduras fascistas e stalinistas, mergulhou no fundamento da democracia liberal do Ocidente e mostra-se hoje em sua forma mais pura e desenvolvida: como totalitarismo do mercado global e onipresente, que faz dos Homens marionetes de seu princípio econômico, executado pelas coações da concorrência total".

**Tabela 5.** Valor total e destino dos investimentos diretos mundiais 1967-1989

Ano	Em percentuais		Em bilhões de dólares
	Países industrializados	Países em desenvolvimento	Valor total dos investim. diretos mundiais
1967	69,4	0,6	105,5
1973	73,9	26,1	208,1
1980	78	22	504,5
1989	80,8	19,2	1402,9

Fonte: Depto. de comércio dos EUA (apud Chesnais, 1996).

<sup>11</sup> Em nossa Imprensa nativa, este epíteto tem sido repetido de forma unânime, lamentavelmente.

O modelo anglo-saxão torna-se portanto o parâmetro a ser seguido por todos. Este modelo baseia-se em maior presença do mercado, maior individualismo e diminuição progressiva das formas de proteção social. Entretanto, percebeu-se, nos anos 80, que estas medidas de flexibilização dos mercados de trabalho e a pressão sobre os direitos sociais resultaram em ampliação da precariedade do trabalho, o que significa diminuição dos salários reais, aumento do desemprego, aumento da proporção de trabalhadores com jornada de trabalho parcial, aumento do número de contratos de tempo determinado e fundamentalmente ampliação das desigualdades de renda (Mattoso, 1995).

Um livro que é referência obrigatória para a discussão da questão do emprego na Europa desde as reformas liberais, organizado por Rodgers (1989), que relata e analisa diversas experiências nacionais, deixa muito claro que a escalada de medidas liberalizantes voltadas aos respectivos mercados de trabalho destes países foram extremamente ineficazes para resolver a questão do emprego. Contrariamente aos objetivos mais claramente perseguidos pelos formuladores de políticas econômicas das últimas décadas, as medidas liberalizantes, em contexto de crescimento econômico fraco, tiveram entre seus resultados principais um aumento do desemprego e uma acelerada precarização dos postos de trabalho ainda remanescentes, em muitos casos com ampliação significativa das desigualdades de rendimentos.

Isto vale não somente para a Europa. Nos EUA, por exemplo, em que pese o fato de que o desemprego não tenha aumentado tanto (embora é bom que se registre que em boa medida este desemprego 'pequeno' dos EUA relaciona-se a critérios metodológicos como, por exemplo, a exclusão, do conjunto computado de desempregados, das pessoas que estão procurando seu primeiro emprego), é evidente a ampliação da concentração pessoal e funcional da renda (Wolff, 1995<sup>12</sup>) e o aumento da precariedade do trabalho, conforme aponta livro de Rifkin (1996). Para exemplificar tal situação, vale lembrar passagem em que Davidson e Davidson (1996) narram a resposta de um trabalhador

12 Este trabalho mostra dados impressionantes sobre a concentração de renda e de riqueza nos EUA a partir dos anos 80. Vamos a alguns deles: entre 1983 e 1989, os 20% mais ricos detentores de riqueza apropriaram-se de 99% (!!!) da nova riqueza produzida no período pela economia americana; ainda entre 1983 e 1989, o percentil mais rico (1% mais rico da população com rendimentos) apoderou-se de cerca de um terço (37,4%) do acréscimo total da renda real gerada.

metalúrgico americano que havia perdido seu emprego altamente qualificado, ao ser perguntado por um jornalista o que achava do fato de que somente no primeiro ano do governo Clinton haviam sido criados três milhões de empregos. Ele respondeu: "Ah, sim. Somente entre minha mulher e eu foram criados quatro". Este trabalhador estava agora ocupado como motorista de ônibus em um período do dia e de balconista do Mc Donald's em outro; sua esposa, que antes não trabalhava, também passou a ter uma ocupação no Mc Donald's e ainda tinha uma outra ocupação, na qual arrumava prateleiras em uma loja de varejo. Os quatro rendimentos somados eram ainda inferiores ao salário que este trabalhador tinha anteriormente na empresa metalúrgica da qual havia sido demitido.

É neste quadro de deterioração social, de um lado, e ampliação das medidas liberalizantes nos mercados de trabalho, produtos e no mercado financeiro, de outro, que vai sendo transformada a economia internacional. Na verdade, a deterioração dos mercados de trabalho representa um resultado<sup>13</sup> de um quadro institucional de funcionamento da economia internacional que não cria bases sólidas para a ampliação dos investimentos produtivos. Pelo contrário, são os investimentos financeiros, com lastro em títulos públicos e privados, que toma maior impulso, especialmente a partir das medidas liberalizantes providas nos mercados de dinheiro a partir dos anos 80, com decisiva participação dos governos americano e britânico. Estas medidas representam a verdadeira consolidação da hegemonia liberal nos tempos mais recentes. A globalização financeira amplia o poder do mercado financeiro e debilita o raio de manobra dos Estados Nacionais, dificultando a realização da política econômica. Consolida-se assim a chamada 'sociedade dos rentistas', na qual o Estado Nacional tem como principal tarefa a defesa da remuneração dos títulos financeiros públicos e privados, sob pena de sofrer uma maciça fuga de capitais

<sup>13</sup> Esta é exatamente a interpretação que separa os liberais dos keynesianos em relação aos mercados de trabalho. Os liberais, apesar dos resultados desastrosos já comprovados na prática, insistem em sugerir um aprofundamento das medidas 'flexibilizadoras' no funcionamento dos mercados de trabalho, com o objetivo de diminuir o desemprego. Os keynesianos, por seu turno, consideram que o emprego depende do nível de demanda efetiva, não sendo possível aumentar o emprego através de medidas diretas sobre a forma de funcionamento dos mercados de trabalho. Pelo contrário, medidas que reduzem salários e direitos que representem melhor remuneração do trabalho acabam, isto sim, aumentando o desemprego, pois reduzem a demanda efetiva.

de curto prazo, debilitando a moeda nacional via deterioração do balanço de pagamentos. Esta ampliação da participação dos rendimentos financeiros na renda total gerada nas economias nacionais representa a principal causa da escalada de concentração pessoal e funcional da renda nos países capitalistas, conforme mostrou Wolff (1995).

A massa de recursos financeiros que gira hoje no 'cassino global' já supera a totalidade das reservas monetárias dos Bancos Centrais dos países. O mercado internacional de câmbio movimentava diariamente cerca de US\$ 1,2 trilhão. Para dar outra idéia da dimensão do aumento do capital financeiro, basta frisar que, entre 1975 e 1990, os empréstimos bancários internacionais cresceram de US\$ 40 bilhões para mais de US\$ 300 bilhões (Walter, 1993).

A tributação do capital financeiro torna-se cada vez mais difícil, uma vez que este capital é cada vez mais volátil e com peso relativo, no total de riqueza acumulada, cada vez maior, conforme demonstrou o notável livro de Chesnais (1996)<sup>14</sup>. A órbita de valorização financeira do capital vai tornando-se, portanto, cada vez mais importante do que a órbita de valorização produtiva. Em outras palavras, a forma D-D' adquire peso cada vez mais importante na atual ordem econômica internacional, suplantando a importância da clássica forma D-M-D', pela qual a valorização do capital implicava o emprego de equipamentos e bens de capital e, portanto, o emprego de mão-de-obra para a extração da mais-valia. Como diz Viviane Forrester (1997), a luta hoje não é contra a exploração da mão-de-obra mas contra o fato de que ela precisa, cada vez menos, ser explorada para que o capital se valorize.

Feitas estas considerações a respeito da correlação entre a crise nos mercados de trabalho e as mudanças na forma de internacionalização do capital nas últimas décadas, resta-nos ainda uma tarefa importante, qual seja, a de qualificar de forma mais adequada as mudanças assumidas pelo papel desempenhado pelos Estados Nacionais na or-

14 Chesnais mostra que, entre 1980 e 1992, a taxa de crescimento anual real da formação bruta de capital fixo foi de 2,3 %, enquanto os ativos financeiros acumulados cresceram à taxa anual média real de 6% no mesmo período. Em 1992, o total de ativos financeiros acumulados, ainda segundo este autor, somava 35.483 bilhões de dólares, enquanto o produto bruto na área da OCDE somava 16.770 bilhões de dólares. O autor apresenta projeções de que, no ano 2000, esta relação será ampliada, provavelmente com o estoque de ativos financeiros apresentando o triplo do acumulado na forma de produto bruto.

dem econômico-financeira atual, pois desta maneira poderemos fazer uma crítica ao discurso ufanista da globalização.

Uma das falácias do argumento liberal, que os turiferários da atual ordem econômica internacional são useiros e vezeiros em repetir, é a de que o 'Estado acabou' e que 'não há como reagir à nova ordem econômica'. Prefiro, entretanto, ficar com a posição de François Milewsky (1997), segundo a qual a globalização na verdade ampliou a heterogeneidade entre os Estados Nacionais, ou seja, na atual ordem de finanças globalizadas, alguns países têm maior raio de manobra do que outros para realizar seus objetivos de política econômica. Milewsky (1997) alerta que a chamada globalização não pode e não deve servir de desculpa para a omissão dos Estados em defender seus sistemas de proteção social (embora seja oportuno registrar que em muitos países o receituário liberal não é sequer totalmente adotado). Os países mais fortes têm Estado Nacional mais atuante, seja para defender a coesão social interna seja para atender aos interesses das empresas transacionais sediadas em seus países (quem não se lembra, por exemplo, do conhecido caso do Projeto Sivam, ocorrido no ano passado, no Brasil, no qual o presidente norte-americano Bill Clinton empenhou-se pessoalmente pela manutenção do contrato inicial, que garantia a participação (e os lucros) de uma empresa norte-americana?).

**Tabela 6.** Parcela da renda criada no setor privado retida pelo capital 1970-1996

Países selecionados	'70-77(*)	1984	1990	1994	1996 (**)
EUA	31,9	33,6	33,5	33,3	33,4
JAPÃO	34,6	30,3	32,0	30,2	28,7
ALEMANHA (***)	34,0	34,0	37,1	39,2	40,1
FRANÇA	31,2	30,7	37,6	39,8	41,0
ITÁLIA	31,0	36,4	37,3	39,7	41,7
REINO UNIDO	29,7	31,9	28,4	30,9	31,2
CANADÁ	34,5	39,3	35,1	33,8	35,1
MÉDIA DO G7	32,4	33,1	33,9	34,2	34,4
DINAMARC	31,5	35,6	36,7	39,9	40,3
SUÉCIA	28,8	33,1	27,4	34,6	33,3

Fonte: OCDE, Economic Outlook, n.º 57, junho/1995.

(\*)média do período 1970-1977; (\*\*)previsão;

(\*\*\*)até 1990, inclusive, dados apenas da antiga Alemanha Ocidental.

Milewsky (1997) afirma que não foi a mundialização que minou o Estado, que colocou em cheque a Previdência Social, que reduziu a importância dos serviços públicos e que quebrou os laços de solidariedade social nos principais países do mundo. Na verdade, isto tudo resultou da ruptura do processo de crescimento econômico sustentado que, enquanto existiu, gestou e manteve todas as conquistas do pós-guerra. **O problema maior foi que cessou o crescimento econômico.** Mas por que ele cessou? Milewsky lembra que isto está relacionado à forma específica com que a mundialização do capital foi conduzida, na qual foi concedida primazia à lógica da valorização do capital financeiro e aos ganhos de curto prazo. Não foram criadas as condições históricas específicas para fundar regras de uma nova ordem internacional, baseada no emprego e na produção. Estas avaliações de Milewsky mostram a falácia do argumento fatalista dos liberais segundo o qual a atual ordem internacional representa o fim da História e exige dos diversos países uma adaptação sem maiores contestações à atual ordem mundial 'global'.

O quadro de intensas modificações na forma de internacionalização do capital desde o pós-guerra desembocou, portanto, em uma ordem econômica mundial marcada por elevada instabilidade financeira e crescentes dificuldades de criação de mecanismos para recuperar o investimentos produtivo e reverter mesmo que minimamente o processo de ampliação da heterogeneidade dos mercados de trabalho nacionais. Uma manifestação incontestável dos efeitos desta ordem financeira internacional sobre o trabalho pode ser visualizada pelas informações contidas na tabela 6, que revela uma ampliação das desigualdades funcionais de renda nos diversos países capitalistas e na tabela 7, que mostra um aumento das desigualdades pessoais de renda e de riqueza na maior economia capitalista do globo. Além desta, a tabela 8 apresenta dados que são suficientemente eloqüentes para desmistificar a carga ideológica e ufanista de que se traveste o termo 'globalização' nos tempos atuais, de hegemonia liberal.

Os dados da tabela 8 apontam que, ao contrário do que sugere o termo 'globalização', o que está havendo na economia internacional, na verdade, é uma ampliação das desigualdades de renda existentes entre

**Tabela 7.** Alterações na distribuição pessoal da renda e da riqueza Estados Unidos 1983 - 1989 em %

Estratos	RIQUEZA		RENDA	
	1983	1989	1983	1989
1% mais rico	33,7	38,9	13,4	16,4
restantes 20% mais ricos	47,6	45,7	38,5	39,1
80% mais pobres	18,7	15,4	48,1	44,5
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Wolff (1995).

os países. Ou seja, nas últimas seis décadas (pelo menos), o que tem ocorrido é um aumento na distância entre os rendimentos per capita (expressos pelo PNB per capita) de diversos países periféricos e os dos países centrais (representados, na tabela 8, por um conjunto de

**Tabela 8.** Performance Econômica Comparativa Continentes e países selecionados 1938-1988

Continentes ou países	1938	1948	1960	1970	1980	1988
Japão	20,7	14,5	23,2	52,1	76,3	117,9
Coréia do Sul	n.d.	n.d.	7,7	7,2	12,7	20,2
Itália	32,0	22,8	37,0	50,4	60,9	74,8
BRASIL	12,0	11,3	12,1	12,7	17,5	12,1
América Latina	19,5	14,4	16,7	15,5	19,8	10,6
Oriente Médio e norte da África	n.d.	n.d.	11,5	8,1	11,1	7,1
Sul da África	8,2	7,5	3,6	2,8	2,0	1,8
Sudeste da Ásia	n.d.	n.d.	6,6	3,8	5,7	3,7

Obs.: Os números representam o PNB per capita da região ou do país em questão dividido pelo PNB per capita calculado conjuntamente para um núcleo de países centrais (constituído pelos países da Europa Ocidental e também pelos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) em cada ano considerado.

Dados citados por Giovanni Arrighi (1995)

países que reúne EUA, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia - países incluídos no cálculo do rendimento médio que serviu como base de comparação com os rendimentos per capita dos demais países), com as exceções de alguns poucos países asiáticos (os quais, ironicamente, representam, hoje, o epicentro de uma crise cujo desfecho é difícil de avaliar qual será...).

A mundialização do capital gera (como alerta Chesnais, 1996), para alguns países e para algumas regiões dentro de cada país, vantagens maiores do que para outros. Ou seja, não está sendo ampliada somente a distância entre países, conforme a tabela 8 demonstra, mas também, em muitas situações, a distância entre as oportunidades econômicas criadas em diferentes regiões dentro de um mesmo país<sup>15</sup>. Este fenômeno recoloca, em muitos países (desenvolvidos ou não) mais um elemento de inquietação social, detonando movimentos separatistas<sup>16</sup> ou de ódio aos estrangeiros - todos, sem dúvida, com conotações claramente fascistas.

A mundialização do capital, nos moldes em que tem ocorrido, ameaça a Democracia.

## 5. CONCLUSÕES DECEPCIONANTES

É curioso notar que a iminência de destruição total do planeta sob o clima desfavorável de bipolarização política entre as principais potências da Guerra Fria tenha criado as condições concretas para que o

15 Ver Pacheco (1996) e Mattos (1996), sobre desigualdades regionais no Brasil e suas perspectivas sob a ordem econômica atual.

16 É claro que há países em que estes movimentos separatistas têm mais tradição (como Espanha e Irlanda, por exemplo) do que em outros, assim como também não estou perdendo de vista que há inúmeras outras causas (religiosas, políticas etc.) que explicam a existência destes movimentos. O que estou argumentando é que a tendência de ampliação das desigualdades econômicas regionais em um grande número de países pode servir como novo impulsionador destes movimentos, tanto dos já tradicionais como alguns que começaram ultimamente a ganhar novo impulso. Do ponto de vista político, a ampliação do desemprego (indistintamente nos vários países e regiões), a crise da Previdência e a própria ampliação das desigualdades regionais muitas vezes fazem parte de um conjunto de fatores que criam um ambiente propício à ação demagógica de líderes separatistas, que elegem os 'outros' (oriundos de outras regiões ou de outros países) como responsáveis pela crise econômica local e pela falta de perspectivas de melhoria dos padrões de vida de populações cujos interesses e aspirações estes líderes políticos alegam representar.

mundo capitalista construiu uma ordem internacional relativamente estável e que criou condições para uma prosperidade econômica com níveis aceitáveis de solidariedade social. Com a crise das economias do Leste Europeu e a queda do socialismo real, criou-se a ilusão de que o capitalismo venceu (superando definitivamente os ideais socialistas) e então os ideais liberais voltaram com toda a força, impondo suas regras e fortalecendo os interesses principalmente do capital financeiro e especulativo.

O austríaco de pais húngaros Karl Polanyi já alertou, há mais de 50 anos, sobre os horrores da sociedade fundada apenas nos valores do mercado e no dogma da livre iniciativa sem peias. Polanyi (1994) mostrou que esta crença no livre mercado, que era hegemônica ainda nas primeiras décadas do século XX, conduziu o mundo ao fascismo/nazismo e a duas guerras mundiais. Este mesmo autor mostrou magistralmente como as engrenagens da economia capitalista, especialmente se estiverem operando em regime de 'mercado livre' ou de mercado 'auto-regulável', vai esmagando as condições de vida dos indivíduos.

Apesar da ampliação das desigualdades pessoais, funcionais e regionais de renda e do aumento da distância de rendimentos e padrão de vida entre os países e da alta instabilidade econômica que vive hoje a economia internacional, ainda pode ser percebida uma impressionante escalada da hegemonia neoliberal e de todos os axiomas que lhe dão sustentação. A modernidade de que tantos falam representa, na verdade, especialmente (mas não só) do ponto de vista social, um retorno ao século XIX. A ideologia liberal e a forma de funcionamento das relações econômicas internacionais recolocam diversas características presentes na forma de funcionamento da economia no século XIX. Afinal de contas, o que mais do que a vetusta Lei das Vantagens Comparativas de Ricardo, formulada no início do século XIX, explica a crença, hoje generalizada, de que o livre comércio mundial trará vantagens para todos os países? O que justifica que aos países seja sempre sugerida a criação de condições **estáveis para o capital**, ao mesmo tempo em que se apregoam 'reformas' no mundo do trabalho que geram crescente **instabilidade e insegurança para os trabalhadores**, como ocorre, por exemplo, na atual discussão das regras de ajusta-

mento dos países europeus para a entrada no regime de moeda única da Europa Unificada?

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, G. "A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do Socialismo", in *O Mundo Depois da Queda*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995.
- BELLUZZO, L.G. "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados", in: *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, junho de 1995.
- BELLUZZO, L.G. "O despotismo dos estoques", in *Carta Capital*, revista semanal. Ano II, número 26, 26/06/96.
- BORDO, M.D. *The Bretton Woods International Monetary System: a historical overview*. In: BORDO, M.D. & EICHENGREEN, B. (org.) *A Retrospective on the Bretton Woods System*. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.
- BORDO, M.D. & EICHENGREEN, B. (org.) *A Retrospective on the Bretton Woods System*. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.
- BOYER, R. "Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise" in: Combemale, P. e Piriou, J. (org.), *Nouveau Manuel de Sciences Économiques et Sociales*, Ed. La Découverte, Paris, 1995-cap.XVIII, pgs. 473-496).
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. Ed. Xamã. São Paulo, 1996.
- CHESNAIS, F. "Mondializzazione del capitale e regime d'accumulazione a dominanza finanziaria", in *Miseria della Mondializzazione*. Roma, 1997.
- CORDELLIER, S. e DOUTAT, F. (coord.). *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.

- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G. "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial do pós-guerra", in: *Estudos Cebrap*, n.23, 1984.
- DAVIDSON, G. e DAVIDSON, P. *Economics for a Civilized Society*. Ed. Macmillan. London, 1996.
- DEDECCA, C. "Desregulação e desemprego no capitalismo avançado", in: *São Paulo em Perspectiva*, 10(1). São Paulo. Fundação SEADE, 1996.
- EPSTEIN, G. & SCHOR, J.B. *Macropolicy in the Rise and Fall of the Golden Age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.).
- EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital - A history of the international monetary system*. Princeton University Press, 1996.
- FORRESTER, V. *O Horror Econômico*. Ed. UNESP. São Paulo, 1997
- FREYSSINET, J. "Emploi et chômage", in : Combemale, P. e Piriou, J.P. (orgs.). *Nouveau Manuel Sciences Économiques et Sociales*, La Découvert, Paris, 1995 (cap.XIX, pgs. 505-525).
- GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ, A. and SINGH, A. *The Rise and Fall of the Golden Age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.), 1990.
- GLYN, A. "Growth and equality since 1945: the role of the State in OCDE Economies", in *The State and the Economic Process*, editado por C.W.M. Naastepad and Servaas Storm. Centre for Development Planning. Erasmus University Rotterdam. Edward Elgar. Cheltenham, UK - Brookfield, US, 1996.
- GONÇALVES, R. "Globalização e Emprego". *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)*, número 46, jan/mar 1996.
- GORENDER, J. *Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização*. Mimeo, 1997.
- GREIDER, W. *One World, Ready or Not : The Manic Logic of Global Capitalism*. Ed. Simon & Schuster. New York, 1997.

- GUTTMANN, R. *How Credit-Money Shapes the Economy*. M.E. Sharpe, New York, 1994.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *La globalizzazione delle economie*. Editori Riuniti. Roma, 1997 (versão em italiano do livro *Globalization in Question*, editado na Inglaterra em 1996).
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- KAPSTEIN, E. *Governing the Global Economy: international finance and the state*. Harvard University Press, 1996.
- KURZ, R. "Até a Última Gota". *Caderno Mais!* Folha de S. Paulo, 24 de agosto de 1997.
- LATOUCHE, S. "La mondializzazione contro l'ética", in *Miseria della Mondializzazione*. Roma, 1997.
- MADDISON, A. *The World Economy in the 20th Century*. OCDE. Paris, 1989.
- MARGLIN, S. *Lessons of the Golden Age: an overview*, in: Marglin s. & Schor, J. (org.).
- MARGLIN, S. & SCHOR, J. *The Golden Age of Capitalism*. Clarendon Press Oxford, 1990.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. Ed. Scritta, São Paulo, 1995.
- MATTOSO, J. "Emprego e Concorrência Desregulada: incertezas e desafios", in: Mattoso, J. e Oliveira, C.A. *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta, 1996(a).
- MATTOSO, J. *Desafios do Desemprego*. 1996(b). Mimeo.
- MATTOS, F.A.M. "Lições do Capitalismo Organizado: o mercado de trabalho do pós-guerra nos países capitalistas centrais", in: *Ensaí- os FEE* (Fundação de Economia e Estatística), n. 35, FEE, Porto Alegre, 1997.

- MATTOS, F.A.M. "Distribuição Regional da renda no Brasil: determinantes históricos e perspectivas". In: *Cadernos da FACECA (PUCCAMP)*, volume 5, número 1. Jan./Jun. 1996.
- MIKESELL, R. *The Bretton Woods Debates: a memoir*. Essays in International Finance. Princeton University, 1994.
- MILEWSKY, F. "Les marges de manoeuvre des politiques économiques", in *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.
- MOFFITT, M. *O Dinheiro do Mundo - de Bretton Woods à beira da insolvência*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- PACHECO, C.A. *A Questão Regional Brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Tese de Doutorado. IE/UNICAMP. Campinas, 1996.
- PLIHON, D. "Les enjeux de la globalisation financière", in *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston:beacon, 1994. (reedição)
- RODGERS, J. (org.), *Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra, IILS/ILO, 1989.
- RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- VAN DER WEE, H. *Prosperity and Upheaval*. The World Economy 1945-1980. Pelikan Books, London, 1987.
- WALTER, A. *World Power and World Money*. Ed. Harvester Wheatsheaf/Simon & Schuster. Great Britain, 1993.
- WOLFF, E. *How the pie is sliced. America's Growing Concentration of Wealth*. The American Prospect, n.22 (Summer 1995). USA.

## A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA: EXIGÊNCIAS DOS NOVOS TEMPOS

*Gideon Carvalho de Benedicto<sup>1</sup>*

Toda empresa tem uma responsabilidade social. É seu dever pensar no bem-estar da sociedade, e não apenas no lucro. A preocupação com o social passou a ser até uma questão de sobrevivência. É uma forma de *marketing*. Assim, vemos instituições financeiras investindo em educação, multinacionais patrocinando atletas e mantendo clubes, empresas de comunicação combatendo a fome e defendendo a ecologia.

Para Gibson, Ivancevich e Donnelly, a "organização deixará de existir quando não mais contribuir para o sistema maior do qual é parte - o que acontece quando se torna ineficaz".<sup>2</sup> Arantes chega mesmo a dizer que o primeiro teste de validade da empresa está fora dela - "está na contribuição que presta para a sobrevivência e progresso da sociedade, está em seu papel ativo de agente do desenvolvimento e da prosperidade social".<sup>3</sup>

O senso de responsabilidade social, porém, não é sustentado apenas pelos resultados que possa produzir. Trata-se de uma questão de princípios. Duarte e Dias concordam: "É claro que numa sociedade informada e crítica como a atual, uma postura socialmente responsável constitui a melhor base para uma sólida imagem e para a aceitação social da empresa. Mas este e outros benefícios que possam advir à

---

1 Professor titular do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

2 GIBSON, James L., IVANCEVICH, John M. e DONNELLY, James H. **Organizações: comportamento, estrutura e processos**. São Paulo, Editora Atlas, 1988, p. 79.

3 ARANTES, Nélio. **Sistemas de Gestão Empresarial**. São Paulo, Editora Atlas, 1994, p. 25.

empresa não são os determinantes de sua atuação, quando ela age em função de sua responsabilidade social.”<sup>4</sup>

A responsabilidade social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É, em síntese, uma espécie de prestação de contas.

Se a idéia da responsabilidade social tem sido discutida, sua conceituação ainda divide os estudiosos. Há quem focalize o assunto em termos éticos e sociológicos e quem prefira ressaltar o julgamento que no futuro a sociedade fará da política atual da empresa. Por isso, a expressão “responsabilidade social” não é a única utilizada em relação ao fenômeno. Utilizam-se também os termos “política pública”, “ação social”, “preocupação social” e “atividades comunitárias”, entre outros.

## EVOLUÇÃO DA IDÉIA

Naturalmente, as responsabilidades sociais de hoje são diferentes em comparação com as do passado. Steiner e Miner discorrem sobre isso no livro *Política e Estratégia Administrativa*. Segundo eles, a abordagem de responsabilidade social passou por três estágios. São eles:

- 1 - *Maximização dos lucros*. A filosofia clássica preconizava que os administradores de empresas eram “solicitados pela sociedade a concentrar-se no uso eficiente dos recursos à sua disposição para a produção de bens e serviços que os consumidores desejam, a preços que estejam dispostos a pagar”. Nesse estágio, o “cálculo das decisões concentrava-se no curto prazo e era predominantemente econômico, com muito pouca ou nenhuma preocupação com questões sociais”.

4 DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Maria A. M. **Responsabilidade Social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986, p. 114.

- 2 - *Equilíbrio dos interesses*. Esta filosofia administrativa “surgiu na década de 30, quando os administradores das grandes empresas afirmaram que eram obrigados a tomar decisões de modo a equilibrar, com justiça, os interesses dos acionistas, dos empregados, dos fregueses, dos fornecedores e do público em geral na empresa”. O objetivo era maximizar os lucros a longo prazo.
- 3 - *Administração sócio-econômica*. De acordo com esta filosofia, mais recente, “a empresa reage a todo o ambiente social e não, meramente, a mercados”. Só a eficiência não é mais suficiente. A empresa deve mostrar um interesse inteligente, objetivo e permanente pelo bem-estar da sociedade, evitando ações destrutivas e apoiando ou estabelecendo programas sociais específicos.

Steiner e Miner lembram que essas três visões não são seqüenciais. Cada idéia tem um grau de aceitação, dependendo do contexto cultural da empresa. “Em termos gerais”, afirmam, “a filosofia clássica é mais facilmente aceita pelas pequenas empresas e a filosofia social é mais exigida dos administradores das empresas maiores e aceitas por eles.”<sup>5</sup>

Há outros autores que analisam os variados graus de interesse social. Ansoff, Declerck e Hayes falam em (1) “um conceito tradicional de preocupação máxima com a função econômica e mínima com a responsabilidade social”, (2) “um novo conceito de intercâmbio dos papéis econômicos e não econômicos” e (3) “um conceito mais radical que privilegia a responsabilidade social, deixando a função econômica em segundo plano”.<sup>6</sup>

## ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR

Como era de se esperar, existem críticos da idéia de responsabilidade social por parte das empresas. Jucius e Schlender assinalam que os críticos geralmente argumentam que a administração “não se encontra em posição de saber o que é melhor para todos os demais interes-

5 STEINER, George A. e MINER, John B. *Política e Estratégia Administrativa*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 61- 63.

6 ANSOFF, H. Igor, DECLERCK, Roger P. e HAYES, Robert L. *Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica*. São Paulo, Editora Atlas, 1987, p. 131.

ses afetados por suas operações, e que a preocupação por questões sociais eventualmente diminuirá a ênfase em lucros e na provisão de serviço econômico real, o que constitui a verdadeira missão de uma empresa privada".<sup>7</sup>

Esse tipo de crítica não resiste a uma análise mais séria. Com um mínimo de interesse, é possível detectar o que a sociedade quer, inclusive utilizando pesquisas sociais. Toda empresa deveria acreditar nessa filosofia. Afinal, como lembram Duarte e Dias, "espera-se que a empresa reconheça na prática que o crescimento econômico é resultante da conjugação dos esforços de muitos, não apenas do capital".<sup>8</sup>

Johnson, no livro *Relevância Recuperada*, enfatiza: "As empresas têm uma finalidade nobre e devem reconhecê-la e proclamá-la. A finalidade da empresa é a criação de riqueza - não para uns poucos, mas para todos. A criação de riqueza real, na forma de bens, serviços e empregos, deve ser a principal finalidade das corporações. Os resultados financeiros se seguem, à medida em que a corporação tem sucesso em seu objetivo principal."<sup>9</sup>

Os argumentos a favor da responsabilidade social são muitos. Robbins enumera alguns:

- a firma que age por si pode impedir ou evitar regulamentações governamentais;
- faz parte do interesse a longo prazo das empresas serem socialmente responsáveis;
- é bom para a imagem da organização junto ao público;
- o ambiente cultural atual apóia e estabelece normas de responsabilidades sociais;
- as empresas possuem os recursos de melhorar a qualidade de vida de todos nós.<sup>10</sup>

7 JUCIUS, Michael J. e SCHLENDER, William E. *Introdução à Administração*. 3. ed., São Paulo, Editora Atlas, 1990, p. 542.

8 DUARTE e DIAS. Op. cit., p. 121.

9 JOHNSON, H. Thomas. *Relevância Recuperada*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1994, p. 63.

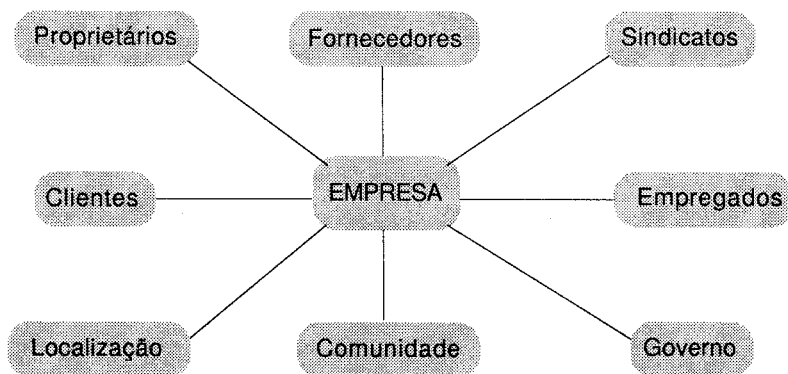
10 ROBBINS, Stephen P. *O Processo Administrativo*. São Paulo, Editora Atlas, 1990, pp. 503-504.

O fato é que, na qualidade de organizações sociais, as empresas precisam dar uma atenção especial aos participantes do sistema social (isto é, clientes, empregados, acionistas, governo e comunidade). Elas conseguem alcançar seus objetivos de forma mais eficiente e eficaz se a ação dos seus gestores for aceita pelos participantes do sistema social.

Gibson, Ivancevich e Donnelly enfocam esse aspecto: "O impacto das decisões e ações administrativas individuais (ou de omissão neste sentido) nunca tiveram maior repercussão do que hoje. O custo da administração eficaz é muito alto, mas o custo da ineficiência administrativa (e do potencial de erros) é ainda muito maior".<sup>11</sup>

## AMBIENTE SÓCIO-POLÍTICO

Uma ação correta ou incorreta dos gestores tem um reflexo nas relações ambientais em nível econômico e sócio-político. A figura 1 mostra alguns participantes do ambiente sócio-político:

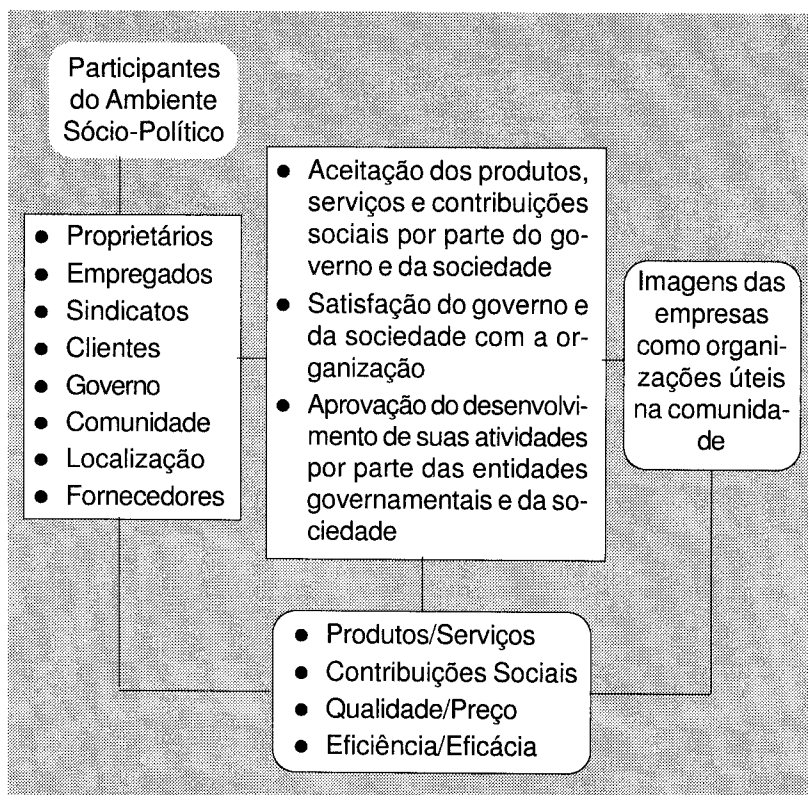


**Figura 1** - Participantes do ambiente sócio-político das empresas

11 GIBSON, IVANCEVICH e DONNELLY. Op. cit., p. 29.

Nunca é demais frisar que, para desenvolver suas atividades e obter lucros, a empresa necessita conseguir e manter a aprovação dos participantes que influem no ambiente sócio-político. Ansoff, Declerck e Hayes definem como relevante o aspecto do ambiente sócio-político como "um conjunto de normas de comportamento social que lhe possibilita continuar operando lucrativamente na sociedade".<sup>12</sup>

Em termos gerais, a responsabilidade social e o ambiente sócio-político das empresas estão representados na figura 2, a seguir:



**Figura 2 -** A responsabilidade social e o ambiente sócio-político das empresas

12 ANSOFF, DECLERCK e HAYES. Op. cit., p. 134.

O fato de a responsabilidade social das organizações ser uma necessidade concreta não significa que o objetivo seja facilmente alcançável. Ansoff, Declerck e Hayes escrevem: "No passado, os administradores concentravam sua atenção normalmente nas relações econômicas, pois era evidente, salvo raras exceções, a legitimidade e a utilidade social da empresa. Mas no novo ambiente sócio-político emergente, mais ou menos hostil à empresa, o desenvolvimento de uma imagem da empresa como socialmente útil e legítima, é a tarefa mais urgente e, ao mesmo tempo, a mais difícil de ser levada a cabo pelos administradores." Eles acham que "a empresa está perdendo sua centralidade social de maneira muito rápida".<sup>13</sup> Se a empresa quiser sobreviver, deverá fornecer o produto certo, no preço certo, utilizando de maneira correta os recursos materiais e humanos e proporcionando benefícios à sociedade.

Para que a estratégia social da empresa seja eficaz, suas ações devem estar baseadas em decisões corretas. Isso exige informações, conhecimento da realidade e rapidez. Duarte e Dias comentam: "A falta de agilidade na adaptação dificulta a integração da empresa ao ambiente, repercutindo em sua aceitação. Se em tempo algum a empresa gozou do irrestrito apoio da sociedade, hoje, mais do que nunca, tal aceitação está longe de ser realidade."<sup>14</sup>

## **AÇÃO RESPONSÁVEL**

Em termos práticos, a empresa deve evitar certas ações e implementar outras. Geralmente, os aspectos negativos são regulamentados por lei: não desmatar áreas próximas às nascentes de águas, não jogar resíduos químicos nos rios, e não utilizar produtos poluentes tais como clorofluorcarbono (CFC) e a instalação de filtros antipoluentes, entre outros. No aspecto positivo, a própria legislação trabalhista impõe algumas responsabilidades, como o pagamento de salário adicional noturno e por insalubridade, a construção de creches, e vale-transporte.

<sup>13</sup> ANSOFF, DECLERCK e HAYES. Op. cit., p. 134.

<sup>14</sup> DUARTE e DIAS. Op. cit., p. 36.

A empresa, porém, não deve se limitar às exigências legais. Ela deve agir por decisão própria, tornando a preocupação social parte integrante de suas crenças e valores. Há muitos e variados programas que podem ser desenvolvidos. Relacionamos alguns exemplos:

- assistência médica e odontológica;
- treinamento profissional e educação continuada;
- auxílio-educação para a família dos empregados;
- construção de centros de lazer;
- incentivo à arte e à cultura;
- prestação de serviços aos consumidores e à comunidade em geral;
- pesquisa e desenvolvimento de produtos de utilidade pública;
- participação dos empregados nos lucros da empresa.

Uma administração moderna, inteligente e eficaz certamente não fugirá da responsabilidade social da empresa. Ao contrário, usará todo seu potencial criativo para ser útil à sociedade e projetar cada vez mais o nome da organização. Nem sempre isso será fácil, porque, como observam Steiner e Miner, ainda “não existem diretrizes simples e que possam ser identificadas rapidamente para uma empresa. Cada firma tem que decidir por si mesma”.<sup>15</sup> Mas o esforço resultará em frutos compensadores para empresa, quando se tem a responsabilidade social.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Nélío. *Sistemas de Gestão Empresarial*. São Paulo, Editora Atlas, 1994.

ANSOFF, H. Igor, DECLERCK, Roger P. e HAYES, Robert L. *Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica*. São Paulo, Editora Atlas, 1987.

---

<sup>15</sup> STEINER e MINER. Op. cit., p. 74.

- DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Maria A. M. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986.
- GIBSON, James L., IVANCEVICH, John M. e DONNELLY, James H. *Organizações: comportamento, estrutura e processos*. São Paulo, Editora Atlas, 1988.
- JOHNSON, H. Thomas. *Relevância Recuperada*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1994.
- JUCIUS, Michael J. e SCHLENDER, William E. *Introdução à Administração*. 3. ed., São Paulo, Editora Atlas, 1990.
- ROBBINS, Stephen P. *O Processo Administrativo*. São Paulo, Editora Atlas, 1990.
- STEINER, George A. e MINER, John B. *Política e Estratégia Administrativa*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

# A EFICÁCIA DE UMA PROPOSTA. UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA PARA UM CASO REAL

*Luis Antonio Baptista<sup>1</sup>*

*Ralph Santos da Silva<sup>2</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo levantar alguns pontos conceituais para reflexão, considerando a formação do novo paradigma que sustentará a competitividade, focalizando as instituições de ensino superior e em particular a Faculdade de Administração da PUC-Campinas.

Para isto, partiu-se daquilo que os americanos chamam de "inward process". Esse processo sugere que antes de entendermos o meio externo que nos cerca, responsabilizando-o pelos nossos fracassos, nos detenhamos aos aspectos interiores que possam comprometer-nos no cumprimento da nova jornada à vista.

Esse processo é um princípio filosófico, que tem sustentação em conceitos da própria da administração. Basta lembrar do processo de formulação estratégica, (vide Cobra (1994)) entre outros, que tem em seu conteúdo o delineamento dos pontos fracos e pontos fortes como também a avaliação das ameaças e oportunidades. Lembrando o descuido de qualquer aspecto pode transformar uma oportunidade em ameaça.

Posto isto, o que pretende-se é subsidiar e promover uma reflexão, considerando a proposta desafiadora que foi lançada pelo Departamento de Administração como resposta a nova realidade em curso,

---

1 Professor titular do Departamento de Economia e Curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). MsC em Economia Política e Doutorando em Ciências Sociais - PUC/SP.

2 Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Pesquisador da Fundação Centro Tecnológico para Informática. MsC em Automação Industrial e doutorando em Engenharia da Produção -EPUSP.

que nos remete ao paradigma da competitividade. Sabe-se que este paradigma está reativando um debate mundial centrado na relação capital-trabalho, (vide Rifkin (1996)), tendo em vista a inserção de tecnologias emergentes nos setores produtivos que, por sua vez, deslocam os recursos humanos para fora das empresas.

Para isto, utiliza-se uma sistemática científica, pois entende-se ser este o caminho de geração de um aprendizado, contínuo e consistente, corroborando com a criação de uma base consistente e criticamente construída, conforme Senge (1990).

Inicialmente é apresentado o conceito de método científico e, em seguida são aplicados os passos que constituem o método ao trabalho de desenvolvimento para apuração da proposta. Na seqüência, é feita uma avaliação e medido o grau de difusão dos conceitos que a sustentam, utilizando como elemento de apoio as entrevistas (estudos de casos) feitas com os professores do departamento e uma pesquisa, via questionário, com os alunos do curso, bem como uma análise de mercado via classificados de empregos dos jornais.

## 2. A CONTEXTUALIZAÇÃO

O contexto em que são fixadas as atenções, caracteriza-se pelo ponto de ruptura definido pela globalização da economia.

Como explanado em Bernardes (1994, p. 37), *"a globalização da economia engendra um reordenamento no padrão de relacionamento internacional, magnificando os graus de dependência dos países que não dominam a atual matriz tecnológica e que perdem a condição de dirigir seu processo de industrialização e de desenvolvimento. A ponta de lança deste novo sistema produtivo é constituída, em sua base, pelas empresas transacionais e transcontinentais, isto é, mundiais, que têm suas escalas operacionais intercomunicantes e especializadas no âmbito mundial. Nesse sentido, a globalização pode ser visualizada como uma etapa do aprofundamento da internacionalização da economia mundial ao longo das décadas de 80 e 90, estreitamente associada à expansão das empresas multinacionais."*

Como consequência natural, constata-se a reformulação e a adequação conceitual das áreas tais como: logística, distribuição e a relação cliente-fornecedor, que cedem lugar para os conceitos: cadeia de suprimentos e o global sourcing sustentados pela aplicação da tecnologia de informação, (Slack (1993)); (Slack et al (1997)). A relação empresa/cliente também é modificada com o aparecimento de novas formas de fazer negócio, refletindo a utilidade que a internet oferece a esta relação, aproximando as partes envolvidas e suprimindo os intermediários.

Acompanhando esta revisão conceitual, tem-se a consolidação dos grandes sistemas de informação integrados, tipo ERP ("Enterprise Resourcing Planning"), que incorporam sistemas consagrados: MRPII, "Sales Manager", "Financial Manager", integrando-os numa arquitetura "Client-server".

As consequências constatadas deste processo são:

- a diminuição dos níveis gerenciais, exigindo dos que ficam na empresa uma polivalência jamais experimentada em outros tempos, em termos profissionais;
- a exigência do enriquecimento em termos de formação do recurso humano, sendo necessário recorrer a cursos formais de formação profissional: mestrado, MBA, doutorado profissionalizante, doutorado.

Do ponto de vista do indivíduo, os efeitos deste processo seria a caracterização de uma flexibilidade adquirida ao longo de sua vida profissional. Seria a generalização do processo delineado pelas empresas japonesas, que, no Brasil, tem sido estudado e é sustentado pelo conceito de enriquecimento de cargos, conforme FLEURY; VARGA (1983).

Reforçando, Yepes apud Bernardes (1994) argumenta que o processo de trabalho flexível conduziria a uma minimalização das estruturas hierárquicas e administrativas, atenuando os níveis gerenciais do trabalho, pois geraria maior mobilidade de funções e a polivalência do trabalhador ao alocá-lo em diferentes tarefas.

Junta-se esse outro ponto de ruptura à globalização, citado anteriormente, que remete à efetivação do processo de mudança, que questiona a relação capital-trabalho e traz em seu âmbito conceitos como empregabilidade e empreendimento, entre outros.

À luz deste contexto macro-definido, tem-se a proposta do Departamento de Administração, que deve adequar-se o quanto antes, posicionando-se estrategicamente. Para isto, se auto-avaliando em termos dos seus pontos fracos e fortes e ainda em termos das ameaças e oportunidades vigentes.

Como ponto fraco, tem-se um defazamento temporal em termos de formação do corpo docente, pois hoje um número significativo, mas ainda insuficiente, de professores encontram-se em estágio de término de mestrado e/ou doutorado. Como ponto forte, a ser configurado no médio e longo prazos, a consolidação do corpo docente com o término dos seus mestrados e/ou doutorados, bem como o incentivo gerado para os demais ingressarem neste processo de formação.

Como ameaça, tem-se a concorrência de outras escolas de curso superior, constituindo cursos em Administração; como oportunidades, tem-se o tempo de maturação/consolidação em termos de mercado que a escola possui, sendo reconhecida regionalmente por agentes externos; a própria LDB (Lei de Diretrizes Básicas) que, se bem utilizada, poderá configurar junto aos órgãos de fomento uma oportunidade, caso contrário tornar-se-á uma ameaça.

Inicialmente, a proposta lançada pelo Departamento deveria ser desdobrada em meios e fins, (Shiba et al (1993)), para que ela pudesse ser compreendida e acordada por todos envolvidos no processo de difusão e implementação.

### **3. O MÉTODO CIENTÍFICO**

É definido o método de trabalho utilizado, para que possa ser construída uma base argumentativa que permitirá a sua reflexão e seu amadurecimento, nos promovendo a um estado evolutivo explícito.

A finalidade da atividade científica, segundo Lakatos (1992), é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipótese/proposições, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo -conhecimentos válidos e verdadeiros- traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (pessoa que gera conhecimento com as características acima citadas).

Ao longo da história, podem ser encontrados vários métodos, onde notamos uma mudança evolutiva na forma de encarar o conhecimento, saindo de uma posição absolutista para uma posição mais crítica, em que as verdades são temporárias, (Magee (1979)), onde se procura compreender a natureza dos fatos e suas relações, procurando explicá-los através da observação científica, aliando a este processo o raciocínio (Lakatos (1992)).

No atual momento o método científico é a teoria da investigação, e esta alcança seus objetivos, de forma científica, quando cumpre ou se propõe a cumprir as seguintes etapas:

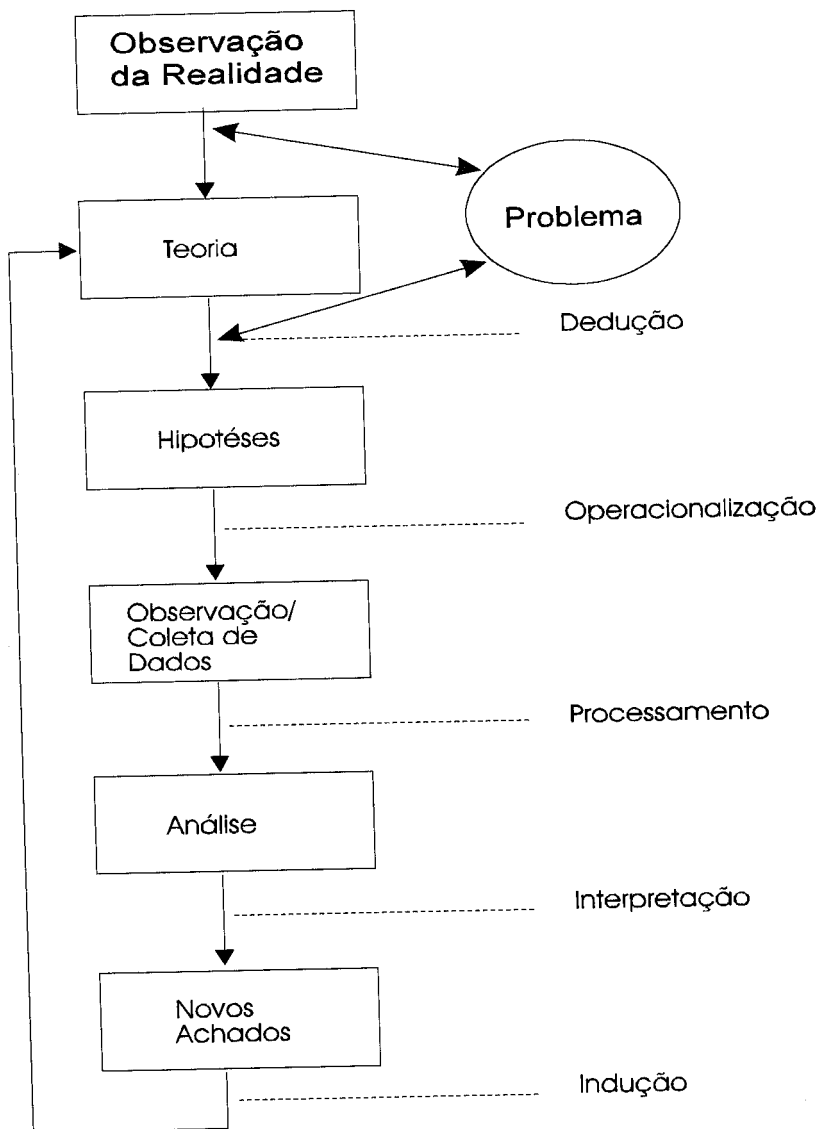
- a) descobrimento do problema ou lacuna num conjunto de conhecimentos. Se o problema não estiver enunciado com clareza, passa-se à etapa seguinte; se o estiver, passa-se à subsequente;
- b) colocação precisa do problema, ou ainda a recolocação de um velho problema, à luz de novos conhecimentos (empíricos ou teóricos, substantivos ou metodológicos);
- c) procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema (por exemplo, dados empíricos, teorias, aparelhos de medição, técnicas de cálculo ou de medição). Ou seja, exame do conhecido para tentar resolver o problema;
- d) tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados. Se a tentativa resultar inútil, passa-se para a etapa seguinte; em caso contrário, à subsequente;

- e) invenção de novas idéias (hipóteses, teorias ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que prometam resolver o problema;
- f) Obtenção de uma solução (exata ou aproximada) do problema com auxílio do instrumental conceitual ou empírico disponível;
- g) investigação das conseqüências da solução obtida, Em se tratando de uma nova teoria, é a busca de prognósticos que possam ser feitos com seu auxílio. Em se tratando de novos dados, é o exame da conseqüências que possam ter para as teorias relevantes;
- h) prova (comprovação) da solução: confronto da solução com a totalidade das teorias e da informação empírica pertinente. Se o resultado é satisfatório, a pesquisa é dada como concluída, até novo aviso. Do contrário, passa-se para a etapa seguinte;
- i) Correção das hipótese, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta. Esse é, naturalmente, o começo de um novo ciclo de investigação.

As etapas acima podem ser organizadas e ordenadas de várias formas e levam-nos a vários métodos particulares - indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo. Apesar deste fato, escolheu-se com forma representativa para sintetizar o método e ao mesmo tempo servir como referência para este trabalho a figura 1, conforme discutido em Bryman (1989).

Nesta figura esta implícito que através da teoria conhecida deduziu-se hipóteses que estariam sendo formuladas para explicar ou solucionar algum problema encontrado na realidade. Uma vez que se tenha elaborado estas hipóteses, as mesmas são submetidas a um processo de verificação que compreende as etapas de observação, análise e conclusão. Se a hipótese não supera o processo de testes, estará falseada, refutada, e exige nova reformulação da hipótese e/ou do problema, que, se superar os testes rigorosos, estará(ão) corroborada(os), confirmada provisoriamente, Lakatos (1992), Popper (1972).

A eficácia de uma proposta. Uma abordagem...



**Figura 1.** Representação do Método Científico

O uso do método científico transforma verdades absolutas em verdade momentâneas, provisórias. Esta característica acaba por transformar a questão de se ter ou não passado por uma experiência anterior em uma questão irrelevante, pois a um novo problema todas as contingências deverão ser analisadas consistentemente, sendo requisito básico o conhecimento teórico concernente ao escopo do problema em questão.

Como em Éfeso apud Simon (1995, p. 147):

*“Um homem não entra duas vezes no mesmo rio; da segunda vez não é o mesmo homem nem o mesmo rio.”*

Outro aspecto importante, quando se utiliza esta abordagem diz respeito ao foco da mecanização, ou seja, comumente somos levados a mecanizar as ferramentas que em tese solucionariam os problemas que temos à frente e não a forma de aplicar a ferramenta ao problema. O método propicia tal mudança de foco, o que pode ser uma vantagem pois estaríamos elevando o indivíduo a uma situação de ser o próprio, o mentor da ferramenta e não apenas o usuário<sup>3</sup>.

#### 4. AVALIANDO A PROPOSTA

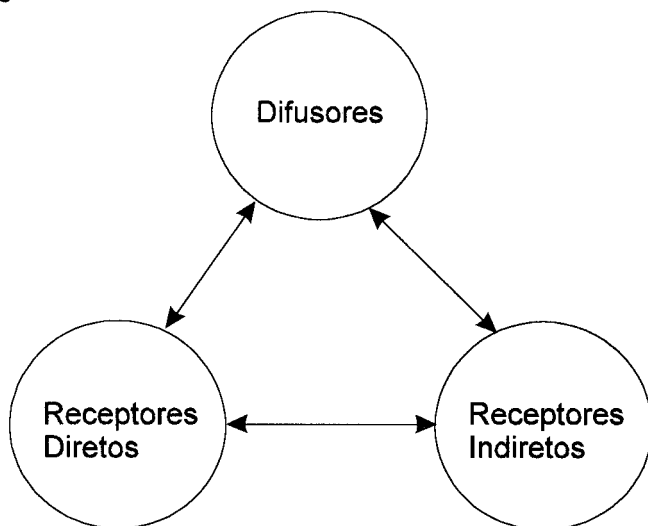
A partir deste momento, volta-se para a aplicação do método descrito. A intenção é formular um problema, respondê-lo sistematicamente, na medida do possível, a partir de referências reconhecidas. Em seguida, submeter estas proposições a testes de refutabilidade para então chegar-se a uma conclusão provisória contrapondo-se a teoria à prática, ficando a primeira sob julgo da realidade observada.

Para tornar possível esta análise, propõe-se o modelo abstrato que estabelece o relacionamento entre os três atores principais do processo:

3 Conforme BERNARDES (1994), “As novas competências” remetem a um sujeito e a uma subjetividade que conduz a reflexão sobre as condições subjetivas e inter-subjetivas da produção que condicionam o êxito da implantação de novos padrões organizacionais ... Neste tipo de trabalho, o lugar do sujeito seria absolutamente central e sujeito do processo de trabalho, constituiria a pré-condição de toda atividade produtiva.

- Difusores: o Departamento de Administração;
- Receptores Diretos: os alunos do curso;
- Receptores indiretos: as empresas que contratam os profissionais, para suprirem suas necessidades;

Estando estes inseridos num ambiente de marketing, conforme mostra a figura 2.



**Figura 2:** Modelo abstrato de relação entre os atores do processo.

#### 4.1. O Problema

Define-se aqui o problema como uma “questão-problema”, ou seja, o problema nada mais é que um indagação a ser respondida pelas hipóteses a serem formuladas.

Neste caso, presumiu-se<sup>4</sup> que o Departamento de Administração deseja resolver o seguinte problema:

<sup>4</sup> Presumiu-se o problema, tendo em vista que mesmo com as investigações e levantamentos feitos, não se obteve qualquer evidência que o caracterizasse.

**“Como formar um profissional, frente a um modelo e um mercado que evidência um novo cenário de rápida transformação, refletindo um novo paradigma da competitividade do trabalho?”**

## 4.2. A Hipótese

Para a contextualização da hipótese assumida pelo Departamento tem-se que:

Avaliando a Revista Provão (1997, p. 6) identifica-se o seguinte comentário, conforme Otávio, Conselho Federal de Administração:

*“O administrador de empresas com formação generalista é aquele que possui uma sólida especialização, sem perder a noção do todo.”*

Outro comentário destacado, na Revista 30 Anos da Administração (1997, 15) quanto ao profissional generalista, conforme Cardoso do Conselho Regional de Administração:

*“Profissional generalista:*

*As escolas, por um defeito que ainda ocorre, começaram a formar profissionais muito especialistas para atuarem em grandes organizações. Mas no Brasil, 97,5% são pequenas e médias empresas, e as universidades continuam formando para grandes empresas. Do ponto de vista da estrutura das organizações, a pirâmide está se achatando. É o enxugamento no número de profissionais. Então, não se precisa de especialista e sim de generalista. Hoje, o profissional tem como se adequar ao mercado.”*

Presume-se que estas fontes corroboraram com o Departamento de Administração, para que este lançasse como resposta ao problema a seguinte hipótese:

**Hipótese 1: “Deve-se formar um profissional que seja um generalista-empREENDEDOR capaz de ter seu próprio negócio além de gerar novos empregos<sup>5</sup>”**

5 Conforme REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO 30 ANOS, 1997, p. 5.

Para ser possível fazer uma reflexão da hipótese lançada com o objetivo de tê-la aprimorada, adotou-se duas estratégias distintas:

- a primeira focaliza-se na avaliação dos conceitos que norteiam esta proposta;
- a segunda busca, por meio da observação da realidade, medir o entendimento, a compreensão e o grau de difusão destes conceitos junto aos envolvidos na questão. Utiliza-se para isto, o estudo de casos, avaliando os representantes dos Difusores (professores); a pesquisa via questionário para avaliar os Receptores Diretos; e é feita uma análise documental, via classificados, para avaliar os interesses Receptores Indiretos do recurso que é formado hoje pela escola de administração.

### 4.3. Escopo Teórico

Para avaliar-se as palavras chaves da proposta definida, recorreremos a dicionários e também a autores como Drucker, Weber, Schumpeter e Fleury.

Com o objetivo de estabelecer uma base referencial, utiliza-se os significados das palavras a partir da leitura do dicionário do Aurélio:

- **generalista**, a palavra generalista vem do inglês (generalist) e quer dizer pessoa que tem conhecimentos gerais, e não especializados em determinada área.
- **empreendedor** quer dizer: que empreende, ativo, arrojado, cometido, e empreender: deliberar-se a praticar, propor-se, tentar.
- **emprego**: cargo, função, ocupação em serviço particular, público, etc.
- **trabalho**: aplicação das forças e faculdades humano para alcançar um determinado fim. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento.

## Refletindo sobre o generalista, trabalho<sup>6</sup> e emprego

Na falta de teorias que explorem e detalham do ponto de vista do indivíduo a formação generalista, procurou-se encontrar algo que aproximasse deste conceito com o objetivo de começar a ser criada uma referência que o sustenta ou não.

Para entender melhor as implicações que podem existir por querer-se formar um profissional generalista, entende-se ser necessário abordá-lo, conjuntamente, com a questão emprego (cargo) e trabalho, avaliando-os sob a ótica da motivação do trabalho.

Maslow, Argyris e Herzberg apud Fleury; Varga (1983) debatem sobre as teorias destes. Elas seriam:

- a) a Teoria da Hierarquia de Necessidade, Maslow;
- b) a Teoria da "Incongruência Básica", Argyris;
- c) a Teoria da "Satisfação e Insatisfação Profissional", Herzberg.

Para Maslow apud Fleury; Varga (1985): *"Aparentemente, nós funcionamos melhor quando estamos lutando por alguma coisa que necessitamos, quando desejamos alguma coisa que não temos. O objetivo desta luta varia de acordo com as circunstâncias". E admitiu que haveria uma "hierarquia de necessidades" que orientaria o comportamento das pessoas, de tal maneira que um indivíduo não passaria a perseguir as necessidades de nível mais elevado, enquanto não tivesse satisfeito as necessidades de nível mais baixo.*

Para Argyris, existe uma incongruência básica entre as necessidades dos indivíduos e os requisitos das organizações formais. No sentido de ilustrar o seu argumento, no Quadro 1, apresenta-se a concepção do autor sobre o que caracteriza a personalidade infantil e o que caracteriza a personalidade dos adultos.

6 Para o Trabalho na emergência do pensamento social clássico ver: MARX, K; A produção capitalista como produção de mais valia, in O Capital, livro I (Capítulo VI, inédito); S.P. Moraes, 1985. DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social, S.P. Abril, Coleção os Pensadores. 1994. WEBER, M. O Espírito do Capitalismo in Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. S. P. Pioneira, 1985.

Com relação ao trabalho na construção da racionalidade nas sociedades modernas, ver ARENDT, H. A condição humana. R. J. Forense - Universitária, 1983. Cap. III, IV e V; e FREYSSINET, M. Historicité et centralité du travail in Bidet J. et Texiex, J. La crise du travail, Paris, PUF, 1995.

**Quadro 1.** Características da personalidade infantil e adulta.

As crianças começam	→ E como adultos procuram
1. sendo dependentes e submissas aos pais (ou outros adultos)	→ relativa independência, autonomia, controle relativo ao ambiente próximo
2. tendo poucas habilidades	→ desenvolver muitas habilidades
3. tendo habilidades pouco desenvolvidas	→ desenvolver muitas habilidades a fundo
4. tendo uma perspectiva de curto prazo	→ desenvolver uma perspectiva de longo prazo

A partir deste esquema, Argyris examinou as organizações de trabalho de sua época e concluiu que elas se fundamentavam no modelo do homem imaturo, exigindo comportamentos típicos de personalidade ainda infantis.

Para complementar, Herzberg e seus colaboradores descobriram que os fatores determinantes da satisfação profissional são diferentes dos fatores que levam à insatisfação profissional. Assim, numa situação de trabalho, existem fatores que, se presentes, levam o trabalhador a ficar satisfeito, mas que, se não estiverem presentes, não o levam a ficar insatisfeito. Do mesmo modo, existem fatores que, se não estiverem presentes, levam o trabalhador à insatisfação, mas que se estiverem presentes inibem a insatisfação, mas não conduzem à satisfação. Herzberg chamou o primeiro grupo de fatores motivadores e o segundo de fatores de higiene numa analogia com medicina preventiva.

Desta maneira, a colocação de Herzberg conjuntamente com a de Argyris vêm corroborar de que o único modo de se terem pessoas satisfeitas no trabalho - o que seria o mesmo que pessoas produtivas no trabalho - é estruturar os cargos (emprego) de maneira à personalidade das pessoas, adequada aos requisitos de pessoas maduras. Isto porque, quando se trata de satisfação, as únicas variáveis influentes estão relacionadas intrinsecamente ao trabalho.

## Refletindo sobre o empreendedor

Para criar um contexto que possibilite refletir sobre empreendedor, foi utilizado Weber (1985), quando este trata do espírito do capitalismo.

Weber (1985), argumenta que o capitalismo na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura de lucro, de um lucro sempre renovado, da "rentabilidade". Ele toma o cuidado de chamar de ação econômica "capitalista" aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro.

Seguindo este raciocínio, surge a figura do empreendedor, que no sentido "tradicionalista", sustenta-se em dois grandes princípios básicos: a "aquisição", neste caso o empreendedor faz-se presente como sendo o dono do recurso financeiro; e a "satisfação de necessidades", neste caso o empreendedor faz-se presente pela propriedade da idéia gerada a partir da identificação de uma oportunidade, que será atendida por um produto e/ou serviço.

Schumpeter (1985), corrobora com o entendimento feito por Weber do empresário inovador, ou seja, o agente econômico que traz novos produtos para o mercado, por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica. Quanto à figura do empreendedor, destaca que na vida econômica deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que no momento isso não pode ser comprovado e de se perceber o fato essencial deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação.

Complementando, Drucker (1991), argumenta que a inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram mudança como oportunidade para um negócio diferente ou um serviço diferente. Ela pode bem ser apresentada como uma disciplina, ser aprendida e ser praticada. Ainda, Say apud Drucker (1991), diz que o empreendedor transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de

maior rendimento e apresenta as sete fontes de inovação: o inesperado, as incongruências, as necessidades de processo, as estruturas da indústria e do mercado, as mudanças demográficas, as mudanças em percepção e o novo conhecimento.

Drucker (1991) faz uma crítica, comentando:

*“... existem os inovadores que são beijados pelas Musas, e cujas inovações resultam de um lampejo de gênio e não de trabalho árduo, sistemático e deliberado..”*

Ele define os princípios da inovação, caracterizando-os pelos “Faça” e pelas “três condições básicas”.

Os “faça” estão vinculados aos seguintes aspectos:

- a inovação deliberada e sistemática **começa com a análise das oportunidades;**
- a inovação é tanto conceitual como perceptual. O segundo imperativo de inovação é portanto **sair para olhar, perguntar e escutar.** Os inovadores bem sucedidos usam tanto o lado direito como o lado esquerdo de seu cérebro;
- uma inovação para ser eficaz precisa ser simples e tem que ser concentrada;
- as inovações eficazes começam pequenas. Procuram fazer algo específico; e
- uma inovação bem sucedida visa a liderança. Não visa necessariamente a se tornar eventualmente **um grande negócio;** de fato, ninguém pode predizer se uma inovação terminará como uma grande empresa ou uma realização modesta.

As três condições predizem:

- inovação é trabalho, ela requer conhecimento, com frequência, requer muito engenho;
- para alcançarem êxito, os inovadores precisam valer-se de seus pontos fortes. Os inovadores bem sucedidos vêem as oportunidades com

larga escala. E aí perguntam: "Quais dessas oportunidades é conveniente para mim ?

"- a inovação é um efeito na economia e sociedade, mudança no comportamento de clientes, de professores, de fazendeiros, de oftalmologistas - das pessoas em geral.

Por fim, ele prescreve que a administração empreendedora exige administração diferente daquela que existe. Mas, como a existente, ela requer administração sistemática, organizada e deliberada. E aponta para o seguinte cuidado: nem todas as pessoas são inclinadas à inovação, muitas preferem o trabalho rotineiro, (Fleury; Vargas (1983)).

Da abordagem feita por Drucker, destaca-se:

- a necessidade de trabalho específico capaz de identificar oportunidades em que o empreendedor irá explorar;
- a necessidade de existir uma administração sustentada pela administração, mas utilizada de tal modo a propiciar o empreendimento.

Avaliando-se as disciplinas que compõem um curso de graduação em Administração, encontra-se o Marketing como aquele que contém em seu escopo a análise das oportunidades, (vide Kotler (1992)). Ora, se, num primeiro momento, esta é a atividade principal do empreendedor, parece que há pelo menos uma disciplina indispensável na formação deste.

A segunda avaliação aponta para a necessidade de ter-se um administrador que seja capaz de adaptar, dinamicamente, conceitos administrativos. E, em seguida, aplicá-los a empresa empreendedora, (vide Simon (1997)).

#### **4.4. Observando a Realidade**

Para enriquecer o trabalho exploratório em curso buscou-se avaliar os aspectos gerais do tema, focalizando-se em referências pseudo-científicas que complementam a pesquisa via estudos de casos e questionário.

#### 4.4.1. Em Termos Gerais

Rifkin (1996) tem explorado o paradigma da tecnologia da informação como sendo o aspecto contemporâneo mais preponderante na mudança da relação capital-trabalho nos dias atuais.

Seus argumentos apontam que as tecnologias emergentes: sistema de informação, tecnologia de informação, sistemas de comunicação, automação industrial e engenharia genética não conseguirão gerir postos de trabalho em número suficiente capaz de suprir o mesmo número de empregos que vem desaparecendo. Em sua análise, trabalhos do tipo: professores, consultores, engenheiros especializados em processos específicos sobreviverão, mas, ainda assim, não haverá espaço para todos, (ver também Forestier (1995) e Simon (1997)).

Desta forma, a realidade contextualizada no problema proposto sugere que os profissionais do futuro devam ser formados numa base conceitual, que aborde os seguintes aspectos:

- a tecnologia como a nova base de trabalho, tanto na automação como nos sistemas de informação.
- as “novas empresas sociais” que, conjuntamente, com as as pequenas e médias, bem como com as grandes empresas globais precisarão de administradores capazes de manterem as empresas funcionando numa condição em que os empregados permanecem pouco dentro da empresa, considerando as possíveis reduções das jornadas; e ainda, sendo capazes de gerir lucros diferentes não só financeiros, mas também sociais.

Silva, A (1997) fazendo uma alusão entre nós brasileiros e os americanos destacou o caráter empreedendor como sendo aquele que representa a maior alavanca de competitividade encontrada nos Estados Unidos.

No transcorrer de suas indagações ele pergunta:

*“Por que eles, os americanos, inventam tantos produtos e marcas superiores ? Por que, em contrapartida nossas idéias de negócio são tão modestas ?*

*Há aí, evidentemente, o fator objetivo do uso do capital. Invenções, novidades, melhorias - o que os americanos chamam de "breakthroughs" - não são tão valorizados no Brasil como nos Estados Unidos."*

Complementa ao afirmar que:

*"A maioria das inovações mercadológicas americanas obedece a um parâmetro básico: uma necessidade desatendida com o consumidor. Novos produtos e serviços, portanto, estão quase sempre ligados ao esforço de satisfazer demandas, desejos e caprichos dos clientes (função marketing). É nisso que o bom empreendedor americano pensa ao perscrutar oportunidades de mercado."*

Crítica, no entanto que:

*"No Brasil, o empreendedor olha para o seu próprio umbigo ao escolher onde investir seu dinheiro o que eu sei fazer, o que eu vou vender, o quanto eu posso ganhar. Se uma padaria parecer a oportunidade que oferece melhor relação custo/benefício, não interessa ao empreendedor se já não há outras 10 (dez) padarias operando no bairro. Nem que tipo de pão não está sendo oferecido e/ou desejado àquele determinado público. O empreendedor vai produzir pãezinhos franceses porque é isso que qualquer um faria ao abrir uma padaria."*

#### **4.4.2. A pesquisa de campo**

##### **4.4.2.1. O projeto do trabalho de campo**

Para medir o entendimento, a compreensão e o grau de difusão dos conceitos referidos na hipótese, ou seja: generalista, empreendedor, trabalho e emprego; junto aos professores do departamento (Difusores), optou-se pela coleta de informações, utilizando a técnica de estudos de casos, conforme propõe Silva, R (1997). Para os Receptores Diretos, representados pelos alunos do curso, utilizou-se o questionário de pesquisa, conforme Lakatos (1992) e para os Receptores Indiretos a análise documental dos classificados de jornais, conforme Godoy (1994-a, b, c).

## Para os Difusores Diretos - Professores

Para eles, foi estabelecido um protocolo a ser utilizado na orientação das entrevistas. Fazendo parte deste protocolo temos os seguintes elementos:

- perguntas, a serem feitas oralmente, que devem ser respondidas pelas entrevistados;
- definição do instrumento de coleta e registro das entrevistas: neste caso utilizou-se um gravador;
- estabelecimento do tempo de duração da entrevista: neste caso definiu-se que a entrevista deve ter um tempo médio em torno de 5 minutos, não ultrapassando 10 minutos.

Antes de fazer-se as perguntas foi criado um cenário:

“O Departamento de Administração diante da atual realidade da economia nacional e mundial traçou um novo perfil para o curso de Administração de Empresas com ênfase em dois aspectos fundamentais na formação dos profissionais da área.”

As perguntas a serem respondidas são:

- a) O professor sabe qual é esse perfil e quais os dois aspectos básicos referidos ?
- b) O que o professor entende por generalista ?
- c) O que o professor entende por empreendedor ?
- d) Qual o seu conceito sobre trabalho e emprego ?<sup>7</sup>

A intenção deste estudo de casos foi entrevistar o maior número de professores no menor tempo possível, de tal modo que os entrevistados não viessem interferir naqueles ainda não entrevistados.

<sup>7</sup> O interesse quanto a esses conceitos centra-se no entendimento dos autores, que esses representam conceitos chaves para chegar-se ao efetivo perfil do profissional.

## **Para os Receptores Diretos - Alunos**

Para a pesquisa via questionário, orientada para os Receptores Diretos caracterizados pelos próprios alunos do curso. Nesta pesquisa, optou-se, especificamente, pelos alunos de 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> ano, Matutino e Noturno. Tendo em vista que os alunos que freqüentavam no 4<sup>o</sup>s Anos. No ano de 1997, representam o currículo "antigo" de Administração e os alunos dos 3<sup>o</sup>s Anos representam o currículo "novo", aproveitando em ambos os casos, as especialidades inerentes aos alunos do curso Matutino e do Noturno.

O número de alunos de Administração matriculados nos 3<sup>o</sup>s e 4<sup>o</sup>s anos, Matutino e Noturno no ano de 1997 totalizam 1065, e a pretensão foi pesquisar no mínimo 10% deste total.

Isto posto, procura-se abordar nesta pesquisa alguns aspectos considerados relevantes para o estudo em questão, conforme constantes da Tabela 1.

Outrossim, priorizou-se também algumas perguntas de caráter objetivo e conceitual, conforme abaixo elencadas:

- a) O aluno sabe quais são os dois enfoques principais, relativos ao perfil do novo administrador estabelecido no Departamento de Administração de Empresas da PUC-Campinas ?

Sim ou Não ?

Caso positivo, escreva quais são os enfoques dados e coloque seu conceito sobre eles.

- b) De forma bem objetiva, qual seu conceito sobre o que vem ser: Trabalho e Emprego ?

## **Para os Receptores Indiretos - Empresas**

Por fim, como mencionado, para o levantamento das informações que representam as necessidades dos Receptores indiretos, foram coletados os classificados do jornal Correio Popular pela sua abrangência na região de Campinas.

Para ser capaz de qualificar os anúncios dos classificados de empregos, convencionou-se o apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Convenção para avaliação dos anúncios de jornal.

Empresa Dimensão do Anúncio (cm)	Grande	Média	Pequena
Altura	Acima de 5	De 3 a 5	Até 3
Largura	Acima de 10	De 7 a 10	Até 3

Com estes resultados pretende-se refutar ou não a hipótese única acima delineada pelo Departamento de Administração, caso seja refutada implicará na necessidade de ter definida uma nova hipótese substitutiva, resultante ou não do aprimoramento da primeira.

#### 4.4.2.2. Os resultados da pesquisa

##### Dos Difusores - Professores

Foram entrevistados 14 professores representando 19,5% do total de 72 professores do Departamento e pelos estudos de casos realizados, não foi possível encontrar qualquer evidência que caracterizasse um processo de difusão da proposta do Departamento. Nem tão pouco foram encontradas evidências escritas que demonstrasse numa estratégia adotada para o seu amadurecimento. Muito embora, de acordo com a entrevista com o ex-coordenador do Departamento: "Já no ano de 1994 discutia-se a questão do generalista a partir da elaboração do novo currículo de Administração, no entanto, a única evidência que se tem quanto ao uso do termo e a formalização da proposta está na REVISTA 30 ANOS DE ADMINISTRAÇÃO, publicada em 1997.

Quanto aos conceitos sobre Trabalho e Emprego constatou-se uma riqueza e uma pluralidade de pensamentos, caracterizando-se o último, no entanto, estritamente pela visão economicista.

## **Dos Receptores Diretos - Alunos**

No tocante à pesquisa via questionário, orientada aos alunos, tem-se as seguintes conclusões, (vide Tabela 1).

A análise em termos mais gerais tem-se que, enquanto os alunos do noturno encontram-se inseridos, atualmente, no mercado de trabalho, em uma atividade remunerada como “empregados, bem acima da média total de 79%, entre 85% e 90%, os alunos do matutino, encontram-se bem abaixo, ou seja, entre 45% e 53%. No entanto, isto não implica que com relação ao matutino, a diferença se encontra alocada como “proprietários”, mas sim, enfatiza e registra o número de alunos “sem qualquer atividade, (43% - 3º ano e 29% - 4º ano), sem que se possa afirmar que esta situação seja ou não intencional e deliberada.

Quanto ao número de alunos que encontravam-se anteriormente inseridos, em alguma atividade remunerada, observa-se que os alunos do noturno mantêm, exatamente, o mesmo percentual de “empregados, contra uma sensível queda em termos de inserção no mercado de trabalho remunerado por parte dos alunos do noturno. Estes dados mostram, por um lado, uma sensível melhoria em termos de inserção dos alunos no mercado de trabalho, mas por outro lado, evidenciam e reforçam que um percentual muitíssimo elevado de alunos (31%) do noturno e do matutino encontravam-se sem qualquer tipo de atividade, nem mesmo “informal”.

Outro dado que procurou-se disponibilizar para futuras reflexões tanto dos autores, quanto dos leitores, é o da “idade média” dos alunos do curso matutino e noturno.

Em especial, para o presente trabalho exploratório e com o objetivo de testar parte dos argumentos que corroboram com a hipótese única, formulou-se no questionário a pergunta:

“Ao terminar o Curso de Administração, o aluno pretende inserir-se como “empregado” ou como “proprietário” e em que setor da atividade econômica ?

Os resultados evidenciaram que, embora, os alunos do matutino encontram-se basicamente divididos entre “empregados” e “proprietários, a opção geral, entre todos os alunos pesquisados é a de se manterem no futuro como empregados (61%), e não como proprietários (39%), permanecendo ainda o setor terciário, como aquele de maior atratividade.

Outrossim, priorizou-se também algumas perguntas de caráter objetivo e conceitual, conforme abaixo elencadas:

- a) O aluno sabe quais são os dois enfoques principais, relativos ao perfil do novo administrador estabelecido no Departamento de Administração de Empresas da PUC-Campinas ?

Sim ou Não ?

Caso positivo, escreva quais são os enfoques dados e coloque seu conceito sobre eles.

- b) De forma bem objetiva, qual seu conceito sobre o que vem ser: Trabalho e Emprego ?

**Tabela 1.** Resultados do Questionário - Alunos 3º e 4º Anos - Mat/Not - (%)

	3º Mat	3º Not	4º Mat	4º Not	Total
1. Encontra-se inserido no mercado					
1.1 - Como Empregado	45	90	53	85	79
1.2 - Como Proprietário	12	5	18	8	8
1.3 - Em nenhuma atividade	43	5	29	7	13
2. Em qual setor econômico					
2.1 - Primário	-	2	-	5	3
2.2 - Secundário (indústria)	11	37	25	34	33
2.3 - Terciário (serviços)	83	59	75	58	62
2.4 - Informal	6	2	-	3	2
3. Encontrava-se anteriormente					
3.1 - Como Empregado	45	69	53	67	64
3.2 - Como Proprietário	2	6	-	3	5
3.3 Em nenhuma atividade	53	25	47	30	31
4. Em que setor encontrava-se					
4.1 - Primário	-	4	-	2	2
4.2 - Secundário	6	31	22	32	28
4.3 - Terciário	90	63	78	63	67
4.4 Informal	3	2	-	3	3
5. Ao Terminar o curso pretende inserir-se como					
5.1 - Empregado	39	63	46	69	61
5.2 - Proprietário	61	37	54	31	39
6. Em que setor da atividade					
6.1 - Primário	3	4	-	4	4
6.2 - Secundário	39	39	46	36	38
6.3 - Terciário	53	55	54	58	55
6.4 - Informal	5	2	-	2	3
IDADE MÉDIA	21,8	24,0	22,5	22,5	25,4
A- no alunos matriculados (3º e 4º Anos)	105	420	80	460	1065
B - no de questionários respondidos	62	147	17	180	406
Amostra (B/A)	59	35	21	39	38

Questão a) Dos 406 questionários devolvidos, somente 74, ou seja, 18% disseram que sim. No entanto, destes, somente 7 alunos, ou seja, menos de 2 % conseguiram articular, mas ainda minimamente, a resposta correta e requerida.

Esta situação, reflete de forma consistente que a mensagem pretendida não foi passada pelos DIFUSORES<sup>8</sup>, nem para os alunos dos 3<sup>os</sup> anos, representantes do currículo novo, tampouco para os alunos dos 4<sup>os</sup> anos, representantes e remanescentes do currículo antigo, tanto do matutino quanto do noturno.

Questão b) Evidenciou-se, além da precariedade<sup>9</sup> dos conceitos sobre o que vem a ser “trabalho e emprego”, que o “econômico” encontra-se “exclusivamente” enraizado no pensamento dos alunos e embasados estritamente nas relações assalariadas.

### Dos Receptores Indiretos - Empresas

Os resultados obtidos pela análise dos classificados de jornal do dia 26/10/1997, apresentados no quadro 3 abaixo, mostra uma demanda integral para especialistas em todas as categorias de empresas e de atribuições.

**Quadro 3.** Resultados da análise de classificados de jornais.

Empresa Categoria de profissional(**)	Grande	Média	Pequena
Especialista	85	98	155
Generalista	0	0	0
Total de Empregos	85	98	155

(\*\*) Dados levantados no Jornal Correio Popular de 26/10/1997.

8 Quando analisadas as entrevistas com os professores, que são parte dos DIFUSORES, percebe-se que estes não poderiam difundir algo que também desconheciam.

9 Precariedade não no sentido pejorativo, pois, trata-se de uma fertilidade de idéias, e sim, pela dificuldade da grande maioria dos alunos em articular e transpor para o papel, as “coisas” que pensam.

#### 4.5. Avaliando a Hipótese frente aos resultados

Avalia-se a hipótese a partir dos argumentos e conceitos estabelecidos:

Quanto aos argumentos levantados por Otavio<sup>10</sup> (1997), em sua tese de doutorado definindo que o administrador generalista é aquele que possui uma **sólida especialização**, se contrapõe ao AURÉLIO, que define generalista como sendo aquele que tem conhecimentos gerais e **não especializados**.

Os argumentos levantados por Cardoso (1997) merecem ressalvas, pois pelas informações obtidas dos classificados de empregos, em sua totalidade reflete uma situação contrária, ou seja, há uma evidência que tanto as grandes quanto as pequenas e médias empresas demandam **especialistas** e não os generalistas, como ele assim o sugere.

Quanto ao argumento de que os alunos devam ser preparados para serem proprietários de seus negócios e criarem empregos; a de se pensar no resultado da pesquisa feita para avaliar os seus desejos e suas expectativas. O resultado mostra que a opção geral (61%) dos pesquisados é de se manterem no futuro como **empregados** e desta forma existindo poucas possibilidades destes criarem empregos.

Se a justificativa do “faz tudo” é pelo enxugamento, deve-se levar em conta as condições que configuram o ambiente da empresa nos momentos que este está ocorrendo. Detendo-se neste contexto, parece que há sim uma exigência de mercado que reflete no indivíduo, transformando-o num “faz tudo”. Basta lembrar que as reestruturações ocorridas nas empresas têm provocado o desaparecimento de cargos, mas isto não tem refletido no desaparecimento de atribuições (trabalho). O resultado natural é o acúmulo de trabalho feito de forma abrupta.

Num primeiro momento, supõe-se a necessidade, apontada pela empresa, de ter-se o profissional “faz tudo”. Na Tabela 1-a e 1-b fica ilustrado o efeito “enxugamento”, ocasionado pela redução de emprego (cargos) e não pela redução de atribuições.

10 Não tivemos ainda acesso à Tese de Doutorado elaborada pelo Dr. Rui Otávio, com o título “Os indicativos de um novo paradigma na formação do administrador e na relação ensino x aprendizado”.

**Tabela 1a.** Representa a Relação ANTES DA RESTRUTURAÇÃO

Indivíduo		Profissional		
		P1	P2	P3
Empresa				
Atribuição 1	Especificidade 1	*		
	Generalidade 1	*		
Atribuição 2	Especificidade 2		*	
	Generalidade 2		*	
Atribuição 3	Especificidade 3			*
	Generalidade 3			*

**Tabela 1b.** Representa a Relação DEPOIS DA RESTRUTURAÇÃO

Indivíduo		Profissional	
		P1	P3
Empresa			
Atribuição 1	Especificidade 1	*	
	Generalidade 1	*	
Atribuição 2	Especificidade 2	**	
	Generalidade 2	**	
Atribuição 3	Especificidade 3		*
	Generalidade 3		*

(\*\*) - Hipoteticamente o profissional 1 não está preparado para assumir num primeiro momento e acumular as novas atribuições.

Desta forma, passa-se a ter um profissional que assume abruptamente uma nova atividade sem a devida preparação, simplesmente, pelo acúmulo de trabalho.

Fica explicitado que o trabalho possui duas vertentes:

- a primeira está orientada para as suas próprias especificidades: saber implantar Controle Estatístico de Processo (CEP), saber fazer um orçamento de caixa, gerenciar um Planejamento e Controle da Produção (PCP);
- a segunda está orientada para as generalidades complementares: visão do negócio, conhecimento em microinformática, falar inglês, etc.

Para avaliar o aspecto conceitual da proposta, recorre-se, inicialmente, a Fleury; Varga (1983) apontando outros autores, o "faz tudo" pode até ser uma necessidade das empresas mas do ponto de vista do indivíduo, esta característica é desmotivadora, principalmente, considerando a forma como esta é instaurada, resultado de reestruturações vividas pelas empresas. Esta condição impõe no indivíduo o modelo de homem imaturo, violando a característica 3 apresentada no Quadro 1. Esta característica impõe uma restrição, sob a ótica do trabalhador, pois a aquisição de habilidades a fundo só pode ser conseguida se for dado tempo para que este adquira conhecimentos profundos do trabalho a ser executado doravante.

Nestas condições, o trabalhador é, praticamente, obrigado a assumir atribuições sem ter a mínima condição, pois não foi sequer treinado para esta nova atividade. Dentro deste caos, ele, dificilmente, será levado a ter um arrojo necessário que sustente um empreendimento, ou seja, a condição instaurada não só pode comprometer a sua própria condição dentro da atual empresa, que exige, demasiadamente, algo que o trabalhador não está apto a corresponder; como ele próprio passa a não deter conhecimento suficiente que o leve a ser um empreendedor capaz de ter o seu próprio negócio, capacitando-se à inovação.

#### 4.6. Uma proposta alternativa

Partindo-se da avaliação acima descrita, sugere-se como alternativa à proposta de se formar um:

**especialista polivalente e empreendedor humanista<sup>11</sup>,**

sustentando-se nos seguintes conceitos, sendo:

- **especialista:** (subst.) pessoa que consagra com particular interesse e cuidado a um estudo. Pessoa que se dedica a um ramo de sua profissão;
- **polivalente:** (adj.) eficaz em vários casos diferentes; versátil; que oferece diversas possibilidades de aplicação ou emprego;
- **empreendedor** (subst. e adj.): que empreende, ativo, arrojado, cometido, e empreender: deliberar-se a praticar, propor-se, tentar.
- **humanismo:** (Filos) Doutrina ou atitude que se situa expressamente numa perspectiva antropocêntrica, em domínio e níveis diversos. Manifesta-se o humanismo no domínio lógico e no ético. No primeiro aplica-se às doutrinas que afirmam que a verdade ou falsidade de um conhecimento definem-se em função da sua fecundidade e eficácia relativamente à ação humana; no segundo aplica-se àquelas doutrinas que afirmam ser o homem o criador dos valores morais, que manifestam-se a partir dos exigências concretas, psicológicas, históricas, econômicas e sociais que condicionam a vida humana.

Nesta caso, inclui-se ao empreendedor o caráter humanista que o traz para mais perto das instituições sociais, visando não apenas lucros econômicos mas também os lucros sociais.

Para amenizar o quadro contingencial que define a necessidade do generalista, propõe-se o **especialista polivalente**. Na sua formação estão contempladas duas abordagens distintas:

<sup>11</sup> O termos humanista é citado por AMBONI, N. da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - REVISTA PROVÃO 97.

- a primeira diz respeito a sua formação, enquanto aluno de graduação;
- a segunda diz respeito ao seu processo de aquisição de novos trabalhos, quando ele encontra-se empregado.

A primeira é matéria complexa e compreende uma reflexão a ser feita pelo Departamento, como já vem ocorrendo.

Para a segunda, sugere-se aos receptores indiretos uma estratégia que denomina-se: "enriquecimento agregado de cargos". Esta estratégia pressupõe um cronograma dinâmico em que o profissional é levado à execução de atividades, uma de cada vez, por períodos determinados "a priori", possibilitando-o adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades específicas a cada tipo de trabalho. Desta forma, a empresa põe em curso a formação do profissional que começou ainda na universidade.

Assim, na medida em que a empresa necessite "enxugar", tanto ela quanto o profissional passam a desfrutar de uma situação privilegiada. Pelo lado da empresa, esta pode remanejá-lo como quiser, pois este profissional está apto a assumir outras atividades. Pelo lado do profissional, este já tem sua polivalência desenvolvida, logo, as reestruturações configuram desafios que irão aprimorar ainda mais suas aptidões adquiridas pelo processo de enriquecimento agregado de conhecimento<sup>12</sup>.

A introdução da palavra humanista, qualificando o empreendedor, explora outra vertente. Quando o conceito de empreendedor foi analisado, identificou-se um caráter fortemente econômico agregado. No entanto, como apontado em Rifkin (1996), o aparecimento de "empresas sociais" traz um "novo ganho", o ganho social, por conseguinte, esta qualificação tem implicações não econômicas na formação deste empreendedor.

Acredita-se que com esta proposta chega-se ao polivalente, ou seja, é possível supor que para se tê-lo deve anteceder um processo orientado a sua formação, desenvolvendo o especialista. Tendo em mente que ao longo de sua vida profissional, ele adquirirá novas atribuições, per-

12 Que se opõe frontalmente ao acúmulo de atribuições.

manecendo nelas de forma planejada. Com isto, sendo capaz de entender e realizar transformações organizacionais com enfoque sistêmico: "visão geral da empresa e do negócio".

Complementando, é proposto o estabelecimento do processo que contenha as seguintes etapas:

- a) estabelecer a observação: analisando tendências, e necessidades do meio que nos cerca;
- b) incubação de conceitos: debatendo os temas criticamente;
- c) formulação de propostas; buscando respostas às indagações surgidas;
- d) consolidação de proposta: realizando pesquisas de campo para refutá-la ou não;
- e) difusão interna: focalizando os atores que fazem parte do elemento DIFUSOR;
- f) difusão ampliada: focalizando os Receptores Diretos e Indiretos;
- g) Avaliação e melhoria da proposta: estruturando mecanismos de retroalimentação.

Esta proposta é sustentada pela identificação feita durante a realização dos estudos de casos que mostraram um processo de difusão deficiente.

## 5. CONSIDERAÇÃO FINAL

Este trabalho não tem a intenção de ser um trabalho final, mas sim o começo de um processo de amadurecimento. Neste processo, o resultado final deve apontar para a compreensão de conceitos que estarão norteando uma estratégia a ser estabelecida, lembrando dos pontos fracos e fortes e das oportunidades e ameaças.

Como parte inerente, busca-se difundir uma proposta coerentemente estabelecida por um mecanismo de aprendizado e crítica auto-sustentado.

Viu-se que é urgente e importante o estabelecimento deste processo, pois a refutação da hipótese primeira coloca um paradoxo estrutural que pode refletir no conteúdo programático do curso de administração.

Para isto, destaca-se duas estratégias distintas:

- a primeira propõe um debate sobre os aspectos relevantes associados ao cenário estabelecido e, em seguida, que adotemos uma linha específica, refletindo-a em numa proposta que venha aprimorar ainda mais a que está se definindo.
- a segunda propõe a formalização da proposta sob a ótica daquilo que é comum e que foi constatado pelo trabalho de campo, estabelecendo uma abordagem tipo "workshop" para os pontos divergentes que também foram constatados.

Com isto, estaríamos dando o primeiro passo para o estabelecimento de uma base filosófica (numa relação de causa e efeito como propõe POPPER (1972)), que sustentará a estratégia de competição para o nosso negócio e, principalmente, para aqueles que estamos formando como educadores.

## 6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Nova Fonteira, 2ª Edição. 1986.

BERNARDES, "Trabalho a centralidade de uma categoria analítica." São Paulo em Perspectiva. 8(1), pag. 33-41.1994.

BRYMAN, A. **Research Methods and Organization Studies**. Unwin Hyman Press. London 1989.

COBRA, M. **Administração de Vendas**. 4ª ed. Atlas. São Paulo. 1994. São Paulo.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. Prática e Princípios. 3ª ed. Pioneira. São Paulo. 1991.

- FLEURY, A. C. C.; Vargas, N. Organização do Trabalho. 1ª ed. Atlas, São Paulo, 1983.
- FORESTIER, V. O Horror Econômico, Unesp, São Paulo, 1977.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE. Vol. 35 no. 2, 1995-a.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos e Fundamentos. RAE. Vol. 35 no. 3, 1995-b.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas. RAE. Vol. 35 no. 4, 1995-c.
- JORNAL CORREIO POPULAR; Classificados de 26/10/1997.
- KOTLER, P. Marketing. Edição compacta. 1ª ed. Atlas, São Paulo, 1985.
- LAKATOS, E. M.; Marconi, M. A. Metodologia Científica. Atlas. São Paulo, 1992.
- MAGEE, B. As Idéias de Popper. Cultrix. São Paulo, 1979.
- POPPER, K. A Lógica da Pesquisa Científica. Cultrix, São Paulo, 1972.
- REVISTA DO PROVÃO. Brasília, 1997 - MEC - Volume 11- número 1.
- REVISTA 30 ANOS DA ADMINISTRAÇÃO. FACECA. PUCAMP, 1997.
- RIFKIN, J. O Fim dos Empregos. Makron Books. São Paulo, 1996.
- SCHUMPETER, J. L. Teoria do desenvolvimento econômico. Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- SENGE, P. A Quinta Disciplina. Best Seller, São Paulo, 1990.
- SILVA, R. S. Documento Técnico da FCTI. Como Projetar Estudos de Casos. 1997.
- SILVA, A. Por que os americanos são melhores que nós ? Revista Exame/ 10 de setembro/1997.

- SIMON, F. Criando o próprio futuro. O mercado de trabalho na era da competitividade. 2ª ed., Ática, São Paulo, 1997.
- SHIBA, S; Graham, A; Walden, D. A new american TQM. Four Practical Revolutions in Manegement. Productivity Press. Boston, 1993.
- SLACK, N. Vantagem Competitiva em Manufatura. Atlas, São Paulo, 1993.
- SLACK, N; Chambers, S; Harrison, A; Johnston, R. Administração da Produção. Atlas, São Paulo, 1997.
- WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 4ª ed., Pioneira, São Paulo, 1985.
- VIEIRA, D. S. Como Escrever Uma Monografia. Martins Fontes. São Paulo, 1994.

# O GRADUADO EM ADMINISTRAÇÃO E AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

*José Eduardo Rodrigues de Sousa<sup>1</sup>*

## 1. BREVE HISTÓRICO

Em 1941, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas que, juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, integrava as Faculdades Campineiras, núcleo básico do que veio a ser a U.C.C. (Universidade Católica de Campinas), mais tarde convertida em Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Hoje, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas - FACECA, que deriva da antiga Faculdade de Ciências Econômicas, é, desde a criação dos cursos de Ciências Administrativas (em 1967) e de Ciências Contábeis, a maior unidade da PUC-Campinas, com 4.340 alunos, dos quais, aproximadamente, 2.240 estão cursando Ciências Administrativas.

A PUC-Campinas conta, atualmente com 20 Unidades Acadêmicas, 38 cursos de graduação e 11 de pós-graduação, é uma universidade multi-campi, contando com cerca de 1.300 professores, 2.000 funcionários e quase 20.000 alunos freqüentando seus cursos de graduação e pós-graduação.

## 2. OBJETIVOS DA PESQUISA

Comemorou-se, no ano de 1997, os 30 anos de funcionamento do Curso de Ciências Administrativas - FACECA/PUC-Campinas e, como parte das comemorações, o Departamento de Administração aprovou, durante o ano de 1996, a realização de uma pesquisa que procurasse

---

<sup>1</sup> Professor Titular dos Departamentos de Administração e Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Economista. Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

conhecer o encaminhamento profissional do graduado em Administração de Empresas.

Desde o início desta pesquisa, de caráter exploratório, pensou-se, como um de seus objetivos, que a mesma serviria de base ao planejamento estratégico da FACECA no que dissesse respeito ao desenvolvimento de suas potencialidades, na busca de melhor atender às necessidades, atuais e potenciais, de sua comunidade-cliente, em relação ao Curso de Ciências Administrativas. Dessa maneira, procurou-se conhecer as percepções e atitudes dos graduados em Administração com relação à contribuição do curso e da própria FACECA para sua formação profissional.

Pretendeu-se ainda, com essa pesquisa, identificar elementos que permitissem analisar/avaliar os resultados dos esforços educacionais despendido pelo corpo docente do curso em análise. Os dados a partir dela obtidos, assim como os de duas outras pesquisas já concluídas (referente aos Fatores de Influência na Relação Universidade – Empresa e Cenários de Futuro para a FACECA<sup>2</sup>), servirão de base para o planejamento de longo prazo da própria Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas - FACECA, tanto no que diz respeito à sua contínua atualização, como a de sempre procurar servir à comunidade com cursos de graduação e de pós-graduação reputados como de excelente nível. Esse pensamento norteou este trabalho, direcionado igualmente à busca do constante aperfeiçoamento, com superior qualidade, do processo ensino-aprendizagem, meta esta tanto do corpo docente, como do corpo discente e mesmo dos egressos de nossa Faculdade, hoje potenciais empregadores dos jovens que estão a se formar em nossos cursos.

### 3. SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

A PUC-Campinas tem manifestado sua preocupação pela atualização dos currículos dos cursos mantidos pela Universidade, atendendo aos anseios e exigências da sociedade da região, podendo-se evidenciar

---

<sup>2</sup> Publicadas respectivamente nos números 7 e 8 dos Cadernos da FACECA.

essa preocupação na promoção, pela Reitoria, do Fórum de Coordenadores e dos Seminários sobre Currículos, já em sua segunda edição.

Torna-se evidente, em reforço às idéias de De Sordi (1995), que, sem a participação e envolvimento da direção como um dos elementos alavancadores do processo requerido, nada se poderá fazer, razão maior da busca, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, do envolvimento dos que dirigem as Unidades Acadêmicas, desde o nível dos Coordenadores de Curso e de Departamento, passando pelos Diretores dessas unidades e envolvendo mesmo as Vice-Reitorias e o próprio Reitor.

Pode-se ver nessa ação da Direção da PUC-Campinas a preocupação pela formação de educadores e não apenas de professores, preocupação também da própria FACECA. A esse respeito encontramos, dentre outros excelentes autores, tanto Chauí (1988: 53/87), que discorre acerca do que seria ser um educador em nossos dias, quanto Freire (1988: 91/101) ao discutir ser o sonho do educador possível bem como Rubem Alves (1988: 13/28) que ao destacar o papel de educadores, afirma que "professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não algo que se defina por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança". (op. cit, p. 16)

A educação é um assunto de grande complexidade, pois envolve normalmente a preparação de pessoas para um novo mundo. Pesquisando sobre isto, encontramos em Castanho (1995) que, após discutir a questão do impacto da globalização na sociedade, passa a apresentar a questão da existência de um currículo que se sobreponha aos interesses particulares de grupos específicos dessa sociedade (nacional e internacional), mostrando então os três diferentes enfoques de pesquisa que direcionam os paradigmas curriculares de nossas instituições de ensino.

A partir de um estudo elaborado em 1985 por um grupo de professores do Collège de France, Castanho (op. cit, p. 16-18) nove princípios para a escolha de currículos, que se adequariam à realidade brasileira. São eles os a seguir enumerados:

- “1. **A unidade da ciência e a pluralidade das culturas.** [...] *uma intenção educativa sem violência, libertadora, deve desenvolver um respeito à ciência, não porque esta situa-se acima da realidade cultural do aluno, mas porque ela está a seu lado na crítica à exploração econômica, à marginalização social, à opressão política, à manipulação cultural e à repressão psicológica,*
2. **A diversificação das formas de excelência.** *Se a intenção educativa valoriza os alunos “inteligentes”, entendendo-se por isso os que se expressam em línguas estrangeiras, tocam instrumentos musicais e conhecem “boas maneiras”, o ensino que dela decorre é altamente discriminatório. Uma revolução nas formas de excelência, capazes de propiciar distinção aos alunos vindos das classes populares, ainda está por ocorrer, definindo-se padrões alternativos aos que foram estabelecidos pela cultura aristocrática e burguesa.*
3. **A multiplicação das chances.** *Se a própria história do sistema jurídico penal é uma contínua ampliação das chances oferecidas ao delinqüente, por que o sistema de ensino, que não trata com criminosos mas com estudantes, não poderia evoluir para uma radical abolição de qualquer caráter “penal” na avaliação? Além disso, a avaliação deveria deixar totalmente de ser uma “consagração dos capazes”, passando simplesmente a funcionar como um recurso no itinerário pedagógico para se conhecer o quanto e o como se caminhou para orientar o quanto e o como falta caminhar. Por fim, nenhuma avaliação deveria significar uma interrupção definitiva, irreversível da escolaridade.*
4. **A unidade no e pelo pluralismo.** *O problema do “ensino particular” não é que ele deixe de ser estatal, mas que ele passe a ser mercantil. Todo ensino deve ter caráter público. A segregação escolar via pagamento do ensino deve ser combatida. Mas nada impede que a sociedade civil, por seus órgãos (os sindicatos, por exemplo), mantenha escolas, que estas se integrem ao sistema público de*

*ensino e, portanto, ainda que plurais na forma, sejam unitárias na intenção educativa.*

5. **A revisão periódica dos saberes ensinados.** *Historicamente, os períodos de ampliação do acesso popular à educação foram marcados por quedas no padrão qualitativo do ensino. Para reverter esse quadro, há que se institucionalizar a revisão periódica do conteúdo do ensino, para que esse bem tão duramente disputado pelas classes populares mantenha sua qualidade.*
6. **A unificação dos saberes transmitidos.** *Já se praticou o conteúdo mínimo para cada nível de ensino. Mas a unificação desses conhecimentos sempre foi um risco que se preferiu não correr. No entanto, uma unificação sem imposição e fundada, não em uma orientação filosófica, política ou religiosa, mas num critério como o da história, só poderia trazer benefícios em termos de auto-conhecimento popular.*
7. **Uma educação contínua e alternada.** *Uma das formas de se dar início a esse processo seria o reconhecimento, pelo sistema de ensino, da realidade dos trabalhadores-estudantes (ou estudantes-trabalhadores), até hoje uma situação de fato, sem abrigo jurídico.*
8. **O uso das técnicas modernas de difusão.** *Não se trata de abolir a escola como lugar institucional da educação, Mas de levar para a escola, ou para o controle da escola, os meios de difusão cultural à distância,*
9. **A abertura na e pela autonomia.** *Um exemplo é a participação, nos conselhos escolares, de membros de associações extra-escolares. Outro exemplo é o convênio com instituições de difusão cultural. Combinada com a autonomia, essa abertura só pode ser fator de crescimento da escola. Mas é preciso cuidar, em conjunto com as medidas de abertura, da dignidade da carreira do magistério, a começar da questão de sua remuneração, e reforçar a competência do corpo professoral, através de programas de capacitação docente."*

Dowbor (1995: p. 20) igualmente discute o impacto da transformação da sociedade através da educação, procurando responder acerca do papel da educação frente a uma nova dinâmica, representada pelo que chama de os 5 (cinco) grandes eixos de mudanças do final do século na educação: o impacto do progresso técnico, da globalização, da urbanização, das polarizações e do novo papel do Estado, apontando as seguintes transformações como sendo as mais significativas:

- *é necessário repensar de forma mais dinâmica e com novos enfoques a questão do universo de conhecimentos a trabalhar: ninguém mais pode aprender tudo, mesmo de uma área especializada.*
- *neste universo de conhecimentos, assumem maior importância relativa as metodologias, o aprender a “navegar”, reduzindo-se ainda mais a concepção de “estoque” de conhecimentos a transmitir;*
- *aprofunda-se a transformação da cronologia do conhecimento: a visão do homem que primeiro estuda, depois trabalha, e depois se aposenta torna-se cada vez mais anacrônica, e a complexidade das diversas cronologias aumenta;*
- *modifica-se profundamente a função do educando, em particular do adulto, como sujeito da própria formação, frente à diferenciação e riqueza dos espaços de conhecimento nos quais deverá participar;*
- *a luta pelo acesso aos espaços de conhecimento vincula-se ainda mais profundamente como resgate da cidadania, em particular para a maioria pobre da população, como parte integrante das condições de vida e de trabalho;*
- *finalmente, longe de tentar ignorar as transformações, ou de atuar de forma defensiva frente às novas tecnologias, precisamos penetrar as dinâmicas para entender sob que forma os seus efeitos podem ser invertidos, levando a um processo reequilibrador da sociedade, quando hoje apenas reforçam as polarizações e desigualdade.”*

Ainda ao tratar dos avanços da tecnologia e dos sistemas de comunicações, passa a enumerar a importância que as empresas dos países dito desenvolvidos dão à educação de seus funcionários, fazendo uso de espaços educacionais criados pela moderna sociedade, ao que relembra ser o século XXI desde já conhecido como pertencente à sociedade do conhecimento.

Este assunto é igualmente tratado pela Revista HSM Management, (n. 5, nov./dez. de 1997) em artigo que discute universidades empresariais. A nível de Brasil, este cenário traria novos desafios institucionais à educação, felizmente, já sendo tratados de frente na PUC-Campinas, através do Fórum de Coordenadores e dos Seminários sobre Currículos.

Dentro desse contexto, já se pode concluir sobre a importância que a Reitoria e os órgãos colegiados da Pontifícia Universidade Católica de Campinas dão a esse assunto, valendo aqui lembrar as idéias expostas por Martins (1990: 21/22), em reforço às idéias da própria PUC-Campinas, de que

*“um conceito de educação, necessariamente, considera o binômio homem - mundo. Daí decorrem dois importantes questionamentos:*

*1º) Que tipo de homem desejamos obter como produto da ação educativa?*

*2º) Que tipo de sociedade interage com esse homem que pretendemos formar?”*

Ainda em relação ao assunto vamos encontrar Coelho (1988: 40) afirmando que:

*“a relação educação e sociedade não é de modo algum uma relação mecânica, automática, de simples contiguidade, justamente porque educação e sociedade não são duas realidades exteriores, completamente determinadas e autônomas, que existiriam uma ao lado da outra, embora associadas. A relação concretamente existente entre eles é de determinação recíproca, ou seja, a sociedade sempre determina a educação e ao mesmo tempo é por esta determinada”.*

As modernas revistas de Administração têm discutido esse assunto, sendo que reproduziremos aqui duas dessas visões expostas na já mencionada Revista HSM Management. Wild (1997: 92-98) defende que as novas escolas de Administração necessitam enxergar o aluno como um "cliente" e se adaptar a essa nova realidade, guiando-se pelo foco no mercado e pela inovação, buscando contínua flexibilidade e rapidez na resposta ao mercado em mudança. De outro lado, Kotter (1997: 30-36) discute em seu artigo a necessidade da pessoa buscar uma orientação competitiva, procurando ser sempre o 1º ou 2º em tudo que se aventurar a fazer na organização, como forma de abrir as portas do sucesso para si. Idéias como as por estes autores expostas, cuidadosamente repensadas e adaptadas à realidade da região, devem constar do processo de planejamento de médio e longo prazo que vier a ser elaborado na FACECA.

#### **4. METODOLOGIA**

A pesquisa, como já foi mencionado, foi do tipo exploratória, que, na ótica de Gil (1987: 44) "tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Neste trabalho inexistiu o propósito de se procurar comprovar, hipóteses pré-estabelecidas.

A respeito desse tipo da pesquisa, Tripodi et al. (1975: 61), afirmam que o objetivo principal do estudo exploratório é o de desenvolver idéias e hipóteses, afirmando, ainda (p. 61/62) que "a estrutura lógica de estudos exploratórios consiste em fornecer um quadro de referência que possa facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno", podendo, então, os dados serem qualitativos e/ou quantitativos. Quando da análise dos dados, fez-se uso da estatística descritiva.

O projeto em questão procurou saber dos egressos há mais de 03 (três) anos do Curso de Ciências Administrativas, coletando, dentre outras, questões tais como:

- a) Dados sobre a formação acadêmica do egresso enquanto aluno da FACECA;
- b) Ocupações que teve durante o curso de graduação, inclusive buscando-se dados relacionados ao seu período como estagiário;
- c) Características da atuação que desenvolvia no cargo que ocupa atualmente na organização em que trabalha, no referente a:
  - processo decisório; e
  - exigências requeridas pelo cargo;
- d) Avaliação de atitudes e comportamento, discutindo a FACECA quanto à:
  - avaliação de seu curso de graduação;
  - importância que teve para sua carreira profissional;
  - realização profissional.
- e) Requisitos exigidos pelo mercado de trabalho para os egressos do Curso de Ciências Administrativas;
- f) Áreas em que buscou se especializar;
- g) Evolução profissional do egresso.

Os passos dados para a elaboração do instrumento de pesquisa foram os a seguir expostos:

- a) elaboração de versão preliminar;
- b) apresentação da versão à análise da direção, do Coordenador do Departamento de Administração e de vários professores da FACECA;
- c) elaboração da segunda versão, com a incorporação das sugestões obtidas;
- d) realização do pré-teste junto a um grupo de ex-alunos, todos eles professores da FACECA;
- e) elaboração da versão final do instrumento de pesquisa;
- f) encaminhamento do questionário aos graduados, fazendo uso dos correios. No envelope, além do questionário, havia uma carta de

encaminhamento e sensibilização. Optou-se pela não inclusão de envelope pré-endereçado e selado, pois esperava-se uma adesão espontânea dos ex-alunos em contribuir para a construção da FACECA do futuro;

g) crítica para seleção dos questionários válidos;

#### **4.1. Seleção da Amostra**

Com o objetivo de se atingir ao maior número possível de ex-alunos, procurou-se selecionar, aleatoriamente, cerca de 10% dos egressos de cada turma até a turma de 1993, de forma a garantir a recomendação dos professores do Departamento de Administração, de que os pesquisados tivessem mais de 03 (três) anos de formados devendo, assim, estar já efetivamente engajados no mercado de trabalho.

A seleção aleatória dos formados, a par da dificuldade em obter o endereço atualizado dos graduados pela FACECA ao longo de seus trinta anos de existência, deu-se da seguinte forma:

*Em cada relação de formados, por ano de conclusão do curso, selecionou-se sempre o último nome e observou-se a unidade final de sua numeração na lista, escolhendo-se então todos os formados que tivessem aquela unidade final (exemplo: a lista tinha 102 formados. Escolhia-se o aluno 102, 92, 82, 72, ... 02). Quando o aluno selecionado apresentava como endereço uma república de alunos, escolhia-se o nome imediatamente anterior ou posterior, para garantir que se tivesse um número adequado de pessoas a serem pesquisadas, buscando-se assegurar, assim, um maior retorno dos questionários que foram remetidos.*

Selecionou-se assim 508 (quinhentos e oito) ex-alunos, passando-se, como passo seguinte, a buscar a confirmação dos respectivos endereços. A tabela 1 destaca os itens acima discutidos.

## 4.2. Coleta de Dados

Após a seleção da amostra definiu-se que se deveria buscar a confirmação dos endereços, dos graduados selecionados, junto ao Conselho Regional de Administração - CRA, uma vez que a primeira turma tinha já 26 anos de formada. Infelizmente, pode-se constatar que a grande maioria dos graduados não procura, ou não tem interesse, em realizar seu registro profissional junto ao seu órgão de classe, uma vez que dos 508 ex-alunos selecionados, conseguiu-se tão somente a confirmação de 66 (sessenta e seis) endereços.

Procurou-se então divulgar o projeto junto a imprensa local, conseguindo-se, em consequência, que cinco pessoas ligassem para a Secretaria da FACECA fornecendo seus endereços. Desses cinco, dois constavam da listagem da seleção original e tiveram seus endereços atualizados, e os outros três foram a ela acrescentados em razão do interesse demonstrado.

Como mesmo assim o número de ex-alunos com endereços confirmados ainda eram em reduzido número, optou-se por continuar o processo de seleção até completar ao menos 5% (cinco por cento) de cada turma, buscando-se o nome dos então discentes residentes em outros municípios, pois pressupunha-se que as pessoas residentes em cidades menores permanecem por maior número de anos no mesmo endereço, ou no caso de haver ocorrido mudança, ficaria mais fácil que a correspondência fosse redirecionada para a nova residência da pessoa alvo da pesquisa.

Após a obtenção desses dados remeteu-se correspondência a cada um dos ex-alunos selecionados, em número de 241 (duzentos e quarenta e uma) cartas. Obteve-se 53 (cinquenta e três) questionários respondidos, sendo que um retornou muito após a tabulação dos dados, ficando excluído do número de questionários válidos. Outros 25 (vinte e cinco) foram devolvidos por problemas de endereço e dois haviam falecido.

**Tabela 1.** Estatística dos graduados em Administração pela FACECA

Turma de:	Total de Graduados	N.º de Pessoas Selecionadas	Endereços Confirmados	% Sel./ Form.	% Conf./ Sel.	% Conf./ Form.
70	73	8	1	10,96%	12,50%	1,37%
71	76	8	0	10,53%	0,00%	0,00%
72	60	9	2	15,00%	22,22%	3,33%
73	108	11	0	10,19%	0,00%	0,00%
74	92	10	0	10,87%	0,00%	0,00%
75	135	14	7	10,37%	50,00%	5,19%
76	175	19	2	10,86%	10,53%	1,14%
77	103	12	2	11,65%	16,67%	1,94%
78	143	17	4	11,89%	23,53%	2,80%
79	178	18	4	10,11%	22,22%	2,25%
80	236	27	6	11,44%	22,22%	2,54%
81	279	28	3	10,04%	10,71%	1,08%
82	236	23	2	9,75%	8,70%	0,85%
83	162	18	5	11,11%	27,78%	3,09%
84	182	20	3	10,99%	15,00%	1,65%
85	176	22	3	12,50%	13,64%	1,70%
86	151	19	1	12,58%	5,26%	0,66%
87	189	21	2	11,11%	9,52%	1,06%
88	267	29	7	10,86%	24,14%	2,62%
89	323	37	5	11,46%	13,51%	1,55%
90	277	29	3	10,47%	10,34%	1,08%
91	310	31	0	10,00%	0,00%	0,00%
92	372	38	2	10,22%	5,26%	0,54%
93	397	40	2	10,08%	5,00%	0,50%
94	343	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
95	346	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
96	409	0	0	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Anos de 1973 a 1993 - Secretária Geral da PUC-Campinas. Anos de 1970 a 1972 - Arquivo pessoal do Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva, então diretor da FACECA.

Obs.: A primeira turma do período diurno, com 15 alunos, ingressou no ano de 1974. (Guia Acadêmico - 1994)

## 5. ANÁLISE DAS RESPOSTAS

### 5.1. Identificação dos Respondentes

Conforme destacado no segmento da Metodologia de Estudo, a seleção dos egressos do Curso de Administração abrangeu o período de 1972 a 1993. O limite inferior estabelecido em razão de não se ter conseguido o endereço dos membros das primeiras turmas da FACECA, o limite superior, definido pela Congregação do Departamento de Administração, que solicitou que os pesquisados tivessem pelo menos três anos de formados, razão da definição de 1993 como última turma a ser pesquisada.

**Tabela 2.** Identificação por sexo e estado civil

SEXO	Qte.
Masculino	33
Feminino	19
<b>Total</b>	<b>52</b>

ESTADO CIVIL	Qte.
Casados	32
Solteiros	17
Outros	03

Do total de 52 administradores formados pela PUC-Campinas que responderam ao questionário, recebeu-se 63% de respostas de pessoas do sexo masculino, número não proporcional à quantidade de pessoas do sexo feminino que cursam Administração nos períodos matutino e noturno. Pode-se observar ainda que 32 eram casados, 17 solteiros e os demais possuíam outras situações matrimoniais.

**Tabela 3.** Cidades de residência dos formados

<b>Cidade</b>	<b>Qte.</b>
Americana	01
Botucatu	01
Campinas	18
Cosmópolis	01
Holambra	01
Indaiatuba	01
Itatiba	01
Itu	03
Jaguariuna	01
Jundiaí	02

<b>Cidade</b>	<b>Qte.</b>
La Paz - Bolívia	01
Mogi Guaçu	01
Mogi Mirim	01
Monte Mor	01
Paulínia	02
Salto	02
São Paulo	03
Valinhos	09
Vinhedo	02

Constatou-se que 34,6% eram naturais de Campinas, e que 40,4% eram oriundos de cidades da região, sendo os demais 23,1% de outras regiões do Estado de São Paulo, e um de La Paz, capital da Bolívia.

**Tabela 4.** Ano de conclusão do curso

<b>Ano de Conclusão</b>	<b>Qte.</b>
1972	02
1974	01
1975	02
1978	02
1979	01
1981	03
1982	02
1983	03

<b>Ano de Conclusão</b>	<b>Qte.</b>
1984	01
1985	04
1988	02
1989	01
1990	04
1991	02
1992	07
1993	15

Pode-se ainda considerar como bem distribuída a relação do número de questionários recebidos por ano de formatura, ao se levar em consideração que os dados referentes às últimas turmas se encontram mais atualizados e os jovens bastantes animados em colaborar. A esse respeito, vale salientar que muitos dos respondentes, jovens de todas as idades, procuraram manter contato com o pesquisador responsável por este trabalho, tanto para tirar dúvidas, como para solicitarem o questionário, no que foram atendidos, principalmente, após reportagem em jornal da cidade que relatava a dificuldade em se conseguir os endereços atualizados dos ex-alunos do Curso de Administração. A tabela 04 expõe os dados coletados quanto ao ano de formatura.

Pode-se ainda constatar que 38 ex-alunos desenvolviam atividades profissionais no setor privado, 8 no setor público, 4 em entidades sindicais e em outros setores de atividade, 1 aposentado do setor público e 1 desempregado na época da pesquisa.

## 5.2. Formação Acadêmica

Quanto às questões relacionadas à Formação Acadêmica, pode-se observar que, em relação ao período utilizado para a conclusão do curso, que trinta e oito (73% dos respondentes) o fizeram em apenas quatro anos, um em quatro anos e meio, sete em até cinco anos, dois em seis anos, enquanto que outros quatro levaram mais de seis anos para concluir o curso.

**Tabela 5.** Tempo e período de estudo

TEMPO DE ESTUDO	Qte.	PERÍODO DE ESTUDO	Qte.
4 anos	38	Somente no período diurno	7
4,5 anos	1	Somente no período noturno	35
5 anos	7	Em ambos, com predominância no diurno	5
6 anos	2	Em ambos, com predominância no noturno	5
> 6 anos	4		

Dos sete respondentes que afirmaram haver estudado no período diurno, todos concluíram o curso em quatro anos, sendo que a esses se pode somar outros quatro que concluíram seus cursos em ambos os períodos com predominância do diurno. Das demais 27 pessoas que afirmaram haver concluído o curso em quatro anos, 25 estudaram no período noturno, encontrando-se entre os então estudantes do período noturno as pessoas que levaram mais de seis anos para a conclusão de sua graduação.

**Tabela 6.** Motivos da escolha do Curso de Administração

MOTIVOS	01	X	02	X	03	X	SOMA	POSIÇÃO
		PESO 10		PESO 7		PESO 4		
Vocação	16	160	11	77	3	12	249	1
Mercado de trabalho	5	50	13	91	8	32	173	3
Profissão valorizada	0	0	1	7	2	8	15	10
Perspectivas salariais	0	0	3	21	2	8	29	9
Exigências do trabalho	2	20	3	21	4	16	57	6
Influência	1	10	0	0	1	4	14	11
Por exercer atividades relacionadas	15	150	7	49	6	24	223	2
Por possibilitar estudar e trabalhar	5	50	6	42	5	20	112	4
Empregado ou empregador	3	30	3	21	10	40	91	5
Ascensão funcional	2	20	2	14	5	20	54	7
Outros	2	20	1	7	1	4	31	8
Não respondeu	0	0	2	14	5	20	34	

Em relação à motivação para a escolha do Curso de Administração, pode-se concluir por uma forte convergência em direção à "vocação" e à profissão estar correlacionada, à época da opção pela carreira do então candidato, ao mesmo se encontrar exercendo atividades relacionadas ou semelhante, representando ambas 43% da soma dos pontos ponderados atribuídos aos dez motivos analisados. Em terceira e quarta opção obteve-se as questões relacionadas ao mercado de trabalho e por possibilitar tanto estudar como trabalhar. A indicação da

vocação como principal motivação talvez possa ser atribuída ao fato de nossos alunos serem oriundos daqueles que assinalaram "Administração", como sua primeira opção, quando da inscrição no concurso vestibular.

Esses dois itens explicariam ainda muitos dos dados obtidos, tais como o elevado número de ex-alunos em cargos de alta direção das organizações que os empregam, bem como o alto índice dos que continuaram na empresa após a conclusão do curso.

Por outro lado, os então candidatos ao Curso de Administração deram pouco ou nenhum valor a questões tais como "influência" de terceiros, a fama de ser a profissão do Administrador uma "profissão valorizada" e a questão das "perspectivas salariais".

De uma maneira geral, os ex-alunos concluíram sua graduação relativamente jovens, uma vez que 82,7% dos respondentes afirmaram terem, à época da formatura, entre 20 e 29 anos, sendo que mais da metade dos que responderam ao instrumento de pesquisa possuíam à época da graduação até 24 anos de idade.

**Tabela 7.** Faixa etária na conclusão do curso

<b>FAIXA ETÁRIA NA CONCLUSÃO DO CURSO</b>	<b>Qte.</b>
Entre 20 e 24 anos	29
Entre 24 e 29 anos	14
Entre 30 e 35 anos	8
Acima de 35 anos	1

Dos que afirmaram ter tido um desempenho excelente, apenas um deles declinou haver tido uma reprovação. De uma maneira geral pode-se dizer que o desempenho dos alunos egressos da FACECA que responderam ao questionário foi muito bom se for considerado o número de ex-alunos que afirmaram ter tido no máximo três reprovações ao longo do curso.

**Tabela 8.** Aprovação e desempenho no curso

QUANTO A APROVAÇÃO NAS DISCIPLINAS	Qte.	DESEMPENHO NO CURSO	Qte.
Não teve reprovação	24	Ruim	0
Entre uma e três	24	Regular	3
Entre quatro e seis	3	Mediano	5
De sete a mais	1	Bom	38
		Excelente	6

Seis dos ex-alunos chegaram a concluir outros cursos de graduação, tais como: contabilidade, informática e economia. Mas nenhum deles informou haver cursado uma pós graduação *stricto sensu*, muito embora treze deles tenham afirmado que concluíram uma pós graduação *lato sensu*, a nível de especialização, possuindo, em consequência, como maior titulação a de especialista.

### 5.3. Ocupação durante o Curso de Graduação:

Dos cinco ex-alunos que afirmaram não terem trabalhado ou mesmo estagiado durante seu curso, um era da turma de 1975, e os demais, respectivamente, das turmas de 1981, 1983, 1984 e 1990. Para trinta e cinco dos respondentes, a atividade de estágio teria contribuído para o seu desempenho profissional. Vale destacar, ainda, que trinta e três (63,5%) dos respondentes afirmaram haver continuado na empresa em que estagiavam/trabalhavam.

Em relação às alterações funcionais ocorridas com aqueles trinta e três, pode-se destacar que quinze eram funcionários e foram promovidos, oito já ocupavam cargos de chefia ou eram sócios da empresa e sete outros eram estagiários e foram efetivados. Apenas três afirmaram haver permanecido no mesmo posto. O ponto significativo foi que 18 pessoas não responderam a essa questão.

**Tabela 9.** O estágio e o trabalho

<b>FATORES</b>	<b>CONCORDA</b>	<b>DISCORDA</b>
Facilitou a colocação no mercado de trabalho	25	27
Facilitou o crescimento profissional na organização	34	18
Aprofundou os conhecimentos adquiridos em sala de aula	31	21
Os conhecimentos adquiridos foram suficientes para a realização do estágio	23	29
Desvinculação entre a realidade empresarial e os conhecimentos recebidos	17	35
Não tive orientação, no estágio, por parte da empresa	10	42
Faltou cooperação, na empresa, por parte das pessoas encarregada dos estagiários	7	45
Realização de atividades desvinculadas da área de administração	12	40

A análise deste segmento do estudo foi feita em duas partes distintas, a primeira abrangeu os três primeiros fatores, e nela se pode constatar que embora uma pequena maioria de respondentes tenha afirmado que o estágio não facilitou a colocação no mercado de trabalho, foi a maioria na afirmação de que este favoreceu o crescimento profissional na empresa, bem como que o estágio atuou como elemento ativo no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Dezenove dos que concordaram que o estágio facilitou a colocação no mercado de trabalho eram estudantes do curso noturno ou de ambos os períodos com predominância do noturno. Observou-se, no entanto, que dentre aqueles que discordaram da importância do estágio em sua colocação no mercado de trabalho, um trabalhava como contador, um outro encontrava-se desempregado, dois eram sócios-proprietários da empresa e os dois últimos não declinaram o cargo que ocupavam na empresa em que trabalhavam.

Vinte e cinco dos que concordaram que o estágio havia facilitado o seu crescimento profissional haviam estudado no período noturno, fato que se repetiu com outros vinte e quatro que defenderam que a atividade de estágio aprofundou os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Essa análise leva a uma reflexão da importância do estágio para os alunos do período noturno e de possíveis ações que deveremos desenvolver para que os alunos do período da manhã atribuam uma maior importância a essa atividade.

A segunda parte da análise diz respeito às demais cinco questões desse segmento do estudo, mais relacionadas à ambientação do estagiário na empresa. O que chama a atenção, de início, é a afirmação de que os conhecimentos recebidos não foram suficientes para a realização do estágio, bem como da desvinculação dos ensinamentos recebidos em relação à realidade empresarial, o que deverá demandar estudos para se ver aonde se deve melhorar, principalmente em relação ao primeiro fator, uma vez que colocações referentes a essa dissociação cognitiva sempre existirá, muito embora se deva trabalhar junto aos professores do Curso objetivando a redução dessa sensação.

Os demais fatores mostram aonde a atividade de estágio deverá atuar com maior rigidez e rapidez, pois sugerem uma total desvinculação entre o prometido ao estagiário e seu uso na empresa, um verdadeiro reforço à afirmativa "popular" de que estagiário não passa de mão-de-obra barata. Destaca-se, ainda, que essa observação foi emitida pelos ex-alunos de todas as turmas que remeteram o questionário, não ficando limitada a uma determinada turma em especial.

**Tabela 10.** Mercado de trabalho – colocação no mercado de trabalho

<b>TEMPO PARA COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>Qte.</b>	<b>MOTIVO PELO QUAL NÃO PROCUROU EMPREGO</b>	<b>Qte.</b>
Já trabalhava na empresa	32	Já trabalhava na empresa	1
Imediatamente	4	Tornou-se sócio/empresário	4
Até 4 meses	3	Foi trabalhar em empresa da família	2
Até 8 meses	2	Viajou para o exterior	0
Mais de 12 meses	5	Continuou os estudos	6
Não respondeu	6	Outros motivos	9

#### 5.4. Características da atuação no cargo atual

Dos respondentes, um estava desempregado e um outro encontrava-se aposentado de empresa pública, oito trabalhavam em empresas do setor público, trinta e oito trabalhavam no setor privado e os demais quatro trabalhavam em outros tipos de organizações empresariais. Quatro não quiseram informar o tipo de empresa na qual trabalhavam, bem como outros quatro não declinaram seus cargos na organização.

Cinco, dos ex-alunos, um da turma de 1981, dois de 1991 e outros dois de 1993 ocupavam os cargos mais simples na escala hierárquica de suas empresas, um outro declinou a Contabilidade como sua principal ocupação. Por outro lado, vinte e um dos que responderam, representando 40,4% do total, indicaram ocupar cargos de alta gerência (gerência geral, gerência de áreas, diretorias, presidência, proprietários), os demais, com exceção dos seis antes relacionados, ocupavam cargos que requeriam capacidade de decisão e de comando, fazendo constante uso do apreendido ao longo do curso.

No segmento da análise referente a tabela 11, excluiu-se das respostas válidas aquelas pessoas que se encontravam desempregadas ou aposentadas. Dessa forma, o número de respostas consideradas válidas para esse segmento do estudo ficou restrita a um total de 50 (cinquenta) pessoas.

Para efeito de tratamento dos dados, os itens “sempre” e “freqüentemente” foram tratados em conjunto com o título de “sempre”, assim como “raramente” e “nunca”. Encontrou-se trinta e oito pessoas que afirmaram participar “sempre” dos objetivos gerais que norteiam a atividade no trabalho, mas nove dessas pessoas igualmente afirmaram que “nunca” determinam o seu horário de trabalho, sugerindo um baixo nível de autonomia; quarenta afirmaram que “sempre” participam da determinação da urgência com que as tarefas devem ser executadas e outros quarenta e um “sempre” determinam o nível de precisão que as tarefas devem apresentar.

**Tabela 11.** Processo decisório

PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES SOBRE MINHAS TAREFAS EM AMBIENTE DE TRABALHO	FREQUÊNCIA COM QUE OCORREM				
	N	P	M	B	T
01 – Determinação dos <i>objetivos gerais</i> que as norteiam	2	1	4	10	33
02 – Determinação da urgência com que devem ser executadas		1	2	12	35
03 – Determinação do nível de precisão que devem apresentar		1		13	36
04 – Determinação do tipo e extensão das informações e materiais a serem providenciados	1	3	6	13	27
05 – Decisão sobre as pessoas a envolver e suas participação	4	5	7	16	18
06 – Determinação acerca das regras, disposições e acordos a serem observados ou descartados	4	5	7	17	17
07 – Determinação do meu horário	13	2	2	12	21
08 – Decisão sobre a contratação de funcionários	15	3	5	14	13
09 – Decisão sobre questões de rotina administrativa	5	2	5	20	18
10 – Decisão sobre gastos de minha unidade	10	9	5	9	17
11 – Decisão sobre gastos da organização	14	9	2	8	17
12 – Decisão sobre as diretrizes gerais da organização	14	6	5	6	19

Legenda: N: nenhuma; P: pouca; M: moderada; B: bastante; T: total.

Nos fatores que envolviam decisões de mais alto nível, os três últimos da tabela 11 encontrou-se os menores índices de respostas envolvendo os fatores "sempre" e freqüentemente", mas mesmo assim ainda em grande número, mostrando o elevado poder de decisão que norteiam o dia-a-dia dos egressos do Curso de Administração da FACECA. Estranhamente números elevados foram encontrados na opção "nunca" nos fatores 07 e 08 expostos na referenciada tabela.

Inúmeros dados puderam ser observados da análise referente às habilidades que os empregadores estariam a requerer dos novos candidatos a cargos de direção: embora conhecimentos técnicos sejam requeridos, o administrador deve possuir maior capacidade para tomar decisões administrativas do que para resolver problemas técnicos; deve ainda, para 68%, possuir um pensamento crítico e uma posição de independência, aliada a uma capacidade de se impor (64%), habilidade de raciocínio numérico (80%), um bom tino comercial (72%) e persistência no que procura fazer (86%), isso tudo sem esquecer a sociabilidade (90%) no relacionamento com outras pessoas. Capacidade orientada à organização, à programação e ao planejamento também foi apontada como muito importante para 74% dos respondentes.

No fator referente à necessidade de sólida formação científica para o administrador, constatou-se que os detentores de cargos técnicos e de assessoria, bem como os que exercem trabalhos na área de exportação, de administração financeira e de recursos humanos, apontaram esse conhecimento como muito importante. Já, as exigências de conhecimento técnico especializado foram apontadas como muito necessária pelos ex-alunos detentores de gerência (proprietários, presidentes, diretores, gerentes, supervisores, coordenadores e auditores).

Muito embora tenha havido uma concordância quanto à importância da cultura geral para os egressos do Curso de Administração, observou-se que alguns dos ocupantes de cargos de alta gerência

apontaram ser esta uma exigência apenas moderada ou mesmo inferior (36%) para ocupantes de cargos similares aos seus. A visão desses dirigentes vem em reforço ao que disseram no quesito referente ao domínio de língua estrangeira, apontada como pouco importante (74%) atualmente em seus ambientes de trabalho, fato que parece vir contra a tendência brasileira atual, principalmente da região de Campinas, onde inúmeras organizações empresariais, conforme se pode constatar pelas reportagens e anúncios de empregos em jornais da região, têm passado a exigir o conhecimento de uma segunda língua.

Na linha acima exposta, que coincide com a proposta da Comissão de Especialistas de Ensino de Administração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desportos de estabelecimento de Padrões de Qualidade para Cursos de Administração, foram ainda apontadas como habilidades requeridas aos ocupantes de cargos de direção que almejam sucesso profissional: raciocínio lógico e espírito empreendedor (capacidade de iniciativa) (78%), capacidade de persuasão e convencimento aliada à habilidade para fazer contatos e manter rede de relações com pessoas influentes/relevantes para a empresa (70%), capacidade de liderança (68%), aptidão para coordenar grupos de trabalho e delegar funções (66%), saber redigir e possuir aptidão para resolver conflitos (64%), aptidão para a leitura e concentração (62%).

Os dados acima levam-nos a pensar sobre essas novas exigências do mercado e a realidade de nossa vivência em sala de aula. O que podemos mudar para tornar o Curso de Administração da FACECA ainda melhor?

Na avaliação que procederam do curso, pode-se sentir que o nível de satisfação foi muito elevado, podendo-se ainda observar que a maioria, mais de 56% dos respondentes, afirmou haver freqüentado a biblioteca. Houve reclamação no tocante ao número de pessoas por sala de aula e à qualidade das disciplinas ministradas nas salas superlotadas.

**Tabela 12.** Avaliação do curso de graduação em Administração

AVALIAÇÃO DO CURSO	DISCORDO			CONCORDO			
	T	M	P	T	M	P	NR
01 – O curso correspondeu às minhas expectativas.	4	2	2	14	26	2	2
02 – Levando em conta o tempo de formado, considero-me bem sucedido profissionalmente.	1	2	7	17	19	3	3
03 – Não tive dificuldade, em conseguir ocupação adequada no mercado de trabalho.	1	4	3	11	18	8	7
04 – Um bom aluno recém-formado na FACECA é melhor do que um bom aluno de qualquer outra da região.	9	4	10	12	10	3	4
05 – Os professores que tive mostraram-se tecnicamente competentes.	2	3	6	11	23	4	3
06 – Os professores que tive mostraram-se didaticamente competentes.	2	2	6	14	21	4	3
07 – As instalações e equipamentos pedagógicos de minha época na FACECA, eram adequados à formação profissional.	9	6	10	15	6	3	3
08 – Faltaram atividades práticas no curso.	1	4	3	10	10	21	3
09 – Na época de estudante fui grande frequentador da biblioteca.	6	7	6	22	5	3	3
10 – Minha classe tinha alunos demais.	5	2	5	12	12	13	3
11 – Houve desbalanceamento entre teoria e prática com ênfase demasiada na teoria.	2	1	2	15	17	12	3
12 – A qualidade de ensino nas diversas disciplinas do curso foi muito variável.	1	2	4	10	21	11	3
13 – Em geral, a bibliografia recomendada nas disciplinas que cursei foi adequada.		3	3	21	20	2	3
14 – O prestígio da FACECA era muito bom na época em que me graduei.	4	4	2	16	18	5	3
15 – O prestígio atual da FACECA é igual ou melhor do que aquele da época em que me formei.	1	4	6	17	8	5	11
16 – A biblioteca foi adequada às minhas necessidades de estudo da época.	2	2	9	15	14	5	5
17 – Se tivesse a oportunidade de voltar no tempo e refazer o curso de graduação, escolheria novamente o mesmo curso dentro da FACECA.	6	3	7	10	9	14	3
18 – Se tivesse a oportunidade de voltar no tempo e refazer o curso de graduação, escolheria o mesmo curso, mas em outra instituição.	16	7	9	9	2	5	4
19 – Se tivesse a oportunidade de voltar no tempo, faria outro curso de graduação.	12	3	3	6	12	12	4
20 – No final do curso deveria ter havido mais disciplinas optativas que permitissem maior especialização em uma determinada área funcional.			2	4	13	29	4
21 – Deveria ter havido mais disciplinas integrativas, que exigissem mais aplicações de conceitos das diversas disciplinas específicas componentes do currículo.			3	7	10	28	4

Ainda em relação à análise dos quesitos relacionados à avaliação do Curso de Administração, vale a pena destacar que a mesma foi realizada a partir da consideração de diferentes fatos apontados como positivos pelos respondentes dos questionários tais como a avaliação de que o corpo docente é tanto técnica como didaticamente competente, a aprovação da bibliografia recomendada, a análise que realizaram do prestígio da FACECA à época em que eles estudavam e atualmente, o número de pessoas que afirmaram que, se voltassem no tempo, escolheriam mais uma vez o mesmo curso, além do nível de satisfação com o sucesso profissional, a satisfação das expectativas, e a facilidade de colocação no mercado de trabalho, decorrente de haverem cursado suas graduações na PUC-Campinas.

No entanto, alguns pontos devem ser repensados, a partir das afirmativas de que o curso deveria oferecer mais disciplinas optativas, possibilitando assim uma maior especialização do corpo discente, e a de que deveria ter havido um maior número de disciplinas integrativas, que exigissem mais aplicações de conceitos das diversas disciplinas específicas componentes do currículo.

Ainda que a nós, professores, agrade lutar pela conservação do *status quo*, pela manutenção daquilo que até agora deu certo, a esse respeito vale lembrar Lorenz (1988: 77/83) que defendia ser a luta das novas gerações de grande valor para a conservação e crescimento da espécie humana, através da destruição de atos não mais adequados a essa nova geração que deseja reconstruir seu próprio caminho, principalmente porque, normalmente, não desprezam o patrimônio cultural dos países, mas sim buscam empreender "uma revisão substancial das normas de comportamento tradicionais".

O Curso de Administração foi julgado como importante para o sucesso profissional, (tabela 13), pelos ex-alunos que responderam ao questionário. Pode-se concluir por essa afirmativa após uma análise do número de questões respondidas positivamente relacionadas a importância do curso para esses ex-alunos.

**Tabela 13.** Importância da FACECA para a carreira profissional

IMPORTÂNCIA DO CURSO	DISCORDO			CONCORDO			
	T	M	P	T	M	P	RN
01 – O curso de graduação em Administração proporcionou condições de realizar-me profissionalmente.	3	2	3	20	12	9	3
02 – Uso muito do que aprendi na faculdade no dia-a-dia profissional.	2	3	7	17	16	4	3
03 – Meu atual trabalho exige muito mais conhecimentos que foram adquiridos através de experiência prática.	1	1	1	4	21	21	3
04 – O curso da FACECA proporcionou condições para que eu aprendesse a entender a realidade da empresa e do ambiente.	4	4	7	8	19	7	3
05 – O curso da FACECA me treinou para ser um profissional preparado para resolver os problemas de uma área específica de atuação.	9	6	7	17	10		3
06 – Mesmo que eu tivesse feito outro curso de graduação na FACECA minha carreira teria sido a mesma.	10	5	10	7	12	4	4
07 – Atualmente sou um especialista na área onde atuo.	3	4	5	9	18	10	3
08 – O que sei hoje devo muito mais à experiência prática do que aprendi na FACECA.	3	2	9	10	19	6	3
09 – O curso da FACECA preparou-me para o mercado de trabalho como um profissional generalista.	7	1	3	12	17	8	4
10 – A visão de empresa apresentada pelo curso da FACECA estava muito distante da realidade do dia-a-dia profissional que enfrentei quando ingressei no mercado de trabalho.	3	4	7	15	11	9	3
11 – A realidade ensinada na FACECA nada teve a ver com a realidade brasileira enfrentada pelas organizações.	6	8	9	11	10	4	4

Desde a afirmativa de que o curso proporcionou condições de realização profissional, passando pela intensidade de uso do apreendido no dia-a-dia do trabalho até a afirmativa de que o curso proporcionou condições para o entendimento da realidade da empresa e do ambiente,

foram fatores que, com certeza, permitiram a esses egressos do Curso de Administração da FACECA, continuar seu aprendizado na empresa, assimilando e entendendo a prática, a partir do referencial teórico apreendido em sala de aula.

Ficam, no entanto, para uma reflexão, as questões apresentadas, quanto à visão de empresa oferecida pelo curso da FACECA, estarem, como afirmaram diversos dos pesquisados, distantes da realidade do dia-a-dia profissional que enfrentaram quando ingressaram no mercado de trabalho, bem como a de que os ensinamentos ministrados pelo Curso divergiam da realidade enfrentada pelas organizações nas quais trabalham.

**Tabela 14.** Realização profissional

REALIZAÇÃO	DISCORDO			CONCORDO			
	T	M	P	T	M	P	NR
01 – Não atuo na área que havia escolhido, mas onde surgiram as melhores oportunidades.	22	8	3	5	8	3	3
02 – Minha carreira teria sido até aqui, a mesma, independentemente do curso de graduação que tivesse cursado na FACECA.	19	14	4	5	2	5	3
03 – Posso me considerar bem sucedido na carreira profissional, em termos de remuneração.	5	4	5	18	13	4	3
04 – Sinto-me satisfeito com a estabilidade que o cargo que ocupo me proporciona.	5	2	6	10	14	10	5
05 – Sinto-me satisfeito com o prestígio que o cargo me proporciona.	4	4	4	11	14	11	4
06 – Sinto-me satisfeito com a autonomia que o cargo que ocupo me proporciona.	3	5	3	9	14	14	4

No campo da realização profissional vale destacar as respostas apontadas na tabela 14, onde se pode observar o perfil de profissionais bem sucedidos, em paz consigo mesmo. Na mencionada tabela, pode-se conferir que o Curso de Administração da FACECA apresenta excelente nível, pois significativa parcela dos respondentes apontaram que o seu sucesso profissional é fruto da passagem pelos nossos bancos escolares. Essa opinião é reforçada nos quesitos em que discordam da afirmativa de que suas carreiras teria sido a mesma, independentemente do curso de graduação que tivessem cursado na FACECA, ou, ainda, ao assinalarem que estavam a atuar na área que haviam escolhido (60%).

A responsabilidade para com a formação dos futuros colegas foram expressas nas respostas apresentadas na tabela 15, na qual se pode constatar a quase unanimidade em apontar a proficiência em língua estrangeira, a necessidade de dominar o processo de definir um planejamento estratégico participativo, o desenvolvimento da criatividade e habilidade em técnicas orientadas às atividades comerciais, bem como o domínio na aplicação de softwares aplicativos como importantes condições para a formação do Administrador.

Chama a atenção terem apontado apenas como mediana ou de pouca intensidade a ênfase a ser dada na formação fazendo uso do ensino das disciplinas de fundo social, como sociologia e filosofia, o que é fruto talvez da pouca exploração dessas disciplinas, por seus professores, como parte integrante do desenvolvimento de uma visão mais ampla que possibilite ao egresso uma maior e melhor compreensão da realidade que o cerca. Ao se constatar que a capacidade de raciocínio abstrato foi citada como muito importante, fortifica-se ainda mais a suspeita de que os respondentes procederam a essa análise sem um maior embasamento acerca do assunto tratado, pois o ensino dessas disciplinas nas escolas tem como um dos seus objetivos exatamente o de fazer aflorar nos jovens, capacidades que lhes serão cobradas no mercado de trabalho.

**Tabela 15.** Exigência da formação do administrador

DECISÕES	FREQÜÊNCIA COM QUE OCORREM					
	N	P	M	B	T	NR
01 – Proficiência em língua estrangeira.		3	8	10	30	1
02 – Conhecimento da realidade brasileira para avaliar e gerenciar problemas de natureza sócio-política.		3	6	15	27	1
03 – Domínio do processo de planejamento estratégico participativo, desenvolvendo o poder de negociação.			7	13	31	1
04 – Formação com ênfase na sociologia e filosofia, como meio para compreensão da realidade.	2	13	14	14	8	1
05 – Capacidade de raciocínio abstrato, para assimilação da realidade organizacional.		2	13	24	12	1
06 – Capacidade de interpretação da teoria, para melhor aplicá-la na prática, evitando receitas prontas.		5	10	20	16	1
07 – Criatividade e habilidade em técnicas comerciais.		1	4	22	24	1
08 – Conhecimento significativo de economia brasileira e internacional.		3	10	20	18	1
09 – Formação com ênfase em recursos humanos.		4	15	18	13	2
10 – Formação com mais fundamentos das ciências humanas que tenham relação com conceitos como cooperativismo, sindicalização e relações no trabalho.		2	19	18	11	2
11 – O perfil do profissional recém-formado deve ter cunho essencialmente generalista.	1	7	20	16	6	2
12 – Domínio na utilização de softwares aplicativos.			8	16	25	3
13 – Conhecimentos significativos sobre internacionalização de empresas.	1	2	11	25	11	2
14 – Conhecimentos significativos sobre gestão de tecnologia e competitividade.		1	13	18	19	1
15 – Conhecimentos significativos sobre joint-ventures.		4	15	20	11	2
16 – Conhecimentos significativos sobre alianças estratégicas.		3	12	25	11	1

Não incentivar a importância e utilidade do conhecimento de disciplinas de cunho social, como antes exposto, no Curso de Administração seria dar razão às idéias positivistas, renovando e reincentivando a força que as correntes positivistas tiveram ao longo da construção do ensino no Brasil (Lisbôa: 1994).

Torna-se assim necessário destacar o papel de disciplinas como as acima mencionadas como parte do entendimento da evolução do homem e da sociedade, da importância da moral e da ética em nossa sociedade, evidenciando a necessidade do pensar para a tomada de decisões, com melhor embasamento do conhecimento das coisas que nos cercam, como uma possível vantagem competitiva, ressaltando-se aqui o pensamento de Gramsci (1987: 34) de que “se é verdade que toda filosofia é a expressão de uma sociedade, ela deveria reagir sobre a sociedade, determinar certos efeitos positivos e negativos”, sendo que o ato de reagir evidencia sua importância histórica como “fato histórico” e não uma “elucubração” individual isolada.

Por fim chama a atenção o fato de 60% (sessenta por cento) dos ex-alunos que responderam não possuírem registro no Conselho Regional de Administração, mostrando que esse Conselho possui um campo muito grande de avanço em nossa região, trabalhando com uma campanha que esclareça das vantagens de se vir a efetuar o competente registro no órgão de classe.

## 6. CONCLUSÕES

Mesmo que não se possa generalizar, uma vez que apenas 52 pessoas responderam ao questionário, pode-se deduzir que os profissionais que passaram pelos bancos escolares do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA – PUC-Campinas), guardam boas lembranças do curso, uma vez que conseguiram excelentes posições em organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos da região, conforme se pode deduzir das respostas feitas quando da análise dos questionários recebidos.

Trabalhar com alunos que ingressam no curso movidos pela vocação, que têm o curso de Administração como primeira opção, quando do concurso vestibular, traz uma tranquilidade a qualquer professor, tornando seu trabalho, em razão dos resultados obtidos, fonte de orgulho profissional, pois os resultados de seu trabalho logo se farão sentir. Aliás, elogios ao trabalho desenvolvido pelos professores da FACECA não faltaram.

Entretanto, fica um alerta a nós que fazemos esta instituição de ensino, não podemos descansar sobre os louros, pois corremos o risco de ser "devorados" pelos novos concorrentes. Essa colocação pode ser constatada em várias passagens das respostas analisadas, nos casos em que se solicitou as observações do entrevistado, constatando-se: manifestações a respeito do apego de professores a livros mais velhos; a ausência de recursos educacionais mais modernos, inclusive quanto a necessidade da existência de Laboratórios de Informática e de Administração; ausência de discussão de temas mais atualizados e convites a empresários da região para proferirem palestras (estes dois últimos itens em parte cobertos com a entrada em vigor do novo currículo do curso); deficiências na relação professor – aluno; salas anfiteatro que dificultam o aprendizado.

Investimentos na atualização do corpo de professores, a própria PUC-Campinas tem feito. Falta, talvez, uma maior conscientização, por parte de alguns professores, da importância disso não apenas para si, mas igualmente para a comunidade representada pelo corpo docente e mesmo para o nome do próprio curso no qual ministramos aula. Se esse objetivo for alcançado, pode-se considerar como ponto pacífico, o sucesso da FACECA perante as demais Faculdades concorrentes que vierem a se instalar na região.

Entretanto pode-se observar que a formação generalista existente no antigo currículo e mantida no atual, possibilitou a formação de um profissional de visão ampla e perfeitamente integrado às necessidades das regiões aonde foram trabalhar, pois os mesmos mostram-se vitoriosos na condução de suas vidas profissionais.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubens. O preparo do educador. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal. *O educador: vida e morte*, BRANDÃO, Carlos R., CHAÚÍ, Marilena S. & FREIRE, Paulo (Organizadores), 1982, p. 13-28.
- CASTANHO, Maria Eugênia. Paradigmas de currículo diante da nova ordem mundial. Campinas: PUC-Campinas, *Série Acadêmica n.º 1*, 1995, 36 p.
- CHAÚÍ, Marilena de Souza. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal. *O educador: vida e morte*, BRANDÃO, Carlos R., CHAÚÍ, Marilena S. & FREIRE, Paulo (Organizadores), 1982, p. 51-70
- CORREIO POPULAR. Artigos e anúncios diversos de 1997 e 1998 acerca de exigências de uma segunda língua por parte das empresas da região.
- CRESPIN, Lucinéia & SOUSA, José Eduardo R. Fatores de influência na relação universidade — empresa. *Cadernos da FACECA*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 35-64, jul./dez., 1995.
- DOWBOR, Ladislau. *Novos espaços do conhecimento*. Campinas: Transinformação, v. 7 n.º 1/2/3, janeiro/dezembro 1995. p. 15-32.
- FREIRE, Paulo. Educação. O sonho possível. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal. *O educador: vida e morte*, BRANDÃO, Carlos R., CHAÚÍ, Marilena S. & FREIRE, Paulo (Organizadores), 1982, p. 89-102.
- GIFE. Anais do Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor. *Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE*, Rio de Janeiro, 1996
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, São Paulo, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1987, 341 p.

HSM MANAGEMENT - Mesa-redonda: A empresa do ano 2020, *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 1, março/abril 1997. p. 38-46.

HSM MANAGEMENT – Reportagem: Universidades empresariais, *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 5, novembro/dezembro 1997. p. 118-124.

JANNUZZI, Paulo de Martino & SOUSA, José Eduardo R. Recent trends for economical development in Campinas Region: Draft for discussion. *Anais do Seminário Urban Growth and enviromental management - na international challange*, Liverpool, jan. 1997.

KEY, Helen - Questão de título. *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 1, março/abril 1997. p. 48-51.

KOTTER, John P. As chaves para o sucesso. Entrevista a *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 2, maio/junho 1997. p. 30-36.

LISBÔA, Maria das Graça C. *A educação: da Idade Média às humanidades nos dias de hoje*. Campinas: PUC-Campinas, 1994.

\_\_\_\_\_, *Primórdios da idéia de universidade no Brasil*. Campinas: PUC-Campinas, 1994.

LORENZ, Konrad. *Os oito pecados mortais do homem civilizado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988 116p.

MARTINS, José do Prado. *Didática geral*. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1990, 231 p.

OLIVEIRA, Marcelle Colares - A formação e a inserção no mercado de trabalho dos bacharéis em Ciências Contábeis graduados no município de Fortaleza, *Dissertação de Mestrado*, São Paulo, 1995.

PUC-Campinas. Manual de informações para o candidato. *Comissão Permanente do vestibular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, Campinas: PUC-Campinas, 1996 e 1997.

\_\_\_\_\_. Comissão de Carreira Docente. *Relatório Final do I Seminário de Avaliação de Carreira Docente*. Ofício Circular 04, 1994.

\_\_\_\_\_. *Guia Acadêmico*. Campinas: FCECA - PUCCAMP, 1994, 74 p.

\_\_\_\_\_. *Anais do II Seminário sobre Currículo*. Campinas: PUC-Campinas, agosto de 1996.

De SORDI, Mara Regina. *A prática de avaliação do ensino superior*. São Paulo: Cortez: Campinas: PUC-Campinas, 1995, 135 p.

SOUSA, José Eduardo R. Ensino e aprendizagem em sala de aula - relato de uma experiência metodológica no ensino de Administração. *Cadernos da FACECA*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9 - 14, nov. 1993.

\_\_\_\_\_. Gestão tecnológica e o currículo do Curso de Administração. *Anais do II Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração*, São Paulo. set. 1991.

SOUSA, José Eduardo R. & BRAGA, Nancy Gorgulho C. Cenários de futuro para a FACECA. *Cadernos da FACECA*, Campinas, no prelo.

TEIXEIRA, Maria Odeth Pereira de Almeida. - Estudo sobre a trajetória profissional e percepções de graduados em administração na FEA/USP, *Dissertação de Mestrado*, São Paulo, 1993.

TRIPODI, Tony, FELLIN, Phillip & MEYER, Henry. *Análise da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A., 1975, 338 p.

VOGL, A. J. As chaves para o sucesso. *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 2, maio/junho 1997. p. 30-36.

WILD, Ray. Na novas escolas de administração. *HSM Management*, São Paulo, ano 1, n. 2, maio/junho 1997. p. 92-98.

# PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA CAMPINAS E REGIÃO: PARTE IV - PROJEÇÕES DE FORÇA DE TRABALHO PARA 1995-2005\*

*Paulo de Martino Jannuzzi<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade regulada por um Estado Meritocrático-Particularista<sup>2</sup> como a brasileira (NEPP 1989) e em que mais de 80 % da população residem em áreas urbanas, o trabalho e benefícios indiretos ou dele decorrentes constituem os principais meios de provimento de recursos para subsistência das famílias. De fato, pesquisas realizadas na década de 90 em São Paulo tem demonstrado que, em média, quase 80 % da renda familiar provém do exercício do trabalho, ao que se agrega uma parcela de 16% provenientes de pensões e aposentadorias, benefícios estes vinculados a exercício laboral anterior (SEADE 1997). Além disso, a possibilidade de acesso a benefícios como vale-transporte, vale-refeição, cesta-básica e convênio médico, está vinculado, direta ou indiretamente, à condição de atividade dos indivíduos e à forma de inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Estar ocupado, com carteira assinada, em empresas maiores, nos setores mais dinâmicos da indústria são requisitos para garantir, não só rendimentos do trabalho mais altos, como também uma gama maior de benefícios indiretos (Braglia, Carvalho e Scandar Neto 1995). Sem dúvida, no Brasil, direito ao trabalho é condição necessária- ainda que não suficiente- para garantir o direito à cidadania e ao consumo.

\* Este projeto conta com financiamento da CEAP/PUC-Campinas. Agradeço ao bolsista de iniciação científica/CEAP Franco Pasquali, 3o. ano de Ciências Econômicas, pelo auxílio na coleta de dados e discussão de questões relativas ao texto e ao projeto de pesquisa.

1 Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre em Administração Pública na EAESP/FGV, doutorando em Demografia no IFCH/UNICAMP.

2 Em tal modelo de Welfare State, a ação do estado é complementar ao mercado, na correção de suas distorções, cabendo aos indivíduos alcançar, por seus próprios méritos, uma posição que lhe garanta uma melhor relação entre as contribuições sociais aportadas e os benefícios delas decorrentes.

Tais questões ganham contornos sociais ainda mais agravantes em função do ritmo de desestruturação por que está passando o mercado de trabalho no país, com aumento das taxas de desemprego e de rotatividade no emprego, redução da participação dos empregos com carteira assinada e das ocupações industriais, e enfim, com a perda de qualidade dos postos de trabalho gerados, aspectos esses que tem configurado um processo denominado de "precarização" do mercado de trabalho (DIEESE 1994).

Neste sentido, qualquer projeto de pesquisa com finalidades prospectivas na temática de "População e Desenvolvimento" no país, como o presente projeto "Projeções Populacionais para Campinas e Região: 1990-2025" soa ser, deveria contemplar a análise de cenários futuros sobre a demanda por trabalho e oferta de empregos e ocupações nos diversos setores da economia. Neste texto, atende-se parcialmente este compromisso social da pesquisa sócio-demográfica, apresentando-se projeções de população economicamente ativa para a Região Administrativa de Campinas para no período de 1995 a 2005, realizadas a partir das projeções populacionais já apresentadas anteriormente em Jannuzzi (1996b) - e validadas pelos resultados do Censo Populacional de 1996<sup>3</sup>. Trata-se, pois, de apresentar estimativas de demanda por empregos e ocupações na região nos próximos anos.

O trabalho está estruturado em três partes além desta Introdução e Conclusão. Na seção que se segue, faz-se uma breve exposição metodológica acerca dos conceitos de atividade e ocupação, dos fatores determinantes da oferta de mão-de-obra e da relação entre o método de projeção de força de trabalho e o Modelo de Projeções Populacionais. Segue-se a apresentação das taxas de participação empregadas no modelo. Por fim, são mostrados os resultados das projeções de força de trabalho para a RA Campinas para 1995 a 2005. Em anexo apresenta-se um breve estudo sobre a evolução das taxas de participação masculina e feminina na Região Metropolitana de São Paulo nos últimos 25 anos e um cenário prospectivo até 2005, de

3 Os resultados definitivos para Campinas e Região Administrativa, corrigidos pela taxa de omissão censitária considerada nas projeções distam apenas 1% dos totais estimados. Com relação às estruturas etárias, a avaliação comparativa não foi possível por não disponibilidade pública dos dados sobre idades em nível municipal.

forma a subsidiar outros trabalhos que se pretenda fazer sobre a evolução da PEA na região.

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PROJEÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho de um país ou região corresponde a um contingente expressivo e, em geral, majoritário da população total. Compõe-se do conjunto de pessoas que, tendo condições e requisitos mínimos, busca ou executa algum tipo de trabalho no país ou região. Como assinala Farooq (1985):

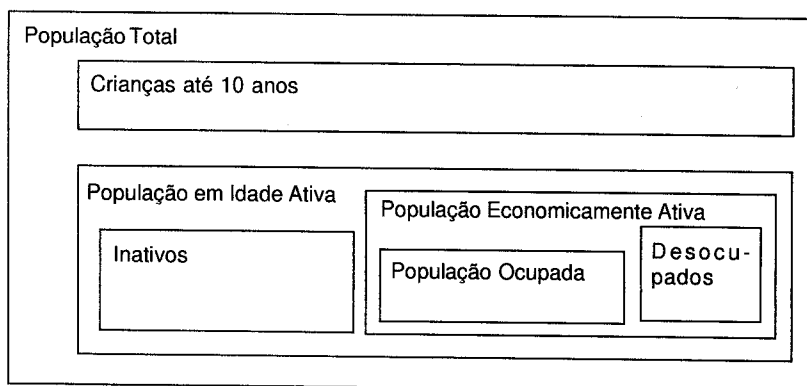
*"Theoretically, as soon as a child can walk, comprehend commands and execute basic tasks, he is a potencial worker. It is observed that as early as the age of about five a child can perform economic work, particularly in rural development societies.... At the other end of the age spectrum, a person remains a potencial worker as long as his physical and mental faculties are intact. As observed in rural societies again, this could be at age 75 or more"*(Farooq 1985:5).

Naturalmente, como complementa o autor, na maioria dos países o trabalho de crianças com menos de 10 ou 15 anos é desencorajado, a fim de que elas possam se manter na escola e adquirir uma qualificação que as permita, mais tarde, garantir maior produtividade econômica. Para a população idosa assume-se que a aposentadoria deveria começar a partir dos 60 a 65 anos. Assim, a oferta potencial de mão-de-obra- também chamada de população em idade ativa (PIA)- é, em geral, a população compreendida entre 10-15 anos e 65-70 anos. No Brasil, as pesquisas sobre mercado de trabalho não impõe nenhum limite superior para a população em idade ativa; quanto à idade inicial assume-se, para efeito de coleta de dados- embora nem sempre para divulgação- a idade de 10 anos ou mais (Costa 1994).

Dentre a população em idade ativa (população de 10 anos ou mais no Brasil), aquelas que, de fato, estão ocupadas ou procurando trabalho

em alguma atividade de produção de mercadorias ou serviços constituem o que se chama de população economicamente ativa (PEA) ou força de trabalho, objeto de projeção neste trabalho. A outra parcela da PIA, que não exerce ou procura uma atividade econômica no mercado de trabalho, como donas-de-casa, estudantes, aposentados não ocupados e licenciados e/ou afastados do trabalho, constituem a população de Inativos. A razão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa (PEA/PIA) é chamada de taxa de participação ou taxa de atividade. Dentre os economicamente ativos (PEA), há os ocupados e os desocupados (ou desempregados). A razão entre a população desocupada pela PEA é denominada taxa de desocupação ou desemprego. O diagrama abaixo ilustra estes conceitos.

**Diagrama 1.** PIA, PEA, População Ocupada e Desocupada

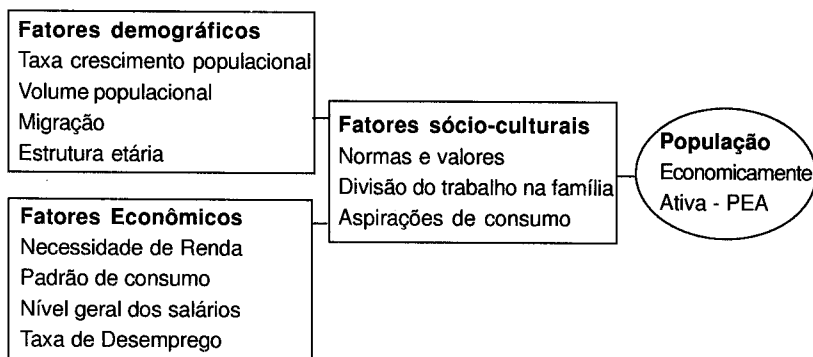


O tamanho da PEA, ou melhor, a oferta de mão-de-obra depende do volume, estrutura e taxa de crescimento populacional, além da migração e dos fatores de natureza sócio-cultural e econômica que definem as taxas de participação (Farooq 1985). Uma sociedade com um grande contingente populacional, que cresce a taxas elevadas, com estrutura demográfica marcadamente jovem, submetida a intensos fluxos imigratórios apresenta uma oferta crescente e volumosa de população em idade ativa, que pode vir a participar do mercado de trabalho. Os fatores de natureza demográfica definem, pois, o contingente poten-

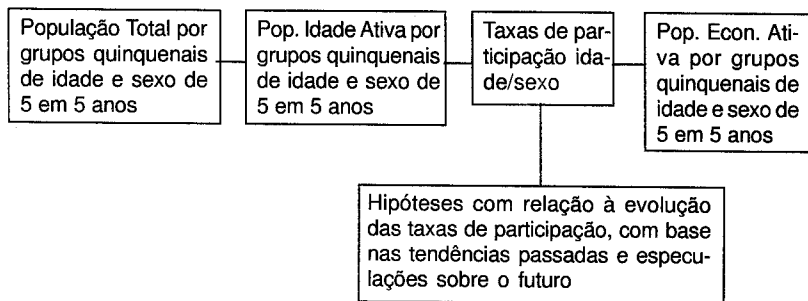
cialmente disponível para ingressar na vida economicamente ativa, mas são as normas sociais, culturais e os constrangimentos de ordem econômica que definirão o contingente efetivo de adolescentes, mulheres, homens, idosos que disputarão um posto no mercado de trabalho.

Este último aspecto fica mais claro a partir de uma ótica microeconômica da oferta de mão-de-obra, como a adotada por Chahad (1981). O autor relaciona três fatores determinantes para a oferta de trabalho do indivíduo: a remuneração salarial, as rendas não provenientes diretamente do trabalho atual e características socio-demográficas individuais. Oferta de níveis mais elevados de salários exerceriam maior atrativo para participação dos indivíduos no mercado de trabalho, especialmente em situações de inexistência ou insuficiência de renda de outras fontes para sobrevivência, ou ainda de uma família maior ou com maior taxa de dependência (razão entre dependentes/ativos na família). Por força de normas sociais relacionadas ao papel do homem e da mulher na família e sociedade, indivíduos nas primeiras idades da vida adulta, homens e chefes de família veriam-se compelidos a participar mais ativamente do mercado de trabalho do que mulheres, casadas com filhos e idosos. Por outro lado, a liberalização crescente destas normas, os novos rearranjos nas relações de gênero, a disseminação de padrões de comportamento "modernos" ou aspirações de consumo, tenderiam a aumentar a oferta crescente de trabalho por parte das mulheres, assim como de jovens.

Naturalmente, além destes fatores estruturais, contribuiriam para definir o nível e o padrão etário das taxas de atividade as características conjunturais do mercado de trabalho, em especial, as taxas de desemprego. Altas e persistentes taxas de desemprego para determinados subgrupos populacionais tenderiam a desestimular a participação destes no mercado de trabalho, levando-os a ingressar, temporariamente, na inatividade. Em situações menos restritivas quanto à absorção de mão-de-obra os indivíduos teriam estímulos maiores para disputar uma vaga no mercado de trabalho, saindo da condição de inativo para a de desempregado.

**Diagrama 2.** Fatores determinantes da oferta de mão de obra

Esta múltipla determinação social, econômica e cultural das taxas de atividade torna extremamente complexa a proposição de taxas específicas por idade e sexo para o futuro a médio e longo prazo. Uma das formas de se contornar essa dificuldade é através da modelagem de taxas globais de atividade por sexo, balizadas pelas tendências passadas e experiências vivenciadas por outras sociedades (Paiva 1986, Wajmann & Rios Neto 1998). Para finalidades deste estudo, não se fez prospecções acerca da evolução das taxas específicas de atividade, aplicando-se dois conjuntos de taxas constantes durante todo o horizonte de projeção, com metodologia similar às projeções de estudantes empregada em Jannuzzi (1997), reproduzida no diagrama 3.

**Diagrama 3:** Da Projeção Populacional à Projeção da PEA

### 3. AS TAXAS DE ATIVIDADE EMPREGADAS PARA A RA CAMPINAS

Para projeção da PEA, como mostrado no diagrama 3, é necessário a especificação de taxas de atividade por sexo e grupos etários, para cada período quinquenal no horizonte de projeção. Para as projeções da PEA da Região Administrativa de Campinas-RAC- de 1995 a 2005, empregou-se dois conjuntos de taxas de atividade, mantidas constantes no período.

O primeiro conjunto utilizado de taxas foi obtida a partir da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar - PRAD (Patarra et alli 1997). Nessa pesquisa, levantou-se diversas características socioeconômicas e de mercado de trabalho da população paulista, apresentando-se resultados desagregados para diversas regiões, inclusive para uma muito próxima à área abrangida pela RAC. Em que pese uma certa subestimação da população em atividade, quando comparada com outras pesquisas mais específicas de mercado de trabalho (PNAD, PME e PED para a RMSP), estas informações mostram um quadro inédito das taxas de atividade pelo Estado, quadro este ainda não coberto pelo plano amostral da PNAD e ainda pouco explorado nos dados da amostra do Censo de 1991.

Pela PRAD, dois terços dos homens de 10 anos ou mais e cerca de 37% das mulheres nesta faixa estariam participando do mercado de trabalho paulista, ocupados ou procurando emprego (Tabela e Gráfico 3a). As taxas de atividade masculina crescem rapidamente a partir dos 10 anos, atingindo seu máximo em mais de 90% entre as idades de 20 a 39 anos e depois caem lentamente até os 70 anos, quando assumem valores inferiores a 10%. As taxas femininas assumem valores máximos -de 45 a 65 % da população em idade ativa- nas faixas de 20 a 25 anos, caindo gradativamente a partir de então.

Em termos regionais há algumas diferenças, especialmente com relação às taxas de atividade nos Pequenos Municípios (com população

até 20.000 habitantes). Nestes as taxas de atividade masculina começam a declinar mais tarde, após os 55 anos, fato este ligado à importância das ocupações em atividades agrícolas. As taxas de atividade feminina, por outro lado, crescem mais lentamente, atingem um valor máximo mais baixo (50% aos 35 anos), e caem mais rapidamente que o das outras regiões. As taxas de atividade da Região de Campinas mostram-se próximas às da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP - especialmente as masculinas. Dos 25 aos 40 anos, as taxas masculinas situam-se em patamares acima de 95% na região. As taxas femininas atingem valores mais altos aos 20 anos (70%), caindo rapidamente a partir de então.

Aparentemente parece haver um processo de aproximação das taxas de atividade apuradas nas regiões às da RMSP, em função do nível de urbanização e da composição setorial do mercado de trabalho. Regiões com alto nível de urbanização, com participação comparativamente elevada de mão de obra na indústria, comércio e serviços tenderiam a apresentar taxas de atividade próximas às da RMSP, seja em nível, seja em padrão etário por sexo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Essa característica pode ser de grande valia na modelagem de famílias de taxas de atividade.

**Tabela 3a.** Taxas de atividade por sexo e faixa etária  
Estado de São Paulo e regiões 1993 (%)

Fx etária	Estado		RMSP		Cid. Médias		RM Campinas		RM Santos		Cid. pequenas		RA Campinas	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Total	36,7	67,3	37,4	67,2	36,9	67,4	33,1	68,4	35,4	65,3	30,9	72,1	36,0	66,6
10	2,4	4,9	1,2	2,9	4,7	8,2	4,7	7,1	1,5	4,8	6,7	12,0	2,9	4,1
15	40,0	51,6	37,7	48,1	46,0	58,5	48,5	59,6	27,8	40,5	40,7	75,6	51,5	62,4
20	65,3	90,1	66,7	89,6	62,0	89,2	71,1	92,6	57,8	94,0	53,3	93,6	69,2	91,7
25	57,7	96,8	60,1	96,9	54,2	96,8	50,8	96,1	57,0	96,6	47,8	96,5	59,4	96,4
30	49,6	97,8	51,7	97,7	49,7	97,7	34,5	99,3	49,5	97,4	43,5	98,0	48,7	97,7
35	49,6	97,3	50,1	98,1	50,4	95,8	43,2	97,0	52,9	96,5	41,4	96,6	42,9	96,3
40	47,8	95,5	50,0	95,6	48,3	95,1	33,0	97,8	42,2	93,9	41,4	92,4	43,0	96,2
45	37,6	91,4	38,1	91,8	40,4	89,8	28,3	89,4	39,9	96,9	27,5	93,4	32,0	87,1
50	29,1	77,1	29,4	78,6	27,1	73,9	27,4	73,4	41,3	74,7	20,0	87,8	29,0	70,9
55	22,3	59,8	24,0	61,2	20,0	61,7	17,0	48,6	24,0	48,9	14,9	72,1	19,4	53,2
60	13,5	42,8	15,2	39,0	11,3	47,5	6,3	49,3	13,0	48,3	10,2	61,1	7,1	40,2
65	5,2	23,8	6,1	26,1	4,1	18,3	2,3	23,6	3,0	16,9	8,5	35,1	2,8	28,4
70	5,0	8,8	5,3	7,4	3,0	11,4	5,5	9,3	14,9	8,3	2,1	23,9	4,5	8,8

Fonte : PRAD

Gráfico 3a

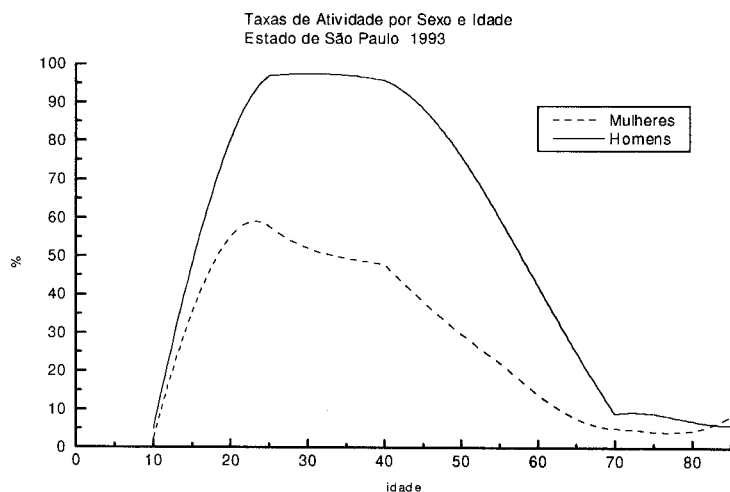
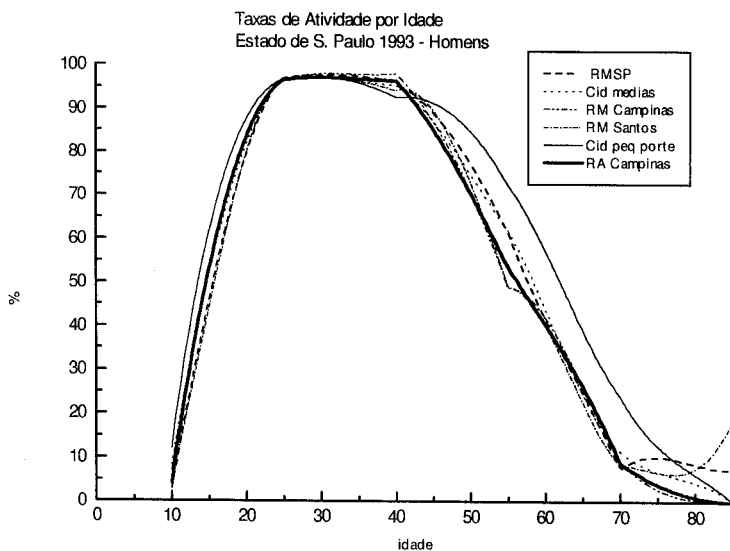
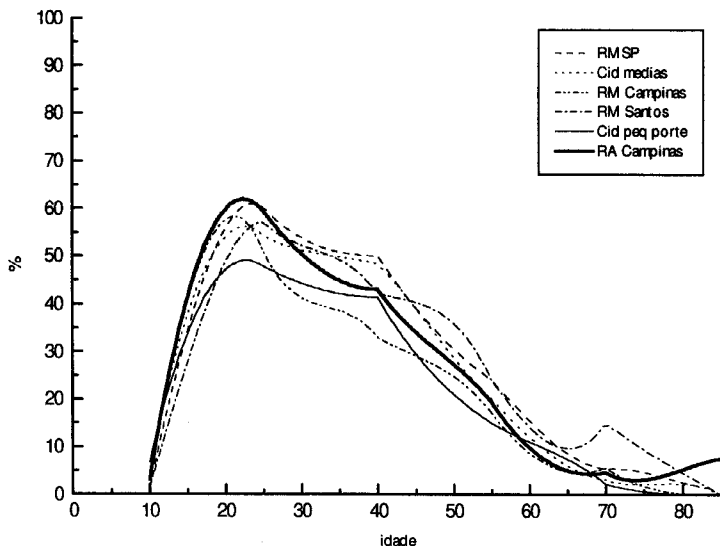


Gráfico 3b



## Gráfico 3c

Taxas de Atividade por Idade  
Estado de S. Paulo 1993 - Mulheres

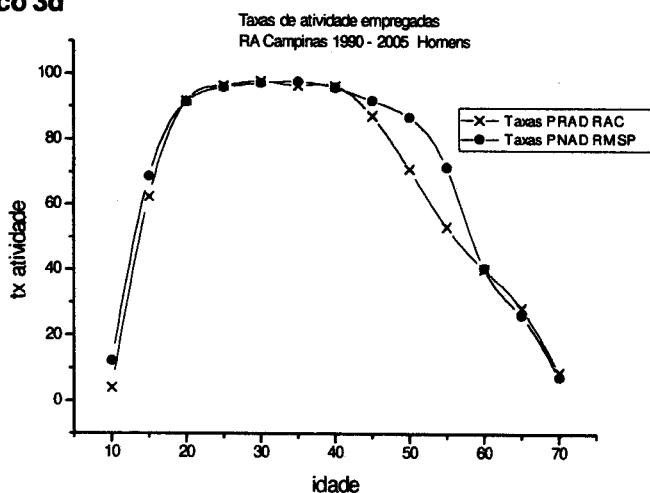


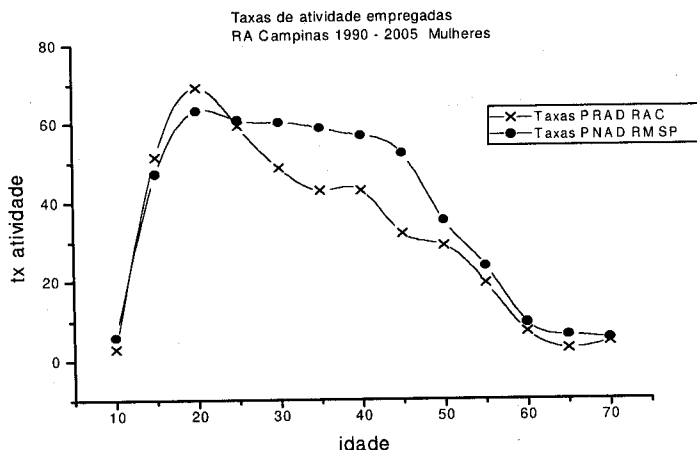
A proximidade das taxas de atividade da RAC com as da RMSP, na forma levantada pela PRAD, e a já citada subestimação da população em atividade por esta pesquisa - decorrente da necessidade de simplificação da forma de captação das características relativas à mão de obra - sugeriu a possibilidade de utilização das taxas de atividade levantadas pela PNAD, em 1993 para a RMSP, como um segundo conjunto de taxas para fins de projeção da PEA regional. Com isso, se poderia obter uma outra estimativa da população economicamente ativa para a RAC, mais alta que a obtida com o primeiro conjunto. De fato, as taxas globais de atividade da PRAD para a RAC, para homens ou mulheres, são pelo menos 8 pontos percentuais inferior às apontadas pela PNAD para a RMSP em 1993, fato decorre da superioridade das taxas da PNAD nas faixas de 40 a 55 anos entre os homens, e de 30 a 55 anos entre as mulheres.<sup>5</sup>

5 Vale observar que estas taxas de atividade da PNAD para a RMSP trazem embutidos os efeitos das mudanças implementadas nesta pesquisa nos anos 90 (Wajmann & Rios Neto 1988)

**Tabela 3b.** Taxas de Atividade empregadas nas projeções de Força de Trabalho para RA Campinas (%)

Fx Etárias	Taxas PRAD RA Campinas		Taxas PNAD RMSP/93	
	M	H	M	H
<b>Total</b>	<b>36,0</b>	<b>66,6</b>	<b>44,3</b>	<b>74,9</b>
10	2,9	4,1	5,8	12,2
15	51,5	62,4	47,2	68,7
20	69,2	91,7	63,2	91,4
25	59,4	96,4	60,9	95,8
30	48,7	97,7	60,3	97,1
35	42,9	96,3	58,8	97,5
40	43,0	96,2	56,8	95,7
45	32,0	87,1	52,3	91,7
50	29,0	70,9	35,3	86,7
55	19,4	53,2	23,7	71,4
60	7,1	40,2	9,3	40,5
65	2,8	28,4	6,1	26,1
70	4,5	8,8	5,3	7,4

**Gráfico 3d**



#### 4. PROJEÇÕES DE FORÇA DE TRABALHO SEGUNDO AS HIPÓTESES DEFINIDAS

Aplicando-se o conjunto de taxas de atividade por idade e sexo nos quantitativos populacionais projetados obtêm-se as estimativas de PEA apresentadas na tabela 4a. Sob o primeiro conjunto de taxas (hipótese 1, obtidas junto à PRAD para a RAC em 1993, mantidas constantes no horizonte de projeção) a PEA da região aumentaria em 565 mil pessoas entre 1995 e 2005, passando de 2.149 mil para 2.714 mil indivíduos no período. Dentre os grupos etários analisados, o de 50 a 69 anos é que apresentaria maiores taxas de crescimento no período (57%), apontando para envelhecimento progressivo da PEA regional, tal como já apontado, em texto anterior, para a população. A PEA jovem - de 10 a 19 anos- por outro lado, como resultado dos reflexos tardios da queda de fecundidade na regional há 20 anos, cresceria muito pouco ao longo do período, atingindo valor máximo em 2000 com 321 mil indivíduos. Em 2005, a PEA jovem totalizaria um quantitativo menor, de 298 mil jovens, pouco maior que o apresentado em 1995. O grupo etário de 20 a 39 anos continuará mantendo sua superioridade numérica, reunindo cerca de 1,5 milhão de pessoas no final do período, cerca de 57% da PEA total.

Sob a hipótese 2 - manutenção das taxas de atividade por idade e sexo levantadas para a RMSP em 1993 pela PNAD - a PEA regional

apresentará um aumento maior, de 622 mil pessoas entre 1995 e 2005, finalizando o período com quase 3 milhões de pessoas. A evolução dos grupos etários da PEA segue as tendências já apontadas anteriormente, embora as estimativas populacionais sejam superiores as obtidas com a hipótese 1. As estimativas de PEA masculina para 2005 são de 1.859 mil homens, 5% maiores que as obtidas com as taxas de atividade da PRAD. Para a PEA feminina, as diferenças nos quantitativos estimados para 2005 sob as duas hipóteses são maiores, da ordem de 15% (1.087 mil mulheres pela hipótese 2, contra 945 mil pela hipótese 1 em 2005). Essa diferença na PEA feminina estimada incide, em particular, sobre os grupos etários de 30 a 39 e 40 a 49 anos, como seria de se esperar em função das diferenças das taxas de atividades nestes grupos segundo as duas fontes. Como se pode observar no gráfico 4e, as "pirâmides" etárias das PEAs projetadas pelas duas hipóteses, mostram-se mais diferentes à direita, na porção relativa a PEA feminina.

De qualquer forma, sob qualquer das duas hipóteses, a PEA estaria crescendo a uma taxa média anual de cerca de 2,4 %, cifra um pouco mais elevada que a da PIA (2,3%) e que a da população total (2,0 %). Com isso, a PEA regional estaria crescendo, em termos médios anuais, entre 57 e 62 mil pessoas na região até 2005. Em quinze anos, entre 1990 e 2005, a PEA seria 46% maior, a PIA, 44% maior e a população total, uma cifra bem menor, 36 %.

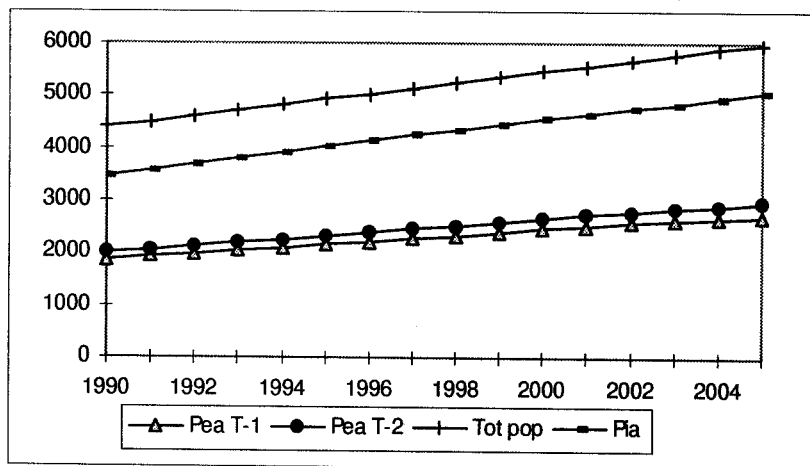
Deve-se observar que, ainda que as taxas específicas tenham sido mantidas constantes, a pequena diferença nas taxas de crescimento da PEA e da PIA acaba provocando um pequeno aumento das taxas globais de atividade. As taxas globais de atividade pela PRAD chegariam a 53,9 % em 2005 (contra 53,6% em 1990); pela PNAD passariam de 57,7% para 58,5% em igual período.

Por fim, deve-se observar também que, ainda que se admitisse um comportamento variável das taxas específicas de atividade por sexo, de modo a refletir-se na evolução das taxas globais por sexo no ritmo projetado no anexo deste trabalho, a PEA total em 2005 estaria muito próxima daquela prevista pela hipótese 2, totalizando cerca de 3.063 mil pessoas. Isso decorreria de um efeito aritmético compensador de uma PEA feminina maior que as estimadas anteriormente (1.295 mil mulheres) e de uma PEA masculina menor (1.768 mil homens).

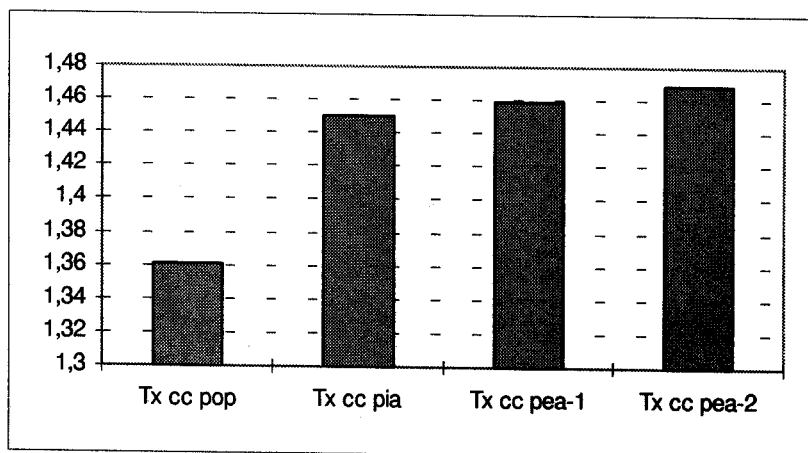
**Tabela 4a. Projeções de Força de Trabalho segundo hipóteses definidas RA Campinas 1990-2005 (em milhares)**

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Hipótese 1: manutenção das taxas de atividade levantadas pela PRAD em 1993 para RA Campinas</b>																
Mulheres	657.	677.	696.	716.	736.	757.	778.	798.	819.	840.	861.	880.	898.	914.	930.	945.
Homens	1204.	1241.	1278.	1316.	1354.	1393.	1432.	1472.	1511.	1551.	1592.	1630.	1667.	1702.	1736.	1769.
Total	1861.	1917.	1974.	2032.	2090.	2149.	2210.	2270.	2331.	2392.	2453.	2511.	2565.	2616.	2666.	2714.
10-19	251	258	267	275	284	293	301	308	315	319	321	320	315	308	302	298
20-39	1142	1170	1196	1221	1246	1271	1297	1323	1350	1378	1408	1438	1467	1497	1524	1548
40-49	294	310	327	345	363	381	400	418	436	454	472	489	505	520	534	547
50-69	176	180	185	191	198	205	213	221	231	241	253	265	278	292	306	321
<b>Hipótese 2: manutenção das taxas de atividade levantadas pela PNAD em 1993 para RMSP usadas para RA Campinas</b>																
Mulheres	741.	764.	788.	812.	837.	861.	886.	910.	935.	960.	984.	1007.	1029.	1049.	1068.	1087.
Homens	1264.	1302.	1341.	1381.	1421.	1462.	1503.	1544.	1586.	1628.	1670.	1711.	1749.	1786.	1823.	1859.
Total	2005.	2067.	2130.	2193.	2258.	2323.	2389.	2455.	2521.	2587.	2654.	2718.	2778.	2835.	2891.	2945.
10-19	280	288	298	307	317	326	334	341	347	351	353	351	346	340	333	330
20-39	1178	1208	1236	1263	1289	1316	1343	1370	1397	1426	1456	1486	1516	1546	1573	1599
40-49	334	352	372	392	413	435	456	477	498	519	540	560	579	597	613	628
50-69	212	218	224	231	238	247	257	267	278	291	306	321	336	353	371	389
<b>Evolução da População</b>																
Total	4393.	4499.	4605.	4711.	4817.	4923.	5029.	5134.	5240.	5345.	5451.	5556.	5662.	5767.	5872.	5976.
PIA	3474.	3582.	3693.	3806.	3919.	4030.	4135.	4237.	4336.	4436.	4541.	4642.	4741.	4840.	4938.	5037.
PIA-mul	1738	1793	1850	1908	1966	2023	2078	2130	2181	2234	2287	2340	2391	2442	2492	2544
PIA-hom	1736	1789	1842	1897	1953	2007	2058	2107	2154	2203	2253	2302	2350	2398	2446	2494

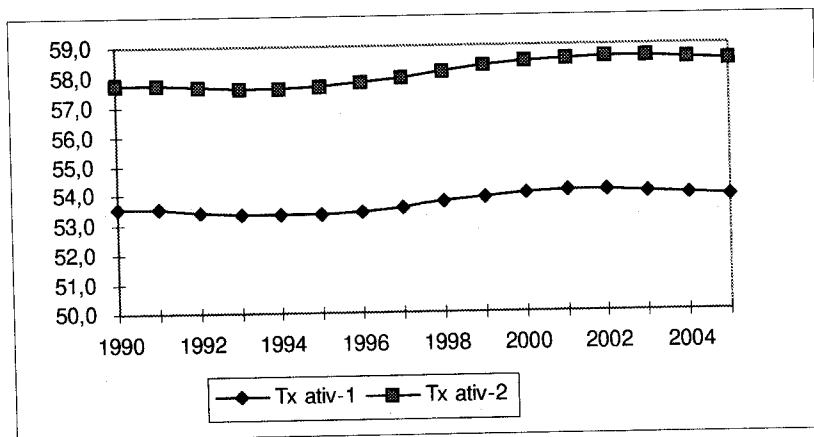
**Gráfico 4a.** Evolução da População, da PIA e da PEA segundo Hipóteses RA Campinas 1990-2005 (em milhares)



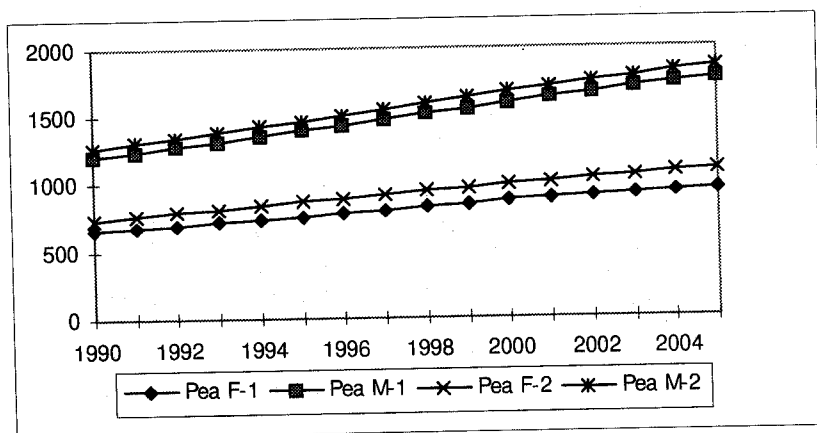
**Gráfico 4b.** Aumento relativo da População, da PIA e da PEA segundo Hipóteses RA Campinas 1990-2005 (%)



**Gráfico 4c.** Evolução das Taxas globais de Atividade  
RA Campinas 1990-2005 (%)

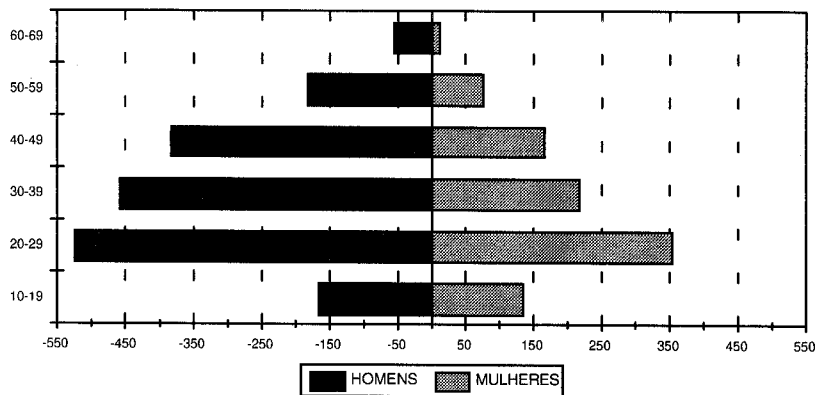


**Gráfico 4d.** Evolução da PEA Feminina e Masculina sob as hipóteses  
RA Campinas 1990-2005 (em milhares)

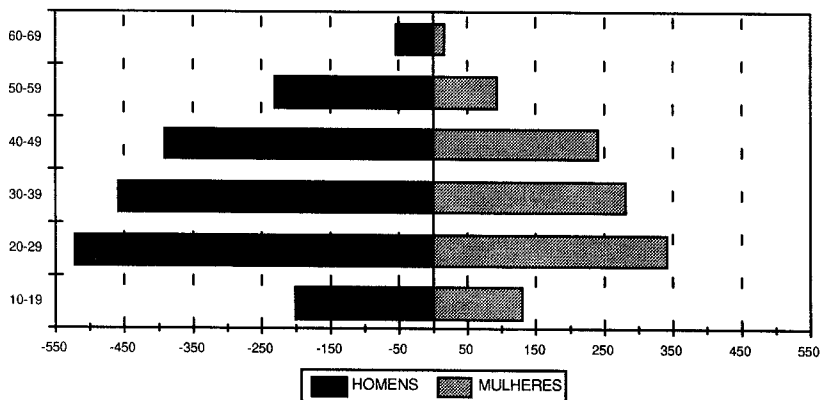


**Gráfico 4e.** Distribuição etária da PEA sob as hipóteses (em milhares) RA Campinas 1990-2005

**Hipótese 1**



**Hipótese 2**



## 5. CONCLUSÃO

O ritmo e a natureza das transformações por que está passando o mercado de trabalho no país e em especial, a progressiva desvinculação entre crescimento econômico e geração de postos de trabalhos tem despertado especial interesse na produção de trabalhos prospectivos sobre a demanda por ocupações e oferta de empregos. Mesmo na Região de Campinas, em que pese o fato das mudanças se processarem em ritmo menos desestruturador (Jannuzzi e Sousa 1997), esta é uma questão também na agenda da discussão acadêmica e política.

As perspectivas de um quadro ocupacional problemático nesta década, anunciadas por Cano e Pacheco (1992), parecem, pois, estar se concretizando, com algum retardo em função do êxito temporário do Plano de Estabilização Econômica de 1994. Nos diversos cenários macroeconômicos projetados, todos com taxas de crescimento econômico modestas ou baixas, os autores previam um quadro não favorável ao nível do emprego - especialmente o industrial e agrícola - frente ao aumento da PIA e à provável expansão das taxas de atividade femininas, problemática acentuada pelas menores elasticidades ocupação/produto nesta década (em relação à passada). Para a região de Campinas, os autores avaliam que ainda que as perspectivas de desenvolvimento econômico sejam melhores que a média estadual, em termos de emprego, a região poderia caminhar, no pior dos cenários, para repetir os fenômenos de elevado desemprego aberto da Grande São Paulo, e no melhor, na absorção até mesmo de mão de obra migrante. Tal como o interior dos anos 80, a região talvez viesse a repetir o quadro mais próspero na questão do desenvolvimento regional e do emprego que o da RMSP na presente década, como descrito por Pacheco e Dedecca (1992).

Na primeira metade dos anos 90, do ponto de vista do crescimento econômico o quadro foi bastante alentador, como observam Pacheco e Pochmann (1997): o aumento do Valor adicionado na Indústria na RA Campinas teria sido de 42 % entre 1990 e 1995 (6% a.a.) ampliando a participação da RA em relação ao Estado na quase totalidade dos setores industriais (Ind. Mecânica, Metalúrgica, Química, Plásticos, têxtil, Material elétrico, Mat. transporte entre outros).

A ocupação formal acompanhada pelo CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho- cresceu a taxas médias de 1,9% ao ano entre 1990 e 1995 na RAC, resultado sobretudo da expansão das vagas no Comércio, Serviços e Construção Civil (Jannuzzi 1996a)<sup>6</sup>. A menos que a taxa de crescimento dos postos de trabalho sem carteira e autônomos tenha se mantido em nível bem superior e que a evolução dos níveis de produtividade industrial tenha se mantido nos mesmos patamares dos primeiros anos da década (Sabóia 1995), as ocupações criadas no período não teriam sido suficientes para incorporar plenamente a porção da PEA ingressante, já que esta teria se expandido entre 1990 e 1995, a 2,9% ao ano pelas projeções aqui elaboradas (seja pela primeira ou segunda hipótese). Nos próximos 10 anos, ainda que a PEA esteja crescendo a uma taxa menor ( 2,4%aa ) e ainda que se concretizem os investimentos empresariais para a região, a perspectiva de criação de postos de trabalho em ritmo suficiente para incorporação dos novos ingressantes não parece estar plenamente assegurada. Afinal, para garantir taxas de expansão de ocupações a este nível - mantendo inalterada a taxa de desocupação na região (estimada em 8,7% em 1993 pela PRAD- vide anexo de tabelas em Patarra et alii 1997) - seria necessário um crescimento do PIB regional a taxas relativamente mais elevadas, superiores talvez aos 6 % anuais observados entre 1990 e 1995<sup>7</sup>.

De qualquer forma, uma avaliação prospectiva mais acurada da oferta de postos de trabalho ainda é uma questão a tratar em futuros trabalhos. Sem dúvida, tal avaliação envolve uma grande complexidade metodológica, já que os determinantes da oferta de emprego tem uma natureza ainda mais fugidia que os aqui tratados. A oferta de postos de trabalho depende da taxa de crescimento econômico, composição setorial da economia, nível e tipo de industrialização (moderna ou tradicional, de pequena ou grande escala), nível dos salários, padrão tecnológico adotado, padrões de consumo e distribuição de renda

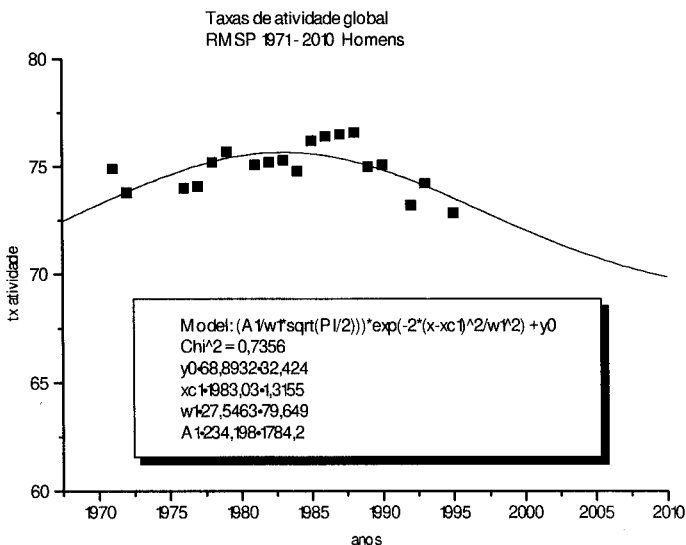
---

6 O emprego formal retratado pela RAIS, também do MTb, contudo, teria se ampliado em apenas a uma taxa média anual inferior a 1% na RA, como mostrado em Pacheco & Pochmann (1997), valor este aparentemente subestimado em função da pujança do crescimento econômico observado.

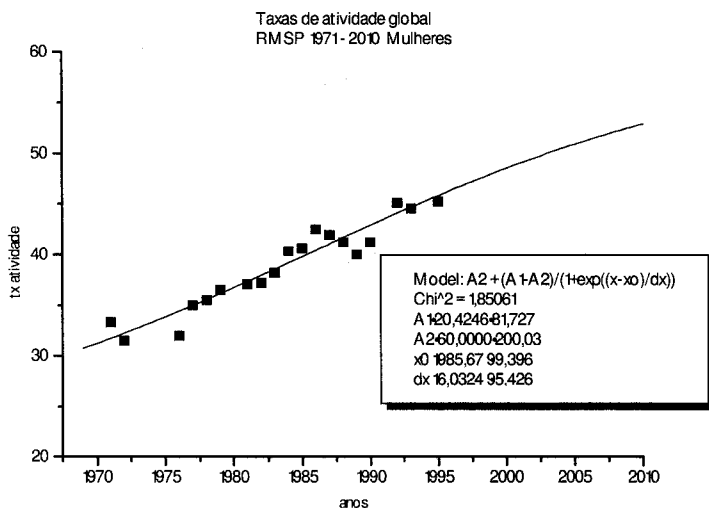
7 Taxa estimada a partir da variação do Valor Adicionado do ICMS na região no período.

(Farooq 1985). Combinações de taxas favoráveis de crescimento econômico, em uma economia urbano-industrial, baseada em indústrias de pequeno porte (moderna ou tradicional), em que a relação salários vs. capital fixo favoreça o primeiro, em que o padrão de consumo favoreça os produtos manufaturados, de preferência nacionalmente produzidos e em que a renda encontre-se distribuída de forma mais equânime favorecem a expansão da demanda de mão-de-obra por parte das empresas. Projeções de emprego requerem, pois, a aplicação de modelos demo-econômicos ou econométricos bastante complexos, que exigem uma base de informação empírica bastante detalhada. Poderá contribuir para futuras abordagens desta questão a elaboração de análises regionais sobre a produção econômica e composição setorial da população ocupada na região. Os dados já disponibilizados do Censo Demográfico de 1991, da citada Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar, da Pesquisa de Condições de Vida/F.SEADE, além daqueles a serem publicados relativos ao Censo Cadastro de 1996 do IBGE e da Pesquisa de Atividade Econômica Paulista/F.SEADE podem permitir estudos interessantes e fundamentais neste sentido.

### Anexo: Evolução das taxas de participação na RMSP 1970-2005



## Projeções populacionais para Campinas...



Um dos aspectos mais importantes e regulares reportados em estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro nos últimos 20 anos tem sido a sistemática elevação das taxas de atividade da população feminina (Costa 1994). Desde que se começou a pesquisar regularmente a conjuntura do mercado de trabalho no país, com as PNADs no final dos anos 60, as taxas de atividade feminina vem aumentando cerca de 0,5 ponto percentual por ano na RMSP, tendo passado de 33,3%, em 1971 para 45,2 % em 1995, em especial pela elevação das taxas de atividade de mulheres de 20 a 50 anos. As taxas de atividade masculina, por outro lado, apresentaram relativa estabilidade em torno de 75% durante as décadas de 70 e 80, vindo a cair mais recentemente, chegando, em 1995, a cerca de 73%, por conta do aumento da taxa de inatividade a partir dos 45 anos.

Procedendo-se uma modelagem matemática destas taxas, em função das tendências passadas e especulações sobre o comportamento das mesmas a médio prazo, é possível chegar a estimativas das taxas para 2005<sup>8</sup>. Nesse momento, a taxa de atividade feminina estaria por volta de 51 %, enquanto que a taxa masculina cairia para 71 %.

<sup>8</sup> A análise tendencial das taxas de participação foi conduzida ainda que com as limitações de comparabilidade das taxas de atividade das PNADs dos anos 90 com as da década passada.

Empregando-se estas taxas globais de atividade para a RAC, a PEA feminina totalizaria 1.295 mil mulheres em 2005 e a PEA masculina, 1.768 mil indivíduos na região. A PEA total somaria cerca de 3.063 mil pessoas, muito próxima ao valor estimado anteriormente segundo a hipótese 2.

**Tabela 1.** Taxas de atividade por sexo - RMSP 1971 - 2005 (%)

Ano	1971	1972	1976	1977	1979	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1992	1993	1995	2000	2005
Mulheres	33,3	31,5	32	35	36,5	37,1	37,2	38,2	40,3	40,6	42,5	41,9	40	41,2	45,1	44,6	45,2	48,4	50,9
Homens	74,9	73,8	74	74,1	75,7	75,1	75,2	75,3	74,8	76,2	76,4	76,5	75	75,1	73,2	74,2	72,9	72,1	70,9

Fonte: 1971-1990 - Costa (1994), 1992-1995 - PNADs, 2000-2005 - estimativas do autor

## BIBLIOGRAFIA

- BRAGLIA, M.A.G., CARVALHO, S.N. e SCANDAR NETO, W.J. Trabalho, desemprego e inatividade: difíceis caminhos para o acesso aos bens sociais. Comunicação apresentada ao 19. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu MG, 1995.
- CANO, W. & PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.1, p.217-298.
- CHAHAD, J.P.Z. *Oferta de Trabalho e estrutura ocupacional*. São Paulo: FIPE/USP, 1981.
- COSTA, L.B. População e Trabalho. *Informe Demográfico F. SEADE*, n.28, p.1-150, 1994.
- DIEESE. *O desemprego e as políticas de emprego e renda*. São Paulo: DIEESE, 1994.
- FAROOQ, Ghazi M. *Population and employment in developing countries*. Geneva : ILO, 1985.
- FERREIRA, S.P. Emprego e terciário: alterações na estrutura ocupacional da Grande São Paulo. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.4, p.121-135.

JANNUZZI, P.M. *Dinâmica recente do mercado de trabalho formal na Região Administrativa de Campinas e reflexos na Bacia do Piracicaba/Capivari*. Projeto Qualidade ambiental e desenvolvimento regional nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari. NEPAM/UNICAMP, 1996a.

---

. Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte II - Cenários demográficos para 1995-2025. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(2):51-77, jul/dez 1996b.

---

. Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte III - Projeção de estudantes por nível ensino para 1995-2005. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(1):101-114, jan/jun 1997.

JANNUZZI, P.M. e SOUSA, J.E.R. Recent trends on regional development and labour market composition. *Seminar on Urban Growth and Environmental Management - an International Challenge*, Liverpool, Inglaterra, janeiro/1997.

NAÇÕES UNIDAS *Projection methods for integrating population variables into development planning: methods for preparing school enrolment, labour force and employment projections*. New York: UN/ESA, vol.1:2, 1990.

NEPP/UNICAMP. *Brasil 1987 : Relatório sobre a situação social do país*, Campinas, Ed.Unicamp, 1989.

PATARRA, Neide et alii. *Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana*. Campinas, FAPESP/IE/UNICAMP, 1997.

PACHECO, C.A. & DEDECCA, C.S. Emprego e crise: as transformações na estrutura do emprego de São Paulo na década de 80. SEADE. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992, n.4, p.93-120.

PACHECO, C.A. & POCHMANN, M. *Expansão urbana e mercado de trabalho no Estado de São Paulo: um perfil econômico das principais regiões administrativas nos anos noventa*. Campinas, Inst.Economia/Unicamp, 1997 (mimeo).

PAIVA, Paulo. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão de obra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, 3 (1): 63-88, 1986.

SABÓIA, João. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, São Paulo, ABET, 1995, p.1123-1148.

WAJMANN, S. & RIOS NETO, Eduardo. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. *Seminário Mudanças, permanências e desafios*, Campinas, ABEP/GT População e Gênero, 1998 (mimeo).

# HILFERDING E "O CAPITAL FINANCEIRO"

*Ferdinando de Oliveira Figueiredo<sup>1</sup>*

## À GUIA DE APRESENTAÇÃO

"O capital financeiro" é um livro que se insere entre os "clássicos" da literatura econômica, sobretudo daquela parte da produção intelectual que procura absorver e desenvolver o raciocínio estabelecido originalmente por Marx. "O capital financeiro" é, assim, um dos mais importantes livros marxistas no campo da economia política, e seu autor, Rudolf Hilferding, adquiriu notoriedade precisamente pela produção desta obra. Ao escrever este livro, Hilferding não se limitou a aplicar mecanicamente as categorias marxistas, isto é, não se incorporou ao séquito numeroso de meros repetidores, senão que - pelo contrário - procurou **absorver o método** colocado por Marx, criando e desenvolvendo categorias próprias, tais como o "ganho do fundador" na constituição das empresas capitalistas do tipo sociedades anônimas. Em certo sentido, pode-se afirmar que Hilferding foi bem sucedido: "O capital financeiro" gerou uma série de comentários e críticas e, hoje em dia, cerca de 85 anos após sua publicação, o livro de Hilferding ainda é estudado, citado, criticado e mesmo combatido com ardor. O que prova sua importância, e o que também contribui para chamar a atenção para a observação de Sweezy, segundo a qual o autor é menos conhecido do que o seu livro.<sup>2</sup>

\* Texto extraído, com autorização do autor, do caderno nº 60 da série "Texto para discussão", publicado em setembro de 1997 pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Este trabalho foi preparado, originalmente, para servir de apresentação a uma seleção de textos escritos por Rudolf Hilferding, por mim organizada, e que deveria ser publicada como parte integrante de uma coleção que incluía autores como Keynes, Kalecki e outros pensadores. O projeto concernente a esta seleção não encontrou condições de ser levado a cabo, por uma série de pequenos percalços que não cabe aqui pormenorizar. No entretanto, reexaminando a apresentação por mim escrita à época em que tratava destes assuntos no Programa de Mestrado do Instituto de Economia, me dei conta de que certas proposições ali contidas talvez motivem algum interesse entre os que se empenham na leitura e no estudo do "capital financeiro", "a la Hilferding". Esta a razão pelo qual reapresento o meu trabalho, com ligeiras modificações "vis a vis" a apresentação anterior.

1 Professor MS-6 do Instituto de Economia da Unicamp.

2 O comentário pode ser encontrado na Introdução feita por Paul Sweezy para a coletânea de ensaios sobre Teoria do valor (Sweezy, 1974).

De outra parte, circunstância que contribui para estimular a leitura de "O capital financeiro" é a atualidade da colocação de Hilferding. Nos dias presentes, a força das organizações financeiras é algo que se apresenta muito claramente, e a percepção correta das inter-relações e da interdependência que se estabelecem entre os setores ditos produtivos e o setor denominado financeiro constitui um elemento-chave para a compreensão de todo o processo econômico. E é essa a principal preocupação de "O capital financeiro": chamar a atenção para o caráter crucial que assumem as instituições financeiras - especificamente, o sistema bancário - no movimento do capital, acenando para a perspectiva do controle de todo o movimento por parte do capital sob forma financeira e levantando as implicações daí decorrentes em termos de concorrência capitalista. Quando se leva em conta o alvoroço com que se saudava, no início da década dos 70, a descoberta da "novidade teórica", dos assim chamados "conglomerados" que irrompiam na cena capitalista, é de se ter em mente que há mais de meio século Hilferding já tratava do tema com rigor analítico. Precisamente a emergência de situações que remetiam à análise encetada por Hilferding em sua obra principal concentrou focos de atenção sobre o exame das idéias do autor, tanto em relação à estrutura interna de "O capital financeiro", como no que concerne ao conjunto da sua produção intelectual. E, a esse respeito, incumbe notar que Hilferding foi, a rigor, o escritor de um só livro. No entanto, produziu uma série de ensaios e artigos que, apreciados juntamente com o conteúdo das cartas escritas a Karl Kautsky durante muitos anos e levando-se em conta o que está contido em "O capital financeiro", permitem estabelecer uma visão mais ampla do desenvolvimento do pensamento do autor, nas circunstâncias em que produziu o conjunto de sua obra. E esta visão, a nosso juízo, possui um duplo aspecto: em primeiro lugar, torna-se necessário perceber que a preocupação maior de Hilferding dizia respeito às características evolutivas do capitalismo, compreendido como um sistema em movimento. E, de outro lado, Hilferding se mostrava mais preocupado em investigar fatos novos, situações distintas (e também evolutivas) daquelas que se colocavam ante os olhos de Marx à época em que este último desenvolvia seu raciocínio. Neste sentido, e repetindo, Hilferding se afasta do séquito de vulgarizadores do marxismo e intenta colocar contribuição própria, pessoal.

Certamente, é necessário pagar um preço pela ousadia de procurar novos caminhos no terreno teórico. À parte o caráter escorregadio de que se reveste o trabalho da própria construção, coloca-se sempre a tentação de generalizar e, portanto, de simplificar. Ceder a esta tentação pode comprometer o resultado de toda a construção e contribuir para atrair críticas sob esse aspecto, críticas que se somam àquelas que surgem da violação da inércia que muitas vezes cerca a utilização de um jargão já consagrado. Isto aconteceu com Hilferding. Lado a lado com um reconhecimento generalizado de que "O capital financeiro" se constituía em obra de fôlego, surgiram críticas que se renovam até os dias atuais. E, muito embora a objetividade que marca muitas destas apreciações, caberia perguntar até que ponto o surgimento de uma série de críticas à principal obra de Hilferding não se deve mais às modificações por que passaram as posições políticas e teóricas assumidas por ele ao longo da sua existência, do que especificamente a seu livro "O capital financeiro".

## 1. RUDOLF HILFERDING: RESUMO BIOGRÁFICO

Rudolf Hilferding nasceu em Viena, em 1877.<sup>3</sup> Filho de uma família de classe média, seu pai era um empregado de companhia de seguros. Após os estudos de grau secundário, o jovem Hilferding frequentou o curso universitário de Medicina na Universidade de Viena, diplomando-se em 1901. Ao longo do período de vida acadêmica, Hilferding sentiu-se atraído para a área de Ciências Sociais e dedicou sua atenção para os estudos de Economia Política e das questões financeiras, no mes-

<sup>3</sup> Os principais dados referentes à vida de Hilferding foram levantados mediante consulta à Introdução feita por Yvon Bourdet (1970) para a edição francesa de "O capital financeiro". O trabalho acima mencionado inclui a citação de outros autores que se debruçaram sobre o pensamento de Hilferding, notadamente Wilfred Gottschalch, autor de um livro, um artigo e um ensaio que tratam das posições de Hilferding e do socialismo na Alemanha. Informações outras sobre a vida de Hilferding, menos abundantes, porém, encontram-se na obra organizada por Sweezy (1974). Neste trabalho, Sweezy se refere a um outro texto de apoio, de Alexander Stein: *Rudolf Hilferding und die Deutsche Arbeiterbewegung Gedenkblätter*, publicado pelo Partido Social-Democrata Alemão no imediato pós-guerra, em 1946. A biografia mais densa é a de Yvon Bourdet, que inclusive faz citação dos demais autores acima referidos e se apoia, ademais, em fontes variadas tais como depoimentos de personalidades políticas do porte de Leon Blum e Vincent Auriol, participantes e testemunhas dos últimos dias de Hilferding.

mo passo em que ativou sua participação na militância política: juntamente com Otto Bauer e outros, ajudou a estruturar a primeira organização estudantil de cunho socialista na Áustria, a “Associação dos Estudantes Socialistas” à qual aderira com a idade de 15 anos.

A disposição e o talento de Rudolf Hilferding possibilitaram rápidas passadas nesse caminho, e assim, aos 25 anos de idade, já era convidado por Karl Kautsky para ocupar posto de relevo na hierarquia intelectual socialista: tratava-se de colaborar na publicação teórica do Partido Social-Democrata Alemão, *Neue Zeit*, e disso se incumbiu Hilferding a partir de 1902, ocasião em que produz um artigo sobre política comercial. Como assinala Bourdet (1970: 21),<sup>4</sup> daí em diante não é difícil seguir a trajetória seguida por Hilferding, uma vez que a reconstituição está assinalada ao longo da correspondência mantida por ele com Kautsky.<sup>5</sup> Vale notar que, no início mesmo dessa correspondência, Hilferding revelava já estar tratando do seu ensaio teórico de crítica à crítica estabelecida por Böhn-Bawerk a Marx e, mais interessante, já fazia uma colocação que, por assim dizer, “antecipava” uma posição assinalada no começo da Apresentação deste trabalho: desejava ir “além” de Marx, no sentido de estudar a fundo fenômenos desconhecidos por este último à época em que escrevia, e que diziam respeito a novas formas de concorrência capitalista (Bourdet, 1970: 20).<sup>6</sup>

Nos anos seguintes, a par da colaboração na *Neue Zeit*, Hilferding se engajou na publicação, em Viena, dos *Marx-Studien*, concebidos para absorver produção teórica marxista mais densa do que os artigos, necessariamente mais limitados em número de páginas, que poderiam ser colocados na revista *Neue Zeit*, bi-hebdomadária. Afirma-se, por outro lado, que os *Marx-Studien* foram concebidos também para dar canal próprio de expressão a um grupo de jovens teóricos marxistas vienenses, tais como Otto Bauer, Karl Renner, Marx Adler, Rudolf

4 Como foi dito na nota anterior, a reconstituição que se segue se apoia sobretudo na “Introdução” feita por Bourdet.

5 A correspondência cobre o período 1902/24 e está conservada nos Arquivos Karl Kautsky do Instituto Internacional de História Social, de Amsterdam.

6 Cabe informar que, naquela ocasião (1902), Hilferding já concebia a maneira de desenvolver seu livro “O capital financeiro”, correspondendo esta concepção a uma “atualização” do raciocínio marxista na área do dinheiro e crédito.

Hilferding e outros, que passaram a ser conhecidos como representantes do "austromarxismo".<sup>7</sup>

Em seu primeiro número, datado de 1904, os *Marx-Studien* publicaram o ensaio de Hilferding sobre a crítica de Böhm-Bawerk a Marx, trabalho que conferiu a seu jovem autor notoriedade intelectual. Paralelamente à sua participação ativa nos trabalhos realizados na *Neue Zeit* e nos *Marx-Studien*, Hilferding praticava a Medicina em Viena até que, em 1906, a convite de August Bebel, transferiu-se para Berlim, abandonando a prática médica e dedicando seu tempo ao ensino de Economia Política e de História Econômica na escola do Partido Social-Democrata alemão. Exerceu estas funções por um período de três anos, até a ocasião em que a polícia prussiana o proibiu de continuar ensinando, sob o argumento de que era vedada a participação de estrangeiros em atividades de ensino, e o ameaçando de expulsão da Alemanha. Hilferding foi então substituído por Rosa Luxemburgo e, permanecendo em Berlim, passou a trabalhar, a partir de 1907, como redator do *Vorwärts*, publicação diária que se constituía no órgão central da Social Democracia alemã.<sup>8</sup> No mesmo passo, continuava a prestar colaboração à *Neue Zeit*, bem como a uma nova publicação mensal dos austromarxistas, a *Der Kampf*. Durante esse período, Hilferding desenvolveu e arrematou seu projeto de estudo sobre financiamento: sua principal obra "O capital financeiro", foi publicada em 1910.<sup>9</sup> Cabe ainda assinalar que, ao longo desses anos passados em Berlim, Hilferding militava na ala esquerda dos Social-Democratas alemães e já pretendia se naturalizar alemão para efeito de participar mais ativamente da política partidária.

Em 1915, o Exército austríaco o convocou para prestar serviços médicos junto ao corpo militar, e nessa ocasião Hilferding deixou a redação de *Vorwärts*, passando a dirigir um hospital militar localizado na frente italiana, durante a Primeira Guerra Mundial. Isto não o impediu de

7 Bourdet atribuiu a Luckacs esta interpretação.

8 Veja-se, também, o verbete *Hilferding*, das Enciclopédia Britânica e Mirador.

9 Hilferding informa no seu prefácio que já terminara o livro, em suas grandes linhas, por volta de 1905. Bourdet, no entanto, examinando a correspondência de Hilferding, verifica que no início de 1906 o autor pede permissão a Kautsky para examinar o manuscrito dos tomos I e II de "O Capital", porquanto suspeitava que Engels poderia ter deixado de lado passagens de Marx que seriam justamente importantes para a compreensão dos problemas da concorrência (Bourdet, 1970: 23-4).

fazer parte do grupo que fundou o Partido Social Democrata Independente, em 1917. No após-guerra e de regresso a Berlim, Hilferding tornou-se editor e redator-chefe da publicação do partido, *Die Freiheit*, entre 1918 e 1922. Vale registrar que, em 1917, ocorrera uma cisão no Partido Social Democrata Alemão, de tal sorte que a minoria de esquerda liderada por Kautsky e outros, se constituiria em partido independente. A facção espartaquista, liderada por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin e Mehring, aderiu ao Partido Social Democrata Independente (USPD), até que uma resolução proposta por Hilferding em 1918, adotando a "via parlamentarista" para o partido, foi combatida sem sucesso pelos espartaquistas. Assim, em dezembro de 1918, os liderados por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e outros se retiraram do USPD para formar o Partido Comunista Alemão. Hilferding não se retirou e, ao contrário manteve-se em evidência no USPD. Entre 1918 e 1923, tomou parte em uma série de debates na III Internacional (se opondo a Zinoviev), e na "União dos Partidos Socialistas" para a ação internacional (USP), também denominada "II Internacional e meia". Além disso, entre abril e maio de 1922, Hilferding foi um dos *experts* alemães na conferência realizada em Gênova. Naturalizado alemão depois de 1920, ao eclodir nova cisão no USPD, em 1922, Hilferding não optou pela cisão, permanecendo na Maioria Socialista junto com a facção que reingressou no Partido Social Democrata.

A militância política de Hilferding assumia, pois, contornos firmes. Mas isto não inibiu a sua participação ativa, como intelectual, em publicações partidárias: entre 1918 e 1922 foi editor-chefe de *Die Freiheit* (Liberdade), órgão do Partido Social Democrata Independente, como se assinalou logo acima.

Todavia, a vida política pressionava mais fortemente ainda. No que voltou a integrar a Maioria Socialista, Hilferding chegou a exercer o alto posto de Ministro das Finanças da Alemanha na República de Weimar, entre agosto e outubro de 1923, no gabinete Stresemann. É de se registrar que, nestes dois meses, a famosíssima hiperinflação alemã iniciou a parte mais violenta e delirante de sua aceleração, conforme se pode verificar pela evolução dos preços por atacado no final de 1922 e durante o ano de 1923:

Hilferding e "O capital financeiro"

Alemanha, preços por atacado  
 Outubro de 1922 a dezembro de 1923<sup>10</sup>

Ano	Mês	Preços
1922	outubro	56.600
	novembro	115.100
	dezembro	147.480
1923	janeiro	278.500
	fevereiro	588.500
	março	488.800
	abril	521.200
	maio	817.000
	junho	1.938.500
	julho	7.478.700
	agosto	94.404.100
	setembro	2.394.889.300
	outubro	709.480.000.000
	novembro	72.370.000.000.000
	dezembro	126.160.000.000.000

Afirma-se que a pressão para a destituição de Hilferding baseava-se na acusação de que estaria o Ministro "muito à esquerda", e é curioso associar este rótulo com a evolução nítida das posições assumidas por Hilferding no após-guerra, tanto na política alemã - no que concerne ao seu afastamento dos espartaquistas - como na política internacional - como, por exemplo, na III Internacional Comunista e na "II Internacional e Meia"- ou seja, evolução "para o centro" ou, se preferido, "rumo à direita".

A partir de 1924, eleito deputado junto ao Reichstag, na República de Weimar, cargo que ocupou até a ascensão de Hitler ao poder em 1933, deixou a redação do *Freiheit* e passou a dirigir a revista social-demo-

<sup>10</sup> A tabela se encontra às páginas 89-90 de "Hiperinflação: algumas experiências", livro que consiste numa coleção de artigos de vários autores, publicado pela Paz e Terra em 1988, com prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. O artigo do qual foi retirada a tabela é intitulado "Os finais de quatro hiperinflações", foi escrito por Thomas Sargent e se refere aos casos da Áustria, Hungria, Alemanha e Polónia durante o início da década dos 20. O texto acima mencionado não informa sobre a base dos indicadores de preço, mas a falta dessa informação é algo insignificante quando se percebe a impressionante aceleração inflacionária, sobretudo a partir de agosto, setembro e outubro de 1923, precisamente o período correspondente ao curto período ministerial de Hilferding.

crata *Die Gesellschaft*, valendo notar que, entre junho de 1928 e dezembro de 1929, ocupou pela segunda vez o Ministério das Finanças. Nesta última oportunidade e segundo alguns de seus biógrafos, Hilferding teria se demitido do cargo por divergir do diretor do *Reichsbank*, Schacht (mais tarde cognominado o “mago das finanças alemão”), a respeito da necessidade de subordinar empréstimos oriundos do exterior a medidas deflacionárias. Esta condição imposta por Schacht não teria sido aceita por Hilferding, que teria então preferido largar o Ministério por se considerar desprestigiado.

Tornava-se difícil encontrar associação, nas citações biográficas referentes a Hilferding, entre sua primeira participação ministerial (agosto-outubro de 1923) e a explosão de hiperinflação na Alemanha. Algumas pessoas talvez se sintam perturbadas em expor a associação, que poderia quiçá surgir como uma nódoa, até mesmo vergonhosa, no currículo e na biografia de Hilferding. Entretanto, surge uma dupla refutação a este tipo de explicação - digamos assim - ligeira e encabulada. Em primeiro lugar, é necessário frisar que Hilferding (como se viu) foi outra vez Ministro, e por dois anos, em 1928/29, e este simples registro retira o conteúdo de fracasso profissional à experiência anterior. Por outro lado, cabe perceber que o mesmo Hjalmar Schacht, do qual Hilferding teria divergido em 1929, sempre foi homem de confiança de Stresemann, que o escolheu pessoalmente para o *Reichsbank*, e que ali estava em ...1923 (Cf. Enciclopédia Britânica, verbete *Stresemann*). Portanto, a “incompetência profissional”, digamos desta forma, necessitaria ser engolida pelo futuro “mago das finanças alemão”.

Em 1933, Hitler assumiu o poder na Alemanha. Existem testemunhas de que Hilferding, num primeiro momento, não se deu conta do que representava o nazismo (Bourdet, 1970: 31 e Sweezy, 1974: 17), julgando a princípio que se tratava de mais um governo de coalizão entre outros, que Hildenburg ainda era o Presidente, etc. Julgaria mesmo que Hitler poderia se agüentar no poder, no máximo, por uns dois meses, uma vez que não concebia a possibilidade da aceitação dos métodos nazistas por parte da burguesia alemã, sobretudo quando “metesse os pés pelas mãos” ao mexer no Banco Central (*Reichsbank*). A respeito desse otimismo, vale a pena assinalar a observação de Bourdet

(1970: 31). Hilferding superestimou o poder do *Reichsbank* em função de sua própria queda do Ministério das Finanças, ou seja, exagerou a significação da sua própria demissão. Mas também deve ser dito que algo deste otimismo poderia ser entendido através da convicção teórica, arraigada em Hilferding, a respeito do papel dominante do capital bancário no capitalismo da sua época, e que é o tema por excelência, o próprio cerne de sua obra principal, "O capital financeiro". Esta convicção, aliás, pode remeter a uma interpretação "não econômica" de uma passagem do capitalismo para o socialismo, já presente no raciocínio de Hilferding, e que comentaremos mais adiante.

Muito rapidamente Rudolf Hilferding se deu conta do que significava para ele, pessoalmente, o nazismo. Escondeu-se em casa de amigos em Berlim e fugiu para a Dinamarca, em março de 1933, dali seguindo para Zúrich, na Suíça, onde viveu até 1938. Ao longo desses cinco anos, produziu uma série de artigos publicados em *Die Gesellschaft*, atuou no âmbito da Internacional e dos socialistas alemães, cujo núcleo dirigente se refugiava na Tchecoslováquia. Existem informações contraditórias a respeito da maneira como Hilferding encarava, àquela época, o papel da Social Democracia alemã. Atribui-se a Marcuse a informação de que Hilferding ainda o julgava válido em linhas gerais, mas existem afirmativas de que já em 1934, ao colaborar na redação de "Manifesto de Praga" dos sociais-democratas no exílio, Hilferding pugnava pela luta revolucionária para derrubar a ditadura hitlerista e evitar a guerra (Bourdet, 1970: 32-3).

Em 1938, Hilferding se transferiu para a França, inicialmente se fixando em Paris. Daí em diante, até encontrar a morte em mãos dos nazistas, teria peregrinado pelo país em companhia de um amigo e antigo correligionário político da Alemanha, Breitscheid. Sabe-se que viveram cerca de dois anos em Paris, viajando para o sul da França por ocasião da derrocada do exército francês, em 1940. Várias tentativas teriam sido efetuadas para que Hilferding e Breitscheid pudessem escapar da França e de uma cada vez mais provável deportação para a Alemanha de Hitler, e no curso dessas negociações teriam se envolvido pessoas como Vincent Auriol e Léon Blum. Na proporção em que o tempo corria sem conseguirem sair da França, a probabilidade de serem entregues aos nazistas se transformava em certeza para Hilferding

e Breitscheid, de tal sorte que teriam se munido de veneno e armas para que, mediante suicídio, pudessem morrer ao menos pelas próprias mãos. Em fevereiro de 1941, ainda teria sido tentada a fuga para a Martinica, dado que havia sido renovado um pedido de deportação para a Alemanha. Teriam sido combinadas condições de embarque em Marselha, porém, no regresso a Arles, Hilferding e Breitscheid foram presos.

Marxista “bem comportado” ou não, Hilferding era judeu e importante autor de obras teóricas marxistas. Apreciador da vida social e mundana, como afirma Bourdet (1970: 25), era ele ao mesmo tempo um combativo líder político.

Aos olhos nazistas, esse curriculum vitae resumido exigia certamente uma condenação à morte. Não se sabe ao certo se Hilferding efetivamente se suicidou, ou se foi assassinado durante os interrogatórios a que o teriam submetido, ou ainda se simplesmente não resistiu às condições em que teria se realizado o interrogatório. O fato é que teria sido visto pela última vez em liberdade por ocasião da prisão por elementos da Gestapo e da polícia de Vichy, na noite de 8 de fevereiro de 1941, no Hotel Forum, em Arles, e teria sido transferido dois dias depois para a prisão da “Santé”, em Vichy. A última notícia que se teve de Hilferding, de sua própria voz, é a de que havia sido torturado no próprio veículo em que era transportado preso..

## 2. BREVE RESUMO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE HILFERDING

A produção intelectual de Hilferding, como foi visto, consiste inicialmente em escritos engajados, elaborados para a publicação socialista *Neue Zeit*, no período em que ainda praticava medicina em Viena. Durante esse período, em que também desempenhava funções de redator dessa publicação, Hilferding participou da estruturação da publicação “austromarxista” *Marx-Studien*, para a qual preparou duas obras de fôlego, que se constituem em marcos importantes da literatura econômica marxista: o ensaio sobre a Teoria do Valor de Marx, rebatendo

a crítica levantada por Böhm-Bawerk, publicado em Viena, em 1904,<sup>11</sup> e o estudo sobre "O capital financeiro", sua principal contribuição teórica, publicada também em Viena, em 1910.<sup>12</sup> São estas duas obras de um intelectual jovem, uma vez que, ao serem editadas, Hilferding possuía respectivamente 27 e 33 anos de idade. Talvez seja importante assinalar ainda, desde logo, uma distinção relevante entre as duas obras citadas, do ponto de vista do que poderíamos denominar de "fidelidade estrita" aos escritos de Marx: a crítica a Böhm-Bawerk consiste, basicamente, em restabelecer as categorias marxistas a respeito da concepção objetiva do valor, ao passo que na obra "O capital financeiro" Hilferding já insinua uma visão pessoal das perspectivas de evolução do sistema capitalista que pode ser confrontada - como aliás o foi - com o que Marx escreveu sobre o assunto. E porventura não seja ocioso frisar que uma coisa deve estar ligada à outra: o estudo comparativo dos tomos I e III de "O capital", feito por Böhm-Bawerk e refeito por Hilferding, deve ter trazido à percepção deste último a necessidade de "rearticular atualizadamente" o raciocínio de Marx a partir da estruturação feita por Engels no tomo III. A esse respeito, por sinal, o próprio Hilferding se refere em correspondência enviada a Karl Kautsky, conforme assinalado em nota anterior de rodapé (Nota n. 9).

Durante sua primeira estadia em Berlim, de 1906 a 1915, Hilferding manteve sua colaboração junto à *Neue Zeit* e *Marx-Studien*, publicações de Viena, passou a dirigir o órgão *Vorwärts* de Berlim, a par de iniciar - mais tarde - colaboração junto a outra publicação mensal "austromarxista", a *Der Kampf*, algumas vezes sob pseudônimo. É nesse período, sobretudo a partir da publicação de "O capital financeiro" em 1910, que Hilferding inicia aquela que - na expressão de Gottschalch - constitui a segunda fase de sua obra teórica: a fase em que passa a desenvolver raciocínio sobre o conceito de "capitalismo organizado" (Gottschalch, 1976: 13). A nosso juízo, é lícito admitir que

11 Hilferding (1904). Tradução em inglês: *Böhm-Bawerk's criticism of Marx*. Glasgow: Socialist Labour Press, s.d. (talvez 1920), reproduzida em Sweezy (1949). Tradução em espanhol: Sweezy (1974).

12 Hilferding (1910). Novas edições austríacas em 1920, 1923, 1927, 1947, 1955 e outra em 1968, em Viena, com prefácio de Eduard Marz. Também publicado em Munich, por *Literarische Agentur Willi Weileman*, s.d.. Tradução em italiano: *Il capitale finanziario* (1961), com prefácio de Giulio Pietranera. Tradução em espanhol: *El capital financiero* (1963). Tradução em francês: *Le capital financier* (1970), com prefácio de Yvon Bourdet. A tradução em português: *O capital financeiro* (1985), constituindo-se no volume da coleção "Os Economistas".

as idéias assentadas por Hilferding no seu livro clássico "O capital financeiro" são por ele desenvolvidas e desdobradas nesses seus trabalhos posteriores. Ou seja, afirmamos que um conceito de "capitalismo organizado" já é implicitamente encontrável em "O capital financeiro", desde que a identificação desse conceito passe pelo raciocínio de "organização da economia social" no sistema do capital financeiro que está colocado bem ao final da terceira parte do livro (Hilferding, 1963, cap. XV: 265).

Afirma Hilferding:

"Assim se extingue no capital financeiro o caráter específico do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberano o processo vital da sociedade, como poder que nasce diretamente da propriedade nos meios de produção, nos tesouros naturais e todo o trabalho passado acumulado, e a disponibilidade de trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, a propriedade se apresenta concentrada e centralizada nas mãos de algumas grandes associações de capital, contraposta diretamente à enorme massa dos despossuídos. A questão das relações de propriedade recebe assim sua expressão mais clara, inequívoca e acentuada, ao passo que **a questão da organização da economia social se soluciona cada vez melhor com o desenvolvimento desse mesmo capital financeiro**".

Ou seja, ao tratar da tendência histórica do capital financeiro, Hilferding arremata o raciocínio associando ao capital, qualificado como "capital financeiro", a prerrogativa de solucionar - cada vez melhor - o problema da organização da economia social. Acredito que se possa ler esta parte do raciocínio de Hilferding como o acabamento, como a síntese do que vem colocado na página anterior, a respeito dos limites (ou falta de limites) da cartelização, da sociedade **regulada conscientemente em forma antagônica**, da **perfeição** do capital financeiro, da **circulação monetária desnecessária**, enfim. E, ainda, e logo após, quando menciona a **tendência** à formação de um **cartel geral** e à

formação de um **Banco Central**, convergindo para conferir potência à concentração do próprio capital financeiro.

Vale dizer, emerge com bastante força da leitura desta parte do livro de Hilferding uma **visão sistêmica** do capital financeiro como elemento **organizador** do capitalismo: até mesmo a circulação de dinheiro se faria desnecessária, alcançaria sua meta, a **sociedade regulada**. Nas palavras do autor "...o **perpétuo mobile** da circulação encontra o seu descanso" (Hilferding, 1963, cap. XV: 264 - grifo nosso).

Por outro lado, o conceito de "capitalismo organizado" emerge explicitamente num ensaio publicado por Hilferding (1915: 322), no qual afirma que o capital financeiro contém elementos que podem desenvolver a passagem de uma estrutura capitalista anárquica para uma outra estrutura, igualmente capitalista, porém organizada. Este conceito de "capitalismo organizado" passa pela união dos poderes crescentes do aparelho do Estado e dos monopólios capitalistas, de tal sorte que as massas trabalhadoras, submetidas a essa dupla hierarquia, aparecem como "funcionários da produção". Importa frisar que se trata de levar avante a concepção de capitalismo financeiro desenvolvida pelo autor no seu livro principal, e que, do seu ponto de vista, os novos termos de concorrência capitalista, vis-à-vis a ampliação das funções do Estado (sobretudo na área do dinheiro e do crédito) colocavam também em novos termos o fenômeno da luta de classes.

Esta mesma concepção de "capitalismo organizado" surge em artigo posterior de Hilferding, publicado cinco anos depois, em 1920, em Berlim, no qual coloca a passagem do capitalismo para o socialismo como uma opção a ser feita pela classe operária, entre um "capitalismo organizado" - econômica e socialmente viável e uma "organização democrática e socialista da produção".<sup>13</sup> E esta opção deveria se concretizar através da retirada dos capitalistas, enquanto sujeitos, do processo produtivo.

Vale observar a circunstância em que Hilferding desenvolvia esse tipo de raciocínio ao longo de um período conturbado e de efervescência revolucionária crescente na Europa, período que assiste ao desmoro-

<sup>13</sup> *Die Sozialisierung und die Machtverhalten der Klassen* apud Gottschalch (1976: 36).

namento do império austro-húngaro, ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial, à revolução soviética, ao advento e posterior separação em dois campos da Internacional, à frustrada tentativa de revolução na Alemanha em que vivia, entre outros eventos da maior relevância. Os acontecimentos que se sucediam no continente europeu, e que demonstraram aos bolcheviques a necessidade premente da construção do “socialismo num só país” (ou seja, a necessidade de consolidar antes de mais nada a primeira experiência revolucionária ao invés de estimular o - ou esperar pelo - desencadeamento de outras experiências), podem ter aparecido aos olhos de Hilferding como uma vitória do “capitalismo organizado” nos países líderes do capitalismo industrial. E em artigo produzido para o primeiro número da revista *Die Gesellschaft*, órgão teórico do Partido Social-Democrata Alemão, Hilferding (1924) passa a desenvolver teses que podem ser acoimadas de reformistas. Assim, a interligação do capital comercial, industrial e bancário - sob a égide deste último - modificaria o caráter do próprio capitalismo, de tal maneira que a anarquia da concorrência seria substituída pela organização consciente da produção e, **sobretudo dos investimentos**. A planificação dos investimentos por parte dos trustes, a disciplina do crédito por parte dos grandes bancos, por sua vez disciplinados pela política financeira do Banco Central, evitaria a derrocada econômica do sistema.<sup>14</sup>

A passagem do capitalismo para o socialismo, então, poderia consistir num processo lento, de conscientização progressiva das massas trabalhadoras, durante o qual mais e mais apareceria a propriedade privada dos meios de produção como um abuso. Em outras palavras: a organização crescente da estrutura capitalista substituiria a “anarquia” característica da concorrência entre pequenos capitais, e os novos termos de organização e concorrência poderiam aparecer aos olhos dos trabalhadores como algo a que teriam o direito de exercer o controle, uma vez tomada consciência da situação. A **transformação psicológica** dos trabalhadores seria, então, o elemento-chave para a modificação da estrutura social, a condição necessária para a evolu-

<sup>14</sup> Incumbe perceber que, em 1924, Hilferding recém saíra da sua primeira e malograda experiência ministerial na República de Weimar, e que a hiperinflação alemã, finalmente, havia sido domada – por outras mãos – a partir de dezembro de 1923.

ção no sentido da **"democracia econômica"**. E a "revolução" social passaria pela educação social.<sup>15</sup>

O raciocínio acerca do "capitalismo organizado", como se viu, vai se desenvolvendo através dos escritos de Hilferding desde 1915. Cabe frisar, novamente, que o raciocínio apoiado no método de Marx, para ele, não poderia se resolver apenas com base no reforço de categorias já assentadas ou refinamentos interpretativos. Ao contrário, urgia sempre interpretar **fatos e situações novas**, de maneira a testar sempre o raciocínio teórico com a realidade concreta. Afirmamos então que o conceito de "capitalismo organizado" (e seu desenvolvimento) surgiu em Hilferding a partir do próprio estudo sobre o "capital financeiro", e que está associado ao papel dominante desempenhado pelos organismos financeiros na concorrência entre grandes blocos de capital, tendo como pano de fundo a presença crescente do Estado. Logicamente, então, o raciocínio sobre o "capitalismo organizado" deve conferir realce privilegiado à atuação do Banco Central. Fiel à sua maneira de conceber o pensamento teórico, Hilferding se preocupava em investigar fatos novos, durante sua permanência em Berlim após 1918, e que pudessem aportar algo de concreto aos conceitos que então desenvolvia. Assim, em correspondência a Kautsky, datada de 1924, Hilferding se queixa da escassez de tempo disponível para o estudo e a pesquisa e manifesta sua intenção de expandir o que já colocara em termos de Teoria Monetária, de modo a interpretar as crises financeiras que surgiam nos Estados Unidos e na Inglaterra à luz do papel desempenhado pelo Banco Central (Bourdet, 1970: 29).<sup>16</sup>

A doutrina do "capitalismo organizado" assumiu dimensões políticas efetivas ao ser incorporada às diretrizes do Partido Social Democrata Alemão, ao longo do período 1924/29, e o próprio Hilferding teve ocasião de defendê-la durante o Congresso do Partido celebrado em Kiel. O discurso por ele pronunciado na ocasião foi publicado em Berlim,

15 Gottschalch (1976: 38 — grifos nossos). O texto remete ao artigo *Problem der Zeit*, de Hilferding, datado de 1924. Cabe, a nosso ver, indagar se a mencionada "transformação psicológica" não seria, mais propriamente, "transformação ideológica".

16 Vale cotejar esta preocupação teórica com a atuação do Banco Central, com a experiência vivida por Hilferding no Ministério das Finanças, mais adiante, em 1928/29, quando sua demissão de Ministério teria ocorrido após confronto com... a direção do *Reichsbank* conforme apontado páginas atrás.

em 1927.<sup>17</sup> Importa no entanto assinalar, como o fez Gottschalch (1976: 40-1), que o quadro de desenvolvimento harmônico do capitalismo, tal como concebido por Hilferding, deveria se abstrair das lutas **econômicas** no interior do próprio sistema. No entanto, o “capitalismo organizado” mostrou ser um sistema em que a luta econômica entre grupos oligopolizados tornou-se mais acirrada, ou seja, a concorrência econômica no capitalismo passou a se efetuar em outro nível.

A crise econômica que eclodiu em 1929 (e se generalizou entre os países capitalistas ao longo da década dos 30) forneceu elementos objetivos para que Hilferding repensasse sua concepção de “capitalismo organizado e nesse mister procurou encontrar fatores de desorganização” na Guerra Mundial de 1914/18 e suas seqüelas.<sup>18</sup> Todavia, encarou ele esses fenômenos perturbadores como “externos” à organização estritamente econômica do capitalismo e, nesse sentido, manteve suas teses anteriores (Hilferding, 1931a; 1931b). E incumbe notar que, a essa época, Hilferding não considerava mais o capitalismo financeiro com a última fase do capitalismo”, mas sim - e, ao contrário - como a primeira fase do capitalismo organizado.<sup>19</sup>

O derradeiro trabalho encetado por Hilferding permaneceu inconcluso. A ele se dedicou durante seu exílio na França, até o momento em que se deu conta da iminente deportação para a Alemanha nazista e tentou escapar para a América, sucumbindo por fim nas mãos da Gestapo. Compreende-se facilmente que Rudolf Hilferding, vivendo seus últimos anos no clima de terror que caracterizou a Europa no limiar e no início da hecatombe da Segunda Guerra Mundial, e além do mais (e por isso mesmo) objetivamente obrigado a encaixar os fatos que se sucediam - ascensão do nazi-fascismo, coletivização forçada e grandes expurgos na União Soviética - no raciocínio teórico que até então desenvolvera, voltasse sua atenção para o fenômeno da **violência institucionalizada**. Seu ensaio inconcluso “O problema histórico”,<sup>20</sup>

17 *Die Aufgaben der Sozialdemokratie in der Republik*, discurso apresentado ao Congresso do Partido Social-Democrata Alemão.

18 Cabendo incluir, entre as seqüelas relevantes, as reparações de guerra cobradas à Alemanha e... a hiperinflação.

19 Gottschalch (1976: 31), em função do que está contido no artigo de Hilferding (1931b).

20 Hilferding, R. Das historische Problem. *Zeitschrift fuer Politik*, 1954, com introdução de Benedikt Kautsky. Tradução da primeira parte, em francês, por Jean Gourdin, publicado em *La Nouvelle Reforme*, n.3, p.339-52, 1958 apud Bourdet, (1970: 36).

foi e continua sendo criticado por se constituir - aos olhos dos críticos - em mais uma tentativa de fazer "revisão" acerca da concepção dialética da História. Efetivamente, ao longo do ensaio, Hilferding procura assentar a tese de que um papel importante nos eventos históricos está reservado à subjetividade de consciências e vontades dos grupos e classes sociais, e retira importância à denominada "necessidade" marxista, quando encarada de um ponto de vista estritamente objetivo.<sup>21</sup>

Hilferding faz incluir no seu último ensaio exemplos históricos - em que a violência é decisiva - tais como as invasões bárbaras e a destruição do Império Romano e a ocupação maometana do Mediterrâneo - e procura demonstrar que a relação entre os elementos históricos não autoriza assumir que o conteúdo do processo, e a própria violência sejam determinados pela economia, senão, que, ao contrário, o resultado da ação violenta determina a direção econômica. Com isto, Hilferding procurava despertar a atenção para o aumento progressivo do poder do Estado moderno, após o feudalismo, e para a tendência do Estado tornar-se totalitário. Resta a indagação, colocado por Mondolfo (1960: 242), acerca da possibilidade de Hilferding, caso possuísse tempo, arrematar seu estudo com uma proposta concreta de tomada de posição política por parte dos grupos sociais, postura marcante da sua produção intelectual.

### 3. SOBRE O CONCEITO DE CAPITAL FINANCEIRO

Hilferding usa a expressão "capital financeiro" para se referir a uma etapa da evolução do capitalismo, caracterizada por um patamar mais sólido de entrelaçamento entre o "capital bancário" e o "capital industrial" e associado a novos padrões de concorrência capitalista. A expressão aparece, na obra dedicada especificamente ao estudo do tema, à página 248,<sup>22</sup> no que corresponde à terceira parte do livro intitulada

21 Defensores da posição assumida por Hilferding em "O problema histórico", como Mondolfo, argumentam que o autor substitui a chamada **necessidade** marxista pela "**chance**" de Marx Weber, na concepção de história desenvolvida ao longo do ensaio. Acrescentam que a "revisão" pode ser feita **dentro** do marxismo, e que a "necessidade" marxista longe estava de ser automática, independente da subjetividade dos atores sociais, apelando para o raciocínio de Engels acerca do materialismo histórico (Mondolfo, 1960: 238-44).

22 No que se refere às referências devem ser associadas à edição em castelhano do livro de Hilferding (1963). Nas citações, a tradução é nossa.

precisamente "O capital financeiro e a livre concorrência", e ao longo do capítulo XIII, dedicado aos "Monopólios capitalistas e o comércio".

Na construção da citada categoria - "capital financeiro" - Hilferding se apóia em raciocínio desenvolvido ao longo das partes e capítulos anteriores de seu livro, raciocínio este que está associado, fundamentalmente, aos fenômenos detectados como "concentração bancária", "mobilização do capital" e "concentração do capital industrial".<sup>23</sup> Acrescentamos ainda, a nosso juízo, que a ordem estabelecida logo acima não é fortuita: o fenômeno da "concentração bancária" já é levantado na primeira parte do livro, no que corresponde ao estudo do "dinheiro creditício" e do crédito em geral (e bancário, em particular). Esse estudo consubstancia, por outro lado, uma preparação para a compreensão de outra classe de fenômeno ("mobilização do capital"), estudado na segunda parte do livro, e que passa pela consideração a respeito da transformação do capitalista industrial em capitalista monetário (e, ao mesmo tempo, sua permanência como capitalista industrial), portador de um título correspondente a capital puramente fictício. O estudo da "mobilização do capital" em princípio é, então, o estudo das "sociedades anônimas" e na emergência da categoria "capital fictício" Hilferding já coloca a ligação capital industrial/capital bancário noutra nível: aquele que passa justamente pela categoria citada, ou seja, capital (no sentido de valor em movimento e consubstanciado em relações de propriedade) cuja valorização se processa pelos rendimentos a que faz jus a propriedade sobre um título de renda e que não tem ligação direta com a geração de mais-valia no processo produtivo. E a ligação passa, então, pela manipulação de títulos representativos de "capital fictício".

Assim, se o capital industrial caminha para a mobilização, associado que fica a essa manipulação, entende Hilferding que se deve reforçar, no percurso, a ligação com o capital bancário já necessariamente concentrado, seja pelas necessidades de crédito, seja, sobretudo, pela

<sup>23</sup> É curioso verificar como os fenômenos, enunciados nesta ordem, podem ser apreciados também como uma sucessão de fenômenos "orgânicos", de contração (sístole), de expansão (diástole) e novamente de contração (sístole). Ou seja, no coração capitalista os movimentos sistólicos (concentração bancária e industrial) convivem com movimentos diastólicos (mobilização do capital em geral). Ou, por outra: o conceito de "mobilização do capital", a nosso prejuízo, pode ser apreciado como um movimento que, todavia, possibilita uma nova contração, agora em outro nível.

própria atividade de emissão (e correspondente captação de recursos) de títulos de "capital fictício": as ações. Deve-se assinalar então que, para Hilferding, o capital industrial - já predominantemente organizado em Sociedades Anônimas - evolui num tipo de movimento em que o **aspecto financeiro** do capitalista (ser portador de direitos consubstanciados num título de renda) ganha realce e que nesse movimento o capital monetário de toda a sociedade - concentrado nos bancos - se entrelaça e se solidariza. E é absolutamente fundamental para o autor fazer esta colocação **antes** de estudar as modificações nas formas de concorrência na evolução do capitalismo: Hilferding vai estudar essas modificações e a tendência à constituição de "trustes" e cartéis, isto é, concorrência entre grandes blocos de capitais em movimento de concentração, **no pressuposto de que esses blocos já estão mobilizados**, ou seja, organizados em Sociedades Anônimas e em relação íntima com o capital bancário.

O que acima foi exposto resume a minha maneira de ler (e reler) "O capital financeiro", de Hilferding, no que constitui, para mim, uma apreciação do livro como um todo. A leitura segue um percurso de subida, como se se tratasse de galgar uma escada. Vai-se "subindo" - isto é, alcançando níveis cada vez mais altos de compreensão conceitual, até uma primeira parada, para retomada de fôlego, na altura do capítulo VII da segunda parte do livro, dedicado às "Sociedades Anônimas". Este é o ponto no qual se expõe e se analisa o fenômeno de fundamental importância para Hilferding, a nosso ver, e que trata de "mobilização de capital" e da forma "capital fictício". Para atingir esta compreensão, tornou-se necessário absorver o raciocínio da primeira parte do livro dedicada aos fenômenos do dinheiro, do dinheiro creditício, do crédito, do capital monetário "congelado" (e de sua possível e necessária transformação em "funcional" pelo crédito) e finalmente ao papel dos bancos vis-à-vis o crédito industrial. Desde o nosso ponto de vista, a leitura do capítulo X, que encerra a segunda parte, corresponde à chegada a um mirante. Na terceira parte do livro, então, o conceito de Capital Financeiro pode ser descortinado em seu conteúdo sistêmico. Atingiu-se o ápice e é necessário recompor forças para absorver devidamente a categoria conquistada, a saber, os diversos modos de raciocínio que envolvem o conceito, relacionados a taxas de lucros,

formação de cartéis e trustes e à **transformação do capital em capital financeiro**, inclusive em sua dimensão histórica. O percurso de “descida” - digamos assim - correspondendo a uma aproximação à realidade social, se faz também por etapas, ao serem percorridos os degraus sucessivos e que constituem a quarta e a quinta partes do livro. Ou seja, **é do ponto de vista do capital financeiro**, tal como antes estabelecido, que são estudadas a concorrência capitalista, as crises do capitalismo, as novas condições de concorrência e, ao rés-de-chão, a política econômica frente ao capital (financeiro) e ao trabalho (proletariado). O último passo remete à questão do imperialismo, tal como Hilferding o vislumbrava no início do século XX.

Dito isto, torna-se necessário perceber que Hilferding se preocupa em atualizar Marx (diga-se desta forma), desde logo em dois pontos, que reputa fundamentais: a concentração bancária vis-à-vis a extensão do crédito (o que passa, inclusive, pela atuação do Estado na emissão monetária e no controle do crédito) e a transformação do capitalista industrial em um misto de capitalista monetário. E a citada “atualização” é para ele essencial por se tratarem, a seu juízo, de fenômenos vislumbrados por Marx, mas observados apenas no início da sua generalização no interior do sistema capitalista. Esta preocupação de Hilferding com a absorção de situações novas e concretas do capitalismo à luz do marxismo, já frisada anteriormente ao longo deste trabalho, pode ser vista também com uma tentativa de “reorganizar” o fio de raciocínio de Karl Marx, tal como se encontra no tomo III de “O capital”. E não será por outro motivo que Bourdet salienta o fato de que, “...nos países de língua alemã, a obra de Rudolf Hilferding foi muitas vezes considerada como o quarto volume de “O capital”, de Marx.” (Bourdet, 1970: 39).

O estudo específico da “concentração do capital industrial”, por nós identificado como o terceiro fenômeno associado à categoria “capital financeiro” em Hilferding, é efetuado então na terceira parte do livro, consistindo na última peça da estrutura sobre a qual emerge, na cúpula, o próprio conceito de capital financeiro, apoiando-se destarte nos conceitos aludidos logo acima, relativos à “concentração bancária” e à

"mobilização do capital industrial".<sup>24</sup> Além do mais, o estudo da "concentração industrial" é também um estudo sobre o esforço de capital industrial em se opor à tendência à queda na taxa de lucro, estudo esse que incorpora o raciocínio centrado no aumento da composição orgânica do capital. O fenômeno da "concentração industrial", em Hilferding, desemboca na formação de trustes e cartéis, com a correspondente modificação nas condições de concorrência capitalista. De sorte que, para compreender o conceito de capital financeiro "a la Hilferding" é necessário ter em mente que se trata de uma construção que está referida a uma situação em que o capital industrial, devidamente concentrado em grandes blocos "trustificados" ou cartelizados, está da mesma forma "mobilizado". Se nesse último aspecto a face financeira do capitalismo industrial adquire relevo, o que tem a dizer a respeito o capital bancário é por todos os motivos fundamental.

Dito isto, torna-se possível compreender melhor a primeira alusão feita por Hilferding ao conceito de capital financeiro, à página 248 da tradução espanhola do seu livro:

"O lucro industrial se agrega ao comercial, é capitalizado em forma de ganho do fundador, em forma de butim da Trindade chegada à forma suprema de capital em conceito de capital financeiro".

"Pois o capital industrial é o Deus Pai que deixou como Deus Filho ao capital comercial e bancário, e o capital monetário é o Espírito Santo; são três, mas um só no capital financeiro" (Hilferding, 1963, cap. XIII: 248).

Esta imagem utilizada por Hilferding certamente corresponde a uma síntese e a nosso juízo pode ser interpretada no sentido de que, para o autor, o sistema capitalista evoluíra para uma situação na qual o **comando financeiro**, (ou, se preferido, o **cálculo financeiro** - ou ainda - o **manejo financeiro** dos assuntos do capital) é a característica mais importante das sociedades capitalistas.

<sup>24</sup> Ou seja, apelando para a nossa metáfora, esta última peça da estrutura corresponde a um "mirante", que permite descortinar a visão sistêmica.

Mas, aqui, vale advertir para uma circunstância. Na proporção em que se percebe adquirir relevo o que está sendo denominado de “comando financeiro” sobre o capital, a generalização *in extremis* desta percepção pode insinuar um raciocínio em que o capital social apareça todo ele como “fictício”, possuindo a prerrogativa de valorizar-se em relação apenas consigo próprio, e através da manipulação de títulos que dão direito a renda. Este raciocínio faz deixar em segundo plano o outro lado do processo de valorização do capital, o lado do trabalho assalariado, que permanece então na penumbra. E, em última instância, os lucros aparecem como juros.

Desde logo, Marx já alerta para o fetichismo que se apresenta na valorização do capital a juros, e demonstra com veemência que os juros nada mais são do que uma parcela do excedente gerado pelo capital que se confronta com o trabalho assalariado.<sup>25</sup> Mas, por outra parte, Marx também demonstra que fetichismo à parte e ou aceito - a valorização a juros do capital é a forma “pura” da valorização do capital em geral, no sentido de que, nesta circunstância, desaparece (aparentemente) a barreira limitativa da exploração de trabalho vivo e o capital surge liberto desta contingência: aparece dependendo apenas de si próprio, como algo que só se justifica enquanto se valoriza. Assim, a valorização do capital a juros aparece como a forma “perfeita” da movimentação do capital em geral, e por isso mesmo os juros que se acrescentam ao capital surgem como um atributo “natural” do próprio capital: o capital aparece naturalmente como produtor de juros e qualquer montante de recursos passível de ser utilizado como capital passa a exigir sua própria valorização a juros como se capital (no sentido preciso de propriedade sobre meios de produção material e oposto à não-propriedade destes meios, vale dizer, em oposição ao trabalho assalariado) já fora.

Por outro lado, a valorização puramente financeira do capital pode ser inteiramente **fictícia**, desde que apoiada na expectativa de uma renta-

25 Estas considerações estão inseridas na seção V do tomo III e vale consultar especificamente a página 374 da tradução espanhola editada em 1966 pela Fondo de Cultura Económica. E a respeito desta citação, convém assinalar que Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, ao tratarem do assunto, desenvolvem raciocínio que também se reporta ao conceito de “capital financeiro”, atualizando-o para absorver a situação atual da concorrência capitalista ao nível das chamadas “empresas multinacionais” (Tavares & Belluzzo, s.d.).

bilidade de títulos que pode não coincidir com a rentabilidade do capital empregado na sua função própria, de se confrontar na produção material com a fonte geradora de valor, isto é, com o trabalho. E isto coloca a questão de que, em certas circunstâncias, a aplicação financeira do capital (em títulos, pois, ou, se preferido, a transformação do capital em capital fictício) poder ser mais rentável do que a reaplicação do capital na sua esfera produtiva original. Em outras palavras, a acumulação financeira pode ser mais rentável do que a acumulação produtiva, mas vale observar, como o fez Maria da Conceição Tavares, que um "descolamento" da órbita financeira é, certamente, um indicador de crise potencial (Tavares, 1972: 234 et seq.). Hilferding, aliás, menciona este fenômeno desde outro ponto de vista, qual seja, o de que entre as causas da crise está a retenção de **recursos monetários por parte dos bancos**, sempre que a taxa de juros se eleva acima do seu nível normal, na fase do auge da expansão, e os bancos retêm recursos em forma líquida, paralisando a transformação do dinheiro em capital produtivo (Hilferding, 1963, cap. XVIII: 290-1 passim).

Hilferding (1963), por sinal, realça repetidas vezes ao longo do seu livro o papel dominante que a seu ver desempenhariam os bancos no "sistema do capital financeiro". Se ao longo das duas primeiras partes da obra já se referia com especial atenção à importância do sistema bancário, sobretudo no que concerne à "mobilização do capital", é na terceira parte do livro, como já se viu, que trata justamente do conceito de "capital financeiro". E aí se sucedem as afirmativas acerca do caráter dominante que ele associava ao capital bancário,<sup>26</sup> (p. 253), justamente no capítulo em que aborda a questão dos "monopólios capitalistas e os bancos", Hilferding estabelece pela segunda vez o conceito de "capital financeiro", agora diretamente atrelado ao capital bancário. A **dependência** da indústria com respeito aos bancos é, pois, a con-

---

26 Confira-se, por exemplo, as afirmativas constantes das páginas 210 e 211 do Capítulo XI, acerca do "papel ativo" dos bancos e seu interesse na limitação da concorrência, bem como o raciocínio colocado na página 220 acerca da iniciativa dos bancos na formação de cartéis ou trustes. Hilferding é mais enfático ainda ao longo do Capítulo XIV ao afirmar que "...o sistema bancário concentrado é também um motor importante para a consecução do grau superior da concentração capitalista nos cartéis e trustes...", por exemplo, e expressa claramente seu conceito de **dominação** no capítulo XX, à página 328: "no mesmo sentido de obstaculização ao nascimento das crises bancárias atuam as modificações dos fenômenos críticos na indústria e no desenvolvimento do **domínio bancário sobre ela**" (Hilferding, 1963 - grifo nosso).

seqüência das relações de propriedade. Uma parte cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o empregam. Não podem dispor deste capital senão através do banco, que frente a eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco necessita fixar na indústria uma parte cada vez maior dos seus capitais. Assim, converte-se em um capitalista industrial em proporções cada vez maiores. **Chamo capital financeiro ao capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma em capital industrial. Frente aos proprietários, mantém sempre a forma de dinheiro. Mas, em realidade, a maior parte do capital assim investido nos bancos se transformou em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho), e se imobilizou no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e utilizado pelos industriais** (Hilferding, 1963, cap. XIV: 254).

Pelo que se verifica, o conceito de "capital financeiro" estabelecido por Hilferding na forma transcrita logo acima diz respeito a **capital em dinheiro, e que deve sempre passar pelos bancos**. E nesta necessidade de "passar pelos bancos" reside, a nosso ver, a ênfase conferida por Hilferding à liderança do capital bancário nas questões atinentes ao movimento do capital em geral.

O exagero que a ele se debita, a respeito da subordinação de todo o processo capitalista à decisão dos banqueiros, exagero esse que pode ser associado às diversas ocasiões em que realça a liderança do capital bancário ao longo do seu livro, pode ser mediado quando se entende a subordinação - não relativamente ao banqueiro, e sim no que concerne ao tratamento prioritariamente financeiro dos assuntos do capital.<sup>27</sup> Não custa, aliás, verificar que, nos dias presentes, os novos termos de concorrência entre grandes blocos capitalistas que operam em escala internacional se caracterizam precisamente pela atuação

<sup>27</sup> E, a respeito da crítica que se faz a Hilferding quanto à subordinação ao capital bancário no conceito de capital financeiro, vale considerar o raciocínio de Maria da Conceição Tavares e L.G. Belluzzo relativo ao "duplo movimento" encetado por Hilferding, ao tratar do assunto (Tavares & Belluzzo, s.d.: 4-5).

decisiva das *holdings* no interior desses grupos, funcionando como "cabeças financeiras" dos blocos de capital.

E convém notar que é no próprio Hilferding que se pode encontrar uma refutação importante à tese da subordinação do capitalista industrial ao banqueiro, no conceito de capital financeiro. Pois na mesma ocasião em que afirma que ... "o grande banco se apodera cada vez mais do capital fictício...", afirma também que "... isto não significa que os magnatas da indústria dependam dos magnatas bancários." E acrescenta: **"À medida em que o capital mesmo, em seu grau superior, se converte em capital financeiro, o magnata do capital, o capitalista financeiro, vai reunindo em si a disposição de todo o capital nacional em forma de domínio do capital bancário"** (Hilferding, 1963, cap. XVI: 254 - grifo nosso).<sup>28</sup>

Parece-nos, então, que o raciocínio de Hilferding acerca do conceito de "capital financeiro", embora possa ser apontado como ambíguo no que diz respeito ao maior ou menor grau de dependência do capital industrial em relação ao sistema bancário, é suficientemente elástico para absorver a constatação de que, nos grandes blocos de capital, o "manejo financeiro" é a característica fundamental.<sup>29</sup> No entanto, acreditamos que grande parte da ambigüidade acima referida pode ser associada à maneira implícita pela qual aborda Hilferding, no seu texto, o fenômeno da **centralização do capital**. E, a nosso ver, a ascendência do "comando (ou manejo) essencialmente financeiro" do capital em geral está essencialmente ligado à centralização.

Maria da Conceição Tavares e Belluzzo colocam a questão de maneira bastante clara, reconstituindo o raciocínio de Marx a respeito da lei geral da acumulação capitalista e do fato de que, na formulação desta

28 Vale perceber que esta refutação na verdade corresponde a um terceiro conceito, a uma nova síntese, que reforça o entendimento sistêmico do "capital financeiro". Ou seja, o capital financeiro engloba o capital industrial e o capital bancário.

29 Aliás, a aparente ambigüidade pode mesmo trazer alguma perplexidade com o que se pode ler no final do capítulo XIV: "Cresce o poder dos bancos, convertem-se em fundadores e, finalmente em dominadores da indústria, apoderando-se dos lucros como capital financeiro,...". Entretanto, na continuação e no próprio parágrafo, Hilferding volta à sua síntese acima aludida: "...O hegeliano poderia falar da negação da negação: o capital bancário foi a negação do capital usurário e é negado, por sua vez, pelo capital financeiro. **O capital financeiro é a síntese do capital usurário e do capital bancário** e como estes, embora em um grau infinitamente superior, se apropria dos frutos da produção social". (Hilferding, 1963: 255 - grifo nosso).

lei geral, estarem "...estruturalmente implícitas as necessidades de concentração e **centralização** dos capitais, principalmente através da ampliação e externalização crescentes do capital e dos juros, com predomínio cada vez maior do sistema de crédito sobre as órbitas mercantil e produtiva". Acrescentam ainda que "...para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente de forma livre e líquida e, ao mesmo tempo, **crescentemente centralizada**. Apenas desta maneira pode fluir sem obstáculos para colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial imobilizado nos circuitos prévios de acumulação" (Tavares & Belluzzo, s.d.: 3 - grifo nosso).

Assim, a existência permanentemente "livre" e líquida do capital é manifestação concreta do fenômeno da centralização. Para ser permanentemente "livre" e líquido, o capital necessita ser manejado financeiramente, o que implica o "...caráter universal e permanente dos processos especulativos e de criação contábil de capital fictício...", segundo M. Conceição e Belluzzo.<sup>30</sup> Se a especulação é inerente à acumulação financeira, no "sistema do capital financeiro" o processo de acumulação em seu conjunto é manejado e calculado especulativamente. E a concorrência capitalista se estabelece entre grandes grupos de capitais que, geridos de maneira essencialmente especulativa, necessitam a "...constituição de um enorme e complexo aparato financeiro" (Tavares & Belluzzo, s.d.: 7-8 passim).

À guisa de arremate, o conceito de "capital financeiro" em Hilferding, do nosso ponto de vista, é muito importante para o melhor entendimento de questões atuais, como o assim chamado "fenômeno da globalização". A volatilidade, tão apontada nos dias de hoje como a principal característica dos fluxos financeiros que operam em escala mundial,<sup>31</sup> em busca de valorização imediata onde quer que seja, a

30 Tavares & Belluzzo (s.d.: 7-8 passim), valendo consultar o raciocínio de J. Hobson, ali referido.

31 Veja-se, por exemplo, *paper* recente sobre "Globalização, fluxos de capital e regulação internacional", realizado por Andrew Cornford, do UNCTAD, e Jan Kregel, da Universidade de Bolonha, em maio de 1996, tratando de apreciar as propostas de redução da instabilidade no pós-guerra como objetivo de regulação econômica, porém apoiadas segundo os dois em suporte teórico inapropriado, tendo em vista a instabilidade e a volatilidade dos mercados financeiros e do mercado monetário internacional. Interessa registrar a preocupação dos autores com as deficiências teóricas e a sua apresentação de propostas alternativas, conforme afirma o *abstract* (Cf. Economics Research Network - ERN. Information, International Finance Abstracts Advisory Board. E-mail: Kuchi@levy.org.).

nosso ver, pode ser melhor compreendida como sendo a versão *up to date* do "capital financeiro" de Hilferding, e a sua famosa metáfora poderia sofrer, quem sabe, um acréscimo: "Pois o capital industrial é o Deus Pai que deixou como Deus Filho o capital comercial e bancário, e o capital monetário é o Espírito Santo: são três, mas um só no capital financeiro (hoje percorrendo de maneira volátil o globo terrestre)".

Enfim, se a compreensão dos fenômenos financeiros globais de hoje é bastante facilitada pelo estudo das teses de Hilferding, deve ser apreciada esta colocação como um prolongamento de outra reflexão por mim feita, ao longo da minha experiência docente: a compreensão teórica dos assuntos do dinheiro é bastante facilitada sempre que se inicia o estudo a partir de proposições de Marx, referentes à gênese do "equivalente-geral" e à função de "medida dos valores", por exemplo. Curto e grosso: a teoria do "capital financeiro" de Hilferding está para a globalização de hoje assim como a teoria do dinheiro em Marx está para a teoria monetária em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDET, Y. Introdução. *Le capital financier*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

GOTTSCHALCH, W. Developpement et crise du capitalisme dans la pensée de Rudolf Hilferding. In: HISTOIRE du marxisme contemporain. Paris: Union Générale D'Éditions, 1976.

HILFERDING, R. Arbeitsgemeinschaft der klassen? *Der Kampf*, Okt. 1915, p.322 apud GOTTSCHALCH, W. Developpement et crise du capitalisme dans la pensée de Rudolf Hilferding. In: HISTOIRE du marxisme contemporain. Paris: Union Générale D'Éditions, 1976.

---

. *Böhm-Bawerk's, Marx-critik*. Viena: Volksbuchhandlung, 1904. (Marx-Studien, v. i)

HILFERDING, R. *Das Finanzkapital. Eine Studie über die Jungste Entwicklung des Kapitalismus*. Viena: Weiner Volksbuchhandlung, 1910. (Marx-Studien, v. iii).

- \_\_\_\_\_ . Probleme der Zeit. *Die Gessellschaft*, v.1, 1924.
- \_\_\_\_\_ . Die Eigengesetzlichkeit der Kapitalistischen Entwicklung. In *Kapital und Kapitalismus*. Berlim: B. Harms, 1931a. v. 1.
- \_\_\_\_\_ . *Gesellschaftsmacht oder Privatmacht über die Wirtschaft*. Berlim: 1931b.
- \_\_\_\_\_ . *Il capitale finanziario*. Prefácio de Giulio Pietranera. Milão: Feltrinelli, 1961.
- \_\_\_\_\_ . *El capital financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.
- \_\_\_\_\_ . *Le capital financier*. Prefácio de Yvon Bourdet. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- \_\_\_\_\_ . *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MONDOLFO, R. Marx y marxismo – Estudios historicos-criticos. México: Fondo de Cultura Económica, 1960. p. 238-44.
- SWEEZY, P., ed. *Böhm-Bawerk: Karl Marx and the close of his system*. New York: Augustus M. Kelley, 1949.
- \_\_\_\_\_, org. Hilferding, Böhm-Bawerk, Bortkiewicz – Economia burguesa y economia socialista. *Cuadernos del Pasado y Presente*, Buenos Aires, n. 49, p. 7-27, 1974.
- TAVARES, M.C. Natureza e contradições de desenvolvimento financeiro recente. In: \_\_\_\_\_ . *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_ ; BELLUZZO, L.G.M. *O capital financeiro e a empresa multinacional*. Campinas: /UNICAMP. IE/ s.d. mimeo.

# O EMPREGO AGRÍCOLA E O EMPREGO RURAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1981 A 1990<sup>1</sup>

*Lauro Mattei<sup>2</sup>  
Renata Bianconi<sup>3</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações estruturais do sistema capitalista em curso impactam diretamente a questão do emprego, colocando-o como um dos problemas da maior gravidade para as sociedades contemporâneas, isto porque ele deixou de ser um tema específico de um determinado país e passou a ter um alcance global, principalmente a partir da emergência das graves crises econômicas que afetaram as principais economias capitalistas nas últimas décadas.

Neste sentido, tornou-se muito comum a interpretação de que a emergência do problema do desemprego em um mundo que se reestruturava produtivamente e se globalizava decorria dos excessos de regulação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, além das debilidades existentes nos sistemas educacionais de formação e de qualificação profissional da mão-de-obra. A solução para tais problemas foi buscada nas políticas de ajustes estruturais, as quais pretendiam flexibilizar as relações de trabalho como resposta ao grave problema do emprego.

No entanto, o panorama atual do desemprego no mundo com suas múltiplas dimensões (desemprego aberto, de longa duração e com efeitos diferenciais sobre os jovens e as mulheres) parece demonstrar

---

1 Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro dos Economistas - Fortaleza (CE). Tendo em vista as mudanças metodológicas que ocorreram nas PNADs a partir de 1992, não é possível ainda uma comparação dos dados da década de oitenta com os dados da década de 90. No âmbito do projeto "Rurbano" estamos desenvolvendo uma metodologia que tornará possível as comparações entre as duas décadas. Os autores agradecem a leitura e os comentários de Eneuto Pessoa Filho.

2 Doutorando em Economia no IE/UNICAMP.

3 Mestranda em História Econômica no IE/UNICAMP.

que toda a lógica das políticas macroeconômicas não produziu os efeitos esperados, isto porque observa-se uma escalada crescente da precarização das relações trabalhistas, precarização esta que é externalizada através da flexibilização e da informalização do mercado de trabalho.

No Brasil, especificamente, o processo de estagnação econômica das últimas décadas provocou efeitos danosos sobre o mundo do trabalho. Apesar do elevado crescimento das oportunidades de trabalho verificado durante a expansão industrial, o mercado de trabalho brasileiro se tornou muito heterogêneo e discripante. Pesa, neste caso, a correlação indireta entre o crescimento econômico e o aumento do poder de compra dos salários observada ao longo dos "anos dourados". Essas discrepâncias têm seus efeitos potencializados nos momentos de crise econômica. Assim, durante a longa crise que se abateu sobre a economia brasileira desde o início da década de oitenta foi possível se observar um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contratos formais o que levou a um processo de deterioração do mercado de trabalho.

Na agricultura brasileira, devido as profundas transformações estruturais das últimas décadas, gerou-se uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais, a qual alterou fundamentalmente a estrutura e a composição do emprego. Por um lado, a expansão do padrão fordista de produção à agricultura conduziu a um processo crescente de industrialização e de capitalização do setor agroalimentar, o que gerou um aumento da dependência da agricultura para com a indústria. Com isso, a agricultura deixou de ser um setor econômico específico e está cada vez mais subordinada às relações industriais de produção. Por outro, a integração vertical da produção agropecuária, naquilo que ficou conhecido como sistema ou complexo agroindustrial, alterou significativamente o mercado de trabalho agrícola. Decorre daí todo um processo em curso de flexibilização, precarização e informalização do emprego agrícola.

Desta maneira, não faz mais sentido, diante dos fatos atuais, uma análise setorial nos moldes tradicionais e estritamente voltada para o diagnóstico dos problemas das atividades agrícolas isoladas do res-

tante das atividades econômicas, tanto em termos da estrutura produtiva quanto em relação às condições de trabalho.

Este é um dos aspectos que vem merecendo bastante atenção atualmente no meio acadêmico. Segundo Graziano da Silva (1996), "pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas décadas como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado; e de outro, da penetração do mundo urbano-industrial naquilo que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura - que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos".

Deste modo, a tomada de decisão sobre o que e como produzir deixou de ser uma atividade exclusiva dos agricultores e passou a ser condicionada pelo conjunto dos agentes econômicos envolvidos no processo produtivo. Desta nova fase emergiu o que ficou conhecido como "os complexos agroindustriais", os quais concentram o poder decisório em seu interior. Decorre daí um novo padrão tecnológico para os sistemas produtivos agroindustriais com efeitos decisivos sobre o emprego rural. No entanto, estes fatos explicam apenas parte das transformações que estão ocorrendo no meio rural.

O outro aspecto importante é que atualmente já não é mais possível falar do mundo rural apenas como um espaço exclusivamente agrícola. Isto porque nele começam a ser desenvolvidas outras atividades antes tipicamente urbanas, merecendo destaque a instalação de indústrias nas zonas rurais e de um sistema de serviços, de transportes e de comunicações que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho. Decorrente deste processo surge o agricultor "part-time", o qual passa a combinar parte de suas atividades agrícolas com outras atividades não-agrícolas como forma de complemento do orçamento familiar, podendo ser internamente ou mesmo fora do seu estabelecimento.

Neste sentido, este texto pretende dimensionar como todas essas questões estão impactando o mercado de trabalho rural, tanto o agrí-

cola como o não agrícola. Assim, após uma breve discussão dos procedimentos metodológicos, apresentaremos uma seção onde são discutidos os aspectos específicos do emprego agrícola, em termos da estrutura e da composição da mão-de-obra. A seção seguinte mostrará como as questões decorrentes das transformações estruturais já estão sendo incorporadas na dinâmica produtiva rural brasileira. Para tanto, serão apresentados alguns dados já disponíveis que dão conta do processo de evolução do emprego não-agrícola no meio rural. Finalmente, são formuladas algumas considerações sobre as principais tendências para o mercado de trabalho rural no país.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A quantificação e a qualificação do mercado de trabalho no meio rural brasileiro são determinadas por diferentes fontes, cujas metodologias utilizam abordagens bem distintas. Os Censos Agropecuários (CA), que produzem informações sobre a ocupação a partir da situação observada nos estabelecimentos agropecuários, captam todo tipo de atividades/ocupações realizadas nos estabelecimentos, não impondo limites de idade ou de tempo trabalhado para considerar as pessoas como ocupadas. Deste modo, os CA computam como ocupados os trabalhadores familiares não remunerados, independentemente do tipo de atividade realizada, da idade e do número de horas ou dias dispendidos na execução das atividades nos estabelecimentos rurais. Os dados mais recentes deste instrumento são de 1985, uma vez que as informações do CA de 1996 ainda não foram tornadas públicas.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) produzem informações, através de amostras de domicílios, sobre a população economicamente ativa na agricultura, seguindo, basicamente, os mesmos critérios dos Censos Demográficos (CD). Este instrumento abrange apenas as pessoas de 10 anos ou mais e só considera como economicamente ativos na agropecuária os trabalhadores ocupados e sem remuneração que trabalham habitualmente pelo menos 15 horas semanais. As PNADs mais recentes cobrem vários anos da década de oitenta e, para os anos noventa, existem dados publicados para os anos de 1992, 1993 e 1995. Entretanto, a partir de 1992 houve mudanças

metodológicas e as PNADs passaram a computar como ativas também as pessoas não remuneradas que declararam trabalhar mais de uma hora por semana, além das pessoas que trabalham na produção para consumo próprio e na auto-construção. Decorre daí que as últimas três estimativas do emprego rural não podem ser comparadas com aquelas das PNADs anteriores a 1992.

Devido a essas diferenças metodológicas, o contingente da população ocupada/empregada no meio rural apresenta disparidades consideráveis, como demonstra a tabela 1. Nela, as cifras sobre o volume do emprego, além de apresentar diferenças importantes quando consideradas em termos absolutos, discrepam bastante em suas tendências. Assim, pelo CD pode ser observado que tanto a PEA rural total quanto a PEA rural empregada no setor primário caem no período de 1980 a 1991. No entanto, essa queda é maior na PEA rural do setor primário, sugerindo mudanças na estrutura do emprego rural por ramos de atividades. Já os dados do CA, apesar de apresentarem um aumento do total de pessoas ocupadas entre 1980 a 1985, não permitem fazer tendências do ponto de vista de uma série histórica mais longa, como é o caso dos períodos cobertos pelo CD e pelas PNADs.

**Tabela 1.** Evolução da PEA Rural, da PEA Agrícola e do Pessoal Ocupado na Agricultura (milhões de pessoas).

	Total (CD)	PEA RURAL Setor Primário (CD)	Total (PNAD)	PESSOAL OCUPADO (CA)
1980	13,0	10,4	-	21,2
1981	-	-	13,3	-
1985	-	-	15,2	23,3
1987	-	-	14,1	-
1989	-	-	13,9	-
1990	-	-	14,2	-
1991	12,4	9,4	-	-
1992	-	-	15,2	-
1993	-	-	15,1	-

Fontes: Aguirre, B.M.B. (1989), Tabela 1, p. 199; Graziano da Silva, J. (1995), Tabela 2, p. 1440; FIBGE, Censos Demográficos 1980 e 1991.

Diante deste quadro, optamos neste trabalho pelo uso das PNADs porque elas fazem um acompanhamento anual do emprego rural, apesar de serem levantamentos com base em amostragem. Ressalta-se que o período analisado - 1981 a 1990 - contém um problema adicional, uma vez que nos anos de 1981 e 1983, em função da seca que se abateu sobre a região Nordeste, contingentes expressivos de trabalhadores rurais ocupados nas "frentes de trabalho" foram contabilizados na categoria "construção civil".

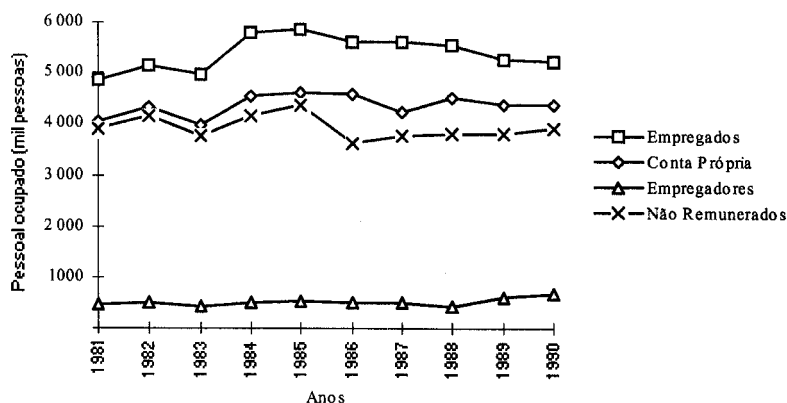
### **3. O PANORAMA GERAL E O COMPORTAMENTO DO EMPREGO AGRÍCOLA PARA O PAÍS E PARA AS GRANDES REGIÕES DE ACORDO COM A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO**

Os gráficos de 1 a 6 mostram o comportamento do emprego agrícola por posição na ocupação, tanto para o país quanto para as grandes regiões, uma vez que podem ser observadas mudanças na estrutura do emprego agrícola durante o período em discussão. Essas mudanças da participação das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas decorrem, basicamente, dos distintos eventos econômicos que ocorreram ao longo dos anos analisados e das próprias transformações estruturais que foram levadas a cabo na agricultura nas últimas décadas.

Para o país como um todo, (gráfico 1), observa-se uma redução do número dos trabalhadores não remunerados e uma relativa estabilidade dos trabalhadores por conta própria. Entretanto, essa redução não chega a ofuscar o peso do trabalho familiar ainda presente na composição do emprego agrícola brasileiro. No último triênio analisado (1988/1990), os trabalhadores não remunerados representavam 27,07% das pessoas ocupadas, enquanto que os trabalhadores por conta própria representavam 32,23%. Juntando-se essas duas categorias chega-se a 58,3% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, o que confere aos trabalhadores familiares o posto de maior categoria ocupacional da agricultura brasileira. Já a categoria dos assalariados apresenta uma tendência crescente de redução do seu peso relativo

no conjunto do emprego agrícola. Este aspecto tornou-se mais visível na última década onde, em função do processo de mecanização da maior parte das atividades agrícolas (desde o preparo do solo até a colheita) gera-se um excedente estrutural de mão-de-obra. Todavia, convém salientar que este processo assume distintas dinâmicas quando abordado regionalmente, tendo em vista que o processo de modernização da agricultura brasileira não foi linear e homogêneo em todo o país. Do ponto de vista da categoria dos empregadores rurais é possível visualizar uma tendência ascendente, com exceção do Nordeste, em todas regiões do país dessa categoria.

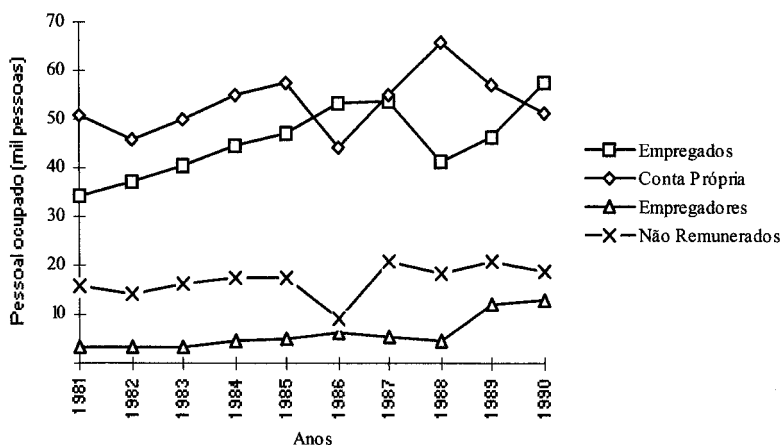
**Gráfico 1.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Brasil, 1981/1990.



Na região Norte ( gráfico 2) observa-se que, com exceção apenas do ano de 1986, há um crescimento seqüencial do emprego agrícola, aspecto este que pode ser explicado por ser esta ainda uma região de fronteira agrícola. No último triênio pode ser observado uma redução dos trabalhadores por conta própria, bem como dos trabalhadores não remunerados. Entretanto, essas duas categorias juntas ainda representam aproximadamente 54 % do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, o que confere a esses trabalhadores familiares o posto de maior categoria ocupacional agrícola da região. Além disso, a

região confirma também a tendência geral de crescimento da categoria dos empregadores rurais, a qual praticamente dobrou no último triênio, apresentando um percentual de 7,25% do total das pessoas ocupadas. Quanto à categoria dos empregados rurais, observa-se uma tendência de crescimento nos últimos anos, sobretudo no último triênio analisado, onde essa categoria apresentou uma forte recuperação.

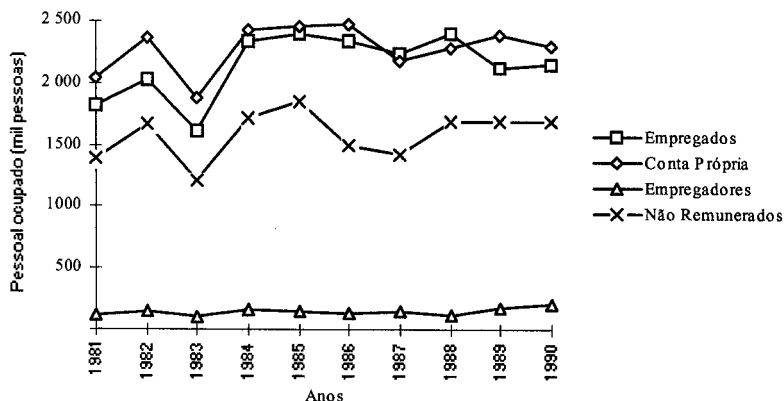
**Gráfico 2.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Norte, 1981/1990.



A região Nordeste (gráfico 3) apresenta oscilações importantes. Além dos problemas já esclarecidos nos anos de 1981 e 1983, observa-se uma tendência decrescente do emprego agrícola. Essa queda ocorre praticamente em todas as categorias de ocupação. Mesmo a categoria empregadores, que apresenta crescimento em todas as demais regiões, no Nordeste ela se mantém praticamente estável ao longo do período analisado. Os trabalhadores por conta própria e os não remunerados, apesar de se constituírem na categoria ocupacional de maior peso do emprego agrícola, apresentam uma perspectiva de diminuição. A mesma tendência também pode ser observada para a categoria dos empregados. De certa forma, esta tendência pode ser creditada

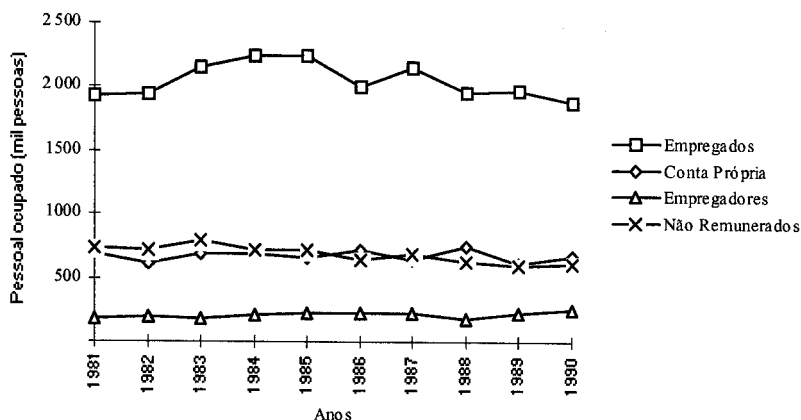
as crises enfrentadas pelas culturas que tradicionalmente ocupam essa categoria de trabalhadores, como é o caso da cana-de-açúcar e do algodão.

**Gráfico 3.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Nordeste, 1981/1990.



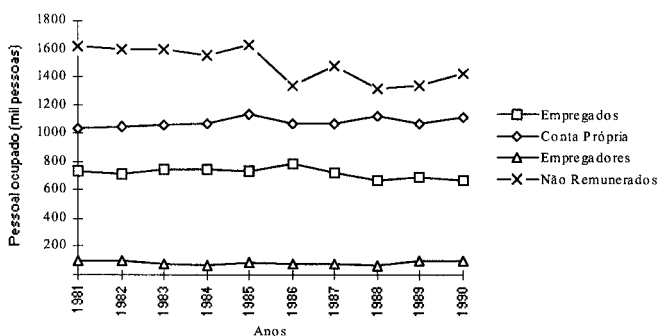
A região Sudeste (gráfico 4) também apresenta uma tendência de queda do emprego agrícola. É a única região onde a categoria dos empregados rurais exerce total predomínio sobre as demais categorias. Porém, nos últimos anos vem se conformando um cenário com tendência de queda significativa do assalariamento rural, o que certamente trará sérias conseqüências para o mercado de trabalho agrícola. Tal tendência é agravada pelo atual estágio da modernização agrícola e pela própria crise enfrentada pelas principais culturas, como é o caso do café e do algodão herbáceo. Tal situação só não é mais grave porque a cultura da cana-de-açúcar consegue manter seus níveis de ocupação. As categorias dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados praticamente se mantém estáveis ao longo do período analisado. Diferentemente das demais regiões, o trabalho familiar nesta região respondia, no último triênio, apenas por 37,36% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Já a categoria dos empregadores confirma sua tendência geral de crescimento também para esta região.

**Gráfico 4.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Sudeste, 1981/1990.



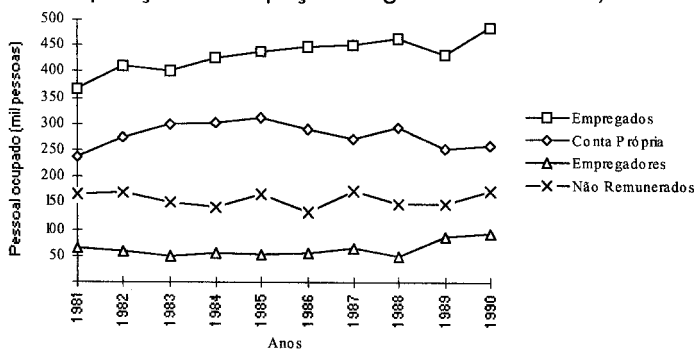
A região Sul (gráfico 5), mesmo com um quadro aparentemente equilibrado do emprego agrícola, não foge à tendência geral do país. A categoria dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados segue liderando a dinâmica agrícola da região, com um percentual de 76,36% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, para o último triênio analisado. No entanto, a segunda metade dos anos oitenta demonstra uma considerável alteração no segmento dos trabalhadores não remunerados. Já a categoria dos empregados apresentou nos últimos anos uma diminuição significativa para a região. Entretanto, este problema é mais específico no Paraná, estado com maior número de empregados da região. Com a crise vivida por algumas culturas com tradição de assalariamento, o problema tende a se agravar. Finalmente, a categoria dos empregadores agrícolas, embora pouca expressiva no Sul, segue a mesma tendências das demais regiões.

**Gráfico 5.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Sul, 1981/1990.



A região Centro-Oeste (gráfico 6) é uma das poucas que apresenta uma tendência crescente do emprego agrícola. Por ser uma região de fronteira agrícola, observa-se, guardadas as devidas proporções, um padrão de ocupação um pouco parecido com aquele verificado para a região Sudeste. Assim, é possível visualizar a tendência crescente dos empregados, os quais representavam, no último triênio analisado, 47,77% do total das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Ao mesmo tempo decresce na participação total a categoria dos trabalhadores por conta própria. Além disso, esta é a região que apresenta uma das maiores taxas de crescimento da categoria empregadores rurais.

**Gráfico 6.** Pessoal ocupado no ramo de atividades agrícolas, segundo posição na ocupação. Região Centro-Oeste, 1981/1990.



## 5 - A EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL NÃO-AGRÍCOLA NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES<sup>4</sup>

Como já havíamos adiantado na seção introdutória, a emergência do emprego rural não-agrícola é a grande questão que precisa ser contemplada nas análises do mercado de trabalho no meio rural. Embora esta tendência já se tornou uma realidade nos países desenvolvidos, é possível uma demonstração desta nova dinâmica, com base nos dados das PNADs, também para o nosso país. Porém, antes de fazermos esta apresentação, gostaríamos de aprofundar certas questões relacionadas a esta nova forma de ocupação dos agricultores.

A característica básica deste novo agricultor é o desenvolvimento de novas funções não necessariamente vinculadas às atividades agropecuárias. Assim, ele combina atividades tradicionais da agricultura com outras atividades até então mais específicas do meio urbano. Dentre estas, destacam-se a prestação de serviços, o gerenciamento de processos produtivos, as ações em defesa dos recursos naturais, a exploração de outras atividades econômicas no próprio meio como o turismo e o lazer, etc.. Desta forma, esse novo agricultor adquire uma certa autonomia e se transforma em um agricultor de tempo parcial.

Este processo é impulsionado de várias maneiras. Por um lado, há uma certa volta de determinadas indústrias para o meio rural por razões econômicas e também por razões ambientais. Por outro lado, com a melhoria nos sistemas de transportes e de comunicações, bem como de outros serviços públicos, as pessoas acabam voltando a residir no meio rural, uma vez que elas estão a procura de melhor qualidade de vida.

A ocupação deste novo agricultor pode variar de acordo com cada realidade. Para o caso do Brasil, segundo Graziano da Silva (1996), "entre as principais atividades rurais não-agrícolas deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular, das agroindústrias no meio rural. Em segundo lugar, vem aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio

<sup>4</sup> Esta seção está baseada no recente trabalho do Prof. José Graziano da Silva "O novo rural brasileiro", apresentado na ANPEC em 1996.

rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços). Em terceiro, aquelas atividades relacionadas à preservação do meio ambiente e, em quarto, um conjunto de atividades intensivas (como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais tipo rã, canários, aves exóticas) cujos produtores - a maioria dos quais de origem urbana - buscam "nichos de mercado" específicos para sua inserção econômica, como alternativa de complementar suas rendas provenientes de trabalho assalariado urbano". O autor destaca também nestas atividades "a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior".

Estas tendências estão sendo discutidas através dos dados oficiais divulgados ultimamente. A seguir, apresentaremos algumas dessas informações para enfocar as principais características destas mudanças. Um dos primeiros aspectos a ser observado é a forte alteração no crescimento da PEA Rural e da PEA agrícola.

A tabela 3 mostra que, ao longo do período analisado, ocorre um crescimento favorável à PEA Rural quando comparado à PEA Agrícola. Tal crescimento, cuja taxa foi três vezes maior a favor da PEA Rural, significou também uma ocupação por esta última de 2,6 milhões de pessoas a mais que a PEA agrícola. Tal fato vem corroborar as tendências afirmadas anteriormente. Resulta daí que a aceleração da urbanização da agricultura não ocorre mais somente pelo crescimento da PEA agrícola com domicílio urbano, mas também pelo crescimento da PEA não-agrícola com domicílio rural.

**Tabela 3.** PEA Rural e Agrícola: Brasil, 1981/1990.

PEA	Milhões de Pessoas		Porcentagens (%)		T. cresc. (% a.a.) 1981/90
	1981	1990	1981	1990	
Agrícola	13,1	14,1	28,0	22,0	0,7
(urbana)	2,5	2,7	5,4	4,2	0,6
(rural)	10,7	11,4	22,6	17,8	0,7
Rural	13,0	16,7	29,4	26,0	2,1
Total	47,3	64,1	100,0	100,0	3,4

Fonte: Graziano da Silva, J. (1996)

A tabela 4 mostra que apenas 68,4% das pessoas economicamente ativas residentes na zona rural estavam ocupadas com atividades agropecuárias. O restante estava distribuído em diversos setores. Dentre estes, merece destaque a prestação de serviços com 8%, as indústrias de transformação com 6,9%, o comércio com 3,8% e as atividades sociais com 3,6%. Além disso, é importante destacar também a taxa de crescimento anual de alguns setores. Embora ainda com um baixo percentual no conjunto das atividades não-agrícolas, a administração pública apresentou uma taxa de crescimento de 10,8%, seguida pela prestação de serviços com uma taxa de 9,7%.

**Tabela 4.** População economicamente ativa residente na Zona Rural ocupada em ramos de atividades não agrícolas. Brasil, 1990.

Setor de atividade	1000 pessoas	(%)	T. cresc. 1981/90 (% a.a.)
Agropecuária	11457	68,4	0,7
Ind. transformação	1159	6,9	6,8
Ind. construção	533	3,2	-3,5
Outras indústrias	167	1,0	3,2
Comércio	636	3,8	8,2
Prestação serviços	1342	8,0	9,7
Serv. aux. ativ. econôm.	101	0,6	7,0
Transportes e comunic.	240	1,4	8,3
Social	616	3,6	8,0
Admin. pública	240	1,4	10,8
Outras ativ. não agríc.	72	0,4	5,4
Procurando emprego	197	1,2	3,9
TOTAL	16760	100,0	2,5

Fonte: Graziano da Silva, J. (1995)

A tabela 5 mostra a distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica para o conjunto do país e também para as grandes regiões, exceto a região Norte. Observa-se que a região Sudeste é a que apresenta o maior comprometimento da PEA rural com atividades não agrícolas: em 1990, 41,5% da referida PEA já se encontrava ocupada em atividades não agrícolas, destacando-se aí as atividades da indústria de transformação e as de serviços. Já a região Sul, com

índices de industrialização da agricultura muito semelhantes aos da região Sudeste, encontra-se no polo oposto. Para o país como um todo, em 1990, 35,2% da PEA rural estava ocupada com outras atividades que não as agrícolas.

**Tabela 5.** Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica. Brasil e regiões (%), 1990.

RAMO	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	62,0	71,8	58,5	73,1	68,4
Ind.transform	5,9	6,1	9,2	6,5	6,9
Ind.construção	3,0	2,8	4,8	2,3	3,2
Outras indústrias	1,9	0,9	0,9	1,1	1,0
Comércio	5,2	4,1	3,8	2,7	3,8
Serviços pes.	10,8	6,0	13,0	6,8	8,0
Serv.aux.prod	1,3	0,4	0,9	0,3	0,6
Transp. e Comunic.	2,0	1,1	1,8	1,5	1,4
Social	4,9	4,2	3,3	2,6	3,6
Adm.pública	1,9	1,4	1,3	1,5	1,4
Outras não agric.	0,3	0,2	0,8	0,5	0,4
Desemprego	0,9	1,0	1,7	1,1	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : Graziano da Silva, J. (1996).

Todos os dados apresentados anteriormente tiveram por objetivo mostrar os principais aspectos da nova dinâmica do meio rural brasileiro, no que tange especificamente à ocupação dos agricultores. Isto porque, nas palavras de Graziano da Silva (1995), "já não se pode mais caracterizar o mundo rural como um espaço eminentemente agropecuário. Hoje, a ele se agregam outras dimensões não produtivas, como o lazer e a preservação ambiental. E a PEA-rural vem se tornando cada vez mais não-agrícola".

## 6. PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES E TENDÊNCIAS

Este trabalho procurou mostrar através dos dados das PNADs duas questões fundamentais para o mercado de trabalho do meio rural. Em

primeiro lugar, demonstramos o comportamento e a evolução do emprego agrícola em termos do país e das grandes regiões, com enfoque prioritário sobre a posição na ocupação. Em segundo lugar, procuramos evidenciar, através de dados e informações atualizados, alguns aspectos daquilo que pode ser considerado "o novo" no cenário rural brasileiro, o qual apresenta uma tendência à ocupação em outras atividades econômicas não necessariamente ligadas às atividades agrícolas. Estas duas ordens de questões nos permitem fazer diversas afirmações.

Especificamente com relação ao emprego agrícola, os dados sugerem a conformação de uma tendência de redução da participação deste no conjunto do emprego rural. Pela tabela 5, podemos observar que tal tendência, apesar de ser bem mais evidente no Sudeste e no Centro-Oeste, aparece também nas outras regiões, mesmo que em menor proporção. Além disso, mesmo com o crescimento do emprego agrícola verificado nas regiões Norte e Centro-Oeste, é de se esperar para a década de noventa sérios problemas nesta área, uma vez que essas regiões que apresentam tendência crescente têm uma participação pouco expressiva no âmbito do país.

Quanto à evolução das pessoas ocupadas segundo à posição na ocupação, alguns aspectos gerais e regionais são importantes. Para o país, a categoria dos trabalhadores não remunerados e dos trabalhadores por conta própria, apesar de apresentar uma tendência decrescente, ainda representava, em 1990, 58,3% do pessoal ocupado nas atividades agrícolas. Regionalmente, essas categorias que conformam o trabalho familiar são bem mais expressivas no Sul, com aproximadamente 77% do total, e no Nordeste, com aproximadamente 63% do total. Enquanto isso, no Sudeste do país o trabalho familiar representa não mais que 44% da força de trabalho agrícola. Já a categoria dos empregados agrícolas vem apresentando uma tendência de queda de sua participação no número total, principalmente a partir da segunda metade dos anos oitenta. Tal fato é mais significativo naquelas regiões onde esta categoria é mais expressiva, destacando-se aí as regiões Nordeste e Sudeste. Desta forma, o conjunto dos assalariados representava, em 1990, 37% do total do emprego agrícola. Finalmente, a categoria dos empregadores que, com exceção da região Nordeste,

vem apresentando um crescimento, representava, em 1990, aproximadamente 6% das ocupações agrícolas. Esta tendência é mais fortemente identificada na região Centro-Oeste, principalmente na segunda metade dos anos oitenta.

Estes fatos nos permitem determinadas considerações. Em primeiro lugar, é preciso ter um certo cuidado com algumas afirmações que colocam a tendência indiscutível da predominância das relações de assalariamento na agropecuária brasileira. Mesmo com a expansão da produção agrícola global do país, sobretudo na segunda metade dos anos oitenta, auferidas pelas chamadas "supersafras", tal fato ainda não prevalece.

Considerando-se o Nordeste como exemplo, por ser a região que apresenta o maior índice de assalariamento, não se pode, a partir de dados isolados, apontar tal tendência. Especificamente nesta região, somente nos anos de 1987/88 os trabalhadores por conta própria foram superados numericamente pelos empregados agrícolas. Nos anos posteriores, segue-se uma tendência já verificada ao longo das décadas anteriores onde é visível o predomínio do trabalho familiar. Devido as suas particularidades e, principalmente, nos períodos de dificuldades (como no caso das frequentes secas), os pequenos agricultores acabam se assalariando na própria agricultura ou em outros setores econômicos como forma de manutenção da renda familiar. No entanto, quase sempre mantém sua relação com a propriedade rural.

Em segundo lugar, é preciso ter presente as profundas alterações ocorridas nos últimos períodos no padrão produtivo da agropecuária brasileira. Tais transformações estão diretamente relacionadas à incorporação de novos processos tecnológicos, os quais substituem e eliminam a participação da força de trabalho humana nos ciclos produtivos. Este aspecto é bem significativo, não somente pela mecanização agrícola desde o preparo do solo até a colheita, mas também pela própria incorporação dos produtos químicos na execução dos tratamentos culturais, atividades estas que ocupavam um elevado número de trabalhadores. Mesmo com o crescimento apresentado por algumas culturas de mão-de-obra intensiva, caso de algumas frutas e hortaliças, tal tendência dificilmente compensará a perda dos postos de trabalho verificada naque-

las culturas com elevados índices de ocupação, como é o caso do café e do algodão herbáceo. Já a cana-de-açúcar, em função das modernas tecnologias que estão sendo desenvolvidas, provavelmente seguirá na mesma direção.

Em terceiro lugar, e decorrente do processo acima citado, observa-se empiricamente um forte impacto sobre as ocupações agrícolas temporárias. Isto porque, com o aumento da produtividade do trabalho verificado na agropecuária brasileira nos anos oitenta, alteram-se as formas de contratação da mão-de-obra agrícola. Desta maneira, poderá ocorrer sérias consequências sobre o nível de ocupação do trabalhador temporário (safista), uma vez que culturas tradicionais, como é o caso da cana-de-açúcar, que empregavam proporções consideráveis de trabalhadores rurais passam a sinalizar com a tendência pela contratação de empregados permanentes.

Quanto ao emprego rural não-agrícola, mesmo com informações ainda bastante precárias, é possível de se visualizar algumas questões. A mais importante delas é aquela apontada pelo comportamento da PEA rural, a qual apresenta como fato novo o crescimento das pessoas economicamente ativas em atividades não-agrícolas com domicílio no próprio meio rural. De certa forma, este fato altera uma tendência das últimas décadas, onde predominava apenas a urbanização da PEA agrícola.

Além disso, o crescimento de outras atividades no meio rural não diretamente vinculadas às atividades agrícolas é destacado. Neste caso, a região Sudeste, por apresentar os maiores índices de industrialização da agricultura é a que ilustra melhor este fato. Nela podemos observar a presença de outras ocupações, as quais poderão compensar de alguma forma a perda de espaço do emprego agrícola e, também, servir de fonte complementar da renda familiar. Entretanto, é sempre bom observar que a região Sul, também com elevados índices de industrialização da agricultura, não apresenta comportamento semelhante, situando-se no polo oposto ao da região Sudeste. Todavia, isto pode ser explicado pelos diferentes sistemas produtivos e pelas distintas formas de ocupação da terra em cada região.

É neste contexto de grandes mudanças que as políticas públicas de desenvolvimento rural que visam atacar o problema do emprego precisam ser repensadas. Por um lado, o rural não pode mais ser focado apenas sob os aspectos estritamente da produção agrícola, mas como um espaço onde emerge novas relações econômicas e sociais decorrentes do processo de agroindustrialização da agricultura, a qual deixou de ser um setor autônomo no âmbito da economia. Agora, tanto a lógica de funcionamento da produção familiar quanto o processo de assalariamento rural estão subordinados ao "commodity system approach" que determina a dinâmica e o ritmo da produção agropecuária e que, em última instância, afeta diretamente as formas de trabalho no meio rural. Por outro, essas políticas não podem também ser concebidas de maneira idêntica para o país, pois como vimos, as diferenças regionais são cada vez mais profundas. Assim, as especificidades regionais deverão assumir papel preponderante em qualquer política pública que almeja influenciar os destinos do desenvolvimento local e regional.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, B.M.B. (1989). Perspectivas do mercado de trabalho rural no Brasil. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba (SP).
- BALSADI, O.V. *Força de trabalho na agricultura brasileira no período 1988-95*. Mimeo, 18 pg, s/d.
- FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Vários Anos.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). O novo rural brasileiro. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*, Águas de Lindóia (SP).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). Urbanização e pobreza. In: RAMOS, P. e REYDON, B.P. (orgs.). *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. UNICAMP/IE/NEA-ABRA, Campinas (SP).

- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). Evolução do emprego rural e agrícola. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Curitiba (PR).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1994). Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: MATTOSO, J.E.L e outros (orgs.). *O Mundo do Trabalho*, MTb/PNUD SCRITTA-UNICAMP/CESIT, São Paulo (SP).
- MARTINE, G. (1989). Modernização agrícola e emprego rural no pós-guerra. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba (SP).

# O “MODELO” JAPONÊS EM QUESTÃO

*Antonio Carlos de Azevedo Lobão<sup>1</sup>*

## I. INTRODUÇÃO

O sucesso obtido pelas empresas japonesas nos mercados internacionais e sua capacidade de adaptação e inovação, frente às condições impostas pela atual fase da concorrência intercapitalista, fizeram dessas empresas, e do próprio Japão, objeto de análise tanto de empresários quanto de pesquisadores, buscando explicações quanto às causas e aos segredos desse sucesso, bem como sobre quais as reais possibilidades e vantagens da adequação das empresas ocidentais a esse novo “modelo”. Muitos desses estudiosos chegam a acreditar que a ascensão dessas empresas é, inclusive, decorrente do próprio esgotamento do padrão fordista de organização da produção, e do início da hegemonia de um novo paradigma industrial, um “second industrial divide” onde integração e flexibilidade, na produção, são fatores fundamentais para a sobrevivência da grande empresa capitalista.

Dessa forma, toyotismo, niponização, japonização, ohnoísmo etc., têm se tornado termos freqüentes na discussão acadêmica, da mesma maneira que “just in time”, “kaizen”, “kanban” são hoje parte integrante do vocabulário dos gerentes e executivos de grande número de empresas ocidentais. A ênfase em toda essa discussão diz respeito à existência, ou não, de um “modelo” japonês de gestão da produção e da força de trabalho, bem como da transferibilidade desse “modelo” aos países e empresas do ocidente.

O objetivo deste artigo é apresentar, de forma resumida, as principais características do “modelo” japonês, fundamentalmente no que se refere à gestão da produção e da força de trabalho. A partir desses ele-

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas). Doutorando em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da Unicamp.

mentos, a questão colocada diz respeito às possibilidades da transferência parcial ou integral do "modelo" às economias ocidentais. Finalmente, serão discutidos os limites que lhe são colocados em uma situação de retração da demanda externa, como a que vem ocorrendo com o Japão recentemente.

## II - O "MODELO" JAPONÊS

Desde o pós-guerra, a indústria japonesa de bens de consumo duráveis viu-se obrigada a conviver com mercados consumidores domésticos reduzidos. A solução encontrada se assentou na importação de tecnologias, sua assimilação e adaptação à busca de produtividade com escalas pequenas. Nesse sentido, os conglomerados japoneses se estruturaram de forma a permitir uma produção flexível e integrada, de produtos diferenciados, tendo como uma de suas características básicas a busca de constantes inovações no processo produtivo, com forte intervenção da microeletrônica aplicada e com uma nova política de gestão da mão-de-obra.

No cenário atual, com as novas formas assumidas pela concorrência oligopolista, em que se verifica um alto grau de segmentação e saturação dos mercados consumidores de bens duráveis, a integração e flexibilidade da produção e a diferenciação e a qualidade dos produtos se tornaram elementos fundamentais na expansão e consolidação dos mercados. Nesse quadro, as empresas japonesas adquiriram vantagens comparativas substanciais frente a suas concorrentes da Europa e Estados Unidos. Estruturadas para a produção em grande escala, de produtos pouco diferenciados e para um mercado consumidor em expansão, as empresas européias e norte-americanas têm visto suas posições ameaçadas, inclusive nos seus próprios mercados domésticos, pela diferenciação e qualidade dos produtos japoneses. Assim, a segmentação dos mercados contribuiu para fazer do Japão uma economia altamente competitiva a nível internacional, uma vez que, desde sua origem, a indústria daquele país tem buscado se estruturar para uma rápida adaptação às condições de diversificação.

É certo que o sucesso japonês deveu-se em grande parte às condições favoráveis colocadas, principalmente pelos EUA, durante a “guerra fria”, (transferência de tecnologias, abertura de mercados, financiamentos etc.). Visando conter a expansão do “urso” soviético e a do “dragão” chinês, a “águia” norte-americana foi bastante benevolente ao alimentar o Japão e outros “tigres” asiáticos. Mas também é certo que essa “ajuda geopolítica” não é suficiente para explicar o sucesso recente da economia japonesa, principalmente se considerarmos que fatos semelhantes ocorreram em outros países do mundo, com resultados bastante distintos. O importante a ressaltar é que elementos intrínsecos e relações sócio-culturais específicas produziram uma trajetória própria, no que diz respeito à organização da produção e à gestão da força de trabalho, e que essa trajetória coloca a economia japonesa, hoje, no centro do debate e das transformações impostas pela concorrência capitalista às principais empresas do ocidente.

Mas, no que consiste o “modelo” japonês? Quais as suas reais condições de transferibilidade para outros países?

A existência de um modelo japonês tem sido objeto de acaloradas discussões. O próprio termo “modelo” tem sido utilizado de forma bastante abrangente e com distintas conotações. Nesse sentido, podemos encontrar desde abordagens do tipo societais, onde a forma de organização industrial está intrinsecamente ligada às características culturais e sociais do Japão sendo, portanto, intransferível a outras sociedades, a não ser que se reproduzam os agentes e as relações sociais japonesas, o que é impraticável, até abordagens tecnicistas que procuram apresentar o “modelo” japonês como um conjunto de técnicas administrativas cuja transferibilidade é apenas uma questão de decisão gerencial.

Embora não faça parte do escopo deste trabalho aprofundar essa discussão, acreditamos ser fundamental, inclusive para entendimento das limitações e das possibilidades de sua transferência e utilização em outros países, que seja definida uma conceituação do que entendemos por “modelo” japonês.

Apresentaremos a seguir os cinco aspectos que consideramos fundamentais para definir o termo “modelo” japonês para, a partir de uma

análise mais detalhada de cada um deles, analisarmos as condições de transferibilidade para outros países. Cabe ainda ressaltar que embora apresentados separadamente, esses aspectos se interrelacionam fortemente, além de apresentarem um dinamismo próprio, o que torna o “modelo” algo bastante dinâmico e em constante transformação:

- a) **Relações industriais:** é o sistema de emprego adotado pelas grandes empresas japonesas, para os trabalhadores permanentes, do sexo masculino e que se fundamenta nos princípios da ocupação vitalícia, da senioridade, do sindicato de empresa e da baixa taxa de desemprego. Sob esse aspecto, o “modelo” não considera o trabalho feminino nem o trabalhador temporário, de empreiteiras ou das pequenas e médias empresas, que são excluídos desse sistema.
- b) **Organização do trabalho:** é a forma de gestão e organização da mão de obra dentro da firma japonesa, com a não alocação do trabalhador a um posto específico, a polivalência, a rotação de tarefas, o predomínio do grupo sobre o indivíduo, a integração das atividades de manutenção e produção e do menor distanciamento entre a direção e a execução, em função do elevado grau de conhecimento e decisão dos operários sobre o processo produtivo global.
- c) **Técnicas e métodos:** é o conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho e da produção, assentado no princípio da qualidade total e na constante busca da redução de desperdícios em todas as áreas da empresa e que tem no sistema “just in time” e no “kaizen” seus elementos centrais, contando, além disso, com o “kanban”, círculos de controle de qualidade, trabalho em “células”, etc.
- d) **Relações interempresariais:** é o conjunto de relações estabelecidas entre as grandes empresas e seus fornecedores e subcontratadas, nas quais se define uma estrutura hierárquica própria e bastante explícita, quando comparada com as dos demais países.
- e) **Capacitação tecnológica:** é a forma de abordagem dada pelas empresas japonesas à sua capacitação tecnológica e à integração existente entre o Estado e a empresa ou mesmo entre empresas,

bem como as práticas que permitem o aprendizado tecnológico e a produção de constantes inovações.

Podemos verificar, assim, que o “modelo” japonês está assentado sobre alguns pilares. O primeiro deles é a ocupação vitalícia, ou seja, a vinculação do trabalhador à fábrica praticamente do início ao fim de sua vida profissional. Esse princípio chega a ser considerado quase como um “princípio moral” na medida em que as firmas não devem demitir seus funcionários, mesmo em situações de prejuízo. E alguns obstáculos colocados à demissão são de difícil transposição como, por exemplo, o profundo comprometimento da imagem da empresa que demite, a forte ligação da administração da empresa com o sindicato (a grande maioria dos administradores foi membro ou líder sindical no passado). Além disso, as rígidas regulamentações legais sobre demissões ou até mesmo o pagamento de subvenções do Estado para a manutenção de empregos são fatores que dificultam ou impedem uma política de rotatividade de mão-de-obra nos moldes ocidentais.

Um segundo pilar diz respeito à determinação dos salários e dos benefícios sociais em função do tempo de serviço, da senioridade. O fator determinante dos salários, ao contrário do que ocorre no ocidente, não é o tipo de trabalho executado, mas sim, o tempo de casa. É óbvio, outrossim, que existem sistemas de avaliação que permitem avanços mais rápidos, ou não, na carreira, mas, normalmente, as melhores remunerações correspondem às idades mais avançadas.

A senioridade na determinação do salário traz uma consequência importante: a fidelidade à firma. Mudanças de firmas implicariam em retornar ao estágio inicial da remuneração, o que as tornam irracionais sob o ponto de vista do trabalhador, e que termina por se traduzir em duas grandes vantagens para a empresa: essa fidelidade permite um investimento maciço na qualificação e treinamento dos trabalhadores sem o risco de ver seu “capital humano” ser transferido para outras empresas e permite uma maior flexibilidade na alocação dos trabalhadores dentro da firma. Dessa forma, em tempos de crise, como as empresas não podem demitir funcionários, muitos acabam sendo transferidos para áreas de remuneração mais baixa.

Além disso, praticamente 60% da renda anual dos trabalhadores provêm do recebimento de bônus, uma espécie de "participação nos lucros", cuja proporção também é determinada pelo tempo de casa. Assim sendo, boa parte das despesas com pessoal também pode ser reduzida em momentos de crise, sem que a empresa faça uso de demissões, mas pela redução ou corte do pagamento desses bônus.

A fidelidade à firma também é fomentada pela existência de um sindicato para cada empresa, o que termina por levar a uma diferenciação dos níveis salariais e dos benefícios sociais ao nível da firma e não ao de uma categoria, como no caso brasileiro. Como o sistema sindical japonês não se baseia num conflito de interesses capital/trabalho, mas, pelo contrário, busca a cooperação entre ambos, ele acaba por interiorizar a idéia de que o bem da empresa é o bem do empregado. A integração sindicato-empresa é bastante forte no Japão, inclusive ao nível das decisões estratégicas da empresa. O interessante, nesse processo, é que grande parte de todo esse sistema foi implantado a partir de fortes derrotas operárias no final da década de 50.

A solução japonesa para o problema da resistência operária e de suas organizações a uma maior racionalização do trabalho foi, nesse sentido, bastante diferente da utilizada pelas firmas ocidentais. Enquanto estas optaram pela parcelização e pela repetitividade do trabalho (taylorismo), as empresas japonesas partiram para a desespecialização do trabalhador qualificado, tornando-o polivalente e multifuncional. Ao mesmo tempo, buscou-se, no Japão, fortalecer o envolvimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa, através do estabelecimento de compromissos e contrapartidas bem definidos, que, quando atingidos, implicavam em elevações reais nas remunerações dos empregados.

Todos esses elementos contribuem para o estabelecimento de fortes vínculos dos trabalhadores com a empresa e para a conseqüente constituição de verdadeiros mercados de trabalho internos a essas firmas, aos quais os empregados estão restritos durante toda sua vida profissional.

Os elementos até aqui apresentados são, como veremos a seguir, fundamentais para o entendimento das outras especificidades do "mo-

delo" japonês. Cabe, entretanto, outra ressalva. Quase nada do que foi dito até agora se aplica aos trabalhadores temporários ou às mulheres. Sob esse aspecto, o "modelo" é fortemente excludente, fato que se torna evidente nos momentos de crise, onde grande parte do "ajuste" acaba sendo feito a partir da demissão em massa dessas pessoas. Como a taxa de desemprego oficial não considera o desemprego doméstico e considera empregados aqueles que, em outros países, seriam considerados como exercendo um subemprego, o governo japonês vem ostentando índices de desemprego bem abaixo dos verificados pelos demais países desenvolvidos.

A busca de ganhos de produtividade sem aumentos de escala vai desembocar no chamado "Toyotismo", cujo principal referencial é o sistema "just in time" (JIT). Este sistema representou uma inovação com relação ao Fordismo tradicional, na medida em que inverte o comando sobre a linha de montagem, que passa a ser orientada a partir do final e não do início do processo de produção. No JIT, são as células subsequentes que "puxam" as anteriores e determinam o volume e o ritmo da produção. Como consequência, temos uma drástica redução nos estoques de produtos intermediários e de matérias primas.

A polivalência e o elevado grau de qualificação dos operários cumprem aqui papel fundamental, permitindo, através da realocação dos mesmos nas diversas áreas, a flexibilidade necessária para a garantia de ganhos na produtividade.

Uma vez que as decisões quanto à produção partem do final, ou seja, partem de uma demanda concreta, onde se produz praticamente o que já está vendido, e trabalhando-se sempre com estoques reduzidos, a fábrica toda vê-se obrigada a operar num ritmo determinado. É como se os princípios da linha de montagem se estendessem a todas as áreas da empresa. Assim sendo, as distâncias, por exemplo, entre as áreas de compras e suprimentos e as áreas de produção e manutenção têm de ser encurtadas, para evitar paradas no sistema.

Essa integração se torna ainda mais importante quando consideramos que a forte base microeletrônica presente na maquinaria utilizada permite um elevado grau de diferenciação de produtos. Constantes

remanejamentos nas máquinas e equipamentos, bem como na alocação da mão de obra são fatores fundamentais para garantir a flexibilidade da produção e a diferenciação dos produtos. Dessa forma, a empresa japonesa consegue se adequar rapidamente às necessidades da demanda, o que é elemento fundamental para a competitividade em mercados segmentados e saturados.

O sistema "just in time", porém, não se resume à fábrica. Para o seu funcionamento é preciso que ele também seja estendido aos seus fornecedores e subcontratados. Dessa forma se estabelece um sistema de trocas bastante específico entre as empresas japonesas, com forte componente hierárquico, onde as grandes empresas acabam por determinar o ritmo, a quantidade e a qualidade da produção de seus fornecedores. Esse tensionamento acaba por atingir toda a cadeia de produção, tendo seu ritmo determinado pelas vendas e pelas estratégias concorrenciais da empresa principal.

Dois outros aspectos devem, ainda, ser mencionados. A racionalização produtiva e a busca constante de redução de desperdícios devem ser aliados a filosofia da "qualidade total" e a capacitação tecnológica das empresas japonesas.

O elevado grau de comprometimento dos trabalhadores, a multifuncionalidade e a qualificação são os elementos chaves para explicar a busca incessante da qualidade nessas empresas. O "kaizen" talvez seja o termo mais apropriado para essa explicação. Trata-se de quase uma filosofia de vida, onde a busca de um constante aprimoramento através do esforço contínuo e permanente, aliada ao forte envolvimento do trabalhador com os objetivos da empresa, ao trabalho em grupo e à maior proximidade entre a direção e a execução, transformam a empresa num corpo dinâmico e em constante transformação em direção à maior eficiência e qualidade.

Consegue-se assim canalizar o saber e a disposição dos operários para a busca da qualidade e produtividade. O processo produtivo, bem como os produtos, tornam-se alvo de contínuos aperfeiçoamentos, o que vai, sem dúvida alguma, se refletir na capacidade competitiva da empresa. Verifica-se ainda, uma redução nos níveis hierárquicos, quando

comparados com os da empresa tradicional, na medida em que grande parte das atividades de controle passam a ser exercidas pelo próprio grupo. Como boa parte da remuneração do trabalhador depende do desempenho da empresa, a intensificação no ritmo do trabalho é vista como objetivo também dos operários e dos grupos, da mesma forma, trabalhadores distoantes acabam por prejudicar o grupo, sendo muitas vezes por ele marginalizados.

Todos esses elementos acabam por explicar, ainda, a elevada capacidade de inovação e de aprendizado tecnológico dessas empresas. Num primeiro momento, a estratégia japonesa estava voltada para a cópia de produtos estrangeiros, buscando, ao mesmo tempo, melhorar sua qualidade e a produtividade. Essa estratégia, sustentada por maciços investimentos em P&D, tanto do Estado quanto das empresas, e de uma visão de longo prazo, na qual a tecnologia assume papel estratégico vital e a competitividade em mercados internacionais é objetivo fundamental, acabou por levar a um processo de aprendizado tecnológico que possibilitou às empresas japonesas a freqüente introdução de novos produtos e de processos inovadores.

A política de busca de inovações incrementais, facilitada pelos princípios anteriormente expostos ("kaizen", emprego vitalício, etc), garantiram o retorno do investimento em treinamento e qualificação, permitindo o desenvolvimento de uma tecnologia própria e de indústrias de bens de capital, bastante competitivas e muitas vezes diretamente ligadas ao setor de bens de consumo duráveis.

Em linhas gerais, esses são os elementos que compõem o "modelo" japonês e que, em grande parte, explicam o poder competitivo das empresas japonesas nos mercados internacionais, numa fase da concorrência oligopolista na qual, além dos aspectos preço e quantidade, também a qualidade e a diferenciação de produtos são fatores fundamentais na disputa por mercados.

Mas, como dissemos anteriormente, o "modelo" japonês não pode ser considerado de forma estática ou cristalizado. Ele é fruto de condições específicas e tende a se transformar com elas. Aliás, o vigor e a sobrevivência do "modelo" depende fundamentalmente de sua capacidade

de se adaptar a essas transformações e de continuar proporcionando vantagens competitivas sobre “modelos” alternativos.

É nesse sentido que procuraremos apresentar, à guisa de conclusão, alguns dos problemas que podem ser vislumbrados e que, sem dúvida alguma, já estão colocados às empresas japonesas.

### III - NUVENS NO HORIZONTE

O “modelo” japonês se mostrou bastante competitivo em situações de demanda em expansão. A conquista e ampliação de mercados internacionais ocupam papel fundamental para o sucesso do “modelo”. A reação das empresas européias e norte-americanas, ou ainda, a tendência dos governos desses países em restringir as importações do Japão, e a ascensão dos “tigres” asiáticos aos mercados do mundo desenvolvido, são elementos que desestabilizam aspectos fundamentais do “modelo”.

A política de priorização da participação nos mercados e da competitividade exige que, tanto os acionistas, quanto os empregados e fornecedores, tenham que ceder bastante em seus rendimentos. A demanda em expansão, de certa forma, neutraliza, ou minimiza, esses efeitos, mas a sua retração tende, certamente, a aprofundá-los.

O sistema de senioridade depende fundamentalmente de que a produção esteja em contínuo crescimento, uma vez que a incorporação de uma mão-de-obra jovem e, portanto, mais barata, compensa o crescimento dos salários dos mais velhos. A estagnação adia a entrada desses jovens nas grandes empresas provocando uma elevação do salário médio dos trabalhadores empregados. Por outro lado, a existência de uma reserva de jovens dispostos a trabalhar por baixos salários tende a diminuir. No Japão, as taxas de envelhecimento da população são maiores do que em qualquer outro país industrial e a falta de perspectivas de emprego industrial fazem com que grande parte dos jovens procurem opções no setor terciário. Da mesma forma, cresce o número de jovens e mulheres dispostos a quebrar os rígidos limites

que o modelo lhes impõe, criando instabilidade no mercado de trabalho e na própria estrutura social japonesa.

No que diz respeito às relações interfirmas, o ônus da crise tende a afetar fundamentalmente as empresas fornecedoras e subcontratadas que, em função da impossibilidade de reduzir o quadro de funcionários, e prensadas, por outro lado, pelos grandes conglomerados podem não conseguir fôlego suficiente para sobreviverem.

Embora a taxa de câmbio tenha tido influência bastante restrita até o momento, provavelmente em função das empresas japonesas priorizarem a sua participação no mercado em função das taxas de retorno, a valorização do yen já está provocando alterações na dinâmica dessas empresas. Em primeiro lugar, as exportações japonesas tendem a perder poder competitivo o que reduziria os superávits comerciais do Japão. Outro efeito pode ser a transferência de parte do setor produtivo para outros países, notadamente do sudeste asiático, o que reduziria ainda mais o crescimento do emprego e da demanda efetiva interna.

Esses são alguns dos fatores que estarão em pauta na discussão dos limites do “modelo” japonês nos próximos anos e que, certamente, exigirão uma capacidade de adaptação das empresas e da própria sociedade japonesa. Infelizmente, poucos são os elementos que nos permitem concluir quanto às possibilidades de sucesso ou não do mesmo, em cenários futuros.

No que diz respeito à sua transferibilidade, nos parece claro que a reprodução integral do “modelo” para qualquer outra sociedade é impossível. Conforme já dissemos, o “modelo” não é estático e, mesmo no Japão, são constantes as suas transformações. Por outro lado, entretanto, alguns dos seus princípios podem ser implantados em outros países com relativa facilidade. Mas também aí, é certo que sofrerão influências das condições locais. Talvez o termo mais apropriado seja “trajetória” e não “modelo”. Nesse sentido a aplicação de certos princípios japoneses sob a pressão de condições sócio-culturais-econômicas diversas terminarão por resultar em trajetórias específicas, com resultados distintos dos alcançados pelo Japão.

Mesmo esses princípios apresentam graus distintos de dificuldade para sua aplicação. Se o "just in time" interno, por exemplo, depende fundamentalmente da estrutura de poder dentro da empresa, e portanto tende a ser de aplicação mais fácil, o mesmo não se pode dizer do "just in time" externo (entre firmas) que depende de uma estrutura de relações cliente-fornecedor que dificilmente será encontrada nos países ocidentais. Outros princípios como o "kaizen", o emprego vitalício e a senioridade, provavelmente não serão conseguidos fora do Japão e, mesmo neste país, os dois últimos parecem estar seriamente comprometidos e, assim por diante.

Além disso, características específicas e relações sociais locais podem ser obstáculo intransponível à transferibilidade de alguns princípios. A força da organização sindical alemã, por exemplo, dificilmente tornará possível a intensificação do trabalho implícita no "modelo" japonês ou, ainda, num sentido oposto, a inexistência de um sindicalismo forte, como no caso brasileiro, certamente será dificultador das transferências de renda aos operários, da estabilidade no emprego e da diminuição do poder da gerência, como ocorre no Japão.

É certo, entretanto, que a busca de competitividade internacional é elemento vital para o desempenho e a sobrevivência das grandes empresas capitalistas. Nesse sentido, e por um bom tempo ainda, as empresas japonesas e seu "modelo" de organização da produção e de gestão da força de trabalho serão o centro de constantes análises, de tentativas de aplicação e de adaptação por parte de governos e empresas do ocidente e, é claro, ainda, que essas diferentes trajetórias, numa economia crescentemente globalizada, se constituirão em novos elementos de transformação e de incertezas que invalidariam quaisquer previsões acerca do futuro do "modelo" japonês.

#### IV - BIBLIOGRAFIA

CORIAT, B. "Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista conjunto." In: HIRATA, H., *Sobre o modelo japonês*, São Paulo, Edusp, 1993.

- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*, Rio de Janeiro, REVAN, 1994.
- CUSUMANO, M. A. "The limits of lean", *Sloan Management Review*, Summer, 1994.
- EHRKE, M. *Relações de trabalho no Japão*, ILDEFES - Brasil, São Paulo, 1994.
- FLEURY, A. "Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparação entre o modelo japonês e o brasileiro." In: HIRATA, H. *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.
- FLEURY, M.T.L. "Mudanças e persistências no modelo de gestão de pessoal em setores de tecnologia de ponta: caso brasileiro em contraponto com o japonês." In: HIRATA, H., *Sobre o "modelo" japonês*, São Paulo, Edusp, 1993
- FUJIMOTO, T. "The Limits of lean production. On the of Japanese automotive industry." IPG 1/94 In HIRATA, H. *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.
- HUMPHREY, J. Adaptando o "modelo japonês" ao Brasil. In HIRATA, H., *Sobre o "modelo" japonês*, São Paulo: Edusp. 1993.
- JURGENS, U. *Lean production and co-determination: The German experience*. In: Conference on lean production and labor: critical and comparative perspectives, Detroit, Wayne State University Detroit, 1993. (mimeo.).
- PIORE, M. J. e SABEL, C. F. *The Second industrial divide; possibilities for prosperity*, Nova York, Basic Books, 1984.
- WOOD, S. "O modelo japonês em debate: pós fordismo ou japonização do fordismo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, ano 6, out/91.

# O MARKETING NO “MUNDO DO GANHO” DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES

*José Antonio Olmos<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

No ambiente altamente competitivo de hoje, a percepção de valor de mercado, que é baseada nas necessidades e nos benefícios derivados do uso de um determinado produto ou serviço, está em grande conflito com a percepção de valor das empresas que é baseada nos esforços - *custos* - para produzir e levar o produto/serviço ao mercado.

Não apenas está crescendo este desencontro como também, ao contrário do que ocorria no passado, a percepção de valor do mercado tem tido posição dominante. Vivemos sob a bandeira “o cliente é rei”.

Em outras palavras, devemos ter clientes mais satisfeitos agora e sempre.

O objetivo não é mais apenas satisfazer o propósito do acionista, mas também atender às necessidades dos empregados da organização e, principalmente, satisfazer e encantar o cliente.

Qualquer que seja o objetivo definido como prioritário pela empresa, os outros dois aparecem automaticamente como condição necessária num ciclo absolutamente indissociável.

Apesar de a maioria das empresas estar sensível à necessidade de atender a esses três requisitos, o dano no seu desempenho, causado pelo comportamento do consumidor e pelas flutuações na demanda de

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Economista, com especializações no Brasil e no Exterior em Administração de Empresas, Marketing & Vendas e Planejamento Estratégico. Licenciado oficial no Brasil em Teoria das Restrições pelo AVRAHAM Y. GOLDRATT INSTITUTE OF MANAGEMENT SCIENCES (New Haven - Ct, USA).

mercado, vem impondo que pelo menos um deles seja prejudicado, o que coloca em risco a sobrevivência da empresa.

O simples fato de que a geração do Lucro Líquido tem seus limites, demonstra que a empresa tem impedidores e restrições que a impedem de caminhar em direção à sua meta de ganhar dinheiro hoje e sempre.

Se restrições existem, é melhor que estejam onde há maior controle da empresa, e não no marketing.

Este deve estar aperfeiçoado ao ponto em que o aumento das vendas seja uma mera questão de escolha.

Para que isto se concretize, a empresa deve estar sempre em posição de vantagem competitiva significativa sobre os concorrentes.

## **2. IDENTIFICANDO AS RESTRIÇÕES**

Temos que, inicialmente, entender o que impede a maioria das empresas de enfrentar essa questão.

O primeiro ponto centra-se no reconhecimento e entendimento de que a percepção de valor dominante, hoje, é a do mercado (necessidades e benefícios), e não a da empresa (seus próprios custos).

A dedução lógica, a partir daí, é que segmentos diferentes do mercado têm necessidades diferentes e portanto percepções de valor diferentes para um mesmo produto/serviço.

O segundo ponto reside no dano causado à empresa pelas decisões tomadas a partir do seu próprio conceito de valor - *custo* - associado à margem de lucro do produto ou serviço, conforme a contabilidade de custos tradicional.

No final, a empresa se prejudica:

- 1) por acreditar num único "preço justo" ou praticar "oferta única" para um produto/serviço (custo + margem), enquanto o mercado vê vários "valores justos" para o mesmo produto/serviço, o que leva a:
  - redução do tamanho do mercado pela eliminação dos segmentos que percebem baixo valor no produto/serviço.
  - redução da lucratividade pelo pagamento de preço menor que o aceitável, nos segmentos que percebem alto valor no produto/serviço.
- 2) por tornar o preço uma função de elementos distintos espalhados na organização (*custos*), dispersando assim os esforços e induzindo os gerentes à busca dos "ótimos locais". Eficiência parece ser a palavra de ordem e eficiências localizadas não necessariamente garantem as condições para a eficácia global da empresa.

O enfoque nesses dois pontos pode levar aos alicerces de uma sólida e contínua posição de vantagem competitiva no mercado.

### 3. CRIANDO SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS

Um caminho para a solução é tirar vantagem da segmentação que já existe no mercado. Por exemplo, onde é mais barato comprar uma máquina fotográfica japonesa, em Tóquio ou em Miami ?

Em Miami, naturalmente, e todos sabem que os custos de transporte para trazer o produto de Tóquio para Miami são negativos.

Obviamente, isso não faz o menor sentido aparente mas indica a necessidade de nos liberarmos da forma como calculamos o custo e a margem do produto.

Com certeza, os fabricantes japoneses de máquinas fotográficas estão ganhando muito dinheiro em todo o mundo e, logicamente, não estão utilizando o conceito tradicional de custo + margem = preço.

Mas o que usar no lugar disso?

Talvez devêssemos utilizar os conceitos do “Mundo do Ganho” e decidir aceitar ou não um pedido, ou estabelecer este ou aquele preço com base no impacto global sobre a Receita (todo o dinheiro que conseguiremos gerar), sobre o Ganho (resultado da Receita, deduzidos os Custos Totalmente Variáveis), sobre as Despesas Operacionais (todo o dinheiro utilizado para transformar Investimento em Ganho) e sobre o próprio Investimento (em suma, o Retorno sobre o Investimento).

Afinal, o preço está ligado à necessidade e à oportunidade e o custo está ligado à remuneração de fatores de produção. Definitivamente, custo e preço não têm uma relação estável.

E, além disso, usar o fato de que diferentes segmentos do mercado têm diferentes necessidades e, como resultado, diferentes desejos e diferentes percepções de valor.

Isso exige que a empresa busque ações que garantam o devido isolamento entre os segmentos do mercado, conforme suas diferentes percepções de valor. Como resultado, haverá *vários preços* que, numa média ponderada, gerarão Ganhos mais altos que aqueles obtidos com os preços atuais, únicos para todos os segmentos.

Poderíamos também tentar focar os esforços de aprimoramento da empresa no estabelecimento de um fator altamente diferenciador, para dar a ela uma vantagem competitiva dominante.

Poderíamos usar esse domínio para “estragar” o mercado da concorrência como, aliás, os japoneses fizeram brilhantemente há alguns anos na área automotiva e da eletrônica de entretenimento.

Mas, sabemos o suficiente sobre o mercado para identificar esse fator?

A resposta mais provável é sim, desde que saibamos o que perguntar utilizando instrumentos de raciocínio e estabelecendo relações lógicas de causa e efeito, e não simplesmente buscando soluções prontas, soluções genéricas, as tradicionais “receitas de bolo”.

A TQM já comprovou a importância de entender em profundidade as necessidades do mercado. Abre-se assim um outro caminho para a solução. “Entender nossas necessidades de mercado”. Simples, não?

Não, todos sabemos que não é tão simples, pois várias vezes o mercado é incapaz de comunicar claramente suas próprias necessidades, embora isso, sempre que efetivamente alcançado, acabe invariavelmente por fornecer uma interessante direção para uma solução.

Tudo o que necessitamos são ferramentas para avaliarmos as necessidades reais do mercado e usarmos esse entendimento para determinarmos nossa tática de ação e configurarmos adequadamente nossas ofertas de produtos e serviços, ou seja: *ofertas múltiplas para múltiplos segmentos, baseadas na ótica do cliente (valor) e não na ótica da empresa (custos unitários)*.

#### 4. ELEVANDO A PERCEPÇÃO DE VALOR

Devemos, portanto, trabalhar para levar às equipes de vendas as habilidades necessárias para elevar a percepção de valor do cliente com relação aos nossos produtos/serviços.

Tudo o que temos que fazer é fornecer ao nosso pessoal de vendas as ferramentas necessárias para levar o cliente a compreender toda a abrangência das suas necessidades.

E, além disso, conseguir fazê-lo perceber o fato de que todas as suas demandas decorrem de poucas necessidades-básicas que podem ser atendidas pelo nosso produto ou serviço, deixando claro que foram essas necessidades-básicas que nortearam as modificações ou determinaram a criação e o lançamento do produto/serviço. A idéia é transmitir ao cliente o fato de que a ação da empresa foi enfocada primordialmente numa necessidade dele, e não no tradicional desejo de "vender mais" da própria empresa.

Fazer tudo isto de uma forma que gere confiança, não é tarefa fácil, mas pode ser feita, se tivermos as ferramentas - relações lógicas de causa e efeito - para efetivamente identificar a fonte de várias das necessidades dos nossos clientes e, aí sim, configurarmos a oferta do nosso produto/serviço de forma a focar as necessidades-básicas, conduzindo a uma elevação na percepção de valor, superando conveni-

entamente as restrições. E é claro que maior valor percebido significa maior disposição dos clientes para pagar o preço pedido e, portanto, maiores Ganhos.

## 5. CONCLUSÕES

Finalmente, a fusão desses caminhos numa só solução, levará sistematicamente à determinação da direção estratégica da empresa e à vantagem competitiva permanente, permitindo que todas as três condições iniciais: *satisfação dos acionistas, dos empregados e dos clientes*, fiquem permanentemente atendidas, independentemente das incertezas da demanda do mercado.

Vantagem competitiva está muito além de baixo preço e alta qualidade, fatores que quaisquer dos competidores do mercado igualam em questão de minutos.

A real vantagem competitiva permanente está diretamente ligada às ações que garantam a satisfação das verdadeiras necessidades-básicas do cliente, ao processo de tomada de decisão estratégica de preços, à construção de ofertas múltiplas e de ofertas irrecusáveis, sempre desenvolvidas a partir da ótica do cliente. Algo que a concorrência tenha extrema dificuldade de entender, quanto mais imitar.

Os concorrentes deixarão assim de ser a nossa maior restrição e como somente uma ação contínua muda uma realidade, o mercado passará a ter o exato tamanho da nossa capacidade de ação.

Ao passarmos a depender apenas de nós mesmos teremos eliminado as grandes restrições do marketing e o aumento ou diminuição de nossas vendas será meramente uma confortável questão de escolha estratégica, não uma indesejável questão de variáveis externas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLDRATT, Eliyahu M. *The Theory of Constraints*, North River Press, USA, 1990.

GOLDRATT, Eliyahu M. *A Meta, um Processo de Aprimoramento Contínuo*, Editora Educator, São Paulo, 1993.

GOLDRATT, Eliyahu M. *1995 Jonah Conference Handbook*, Avraham Goldratt Institute do Brasil AGI-B, São Paulo, 1995.

NORREN, Eric W. et al. *The Theory of Constraints and its Implications for Management Accounting*, North River Press, USA, 1995.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. José Francisco Bernardes Veiga Silva

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Carlos de Aquino Pereira

**DIRETOR**

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Homero Adabo

**VICE-DIRETOR**

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Geraldo Souza Carreira

## **Tamanho não significa competência!**

Voltada para a prestação de serviços de  
Consultoria e Assessoria, a

### ***Consultores Jr.***

coloca à sua disposição as mais modernas técnicas de  
Administração Empresarial, com um custo de até 80%  
inferior ao de mercado.

Com orientação de Professores e profissionais de  
diversas áreas (Marketing, Recursos Humanos,  
Administração de Produção, O&M, Qualidade e  
Produtividade, Administração Contábil-Financeira, etc.)  
a Consultores Jr. (Empresa Júnior da FACECA) tem  
sempre uma solução para os problemas de sua empresa  
já tendo, inclusive, desenvolvido trabalhos para  
empresas multinacionais.

Não deixe que os pequenos problemas de sua empresa  
se transformem no seu maior problema, consulte-nos!

Rod. Dom Pedro I, Km 136 - Jd. Nilópolis - Campinas/  
SP - CEP 13020-904

Tel./Fax.: (019) 756-7159

FACECA - Sl. 910 - Campus I - PUC-Campinas

**Consultores**

**Júnior**

FACECA - PUCCAMP

*Júnior, só  
no nome.*